

Sumário

5.3	MEIO SOCIOECONÔMICO	564
5.3.1	Metodologia.....	565
5.3.2	Dinâmica populacional.....	568
5.3.2.1	Caracterização populacional.....	568
5.3.2.1.1	Índice de Desenvolvimento Humano	581
5.3.2.1.2	Organização Social	583
5.3.2.2	Condições de saúde e doenças endêmicas	587
5.3.2.3	Infraestrutura básica e de serviços	589
5.3.2.3.1	Saúde.....	589
5.3.2.3.2	Educação na Área de Estudo	610
5.3.2.3.3	Saneamento	632
5.3.2.3.4	Energia elétrica.....	651
5.3.2.3.5	Segurança Pública	657
5.3.3	Dinâmica econômica.....	662
5.3.3.1	Estrutura produtiva e de serviços	662
5.3.3.2	Características da economia local e vetores de crescimento econômico regional	671
5.3.3.3	Potencial de desenvolvimento turístico.....	676
5.3.3.3.1	Planos e programas turísticos	687
5.3.4	Dinâmica territorial	692
5.3.4.1	Zoneamento territorial.....	692
5.3.4.1.1	Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) de Minas Gerais.....	692
5.3.4.1.2	Conflitos entre o zoneamento existente e uso e ocupação do solo atual	699
5.3.4.1.3	Planos diretores dos municípios da área de estudo	700
5.3.4.1.4	Uso e ocupação do solo	701
5.3.4.1.5	Assentamentos rurais do INCRA.....	710
5.3.4.2	Mobilidade urbana	710
5.3.4.2.1	Mapeamento das vias Interceptadas.....	711
5.3.4.2.2	Estrutura viária no Estado de Minas Gerais	712
5.3.4.2.3	Estrutura viária da BR-262	712
5.3.4.2.4	Vias e acessos interceptados	714
5.3.4.2.5	Tipos de ocupação e aglomerados populacionais às margens da rodovia.....	723
5.3.4.2.6	Modais de transporte intermunicipal de passageiros.....	729
5.3.4.3	Desapropriação	730
5.3.4.4	Histórico da ocupação	732
5.3.4.4.1	Martins Soares	736
5.3.4.4.2	Reduto.....	737
5.3.4.4.3	Manhuaçu.....	737
5.3.4.4.4	Matipó.....	739
5.3.4.4.5	Abre Campo	739
5.3.4.4.6	Santo Antônio do Grama	740
5.3.4.4.7	Rio Casca.....	741

5.3.4.4.8	São Domingos do Prata	741
5.3.4.4.9	Bela Vista de Minas	742
5.3.4.4.10	Rio Piracicaba	743
5.3.4.4.11	João Monlevade	743
5.3.4.4.12	Considerações finais sobre os aspectos históricos	745
5.3.5	<i>Dinâmica sociocultural</i>	745
5.3.5.1	Comunidades Quilombolas.....	745
5.3.5.2	Comunidades indígenas	745
5.3.5.3	Patrimônio histórico, cultural e arqueológico	745
5.3.5.4	Comunidades tradicionais.....	749
5.3.5.4.1	Comunidade tradicional Quilombola de Caxambu.....	750
5.3.6	<i>Discussões e conclusões sobre a socioeconomia</i>	764
5.3.6.1	Percepções sobre o empreendimento	764
5.3.6.2	Considerações finais.....	769

INDICE DE FIGURA

Figura 5.430 - Sindicato de Produtores Rurais de Rio Casca	586
Figura 5.431 - Caminhão de transporte de leite do Clube do Produtor de Leite, no município de Rio Casca.	586
Figura 5.432 - Cooperativa de leite - município de Manhuaçu.	587
Figura 5.433 - IDSUS das regiões brasileiras.....	590
Figura 5.434 - Hospital geral Santa Casa de Iúna/ES, município de inserção do Distrito de Pequiá.	592
Figura 5.435 - Unidade ESF de Pequiá, distrito de Iúna/ES.....	592
Figura 5.436 - Os Fluxos de atendimento nos três níveis assistenciais de saúde em Minas Gerais.	597
Figura 5.437 - Definição das Macro e Microrregiões de saúde segundo o Plano Diretor de Regionalização. Fonte Plano Diretor de Regionalização - PDR/ES, 2011.....	598
Figura 5.438 - Hospital Santa Casa de Iúna, no estado do Espírito Santo	600
Figura 5.439 - Deslocamento de veículo municipal de atendimento à saúde, saindo da BR-262 em direção ao distrito de Pinheiros, município de Martins Soares.	600
Figura 5.440 - Fluxo da população entre micro e macrorregiões de Saúde (Utilizando a BR-262)... ..	601
Figura 5.441 - Subprefeitura de Pequiá, distrito de Iúna, no Espírito Santo.	602
Figura 5.442 - Unidade de atendimento de saúde, Estratégia Saúde da Família (ESF) em Pequiá, no Espírito Santo.	602
Figura 5.443 - Posto de Saúde Vereador Getúlio Maria Dutra, Distrito Pinheiros, Município de Martins Soares	603
Figura 5.444 - Deslocamento de veículo municipal de atendimento à saúde, saindo da BR-262 em direção ao distrito de Pinheiros, município de Martins Soares.	603
Figura 5.445 - Centro Municipal de Saúde, Município de Martins Soares.	603
Figura 5.446 - Unidade Básica de Saúde - PSF Alfa Henrique Emerick, Município de Martins Soares.	603
Figura 5.447 - Hospital César Leite, Município de Manhuaçu	604
Figura 5.448 - Unidade de Saúde – ESF, Distrito São Pedro do Avaí, no município de Manhuaçu.. ..	604
Figura 5.449 - Unidade de Saúde – ESF, Distrito de Vila Nova, no município de Manhuaçu.....	604
Figura 5.450 - Unidade de Saúde – ESF, Distrito de Padre Fialho, no município de Matipó.....	605
Figura 5.451 - Veículo utilizado pela Secretaria de Saúde do município de Matipó, para transporte de pacientes. Distrito de Padre Fialho	605
Figura 5.452 - Secretaria Municipal de Saúde no município de Matipó	605
Figura 5.453 - Hospital Nossa Senhora da Conceição. Atende a população de Abre Campo e cidades da região.....	605
Figura 5.454 - Ampliação da Policlínica Helcy Dutra Miranda, no município Santo Antônio do Grama	606
Figura 5.455 - Ambulâncias pertencentes ao município de Santo Antônio do Grama	606
Figura 5.456 - Hospital Nossa Senhora da Conceição, no município de Rio Casca.....	606
Figura 5.457 - Policlínica Municipal Dr. Galba Miranda Chaves, município de Rio Casca	606
Figura 5.458 - Unidade Básica de Saúde Centro, no município Rio Casca.	607

Figura 5.459 - Unidade Básica de Saúde – Distrito Jurumirim, no município Rio Casca.....	607
Figura 5.460 - Construção da Unidade Básica de Saúde - Distrito de Vargem Linda, no município São Domingos do Prata.....	607
Figura 5.461 - Hospital Nossa Senhora das Dores, no município São Domingos do Prata.....	607
Figura 5.462 - Construção da Unidade da Rede de Farmácia de Minas, referente ao programa estadual, no município de Rio Piracicaba.....	608
Figura 5.463 - Centro de Saúde Dr. Gentil Alvez Costa, no município de Rio Piracicaba.	608
Figura 5.464 - Unidade Saúde em Casa "Edson Gomes de Araújo.....	608
Figura 5.465 - Rede Farmácia de Minas - Unidade Bela Vista de Minas.....	608
Figura 5.466 - Hospital Santa Casa de Iúna, município de Iúna/ES.	609
Figura 5.467 - Equipe de Saúde da Família, Distrito de Pequiá, em Iúna/ES.....	609
Figura 5.468 - Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas no município de Reduto.	619
Figura 5.469 - Contato com informante no município de Rio Casca.	623
Figura 5.470 - Escola municipal Monsenhor José Facundo no município de Rio Casca. Ônibus escolares a espera dos estudantes.	623
Figura 5.471 - Escola Estadual De Martins Soares.	624
Figura 5.472 - Ônibus escolares usados no deslocamento de estudantes no Município de Martins Soares.	624
Figura 5.473 - Creche Municipal Diomaria Dias Dutra, situada na comunidade Vila Emericke, município de Martins Soares.....	624
Figura 5.474 - Escola Municipal Sebastião Gonzaga, localizada na comunidade de Pinheiro de Minas, Município de Martins Soares.....	624
Figura 5.475 - Ônibus escolares as margens da BR-262, município de Manhuaçu.	625
Figura 5.476 - Escola Municipal Rita Clara Sete, na comunidade de comunidade de Santo Amaro de Minas, município de Manhuaçu.....	625
Figura 5.477 - Faculdade Vértice (UNIVERTIX), município de Matipó.....	627
Figura 5.478 - Escola Estadual Maria de Almeida. Município de Matipó.....	627
Figura 5.479 - Ônibus escolar no município de Rio Casca.....	628
Figura 5.480 - Escola municipal Monsenhor José Facundo, município de Rio Casca.....	628
Figura 5.481 - Escola Municipal Córrego São Miguel, município de Rio Piracicaba.....	629
Figura 5.482 - Escola Estadual Professor Antônio F. Pinto. Município de Rio Piracicaba.....	629
Figura 5.483 - Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá, município de Bela Vista de Minas.....	630
Figura 5.484 - Escola Estadual João Alvares Martins da Costa, município de Bela Vista de Minas.	630
Figura 5.485 - Deslocamento de ônibus escolar, com saída do comunidade de macuco, São Domingos do Prata.	631
Figura 5.486 - Estudante após descer do ônibus escolar esperando condução às margens da rodovia BR-262.	631
Figura 5.487 - Creche Raio de Luz, distrito de Pequiá, em Iúna/ES.	632
Figura 5.488 - Escola Estadual Padre Afonso Bráz, ensino fundamental e médio – distrito de Pequiá,	

lúna/ES.....	632
Figura 5.489 - Rede de Drenagem Urbana no Estado de Minas Gerais. Fonte: Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS), 2011	634
Figura 5.490 - Estação de Tratamento desativada ao longo da BR-262, Rio Casca.....	635
Figura 5.491 - Acesso ao Distrito de Jurumirim, Rio Casca. Presença de solo exposto.....	635
Figura 5.492 - Curso d'água no distrito de Santa Isabel, em São Domingos do Prata. Inexistência de cobertura vegetal em área de preservação permanente.	636
Figura 5.493 - Acesso ao Distrito de Jurumirim, Rio Casca. Presença de solo exposto.....	636
Figura 5.494 - Posto de Saúde da Família com faixa de divulgação, convidado a participação da comunidade no envolvimento do Plano de Saneamento no Distrito Cônego João Pio, em São Domingos do Prata.	637
Figura 5.495 - Estação de abastecimento de água do município de Martins Soares,	638
Figura 5.496 - Estação de abastecimento de água localizada no bairro São Vicente, em Martins Soares, ao lado da BR-262.	639
Figura 5.497 - Comunidade localizada no entorno da rodovia, em Manhuaçu.	639
Figura 5.498 - Captação de água localizada na Vila Emerick, município de Martins Soares.	639
Figura 5.499 - Propriedade rural localizada às proximidades da BR-262, em Abre Campo.....	640
Figura 5.500 - Propriedade rural localizada às proximidades da BR-262, em Abre Campo.....	640
Figura 5.501 - Curso d'água no bairro Santa Efigênia, em Rio Casca, onde há pouca cobertura vegetal com tubulação de esgoto ao longo desse.....	640
Figura 5.502 - Tubulações de esgotamento sanitário em córrego d'água em uma das entradas da área urbana em Rio Casca.....	640
Figura 5.503 - Tubulações de esgotamento sanitário em córrego d'água em uma das entradas da área urbana em Rio Casca.....	640
Figura 5.504 - Contato estabelecido com Secretário de Administração, no município de Martins Soares.	641
Figura 5.505 - Contato realizado entre a equipe de campo e funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no município de Rio Casca.....	642
Figura 5.506 - Estação de tratamento de água no Distrito de Pequiá, em lúna/ES.....	642
Figura 5.507 - Estação de tratamento de água no Distrito de Pequiá, em lúna/ES.....	642
Figura 5.508 - Rio Manhuaçu, que atravessa a cidade de mesmo nome e onde é feita a captação de água.....	643
Figura 5.509 - Local de localização do Sistema de Abastecimento de água na Comunidade de Vila Nova, município de Manhuaçu.....	643
Figura 5.510 - Ribeirão Santo Antônio do Grama, que atravessa o município de mesmo nome. O local de captação de água é realizada a jusante da região urbana.	643
Figura 5.511 - Rio Casca, responsável pelo abastecimento de água no município de mesmo nome.	643
Figura 5.512 - Rio Piracicaba que atravessa a cidade de mesmo nome. Ocupação irregular de edificações ao longo desse rio, com presença de assoreamento e local de provável lançamento de	

efluentes (abaixo, margem esquerda)	644
Figura 5.513 - Tubulação para lançamento de efluentes domésticos em curso d'água na comunidade Córrego dos Machados, em Martins Soares.....	645
Figura 5.514 - Lançamento de resíduos e efluentes domésticos em curso d'água na área central do município de Bela Vista de Minas.	645
Figura 5.515 - Situação de Tratamento e/ou Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos em Minas Gerais, 2013.	648
Figura 5.516 - Área em declive, com pouca cobertura vegetal, excessivo pisoteio de gado com presença de lixão ao lado da BR-262, no município de Abre Campo - Usina de Triagem e Compostagem Regularizada.	649
Figura 5.517 - Coleta de resíduos sólidos na área urbana, no município de Rio Casca.....	649
Figura 5.518 - Acesso ao lixão onde são destinados os resíduos descartados pelo município de Martins Soares.	650
Figura 5.519 - Subestação de energia da Energisa, situada no município de Realeza, localizada às margens da BR-262.	654
Figura 5.520 - Subestação de energia elétrica da Energisa situada no distrito de Padre Fialho, no município de Matipó.	654
Figura 5.521 - Características da rede de energia elétrica urbana de Santo Antônio do Grama.....	655
Figura 5.522 - Falta de iluminação pública observada no bairro Santa Ifigênia, situado às margens da BR-262, no município de Rio Casca.	655
Figura 5.523 - Observação da condição precária da iluminação pública noturna, na cidade de Martins Soares.	655
Figura 5.524 - Observação da condição precária da iluminação pública noturna, na cidade de Martins Soares.	655
Figura 5.525 - Na imagem, observa-se a rodovia BR-262, passando pela cidade de Manhuaçu, observando-se uma precária iluminação neste trecho.	656
Figura 5.526 - Trevo de acesso ao município de Martins Soares, pouco sinalizado.	656
Figura 5.527 - Calçada utilizada para caminhadas, desprovida de acesso e iluminação, na cidade de Rio Casca.	656
Figura 5.528 - Observa-se, na imagem, a ausência de iluminação na BR-262, na cidade de Manhuaçu.	656
Figura 5.529 - Abastecimento de energia elétrica observada em comunidade rural no município de São Domingos do Prata.....	656
Figura 5.530 - Poste de iluminação mal posicionado em acesso à Jurumirim, comunidade em Martins Soares.	656
Figura 5.531 - 72ª Companhia de Polícia Militar, posto de Policiamento Comunitário, município de Manhuaçu.....	658
Figura 5.532 - 11º Batalhão da Polícia Militar, município de Manhuaçu	658
Figura 5.533 - Viatura da Polícia Militar, da 21ª Companhia independente, circulando no município de Santo Antônio do Grama.....	659

Figura 5.534 - Estabelecimento da Polícia Militar, destacamento de Martins Soares.....	659
Figura 5.535 - 118ª Companhia independente da Polícia Militar, município de Rio Casca.	659
Figura 5.536 - Delegacia de Polícia Civil no município de São Domingos do Prata.	659
Figura 5.537 - Viatura da Polícia Civil circulando na área central no município de Rio Casca.	659
Figura 5.538: Vista panorâmica do Presídio de Rio Piracicaba (PRRP).	660
Figura 5.539: Vista panorâmica do Presídio de Rio Piracicaba (PRRP).	660
Figura 5.540 - Mineradora ArcelorMittal, no município de João Monlevade. Fonte: www.google.com.br.	672
Figura 5.541: Delimitação da área destinada às obras relacionadas ao Centro Regional de Distribuição de Alimentos, em Manhuaçu. A área é atravessada pela BR-262, e conta com a proximidade do Aeroporto Elias Breder, em Santo Amaro de Minas (indicado por seta).	674
Figura 5.542 - Indústria Três Corações, às proximidades da BR-262, no município de Manhuaçu. .	674
Figura 5.543 - Fábrica de produtos alimentícios, no município de São Domingos do Prata.....	674
Figura 5.544 - Antiga fábrica de laticínios Cotochés no município de Abre Campo.....	675
Figura 5.545 - FERTIPAR SUDESTE – Martins Soares.....	675
Figura 5.546 - Parque Estadual Serra do Brigadeiro.	680
Figura 5.547 - Igreja Matriz de Sant’Ana, em Abre Campo.	680
Figura 5.548 - Praça da entrada da cidade de Abre Campo.	680
Figura 5.549 - Parque Nacional do Caparaó.	681
Figura 5.550 - Mapa de guia local do Parque Nacional do Caparaó.	681
Figura 5.551: Etapas ilustrativas do projeto que estaria relacionado ao Centro Regional de Distribuição de Alimentos de Manhuaçu.....	682
Figura 5.552 - Igreja Matriz São Lourenço.....	683
Figura 5.553 - Praça da cidade de Manhuaçu.	683
Figura 5.554 - Igreja e praça da cidade de Martins Soares.	684
Figura 5.555 - Biblioteca Municipal e Casa da Cultura- Vereador Antônio Cesar Hot, município de Reduto.....	685
Figura 5.556 - Museu e Biblioteca de Rio Casca.....	685
Figura 5.557 - Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Rio Casca.....	685
Figura 5.558 - Igreja Senhor Bom Jesus, em Rio Piracicaba.	686
Figura 5.559 - Igreja São Domingos de Gusmão, em São Domingos do Prata.	687
Figura 5.560 - Praça da cidade de São Domingos do Prata.	687
Figura 5.561 - Circuito Pico da Bandeira.	689
Figura 5.562 - Circuito Montanhas da Fé.....	689
Figura 5.563 - Circuito Mata Atlântica de Minas.	690
Figura 5.564 - Vulnerabilidade natural do estado de Minas Gerais.	693
Figura 5.565 - Potencial social dos municípios de Minas Gerais.	695
Figura 5.566 - Zoneamento dos municípios de Minas Gerais.	697
Figura 5.567 - Zonas ecológico-econômicas temáticas do estado de Minas Gerais.	699
Figura 5.568 - Ponte de ligação entre o distrito de Pequiá, em Iúna/ES e Martins Soares/MG.....	702

Figura 5.569 - Distrito de Pequiá, no Espírito Santo, município de Lúna, divisa com Minas Gerais...	702
Figura 5.570 - Assoreamento e erosão às margens de rio, localizado no município de Matipó	702
Figura 5.571 - Processo de degradação do solo gerado pela implantação e acesso e retirada de vegetação. Ao fundo, caminhão trafegando na BR-262, em Rio Casca.	702
Figura 5.572 - Queimadas para o preparo do solo em áreas destinadas ao cultivo do café, no município de Matipó.....	703
Figura 5.573 - Áreas já queimadas e plantação de café em segundo plano, localizados no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.	703
Figura 5.574 - Propriedade rural situada em área lindeira à BR-262, cultivo de café em segundo plano, localizados em Martins Soares.	703
Figura 5.575 - Produção de café em propriedade rural de Córrego dos Machados, município de Martins Soares.	703
Figura 5.576 - Propriedade rural com pastagens. Em segundo plano, observa-se cultivo de café entremeado por pastagem e fragmentos vegetacionais. Localidade de Córrego dos Machados, município de Martins Soares.....	704
Figura 5.577 - Propriedade rural, localizada às margens da rodovia, próximo ao município de Abre Campo. Observa-se grande área de pastagem em relevo montanhoso.	704
Figura 5.578 - Terreiro para a secagem de café presenciada em propriedade rural de Córrego dos Machados, município de Martins Soares.	704
Figura 5.579 - Galpão utilizado para secagem do grão do café localizado às margens da BR-262..	704
Figura 5.580 - Aspecto de edificação na vila de operários da empresa Heringer, localizada na comunidade Córrego dos Machados, em Martins Soares.	705
Figura 5.581 - Café em grãos dispostos para comercialização em estabelecimento próximo à BR-262, município de Abre Campo.	705
Figura 5.582 - Propriedade rural com produção leiteira, próximo ao município de Rio Casca.	705
Figura 5.583 - Pastagens com criação de gado bovino, localizada no município de Rio Casca.	705
Figura 5.584 - Fazenda caracterizada pela silvicultura de eucalipto e cultivo de café, em área próxima da BR-262, em Martins Soares.	706
Figura 5.585 - Produção de eucalipto, localizada na comunidade de Padre Fialho, município de Matipó.	706
Figura 5.586 - Ocupações em áreas de risco, na faixa de domínio da BR-262, cidade de Manhuaçu.	707
Figura 5.587 - Ocupações em áreas de risco, junto à faixa de domínio da BR-262. Trevo de acesso à cidade de Manhuaçu	707
Figura 5.588 - Ocupação em áreas lindeiras à BR-262, cidade de Manhuaçu.	707
Figura 5.589 - Ocupações em áreas lindeiras à BR-262, município de Rio Casca.....	707
Figura 5.590 - Concessionárias situadas em áreas lindeiras à Rodovia, município de Manhuaçu. ..	708
Figura 5.591 - Posto de combustível próximo à Rodovia, distrito de Realeza, município de Manhuaçu.	708
Figura 5.592 - Hotel e restaurante – Memorial Cotochés, às margens da BR-262, município de Abre	

Campo.....	708
Figura 5.593 - Área urbana do município de Rio Piracicaba	709
Figura 5.594 - Trem de transporte de minério, passando pelo município de Rio Piracicaba	709
Figura 5.595 - Área central do município de São Domingos do Prata.....	709
Figura 5.596 - Área central do município de Matipó.	709
Figura 5.597 - Concentração espacial dos acidentes de trânsito no Estado de Minas Gerais (2012-2013).	713
Figura 5.598 - Acidente registrado pela equipe de campo, ocorrido no dia 08/10/2014 no km 139 da Rodovia BR-262, no município de Rio Casca, sentido Belo Horizonte, com uma vítima fatal.	714
Figura 5.599 - Motorista parada em local inadequado, realizando a troca de pneu na BR-262.	714
Figura 5.600 - Trevo de acesso ao município de Martins Soares, bem como à MG-111, que faz ligação com os municípios de Manhumirim e Alto Caparaó.....	715
Figura 5.601 - Acesso ao Bairro São Vicente no município de Martins Soares	715
Figura 5.602 - Trechos indicados pelos informantes como aqueles que apresentam altos índices de acidentes.	716
Figura 5.603 - Acesso ao distrito de Pinheiros, município de Martins Soares. Ao fundo, à direita, pessoa sentada às margens da rodovia aguardando transporte coletivo.	717
Figura 5.604 - Trevo de acesso ao município de Reduto. Acesso também à rodovia MG-111, que liga os municípios de Reduto a Manhumirim e Alto Caparaó.....	717
Figura 5.605 - Um dos trevos de acesso ao município de Manhuaçu.....	718
Figura 5.606 - Local de intersecção das rodovias BR-262 e BR-116, no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.....	718
Figura 5.607 - Local de intersecção das rodovias BR-262 e BR-116, no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.....	718
Figura 5.608 - Trevo de acesso ao município de Matipó e intersecção com a Rodovia Ozíares Linhares Fraga.	719
Figura 5.609 - Acesso à propriedade rural nas dependências do município de Abre Campo.	719
Figura 5.610 - Acesso ao Distrito de Jurumirim, pertencente ao município de Rio Casca.....	720
Figura 5.611 - Trevo de acesso à comunidade Santa Efigênia, no município de Rio Casca - ligação com a Rodovia MG-329.	721
Figura 5.612 - Um dos acessos à comunidade Santa Efigênia. Município de Rio Casca.....	721
Figura 5.613 - Acesso perigoso à BR-262 localizado no município de Rio Casca.....	721
Figura 5.614 - Acesso ao município de Santo Antônio do Grama.....	722
Figura 5.615 - Acesso à comunidade de Santa Isabel e, ao fundo, acesso ao município de São Domingos do Prata, pela comunidade Macuco.	722
Figura 5.616 - Posto combustível, às margens da BR-262, localizado no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.....	723
Figura 5.617 - Ponto de comércio intenso, às margens da BR-262, no município de Rio Casca.....	723
Figura 5.618 - Comércio de produtos coloniais, localizado às margens da BR-262.	724
Figura 5.619 - Empresa de fertilizantes localizada no município de Martins Soares, às margens da BR-	

262.....	724
Figura 5.620 - Empresa têxtil, localizada às margens da BR-262, no município de Reduto	724
Figura 5.621 - Trecho da BR-262 que atravessa o núcleo urbano do município de Manhuaçu.	725
Figura 5.622 - Trecho da Rodovia BR-262 que atravessa o município de Manhuaçu. Ao fundo, à esquerda, presença da Empresa Três Corações, corroborando à importância da cafeicultura na região.	725
Figura 5.623 - Trecho da BR-262 que atravessa o núcleo urbano do município de Manhuaçu. Ocupação intensa às margens da rodovia. À direita, local para passagem de pedestres.	725
Figura 5.624 - Trecho da BR-262 que corta o núcleo urbano do município de Manhuaçu. À direita, aglomerado de edificações em cota inferior ao nível da rodovia.	725
Figura 5.625 - Passarela de ligação entre as margens da rodovia, no município de Abre Campo. ..	726
Figura 5.626 - Trecho da rodovia que corta o núcleo urbano do município de Rio Casca. À esquerda, observa-se estabelecimentos de comércio e serviços, entre os quais, agência dos Correios.	726
Figura 5.627 - Trecho da rodovia que corta a Comunidade de Santa Efigênia, no município de Rio Casca. À esquerda, ponto de ônibus e intenso fluxo de veículos.	726
Figura 5.628 - Início da área utilizada para a prática de exercícios e lazer, às margens da BR-262, no município de Rio Casca.	727
Figura 5.629 - Possíveis áreas de expansão urbana no município de Martins Soares, indicadas pelas setas vermelhas.	728
Figura 5.630 - Região localizada às proximidades da BR-262, onde, futuramente, haverá implantação de loteamento particular, no município de Martins Soares.	728
Figura 5.631 - Área de expansão urbana localizada no município de Rio Casca. Observa-se também a degradação das encostas, com presença de processos erosivos e voçorocas.	729
Figura 5.632 - Desmembramento dos municípios ao longo da história	736
Figura 5.633 - Estação ferroviária de Manhuaçu em 1927.	738
Figura 5.634 - Vista aérea de Manhuaçu (Data não disponível)	738
Figura 5.635 - Praça Principal em São Domingos do Prata em 1912.	742
Figura 5.636 - Procissão de São Cristóvão em 1956 em São Domingos do Prata.	742
Figura 5.637 - Avenida Getúlio Vargas em João Monlevade. Provavelmente década de 70 e 80.	744
Figura 5.638 - Estação Ferroviária de João Monlevade. Passagem do Ramal de Nova Era pela Cidade. Provavelmente em 1950.	744
Figura 5.639 - Localização da Comunidade Quilombola Caxambu.....	752
Figura 5.640- Projeto duplicação da BR 262 – Etnomapa do Território de Caxambu, Padre Pinto, Sara Simião. Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.	755
Figura 5.641- Projeto duplicação da BR 262 – Território do Canangue, Padre Pinto.	756
Figura 5.642- Projeto duplicação da BR 262 – Pé de Jatobá, Território do Canangue, Padre Pinto.	757
Figura 5.643- Projeto duplicação da BR 262 – Identificação de distâncias, Padre Pinto.	757
Figura 5.644- Projeto duplicação da BR 262 – Etnomapa de atividades econômicas locais, Padre Pinto. Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.	758
Figura 5.645- Projeto duplicação da BR 262 – Forno caieira, Padre Pinto.	758

Figura 5.646- Projeto duplicação da BR 262 – Dona Quinha, Padre Pinto.....	759
Figura 5.647- Projeto duplicação da BR 262 – Povoado de Caxambu, Padre Pinto.	760
Figura 5.648- Projeto duplicação da BR 262 - Congado do Povoado de Caxambu, Padre Pinto.	761
Figura 5.649- Projeto duplicação da BR 262 – Boi Fogueira, Povoado de Caxambu, Padre Pinto. ...	761
Figura 5.650- Projeto duplicação da BR 262 – Marcionília em reconhecimento do Canangue,	762
Figura 5.651- Projeto duplicação da BR 262 – Material produzido na escola para o museu local.	763
Figura 5.652 - Contato com morador, no município de Martins Soares.	766
Figura 5.653 - Contato com agente de saúde, na área central do município de Rio Casca.	766
Figura 5.654 - Curva relatada pelos moradores como local de alto risco de acidentes. Município de Martins Soares.	767
Figura 5.655 - Bairro São Vicente em Martins Soares, logo abaixo a curva relatada como perigosa.	767
Figura 5.656 - Local de grande fluxo de pedestres nas margens da BR-262, município de Rio Casca.	767
Figura 5.657 - Acesso considerado como um dos pontos de grande risco de acidentes, sendo essa uma das entradas para o bairro São Vicente, em Martins Soares.	767

INDICE DE TABELA

Tabela 5.112 - segmentos que formam o trecho da rodovia em estudo – pnv 2011	568
Tabela 5.113 - mesoregiões, microregiões e municípios da área de estudo	571
Tabela 5.114 - população total residente por situação de domicílio, considerando o país, estados e as microrregiões de interesse, nos anos de 2000 e 2010	572
Tabela 5.115 - população segundo situação do domicílio (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)	574
Tabela 5.116 - área total das unidades territoriais e densidade demográfica	576
Tabela 5.117 - participação percentual das faixas etárias por sexo, sobre a população total (1991, 2000 e 2010)	578
Tabela 5.118 - idh dos estados e principais municípios da área de estudo - 2000 e 2010.....	582
Tabela 5.119 - idsus da federação, estados e principais municípios na ae (aqueles atravessados pelo traçado da rodovia).	590
Tabela 5.120 - população, estabelecimentos, leitos, profissionais e leitos/profissionais por 1000 habitantes	591
Tabela 5.121 - índices de mortalidade infantil (até 1 ano de idade/mil nascidos vivos), longevidade e fecundidade nos municípios localizados na área de estudo do empreendimento	594
Tabela 5.122 - modelo de regionalização adotado pela secretaria estadual de saúde- mg	599
Tabela 5.123 - índice de desenvolvimento da educação básica relativo ao ensino fundamental	611
Tabela 5.124 - número de estudantes matriculados na rede de ensino do estado de minas gerais .	613
Tabela 5.125 - número de docentes da rede de ensino do estado de minas gerais.....	613
Tabela 5.126 - número de escolas no estado de minas gerais.	615
Tabela 5.127 - número de escolas por município, 2012.	618
Tabela 5.128 - número de alunos matriculados, 2012.....	620
Tabela 5.129 - número de docentes por município, 2012.	622
Tabela 5.130 - abastecimento de água dos municípios na região de estudo.	637
Tabela 5.131 - situação do esgotamento sanitário nos principais municípios inseridos na ae (incluindo estados mg e es).	646
Tabela 5.132 - coleta de lixo dos municípios atravessados pela rodovia, inseridos na no estado de minas gerais.	649
Tabela 5.133 - consumo de energia elétrica por classe consumidora em gwh – minas gerais (2009-2013)	652
Tabela 5.134 - número de consumidores por classe de consumo – em minas gerais (2009-2013)..	653
Tabela 5.135 - abastecimento de energia elétrica por domicílios particulares permanentes (2010) .	653
Tabela 5.136 - delegacias de polícia civil existentes nos municípios	660
Tabela 5.137 - valor adicionado bruto (vab) da economia, impostos e produto interno bruto (pib) da area de estudo - em mil reais (2000, 2006 e 2012).	663
Tabela 5.138 - valor adicionado bruto (vab) a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações da área de estudo - em mil reais (2000, 2006 e 2012).	665
Tabela 5.139 - percentual de participação sobre a variação do valor adicionado bruto (vab) por atividade econômica (2000, 2006 e 2012).....	666

Tabela 5.140 - índice de desemprego (taxa de desocupação), população total, pia, pea e poc e taxa de desocupação total do brasil, estado, microrregiões e municípios inseridos na área de estudo (2010).	668
Tabela 5.141 - estoque de empregos formais por setores de atividades econômicas no estado de minas gerais (2012 e 2013)	670
Tabela 5.142 - ações do programa destino minas da secretaria de estado de turismo e esportes de minas gerais (setur).....	691
Tabela 5.143 - vulnerabilidade natural e potencial social dos municípios da área de estudo.....	696
Tabela 5.144 - zoneamento dos municípios da área de estudo	697
Tabela 5.145 - número de propriedades passíveis de serem atingidas pelas obras de melhoramento e duplicação da rodovia.	731
Tabela 5.146 - registros de sítios arqueológicos identificados no cnsa – iphan.....	746
Tabela 5.147 - síntese de sítios arqueológicos identificados na fase de diagnóstico arqueológico da duplicação da br 262.	747
Tabela 5.148 - patrimônio cultural identificado na fase de diagnóstico arqueológico da duplicação da br 262 na área diretamente afetada.	748

INDICE DE QUADRO

Quadro 5.58 - articulação operacional da polícia militar de minas gerais	657
Quadro 5.59 - planos diretores dos municípios atravessados pela rodovia.	701

INDICE DE GRÁFICO

Gráfico 5.108 - Principais emissores de turistas para Minas Gerais.	677
Gráfico 5.109 - Fluxo de turistas de Minas Gerais.	678
Gráfico 5.110 - Receita Turística de Minas Gerais.	678

5 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

5.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

A elaboração deste relatório teve como base de sustentação, o levantamento de informações disponibilizadas por instituições federais, estaduais e municipais, além de dados secundários obtidos através de fontes oficiais. Corroborando às informações secundárias, o presente diagnóstico foi fundamentado em observações e coleta de dados realizadas em campo.

Foram consideradas todas as temáticas definidas no Termo de Referência, assim como está mantida a estrutura proposta. As metodologias adotadas nas análises de cada uma das temáticas estão de acordo com as normas específicas, com as práticas científicas consagradas e estão explicitadas e justificadas no item correspondente.

O relatório socioeconômico foi estruturado focalizando as dinâmicas populacional, econômica, territorial e sociocultural das áreas de estudo, de forma que fossem abarcados os temas fundamentais para a sua caracterização e para a análise dos possíveis impactos a serem gerados pelo empreendimento. Embora os dados secundários privilegiassem as informações em nível municipal, foram apresentadas análises com recorte regional e nacional, com o objetivo de tecer comparações entre as características dos municípios que possivelmente constituirão a área diretamente atingida, bem como as microrregiões, onde esses se inserem.

No item “Dinâmica populacional” foram caracterizados dados sobre a distribuição geográfica da população, nos meios urbano e rural. Buscou-se descrever e contextualizar os fluxos migratórios, comparando as áreas ocupadas e os possíveis vetores de expansão observados, os quais originaram as configurações populacionais observadas atualmente. Esse item também concentrou a análise de informações acerca dos serviços básicos e da infraestrutura, sendo composto por vários subitens.

No subitem “Organização social” foram identificados os grupos de interesse e organizações da sociedade civil dos municípios interceptados pelo trecho da rodovia, passíveis de interação com o empreendimento.

No subitem “Condições de saúde e doenças endêmicas” foram apresentados e analisados os principais riscos e doenças e a incidência de endemias.

No subitem “Infraestrutura básica e de serviços” foram caracterizados a infraestrutura e os serviços disponíveis, com destaque à necessidade da utilização do sistema modal viário atual no deslocamento entre as comunidades e às regiões mais relevantes, os quais se referem ao atendimento prestado aos moradores da área de estudo do empreendimento, principalmente aqueles serviços relacionados à saúde e educação.

No item “Dinâmica econômica” levantaram-se aspectos da estrutura produtiva e de serviços da área de estudo, bem como os vetores de crescimento regional e sua inter-relação com o empreendimento, assim como o desenvolvimento do potencial turístico da região. Para tanto, trabalhou-se com indicadores de renda, PEA - População Economicamente Ativa, taxa de desemprego, PIB – Produto Interno Bruto, dentre outros.

No item “Dinâmica Territorial” se verificou as formas de uso e ocupação do solo, o zoneamento e ordenamento espacial estabelecidos por meio de planos diretores e do Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE), principalmente de Minas Gerais. Também verificaram-se as características e condições de mobilidade urbana nas áreas interceptadas pelo empreendimento.

Nos aspectos relacionados ao item “Dinâmica Sociocultural” buscou-se descrever a percepção dos moradores da área de estudo, principalmente daqueles localizados no entorno da BR-262.

São objetivos do presente diagnóstico:

- Levantar informações secundárias, de cunho quantitativo e qualitativo, sobre as áreas de influência do empreendimento, com o propósito de conhecer a realidade local onde esse será instalado;
- Levantar dados primários junto aos municípios interceptados pelo empreendimento, por meio de pesquisa de campo, sobre as características da infraestrutura, economia, dinâmicas territorial e sociocultural, a fim de complementar e confirmar os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental;
- Observar e identificar, em campo, como se dá a interação entre a rodovia e os moradores locais, assim como possíveis usuários que se utilizam da via;
- Identificar possíveis vulnerabilidades da população em relação a infraestrutura e os principais problemas socioeconômicos existentes nas áreas de influência;

Analisar as informações obtidas a fim de subsidiar a avaliação dos impactos e traçar o prognóstico socioambiental.

5.3.1 Metodologia

Adotaram-se, nesse estudo, as abordagens quantitativa e qualitativa para a coleta e análise de dados. A primeira, centrou-se na utilização de pesquisas de informações e de estatísticas em fontes oficiais e especializadas, contribuindo, dessa maneira, na produção de análises voltadas para quantificar e comparar as características dos municípios interceptados. Sempre que possível, os dados municipais foram contrapostos a dados das regiões de interesse, a fim de se traçar paralelos e comparações que pudessem ajudar na compreensão das dinâmicas local e regional.

Para se trabalhar com a perspectiva regional, utilizaram-se recortes diferentes, em razão da disponibilidade de informações existentes. As bases de dados oficiais (IBGE, DATASUS, IPEA, entre outros) adotam o recorte das microrregiões; já a elaboração das políticas públicas têm privilegiado os recortes das regiões econômicas e dos territórios de identidade. Os municípios que possivelmente integraram a área de estudo foram identificados e destacados segundo essas formas de regionalização. Ressalta-se, contudo que, embora as

microrregiões se enquadrem na área de estudo, não são consideradas aqui, como áreas de influência direta ou indireta.

A abordagem qualitativa foi utilizada para a coleta e análise de dados primários, bem como para lidar com variáveis cujo uso da quantificação não era apropriado. O método qualitativo foi importante para se identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e suas interações.

O levantamento bibliográfico constituiu-se na fase inicial dos trabalhos, quando foram compilados os documentos e dados disponíveis sobre a região, o empreendimento e os diversos temas a serem considerados.

Em seguida, voltou-se para a identificação de informações por meio de contatos com informantes, dentre estes, funcionários públicos, de órgãos de pesquisa e técnicos que trabalham na região.

Entre os documentos consultados encontram-se aqueles elaborados pelas equipes técnicas dos órgãos vinculados às administrações municipais, estaduais e federal; pesquisas, monografias e teses desenvolvidas por centros acadêmicos e universidades. Foram examinados estudos ou avaliações disponíveis sobre a área, os quais forneçam informações sobre a história de ocupação, considerando diferentes períodos de estudo.

As informações secundárias fundamentaram, junto com os resultados das pesquisas de campo, o desenvolvimento do diagnóstico e proposições.

Na pesquisa de campo, realizada em outubro de 2014, foram contatados os municípios que seriam interceptados pela rodovia, localizados no subtrecho DIV ES/MG à entrada BR-381, em João Monlevade. A localização dos municípios da área de interesse, assim como comunidades visitadas, pode ser observada no Mapa Área de Estudo (AE) do Meio Socioeconômico ((Volume III – Mapeamento Temático, Tomo I).

As informações foram coletadas por meio de contatos estabelecidos junto a representantes do poder municipal, profissionais e administradores da área de ensino, saúde e moradores locais, assim como, aspectos relevantes sobre o sistema de infraestrutura à saúde, educação, transportes, segurança, saneamento básico, pressão migratória, plano diretor e zoneamento territorial, organizações sociais, conflitos, além de buscar compreender como é a percepção das pessoas da região e a relação dessas com a rodovia.

Para tanto, como método de coleta de informações primárias fornecidas pelos atores sociais, optou-se por utilizar ferramenta que se distingue da tradicional entrevista estruturada. Por acreditar que a entrevista pode gerar qualquer tipo de estranhamento dos informantes em relação aos entrevistadores e, em decorrência deste fator, a apreensão de certas práticas, opiniões e significados mais subjetivos ficam prejudicados se adotou a observação participante etnográfica como maneira de adentrar “no mundo” do informante, tentando, ao máximo, diminuir o estranhamento deste através do estabelecimento de contatos mais informais, por tempo determinado nas suas comunidades, com o objetivo de fazer com que o informante se sinta à vontade para expressar sua percepção sobre a estrutura dos serviços disponíveis em sua localidade, bem como a respeito de sua percepção em relação ao empreendimento.

A observação participante, ou etnografia, tenta registrar – através de diários de campo a serem analisados e compilados posteriormente – a negociação de sentido que os atores sociais dão às suas próprias práticas, seus costumes, suas ações cotidianas, os sinais não verbais, o uso de termos falados no local, entre outros, fazendo com que o trabalho de campo

(...) nos leve a considerar que será o tempo de convivência o meio pelo qual as particularidades, os jeitos de ser, os modos de representar poderão ser expressos de maneira a dificultar que as pessoas exibam apenas aquilo que avaliam que o pesquisador deve ou quer escutar, possibilitando, então desvelar processos criados pelas pessoas em sua vida diária. (Sato e Souza, 2001, p. 45)

A equipe que levantou as informações em campo foi composta de pesquisadores, com formação superior em Engenharia Agrônômica, Geografia, Sociologia e Oceanografia, sendo esses dois últimos, compostos por estagiários em fase final de conclusão de curso.

Cabe ressaltar que a equipe técnica buscou ser composta por profissionais multidisciplinares, com conhecimentos diversos, inclusive com a atuação de graduanda da última fase de Oceanografia, haja vista que entre as atribuições da profissão, está a gestão de recursos hídricos, não só marinhos como ambientais, sendo que essa mesma profissional possui formação técnica em geomensura, o que colaboraria no diagnóstico, com a elaboração de mapeamento, georreferenciamento de pontos de interesse, entre outros aspectos inerentes ao estudo.

Na pesquisa de percepção não foi realizada mensuração quantitativa das respostas dos entrevistados, mas uma análise de cunho qualitativo, segundo os princípios da técnica da “análise de conteúdo”.

Esse instrumento possibilita a sistematização, categorização e análise de material linguístico oral ou escrito. A análise de conteúdo permite ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação (Gil, 2012). Possibilita a compreensão do material textual, buscando explicitar o que está subentendido na mensagem e em qual contexto essa é produzida. Procurou-se, na estruturação da análise das entrevistas, mapear o contexto em que as enunciações foram produzidas e localizar os sujeitos da pesquisa nesse cenário.

A análise do material coletado em campo foi feita por contraposição das respostas e da observação das recorrências encontradas durante o contato com os entrevistados. Assim, as opiniões e caracterizações regionais, emitidas pelos entrevistados, foram comparadas e contrapostas às análises técnicas que já haviam sido realizadas, bem como aos dados estatísticos.

5.3.2 Dinâmica populacional

5.3.2.1 Caracterização populacional

Este capítulo trata da localização do traçado da Rodovia BR-262, numa extensão total de 196,4 km, no trecho compreendido entre os Km 0,0 ao Km 196,4, limite entre o estado do Espírito Santo e Minas Gerais. Na nomenclatura do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT esta é uma rodovia transversal, ou seja, aquela que corta o país na direção Leste-Oeste.

O empreendimento em questão inicia-se na divisa entre os Estados do Espírito Santo, município de Iúna, no distrito de Pequiá, com Minas Gerais, no município de Martins Soares, na região localizada no sudeste mineiro. A rodovia segue na direção oeste, com início no distrito de Pequiá, interceptando os municípios, que seguem na ordem: Martins Soares, Reduto, Manhuaçu, Matipó, Abre Campo, Santo Antônio do Gramma, Rio Casca, São Domingos do Prata, Bela Vista de Minas, Rio Piracicaba e João Monlevade.

A seguir, na Tabela 5.112 os segmentos que formam o trecho da rodovia em estudo, definidos pelo DNIT no Plano Nacional de Viação do ano de 2011 (PNV2011).

TABELA 5.112 - SEGMENTOS QUE FORMAM O TRECHO DA RODOVIA EM ESTUDO – PNV 2011

CÓDIGO PNV	LOCAL DE INÍCIO	LOCAL DE FIM	KM INÍCIO	KM FIM	EXT. (KM)
262BMG0230	Div ES/MG	Entr MG-108(A)	0	10,2	10,2
262BMG0240	Entr MG-108 (A)	Entr MG-108(B)	10,2	15,3	5,1
262BMG0250	Entr MG-108 (B)	Entr MG-111(A)	15,3	29	13,7
262BMG0270	Entr MG-111(A)	Entr MG-111(B) (Manhuaçu)	29	36,4	7,4
262BMG0290	Entr MG-111(B) (Manhuaçu)	Entr BR-116 (Realeza)	36,4	50,8	14,4
262BMG0295	Entr BR-116 (Realeza)	Acesso Santa Margarida	50,8	67,8	15,7
262BMG0300	Acesso Santa Margarida	Acesso Matipó	67,8	72,2	4,4
262BMG0310	Acesso Matipó	Trevo p/ Abre Campo (Trecho Urbano)	72,2	96	23,8
262BMG0320	Trevo p/ Abre Campo	Entr MG-329 (A) (São Pedro dos Ferros)	96	116,4	20,4
262BMG0330	Entr MG-329(A) (São Pedro dos Ferros)	Entr MG-329 (B) (Rio Casca)	116,4	121,4	5
262BMG0350	Entr MG-329(B) (Rio Casca)	Entr MG-320 (p/São José do Goiabal)	121,4	147,9	26,5
262BMG0370	Entr MG-320 (P/São José do Goiabal)	Entr BR-120 (Vargem Linda)	147,9	172,2	24,3
262BMG0390	Entr BR-120 (Vargem Linda)	Acesso São Domingos do Prata	172,2	185,3	13,1
262BMG0393	Acesso São Domingos do Prata	Entr BR-381 (João Monlevade)	185,3	196,4	11,1

Fonte: DNIT, 2011.

Voltando o olhar para um pouco da formação histórica de Minas Gerais, identifica-se que sua ocupação populacional teve forte influência do Ciclo do Ouro e do Ciclo do Café, dos quais passamos a falar brevemente.

O Ciclo do Ouro, que se presenciou a partir do final do século XVII e permaneceu durante o século XVIII, teve a extração e exportação do ouro como principal atividade econômica durante o período colonial. Antes disso, durante o Brasil Colônia, a ocupação da porção da América, que cabia aos portugueses pelo Tratado de Tordesilhas, ficou restrita à faixa litorânea, por mais de 200 anos, sendo foco de defesa das frequentes investidas de franceses, de holandeses e de ingleses. Durante este período, algumas entradas em direção aos sertões foram realizadas, mas somente a partir da segunda metade do século XVI é que houve sua intensificação. Já no início do século XVII, com a finalidade de explorar o interior do Brasil, as incursões seguiram caminhos abertos pelos índios, trilhas estas que estabeleciam estreita relação com os depósitos de ouro e de diamantes, situados a leste e a oeste da Linha de Tordesilhas, condicionando a formação dos primeiros núcleos populacionais (CALAES; FERREIRA, 2009, p.8).

Nos primeiros anos do século XVIII destacavam-se a existência de dois caminhos oficiais que conduziam às minas, mas ainda outros que serviam para desviar o ouro e diamantes da Coroa Portuguesa, a saber, a Estrada Real que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro, e o Caminho Real, ligando Ouro Preto à Vitória. Com o objetivo de evitar a fuga do produto, o governo estabeleceu que todo o ouro e os diamantes produzidos fossem escoados por estradas oficiais, o que facilitava o controle sobre esses desvios. Estes caminhos, ao lado das regiões produtoras, acabaram por estabelecer um marco para a ocupação da região, tendo a consolidação das posições portuguesas no centro da América do Sul, no período compreendido entre 1718 e 1752, com a espacialização das Minas do Cuiabá e as Minas do Mato Grosso (OLIVEIRA, 2011, p. 01). A Estrada Real contribuiu para a formação social, espacial e cultural da Região de Influência da Estrada Real (RIER) e também do País. De acordo com Calaes e Ferreira (2009, p.32):

(...) esta rota de penetração, com 1.400 km, propiciou a ocupação de um vasto território, irrigando-o com ideários de diferentes fluxos migratórios e de diversas etnias, credos, culturas, posses e interesses econômicos, que afluíam ao interior do país, num processo de convergência de raças e culturas, amalgamando-as às populações nativas pré-existentes.

Pode-se aferir portanto, que o centro dinâmico do Ciclo do Ouro constituiu-se num dos fatores condicionantes da formação sócio espacial, originando os primeiros núcleos populacionais e estimulando a produção agropecuária destinada ao abastecimento da região, devido à grande mão de obra envolvida na mineração e o desenvolvimento que se presenciou. Segundo Furtado (2007, pg.66), “o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir minoria, e o elemento de origem europeia, a maioria”.

A atividade acabara por assumir um papel estruturante para o desenvolvimento da economia brasileira, visto que em algumas regiões o comportamento da produção durante o

ciclo tornou possível um desenvolvimento demográfico mais regular e a fixação definitiva de núcleos importantes de povoação, exigindo também o seu abastecimento, caracterizando pontos de atração econômica. Até 1760, as exportações se mantiveram crescentes, atingindo cerca de 2,5 milhões de libras, tendo seu apogeu entre 1750 e 1760, com exportações anuais em torno de 2 milhões de libras. Segundo Furtado (2007, pg. 125), naquela época, a população livre da região mineira não seria inferior a 300 mil pessoas.

Outro elemento condicionante da ocupação na região foi a economia cafeeira que surgiu no início do século XVIII, estabelecendo relações socioeconômicas fundamentais ao desenvolvimento, gerando importante prosperidade no período 1800-1930, compreendido como Ciclo do Café. Durante a década de 1870, com a ascensão contínua da produção e a Lei do Ventre Livre, a mão de obra tornara-se escassa, o que levou aos incentivos à imigração de trabalhadores assalariados e participações em subsídios, envolvendo o império e governos provinciais. O núcleo gerador da economia passa a ser o café, em plena ascensão e predominante nos estados de São Paulo e de Minas Gerais, incentivando a imigração estrangeira e de outras regiões do País, verificada de forma significativa na segunda metade do século XIX. A Zona da Mata, com destaque para o polo Juiz de Fora, concentrou a imigração do período voltada à demanda gerada pelo café constituindo-se centro dinâmico regional da economia cafeeira.

Assumiram portanto, os ciclos do Ouro e do Café, importantes fatores contribuintes ao desenvolvimento econômico, à medida que estimularam a demanda por mão de obra no interior do Brasil, determinando elementos que condicionaram a formação sócio espacial da região de Minas Gerais. Vale destacar que a economia cafeeira lançou as bases para um novo sistema econômico, o trabalho assalariado, que estabeleceu transformações estruturais que levaram a substituição de uma economia assentada na subsistência para uma economia sustentada no mercado interno (FURTADO, 2007).

Minas Gerais constitui-se, atualmente, no quarto estado brasileiro em extensão territorial e o segundo em termos de população, com 20,7 milhões de habitantes de acordo com o Censo IBGE 2010 (IBGE, 2014). Localiza-se na Região Sudeste, sendo limítrofe aos Estados de São Paulo, em sua porção sul e sudeste; Mato Grosso do Sul, a oeste; Goiás e Distrito Federal, a noroeste; Bahia, a norte e nordeste; Espírito Santo, a leste e, Rio de Janeiro, em sua porção sudeste. É o Estado com maior número de municípios do país, 853, tendo uma densidade demográfica de 33,41 hab/km² e um território de 586.522,122 km².

Em virtude das atividades desenvolvidas e o seu território, o governo do Estado mineiro passou a congrega os municípios ligados socioeconomicamente, assim, foi definida, como área de estudo, a Região de Planejamento da Mata e a Central, a qual estão localizadas as mesorregiões Zona da Mata e Metropolitana de Belo Horizonte, fixadas para cada unidade da Federação, considerando alguns aspectos, tendo o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.

O IBGE divide Minas Gerais em 12 mesorregiões, que por sua vez, são subdivididas em 66 microrregiões. Este sistema de divisão contribui para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de

aglomerações urbanas e rurais. O trecho da rodovia BR-262, em estudo, situa-se nas mesorregiões Zona da Mata e Metropolitana de Belo Horizonte.

A Mata Atlântica, com sua densa cobertura vegetal, deu origem ao nome da Mesorregião da Zona da Mata (MZM). A floresta, entretanto, foi fortemente devastada e atualmente é restrita a pequenas áreas nos pontos mais elevados. Formada por sete Microrregiões Geográficas e 142 municípios, a Zona da Mata mineira possuía em 2010, uma população de 2.173.374 habitantes, o que correspondia a 11,9 % da população total do estado de Minas Gerais, ou 19.597.330 habitantes.

A Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, por sua vez, é formada por oito microrregiões, subdivididos em 105 municípios, sendo considerada a região que mais contribui para a economia estadual e a que apresenta a maior concentração demográfica, totalizando 6.236.117 habitantes.

Visando abarcar região mais ampla, foram definidas, como parte da área de estudo (AE), as microrregiões de Caparaó, integrante da mesorregião Sul Espírito-Santense, adotando a Divisão Regional do Estado, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e em Minas Gerais, as microrregiões de Manhuaçu, Ponte Nova e Itabira, em divisão estabelecida pela antiga Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), atual Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

A divisão territorial, em regiões, proporciona o auxílio de estudos de planejamento e de ações governamentais, conferindo à referida área geográfica certo grau de homogeneidade, das quais as microrregiões são definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço, com relação à estrutura de produção, agropecuária, indústria, entre outros.

Na Tabela 5.113, a seguir, listam-se as mesorregiões, microrregiões e municípios da área de estudo.

TABELA 5.113 - MESOREGIÕES, MICROREGIÕES E MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO

MESOREGIÕES	MICROREGIÕES	MUNICÍPIOS
Sul Espírito-Santense	Caparaó	Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna e Muniz Freire.
Zona da Mata	Manhuaçu	Abre Campo, Alto-Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Lajinha, Luisburgo, Martins Soares, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Bárbara do Leste, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São José do Mantimento e Simonésia.
Zona da Mata	Ponte Nova	Acaiaca, Barra Longa, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramma, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita, Urucânia e Vermelho Novo.

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira	Alvinópolis, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas, Dionísio, Ferros, Itabira, João Monlevade, Nora Era, Nova União, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabal e Taquaraçu de Minas.

Fonte: Governo de Minas Gerais¹ e Instituto Jones dos Santos Neves².

Com relação ao Espírito Santo, a distribuição territorial é definida em 4 Mesorregiões Geográficas, sendo essas, Central Espírito-santense, Litoral Norte Espírito-santense, Noroeste Espírito-santense e Sul Espírito-santense. Considerando aspectos relacionados à espacialização dos dados populacionais e a definição das Microrregiões de Gestão Administrativa, o estado é dividido em 12 microrregiões.

Segundo os resultados do Censo Demográfico de 2010, o estado do Espírito Santo estaria situado na 15ª posição na classificação entre os estados mais populosos, representando 1,8% da população brasileira, enquanto a maior concentração proporcional concentraria nos três estados da região Sudeste, com 21,6% da população em São Paulo, 10,3% em Minas Gerais e 8,4% no Rio de Janeiro (Lira, et al).

A seguir, os dados da população total, urbana e rural segundo situação do domicílio, nos anos de 2000 e 2010 adotando comparativos regional, estadual e nacional, assim como o percentual de crescimento, considerando os períodos de referência para essas regiões.

TABELA 5.114 - POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, CONSIDERANDO O PAÍS, ESTADOS E AS MICRORREGIÕES DE INTERESSE, NOS ANOS DE 2000 E 2010

País, Estado e Microrregiões	Situação do Domicílio	População Residente		%
		2000	2010	
Brasil	Total	169.799.170	190.755.799	12,34%
	Urbana	137.953.959	160.925.804	16,65%
	Rural	31.845.211	29.829.995	-6,33%
Espírito Santo	Total	3.097.232	3.514.952	13,49%
	Urbana	2.463.049	2.931.472	19,02%
	Rural	634.183	583.480	-8,00%
Microrregião Caparaó	Total	152.787	158.303	3,61%
	Urbana	81.559	94.484	15,85%
	Rural	71.228	63.819	-10,40%
Minas Gerais	Total	11.485.663	13.380.105	16,49%
	Urbana	6.063.298	8.983.371	48,16%

¹ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>. Acessado em 06.07.2015.

² Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=892&Itemid=116. Acessado em 06.07.2015.

País, Estado e Microrregiões	Situação do Domicílio	População Residente		%
		2000	2010	
	Rural	5.422.365	4.396.734	-18,91%
Microrregião Manhuaçu	Total	250.380	273.814	9,36%
	Urbana	144.648	170.962	18,19%
	Rural	105.732	102.852	-2,72%
Microrregião Ponte Nova	Total	190.248	187.147	-1,63%
	Urbana	123.922	132.411	6,85%
	Rural	66.326	54.736	-17,47%
Microrregião Itabira	Total	352.866	379.237	7,47%
	Urbana	285.339	322.494	13,02%
	Rural	65.527	56.743	-13,41%

Fonte: Sidra, IBGE, 2015.

Considerando dados da população total residente por domicílio, de acordo com o Censo realizado pelo IBGE, em 2010, o território abarcado pelas microrregiões de estudo, possuiriam uma população de 998.501 habitantes, representando um incremento de 5,5% quando comparado o período de 2000. A microrregião de Manhuaçu foi a que registrou maior aumento, com 9,36%, seguida de Itabira, com 7,47% e Caparó, com 3,61%. Já a microrregião de Ponte Nova foi a única a apresentar redução no número total de habitantes, com -1,63%. Essa diminuição possivelmente está associada à diferença da população rural entre os anos de 2000 e 2010, que apresentou queda de -17,47%, enquanto a população das áreas urbanizadas tiveram um incremento de 6,85% nessa microrregião.

Cabe ressaltar que todas as regiões de estudo, além da federação e estados, apresentaram redução no número da população total residente em áreas rurais. O fenômeno de abandono do campo é presenciado na maioria das regiões brasileiras, principalmente pelas limitadas condições de sobrevivência, trabalho e de produção.

De acordo com Ribeiro, 2012, a concentração populacional se localiza nos polos regionais, onde a rede urbana é mais consolidada, situação que seria observada na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, concentrando, juntamente com outras mesorregiões de entorno, atividades de mineração e siderurgia, base econômica do estado. Já a Zona da Mata destaca-se por ser uma região tradicional, com aptidão voltada à produção de café e produtos têxteis. Com relação ao estado do Espírito Santo, uma das microrregiões que apresentaram as menores taxas de crescimento populacional seria Caparaó, com valores inferiores a 0,35%.

Segundo Baeringer, 2010, observa-se decréscimo populacional no interior rural brasileiro, com uma taxa média de crescimento de -1,2 %a.a., no período de 1991-2000; à exceção da Região Norte, os demais interiores rurais do país registraram taxas de crescimento negativas. A população do interior rural registrou um decréscimo, passando de 33 milhões de pessoas, em 1991, para 29,8 milhões em 2000.

O Estado mineiro desenvolveu sua indústria, porém não se percebeu um acompanhamento dessa melhoria para o setor primário, que é responsável pelo fornecimento de matérias-primas e alimentos, resultando em falhas no processo de desenvolvimento das regiões. De acordo com dados levantados por Portes e Santos (2012, pg.409), Minas Gerais sofreu entre 1950 e 1970, redução significativa da sua população rural, mantendo sua parcela urbana em crescimento. Em 1950, 70% da população vivia em áreas rurais, reduzindo-se para 60% em 1960 e para 47% em 1970, atualmente mantendo a tendência de redução.

O traçado da rodovia atravessa 11 municípios de Minas Gerais, e tem início no distrito de Pequiá, município de Lúna, limite entre o estado mineiro e o Espírito Santo. Esses municípios, possuem, juntos, uma população de 285.000 habitantes, segundo dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010. Pela análise da situação da população nos segmentos urbano e rural fica evidente o acentuado processo de urbanização do País durante as últimas décadas, o que ocorre de maneira geral em todas as grandes regiões, com elevação significativa da população residente em áreas urbanas e queda em número absoluto dos moradores, conforme podemos visualizar na Tabela 5.115.

A situação dos domicílios, no que se refere à distribuição populacional, indica que a população, vivendo em áreas rurais, está reduzindo, gradualmente. Essa informação pode ser observada nos municípios que atravessados pela rodovia, segundo os levantamentos a partir de 1970, conforme visualizado na Tabela 5.115.

TABELA 5.115 - POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (1970, 1980, 1991, 2000 E 2010)

PAÍS, ESTADO E MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO RESIDENTE				
		1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799
	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.829.995
Espírito Santo	Total	1.599.324	2.023.338	2.600.618	3.097.498	3.514.952
	Urbana	722.214	1.293.139	1.924.588	2.462.437	2.931.570
	Rural	877.110	730.199	676.030	635.061	583.382
Lúna	Total	31.876	37.622	32.508	26.112	27.328
	Urbana	6.851	11.331	12.191	13.875	15.620
	Rural	25.025	26.291	20.317	12.237	11.708
Minas Gerais	Total	11.485.663	13.380.105	15.743.152	17.891.494	19.597.330
	Urbana	6.063.298	8.983.371	11.786.893	14.671.828	16.715.216
	Rural	5.422.365	4.396.734	3.956.259	3.219.666	2.882.114
Abre Campo	Total	20.013	17.712	18.961	13.348	13.311
	Urbana	3.889	4.638	5.770	5.983	7.281
	Rural	16.124	13.074	13.191	7.365	6.030
Bela Vista de Minas	Total	7.584	9.915	9.594	9.846	10.004
	Urbana	5.376	8.011	8.910	9.240	9.378

PAÍS, ESTADO E MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO RESIDENTE				
		1970	1980	1991	2000	2010
	Rural	2.208	1.904	684	606	626
João Monlevade	Total	39.988	48.198	59.340	66.690	73.610
	Urbana	38.660	47.164	57.407	66.372	73.277
	Rural	1.328	1.034	1.933	318	333
Manhuaçu	Total	48.230	57.729	75.259	67.123	79.574
	Urbana	17.997	27.294	46.476	52.106	64.839
	Rural	30.233	30.435	28.783	15.017	14.735
Martins Soares	Total	-	-	-	5.685	7.173
	Urbana	-	-	-	2.329	2.927
	Rural	-	-	-	3.356	4.246
Matipó	Total	11.070	11.485	14.351	16.291	17.639
	Urbana	4.422	6.518	9.157	11.679	13.832
	Rural	6.648	4.967	5.194	4.612	3.807
Reduto	Total	-	-	-	5.923	6.569
	Urbana	-	-	-	2.930	3.648
	Rural	-	-	-	2.993	2.921
Rio Casca	Total	18.389	15.789	15.367	15.260	14.201
	Urbana	6.581	8.360	10.429	11.477	11.334
	Rural	11.808	7.429	4.938	3.783	2.867
Rio Piracicaba	Total	13.232	12.613	13.676	14.138	14.149
	Urbana	7.758	9.079	10.277	10.898	11.272
	Rural	5.474	3.534	3.399	3.240	2.877
Santo Antônio do Grama	Total	5.062	4.803	4.587	4.377	4.085
	Urbana	1.706	2.061	2.569	3.238	3.365
	Rural	3.356	2.742	2.018	1.139	720
São Domingos do Prata	Total	21.161	17.742	18.742	17.642	17.357
	Urbana	5.628	6.046	7.889	9.122	10.505
	Rural	15.533	11.696	10.853	8.520	6.852

Fonte: SIDRA-IBGE, 2014.

O fenômeno de abandono do campo se presenciou na maioria das regiões brasileiras, principalmente pelas limitadas condições de sobrevivência, trabalho e de produção. O Estado desenvolveu sua indústria, porém não se percebeu um acompanhamento dessa melhoria para o setor primário, que é responsável pelo fornecimento de matérias-primas e alimentos, resultando em falhas no processo de desenvolvimento das regiões. De acordo com dados levantados por Portes e Santos (2012, pg.409), o Estado sofreu entre 1950 e 1970, redução significativa da sua população rural, mantendo sua parcela urbana em crescimento. Em 1950,

70% da população vivia em áreas rurais, reduzindo-se para 60% em 1960 e para 47% em 1970, atualmente mantendo a tendência de redução.

Um aspecto demográfico importante a considerar, consiste na densidade demográfica, a qual expressa a relação entre a população e a superfície do território. Destaca-se no trecho em estudo, a densidade demográfica de João Monlevade, de 742,35 habitantes, porém, chama-se atenção para o tamanho de seu território, que consiste no menor dentre os municípios analisados (99,2 km²). A segunda maior densidade fica para Manhuaçu, que possui a segunda maior área (628,3 km²) e a maior população (79.574 habitantes). Levantaram-se as áreas totais em km² de cada município e as respectivas densidades demográficas, conforme exposto a seguir (Tabela 5.116).

TABELA 5.116 - ÁREA TOTAL DAS UNIDADES TERRITORIAIS E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

ESTADO E MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (EM KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HABITANTE POR KM²)
Espírito Santo	46.096,92	76,25
Iúna	461,08	59,27
Minas Gerais	586.519,73	33,41
Abre Campo	470,6	28,29
Bela Vista de Minas	109,1	91,66
João Monlevade	99,2	742,35
Manhuaçu	628,3	126,65
Martins Soares	113,3	63,33
Matipó	267	66,07
Reduto	151,9	43,26
Rio Casca	384,4	36,95
Rio Piracicaba	373	37,93
Santo Antônio do Grama	130,2	31,37
São Domingos do Prata	743,8	23,34

Fonte: IBGE Cidades, 2014.

Outro indicador utilizado para avaliações populacionais é a estrutura etária populacional que permite verificar o comportamento da natalidade e das tendências futuras de crescimento. A pirâmide populacional é uma forma de representação da estrutura etária de uma população, o que demonstra visualmente a distribuição dos grupos etários, que em geral, lembra a forma de uma pirâmide, dependendo de suas características socioeconômicas. As faixas etárias compreendem pessoas jovens (entre 0 e 15 anos), adultos (faixa de 15 anos a 64 anos), e idosos (faixa dos 65 anos em diante). Ressaltando que a população considerada em idade economicamente ativa é de 15 anos ou mais, segundo o Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, sendo que esse segmento populacional constitui o núcleo central da força de trabalho local, por integrar o conjunto de trabalhadores com

aspectos inerentes à necessidade de atendimento às demandas do mercado de trabalho, combinando escolarização geral, qualificação profissional e disponibilidade para o mercado de trabalho, aliadas às condições físicas mais favoráveis e que possivelmente são àquelas esperadas pelos setores contratantes.

É possível observar, que à medida que os países vão se desenvolvendo, há uma tendência de redução das taxas de natalidade e mortalidade. Essa tendência pode ser evidenciada no Brasil em geral, devido à elevação dos graus de urbanização e desenvolvimento econômico e humano do país, além do aumento do planejamento familiar e a inclusão da mulher no mercado de trabalho, fatores estes, que contribuem para a elevação da expectativa de vida da população. Essa tendência mostra que a base da pirâmide populacional brasileira vem diminuindo, enquanto a porção superior vem se alargando.

Aspecto semelhante ao verificado no País, ocorre no estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como nos municípios a que estes pertencem e que são abrangidos pela rodovia, onde registram também uma tendência de redução da população compreendida pela faixa etária situada entre 0 e 15 anos, comportamento que se define no período compreendido entre 2000 e 2010. Neste período verifica-se um aumento gradual da participação de adultos e idosos sobre o total da população em relação à década anterior, de 1991. Os dados levantados, relativos a participação das faixas etárias, permitem perceber o aumento da participação percentual de pessoas entre 15 e 64, e com 65 anos ou mais, sobre o total da população, num contraponto com a redução da participação de pessoas com menos de 15 anos. Ressalta-se ainda, que a população masculina em todas as faixas etárias na maioria dos municípios em estudos apresenta-se relativamente menor diante à população feminina, nos períodos observados de 1991, 2000 e 2010, com exceção de alguns municípios como Reduto, Martins Soares e Lúna que apresentaram comportamento contrário (Tabela 5.117).

Salienta-se que é importante encontrar sempre um ponto de equilíbrio entre o nível da população, que deve preferencialmente se manter como adulta, ou seja, nem muito velha e nem muito jovem, como é o caso da população brasileira na atualidade, visto que a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) situa-se em faixas intermediárias de idade. Assim, taxas de natalidade muito altas, por exemplo, diminuem a média de idade, sobrecarregando economicamente a população adulta, fato que se intensifica quando os investimentos em educação e saúde públicas são baixos.

Por outro lado, quando a população envelhece com o aumento da expectativa de vida e ocorre a diminuição brusca das taxas de natalidade, há novamente um sobrepeso sobre a PEA, uma vez que são os impostos pagos por essa população que manterão a previdência e a aposentadoria dos mais velhos³

³ Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/brasil/piramide-etaria-populacao-brasileira.htm>>. Acessado em:20/07/2015.

TABELA 5.117 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAIXAS ETÁRIAS POR SEXO, SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL (1991, 2000 E 2010)

FEDERAÇÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991			2000			2010		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Brasil	Menos de 15 anos	17,58	17,15	34,73	15	14,5	29,5	12,3	11,9	24,2
	15 a 64 anos	29,6	30,85	60,45	31,5	32,9	64,4	33,3	34,9	68,2
	População de 65 anos ou mais	2,18	2,64	4,82	2,7	3,4	6,1	3,4	4,2	7,6
Espírito Santo	Menos de 15 anos	18,02	16,85	34,87	14,91	13,84	28,71	12,21	11,15	23,36
	15 a 64 anos	30,15	30,64	60,79	32,46	33,31	65,77	34,39	35,17	69,56
	População de 65 anos ou mais	2,04	2,30	4,34	2,51	3,02	5,53	3,13	3,95	7,08
Iúna	Menos de 15 anos	18,64	18,78	37,42	15,45	15,73	31,18	12,82	12,16	24,98
	15 a 64 anos	29,35	28,57	57,92	32,14	30,95	63,09	33,96	33,9	67,86
	População de 65 anos ou mais	2,4	2,25	4,65	2,77	2,95	5,72	3,43	3,73	7,16
Minas Gerais	Menos de 15 anos	17,68	16,21	33,89	14,82	13,56	28,38	11,08	11,49	22,57
	15 a 64 anos	30,13	31,01	61,14	32,32	33,1	65,42	34,23	35,08	69,31
	População de 65 anos ou mais	2,24	2,73	4,97	2,75	3,45	6,20	3,57	4,55	8,12
Abre Campo	Menos de 15 anos	18,53	16,50	35,03	15,61	13,98	29,6	11,76	11,45	23,21
	15 a 64 anos	29,07	29,40	58,47	31,45	31,49	62,94	33,62	33,26	66,88
	População de 65 anos ou mais	3,30	3,2	6,5	3,89	3,57	7,46	4,62	5,3	9,92
Bela Vista de Minas	Menos de 15 anos	17,80	17,2	34,99	14,36	14,17	28,53	12,55	11,75	24,3
	15 a 64 anos	29,43	31,55	60,98	31,75	33,72	65,46	32,36	34,64	67
	População de 65 anos ou mais	1,73	2,31	4,03	2,77	3,24	6,01	3,57	5,13	8,7
João Monlevade	Menos de 15 anos	15,87	15,61	31,48	12,99	12,96	25,95	10,67	10,47	21,14

FEDERAÇÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991			2000			2010		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	15 a 64 anos	30,42	33,87	64,29	32,34	35,86	68,02	33,23	37,05	70,28
	População de 65 anos ou mais	1,84	2,40	4,23	2,58	3,45	6,03	3,69	4,89	8,58
Manhuaçu	Menos de 15 anos	18,14	17,2	35,34	15,17	14,82	29,99	12,8	12,66	25,46
	15 a 64 anos	29,6	30,25	59,85	31,87	32,27	64,14	33,29	34,34	67,63
	População de 65 anos ou mais	2,18	2,63	4,81	2,63	3,24	5,87	3,04	3,87	6,91
Martins Soares	Menos de 15 anos	18,36	17,66	36,02	15,8	15,51	31,31	13,05	12,55	25,6
	15 a 64 anos	30,34	28,71	59,05	33,09	29,46	62,55	34,58	32,41	66,99
	População de 65 anos ou mais	2,74	2,19	4,93	3,04	3,1	6,14	3,65	3,77	7,42
Matipó	Menos de 15 anos	19,96	18,75	38,71	17,03	16,15	33,18	14,08	14,2	28,28
	15 a 64 anos	27,30	29,35	56,66	30,68	30,38	61,06	31,89	32,64	64,53
	População de 65 anos ou mais	2,12	2,51	4,63	2,64	3,12	5,76	3,26	3,92	7,18
Reduto	Menos de 15 anos	20,29	18,21	38,5	17,16	15,27	32,43	13,8	12,86	26,66
	15 a 64 anos	29,17	27,42	56,59	31,61	29,64	61,25	33,67	32,02	65,69
	População de 65 anos ou mais	2,67	2,24	4,91	3,3	3,01	6,31	3,98	3,68	7,66
Rio Casca	Menos de 15 anos	18	17,91	35,91	15,32	13,91	29,23	11,09	12,14	23,23
	15 a 64 anos	28,24	29,55	57,79	30,28	32,32	62,6	32,38	34,27	66,65
	População de 65 anos ou mais	3,12	3,18	6,3	3,82	4,36	8,18	4,48	5,64	10,12
Rio Piracicaba	Menos de 15 anos	16,76	16,44	33,26	13,64	13,5	27,34	10,76	10,61	21,37
	15 a 64 anos	30,03	31,02	61,05	32,35	33,25	65,6	33,91	35,12	69,03

FEDERAÇÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991			2000			2010		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	População de 65 anos ou mais	2,6	3,1	5,7	2,97	4,1	7,07	4,11	5,49	9,6
Santo Antônio do Grama	Menos de 15 anos	19,56	16,98	36,54	15,78	14,35	30,13	11,64	10,78	22,42
	15 a 64 anos	28,41	28,6	57,01	30,54	30,41	60,95	32,7	33,69	66,39
	População de 65 anos ou mais	2,9	3,55	6,45	4,02	4,89	8,91	5,14	6,05	11,19
São Domingos do Prata	Menos de 15 anos	16,43	16,31	32,74	13,65	13,74	27,39	11,06	10,87	21,93
	15 a 64 anos	28,98	30,61	59,59	30,84	32,19	63,03	32,37	33,86	66,23
	População de 65 anos ou mais	3,61	4,05	7,66	4,29	5,29	9,58	5,39	6,45	11,84

5.3.2.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990 com o objetivo de oferecer um contraponto ao indicador do Produto Interno Bruto (PIB) que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2012).

O IDH é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, que leva em consideração três aspectos: a longevidade (a expectativa de vida da população), a renda per capita (toda a riqueza produzida ao longo de um ano dividida aritmeticamente por sua população) e a escolaridade (número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o IDH é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. O índice considerado muito baixo está entre 0 e 0,499, baixo entre 0,500 e 0,599, médio entre 0,600 e 0,699, alto entre 0,700 e 0,799 e muito alto de 0,8 a 1. É um índice referência, tendo sido utilizado pelo governo federal e administrações regionais, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A seguir, são apresentados os IDHMs dos Estados e municípios da área de estudo.

TABELA 5.118 - IDH DOS ESTADOS E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO - 2000 E 2010

ESTADOS E MUNICÍPIOS	IDHM		IDHM RENDA		IDHM LONGEVIDADE		IDHM EDUCAÇÃO	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Espírito Santo	0,640	0,740	0,687	0,743	0,777	0,835	0,491	0,653
Ílúna	0,531	0,666	0,648	0,665	0,757	0,829	0,305	0,537
Minas Gerais	0,624	0,731	0,680	0,730	0,759	0,838	0,470	0,638
Abre Campo	0,540	0,654	0,586	0,646	0,746	0,823	0,360	0,525
Bela Vista de Minas	0,574	0,674	0,541	0,644	0,733	0,795	0,299	0,597
João Monlevade	0,672	0,758	0,657	0,724	0,827	0,849	0,558	0,708
Manhuaçu	0,610	0,689	0,678	0,692	0,806	0,839	0,416	0,563
Martins Soares	0,539	0,635	0,607	0,619	0,745	0,809	0,347	0,512
Matipó	0,503	0,631	0,601	0,601	0,709	0,780	0,298	0,511
Reduto	0,480	0,629	0,598	0,598	0,745	0,801	0,249	0,480
Rio Casca	0,538	0,650	0,616	0,616	0,724	0,813	0,350	0,519
Rio Piracicaba	0,568	0,685	0,615	0,615	0,712	0,794	0,418	0,605
Santo Antônio do Grama	0,508	0,633	0,572	0,572	0,724	0,823	0,317	0,493
São Domingos do Prata	0,561	0,690	0,601	0,601	0,779	0,823	0,377	0,593

Fonte: PNUD, 2013

Observa-se que dos municípios da área de estudo, João Monlevade foi o que obteve o maior IDHM em 2010. Os outros municípios encontram-se na linha do IDHM médio. Entretanto, houve um aumento do índice em todos os municípios entre os anos de 2000 e 2010. O avanço geral do índice ocorreu em função das significativas melhoras registradas em todas as dimensões que estruturam o indicador, em todos os municípios citados.

Minas Gerais obteve um importante avanço na dimensão com relação ao aspecto Renda do IDH Municipal, entre 2000 e 2010. Neste período, esse subiu do índice de 0,680, considerado médio desenvolvimento, para 0,730, considerado alto desenvolvimento. A variação foi de 0,050 pontos, configurando uma melhora de 7,4%. Neste quesito, Minas posiciona-se no 11º no ranking geral dos estados brasileiros (SEGOV, 2014). Entre os municípios estudados, São Domingos do Prata foi o que mais teve avanço nesta dimensão, com um aumento de 12%.

No estado do Espírito Santo também verificou-se importante avanço na dimensão renda do IDH Municipal entre 2000 e 2010, apresentando um aumento do índice de 0,687 para 0,743, considerado alto desenvolvimento, cuja variação de 0,056 pontos, configura uma melhora de 8,15%. Neste quesito, o estado posiciona-se no 11º no ranking geral dos estados brasileiros (SEGOV, 2014). Entre os municípios estudados, São Domingos do Prata foi o que mais teve avanço nesta dimensão, com um aumento de 12%.

Na dimensão Longevidade do IDHM, que considera a expectativa de vida ao nascer das pessoas, o índice mineiro subiu de 0,759, considerado IDHM Alto, para 0,838, o quinto maior índice do Brasil e já no patamar de IDH Municipal considerado Muito Alto (SEGOV, 2014). Neste quesito, o município que mais progrediu foi Santo Antônio do Grama, com um aumento de 13,67%.

O Estado também conseguiu um aumento na dimensão da educação. Saiu de um índice de 0,470 para 0,638. A elevação de 0,168 pontos no IDHM-Educação do Estado significou uma melhora de aproximadamente 36% no período (SEGOV, 2014). Dos municípios que fazem parte da área de estudo do empreendimento, Reduto foi o que obteve maior crescimento, passando de 0,3 para 0,6, uma aumento de quase 100%.

Destaca-se que, dentre as dimensões que compõem o IDHM, o IDHM-Educação foi o que mais cresceu entre os municípios estudados, com uma médio 57% de crescimento. Portanto, foi o que mais contribuiu para a elevação geral do índice geral.

5.3.2.1.2 Organização Social

O entendimento dos conflitos ambientais muitas vezes estão atrelados à configuração dos usos e utilização dos recursos naturais localizados em uma determinada região. As tensões sociais, assim como os atores envolvidos, podem conferir, algumas vezes, ações e desdobramentos indutores de tomadas de decisões, sejam estas, à nível local ou de âmbito ainda maior, dependendo de todos os aspectos e situações envolvidos.

Os atores sociais podem ser constituídos por diferentes grupos, identificados como indivíduos, organizações, o Estado, entre outros, os quais se organizam em torno de uma

questão em comum, principalmente quando da presença de conflitos e antagonismos referentes a aspectos ambientais e de desenvolvimento econômico localizada em determinada região, principalmente quando esses tem algum envolvimento com projetos de grandes construções de infraestrutura, como hidrelétricas, portos, rodovias, entre outros.

Os municípios da área de estudo, estão, na sua maioria, inseridos na Zona da Mata e Leste Mineiro, e segundo Fonseca et al. (2012), o contexto de ocupação histórica e de ocupação na Zona da Mata favoreceu a atuação de alguns conflitos sociais, sendo essas evidenciadas pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), sendo os principais catalisadores de conflito, aqueles ligados às atividades industriais, agroindustriais, áreas de interesse ambiental, além de obras que se referem à infraestrutura, entre outros. Considerando essas informações percebe-se que as atividades estabelecidas ao longo do trecho em estudo, são determinantes para entender como podem ser estruturadas as organizações sociais.

As organizações sociais apontadas na região de estudo, se relacionam mais à associação de produtores ou de trabalhadores vinculados a determinado produto, ou área, visando, principalmente o fortalecimento de alguma atividade. Nos contatos estabelecidos com informantes em campo, não encontramos, em princípio, controvérsias ambientais, ligadas à duplicação da BR-262. Em outras palavras, não encontramos, nos trabalhos de campo, opositores ao empreendimento com argumentos embasados em possíveis problemas ambientais que poderiam ser causados pela duplicação da rodovia.

A intensa ocupação do solo pela produção de café na região mais a leste do estado (Martins Soares, Reduto, Manhauçu, entre outros), é um indicativo de ligação entre os cafeicultores, visto que há o objetivo de estimular a produção desse, de maneira a ampliar a qualidade e agregação do valor ao grão produzido na região da Zona da Mata. Além disso, as atividades relacionadas à mineração, produção de leite, suinocultura e cultivo de cana de açúcar, fazem parte das organizações e associações mais integradas. O Território do Caparaó, segundo Leitão, 2009, teria 5.740 agricultores familiares, dos quais 14,8% do total de agricultores familiares, ou seja, 850 agricultores, estariam localizados no município de Lúna.

Embora o turismo seja um fator determinante ao desenvolvimento da região da Zona da Mata e Leste Mineiro - fundamentalmente em virtude da rede hoteleira que abriga visitantes que tem como destino o Pico da Bandeira em Alto Caparaó, está presente, no Território Caparaó, o Parque Nacional do Caparaó (Parna Caparaó), devido a 57,14% desse parque estar localizado no território Capixaba. Isso posto, percebe-se que a BR-262 atua como um corredor de ligação do estado de Minas Gerais ao Litoral do Espírito Santo.

Em pesquisa realizada sobre possíveis eventos ligados à rodovia, observou-se registro de manifestação dos moradores do Distrito de Pequiá, no ano de 2010, em relação a eventos ligados ao excesso de velocidade e à falta de sinalização no trecho inicial da rodovia, o que estaria comprometendo a segurança dos moradores locais. Porém não houve a identificação em campo, de associação ou organização que tivesse se mantido contrária ao empreendimento.

Um outro exemplo de entidades de organização social é a criação do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, que tem sede, entre outros, no município de Manhuaçu, com atuação nos municípios de entorno. O município de Martins Soares faz parte do Sistema de Pesquisa Vinculada ao convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Fundação Pro-café e Ufla, com um dos centros de pesquisas cafeiras localizado nesse município, CEPEC – Heringer, o qual pertence a Fertilizantes Heringer S.A.

As cidades pertencentes a área de estudo estão inseridas, em Minas Gerais, na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sendo que esta é dividida em 7 unidades, das quais, fazem parte a Região Hidrográfica Doce 1 - DO1: Rio Piratanga, a DO2, Rio Piracicaba e a DO6, Rio Manhuaçu. Já no Espírito Santo, a área de estudo está localizada na Bacia do Rio Itapemirim, que tem sua nascente localizada no estado de Minas Gerais.

Os municípios da área de análise, inseridos na DO1 são, Matipó, Abre Campo, Santo Antônio do Grama, São Domingos do Prata, Rio Casca, enquanto nos municípios da DO2 estão localizados os municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas e João Monlevade, já na região da DO6 estão os municípios de Manhuaçu, Martins Soares e Reduto. As unidades dos Comitês de Bacia estão localizados, respectivamente, nos municípios de Ponte Nova, João Monlevade e Manhuaçu.

As bacias que compõem a hidrografia da microrregião do Caparaó é composta pelos rios Itapemirim e Doce-Suruaca.

Os problemas apontados por essas unidades, estão relacionadas, principalmente, à expansão urbana desordenada, desmatamento e erosão (incluindo áreas de APP), falta de política de educação ambiental, poluição por atividades agrícolas, falta de saneamento básico, entre outros aspectos.

As organizações sociais são pontos fortes, que podem auxiliar no empoderamento das comunidades, se apresentando como elemento relevante à compreensão de possibilidades e limites na promoção da participação social e política, incluindo aqueles localizados na área de estudo. Observou-se, durante o trabalho de campo, que, em sua grande maioria, as associações estariam voltadas à produção agropecuária e mineração, não sendo observados grupos ou atores relacionados à conflitos sociais. Nesse aspecto, no município de lúna, as associações estariam agrupadas em torno da Federação das Associações Comunitárias dos Agricultores Familiares Rurais, com a integração de 20 associações filiadas no município.

Abaixo, algumas das organizações registradas pelos levantamentos de dados secundários, bem como pelo trabalho de campo:

Federação das Associações Comunitárias dos Agricultores Familiares Rurais – FACL (filiadas a essa, está a Associação dos Cafeicultores Orgânicos de lúna e Região do Caparaó, além da Associação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de lúna - ATRAFI);

- ACIAM (Associação Comercial, Industrial e de Agronegócios de Manhuaçu);
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu;
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Manhuaçu e Região;

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Martins Soares;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Reduto;
- Associação de Produtores de Plantas Ornamentais e Exóticas de Manhuaçu (Appoe);
- Associação de Desenvolvimento Comunitário do Córrego dos Teixeiras – Martins Soares;
- Associação Comunitária e Educativa do Município de Martins Soares;
- Associação de Desenvolvimento Comunitário do Córrego Boa Vista – Martins Soares;
- Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Vista Alegre e Adjacentes de Martins Soares;
- Sindicato Rural de Matipó;
- Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Abre Campo;
- Associação Comunitária do Município de Abre Campo;
- Associação Central dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Grama;
- Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba;
- Clube do Produtor de Leite, em Rio Casca;
- Associação Comercial e Industrial de João Monlevade – Acimon;
- Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade.



Figura 5.430 - Sindicato de Produtores Rurais de Rio Casca



Figura 5.431 - Caminhão de transporte de leite do Clube do Produtor de Leite, no município de Rio Casca.



Figura 5.432 - Cooperativa de leite - município de Manhuaçu.

Em suma, nota-se através da lista de alguns dos sindicatos registrados na região, que a maior parte das associações entre os atores sociais nos municípios estudados se concentra fundamentalmente nos núcleos urbanos destes municípios.

5.3.2.2 *Condições de saúde e doenças endêmicas*

Segundo Charles Rosenberg, as doenças não constituem realidades dadas na natureza a serem “desvendadas” pelos médicos e cientistas, mas são histórica e socialmente construídas, no que diz respeito tanto aos significados sociais a elas atribuídos, quanto às categorias e aos conteúdos pelos quais o conhecimento médico-científico as define como fenômenos biológicos particulares. É mediante este processo social de enquadramento que elas assumem o estatuto de entidades conceitualmente específicas e reais (Kropf, 2005).

Por definição, endemia é uma enfermidade, geralmente infecciosa que reina constantemente um certo país ou região por influência de causa local (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p.06). As principais doenças endêmicas do Brasil, são: Malária; Leishmaniose; Esquistossomose; Febre Amarela; Dengue; Tracoma; Doença de Chagas; Hanseníase; Tuberculose; Cólera e Gripe A.

As grandes endemias constituem hoje um dos maiores desafios à saúde pública, uma vez que atingem principalmente pessoas menos favorecidas, entre as doenças endêmicas citadas a maioria delas são oriundas da pobreza, isto é, de condições precárias de vida, a falta de saneamento básico é um dos principais fatores que contribuem para o aparecimento de algumas doenças.

Quando observadas as informações fornecidas pelo Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão das regiões da Bacia do Rio Doce, 2010, o Estado de Minas Gerais possuiria a maior área endêmica de esquistossomose do país, e por ser endêmica no Vale do Rio Doce, região onde estão localizados os municípios, com 69% dos da área de estudo, essa não seria passível de notificação obrigatória junto às Secretarias Estaduais da Saúde. Segundo o Plano, em 2007 teriam sido notificados dois casos de esquistossomose nos municípios de Rio Casca, Santo Antônio do Gramma e Manhuaçu, já Abre

Campo, Matipó, Bela Vista de Minas, Rio Piracicaba, São Domingos do Prata e Martins Soares, teria o registro de apenas um caso para cada um desses municípios. João Monlevade e Reduto não teriam apresentado, no período, incidência de pessoas infectadas por essa doença.

O Espírito Santo é um dos estados que apresenta um dos maiores índices de esquistossomose, com 21 municípios endêmicos para a doença, relacionada, principalmente, à falta de saneamento básico e educação sanitária da população residente. O clima da região contribui como um os fatores facilitadores à ocorrência da doença, favorecendo a existência do hospedeiro intermediário, chegando a prevalência de casos da doença, em alguns municípios, superiores a 5% da população examinada (PDR-ES, 2011).

Na microrregião Caparaó, os municípios de maior incidência são Lúna e Irupi, com registro de 150 ou mais casos a cada 100 mil habitantes, seguidos de Ibatiba, com 100 a 149,9 registros, considerando o mesmo número de habitantes, e Guaçuí e Divino de São Lourenço. Muniz Freire, Alegre, Dolores do Rio Preto e Ibirama seriam os municípios com os mais baixos índices de ocorrência, sendo esse último aquele com menos registros, até 9,99 de seus moradores infectados a cada 100 mil habitantes.

Com relação às doenças transmitidas por mosquitos, tem relevância à área de estudo, principalmente, a incidência de pacientes diagnosticados por dengue, febre amarela, leishmaniose e malária, corroborando problemas deficitários no atendimento aos serviços básicos de saúde, entre os quais, saneamento básico.

Segundo os dados apresentados, pode-se observar que Manhuaçu e João Monlevade, seguido de Rio Casca foram os municípios que apresentaram maior número de pessoas diagnosticadas por dengue.

O município de Manhuaçu também se destacou, em 2011, como o município da área de estudo com maior incidência de casos diagnosticados por leishmaniose. Com relação à Malária, foram diagnosticadas duas ocorrências, apenas em 2010, no município de Rio Piracicaba.

Considerada como um dos principais problemas de saúde pública em Manhuaçu, a Câmara Municipal, aprovou, em fevereiro de 2014, o Projeto de Lei nº09/2014, o qual autorizava a contratação temporária de pessoal para combate à dengue. Outro município que adotou medidas de controle da doença, foi São Domingos do Prata, que em novembro, de 2014, a Secretaria Municipal de Saúde municipal, através da equipe de Endemias, realizou mutirão de combate à dengue em diversos bairros do município, como Vista Alegre, Boa Vista, Cutucum, Cruzeiro, Cerâmica e Nova Cerâmica (DuPrata, 2014). As ações implantadas pela prefeitura visaram a limpeza de áreas municipais com acúmulo de resíduos, e consequentemente, de água, aspecto facilitador de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

Quando observados os casos de leishmaniose, tem destaque no estado capixaba, a região do Caparaó e a região serrana, locais com áreas de grande vegetação, população rural e baixos indicadores sociais. A doença ainda pode estar relacionada ao processo migratório, ocupação irregular de encostas e aglomerados em centros urbanos associados a matas

secundárias, aspectos que demonstram a associação da doença com o IDHM, entre outros fatores, à urbanização da doença.

Segundo Plano Diretos de Regionalização, 2011, o índice de vulnerabilidade para ocorrência da dengue, na microrregião do Caparaó, oscila entre baixo e alto risco, com destaque para Alegre, e Lúna, esse último considerado de risco moderado. Os outros municípios dessa microrregião seriam consideradas de baixo risco.

Nas observações realizadas em campo, verificou-se que os municípios da área de estudo precisam adotar medidas de saneamento básico que sejam efetivas, para que a população dessas regiões, tenha acesso a água potável, tratamento correto do esgoto (seja esse doméstico, industrial, hospitalar ou de qualquer outro tipo), destinação e tratamento do lixo, drenagem urbana, instalações sanitárias adequadas e promoção da educação sanitária (que inclui hábitos de higiene), entre outras ações.

5.3.2.3 *Infraestrutura básica e de serviços*

5.3.2.3.1 Saúde

No artigo 196 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Saúde é estabelecida como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). O Estado assume, então, a responsabilidade de garantir a Saúde de sua população, tornando-a direito fundamental (FERRAZ; VIEIRA, 2009).

A caracterização do setor de saúde na área de estudo, analisou os principais indicadores comumente utilizados nas análises desse gênero, como IDSUS, quantidade de estabelecimentos de saúde existentes, quantidade de leitos para internação e de leitos por mil habitantes. Foram usados, também, taxas de mortalidade Infantil, longevidade e fecundidade e informações sobre cobertura de atenção básica no Programa de Saúde da Família (PSF).

5.3.2.3.1.1 A qualidade da assistência à saúde: o IDSUS

O Índice de Desempenho do Serviço Único de Saúde (IDSUS), novo índice criado em 2012 pelo Ministério da Saúde para analisar a qualidade do atendimento público em saúde, avalia com pontuação de 0 a 10 municípios, regiões, estados e o país, medindo a eficiência do sistema.

O Brasil possui um IDSUS equivalente a 5,47, resultado que reflete as dificuldades que o país apresenta em aumentar a cobertura de programas como a saúde da família e a baixa densidade tecnológica do setor, que, aparentemente, tem alta valoração na ponderação do índice (MÉDICI, 2012).

O resultado reflete as dificuldades apresentadas no país, e conseqüentemente, o reflexo dos índices nos estados da federação, demonstrando a necessidade do aumento da cobertura de programas que contemplem a saúde familiar. A região Sul teve pontuação de 6,12, seguida do Sudeste (5,56), Nordeste (5,28), Centro-Oeste (5,26) e Norte (4,67). Com relação aos estados da AE, Minas Gerais, apresenta índice de 5,87, e o Espírito Santo, com 5,79. São considerados, para tal análise, três índices: o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE), de Condições de Saúde (ICS) e de Estrutura do Sistema de Saúde do Município (IESSM).

Na Figura 5.433, observa-se o mapa do Brasil com os IDSUS por estado.

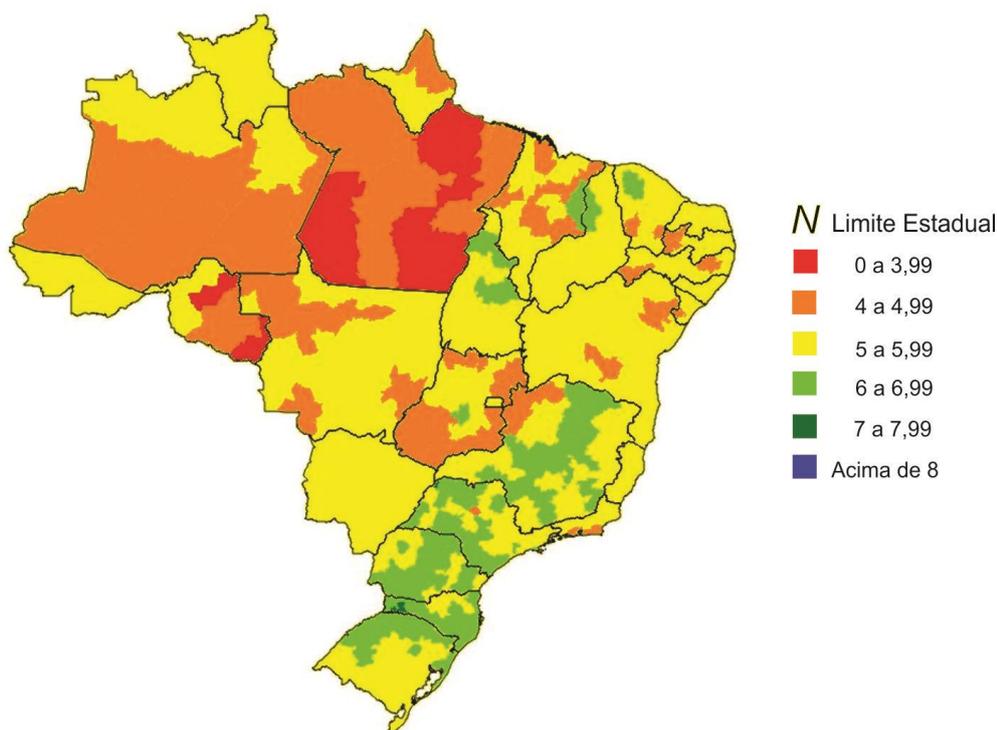


Figura 5.433 - IDSUS das regiões brasileiras.

A seguir, Tabela 5.119 os municípios da área de estudo atravessadas pelo traçado e índices correspondentes.

TABELA 5.119 - IDSUS DA FEDERAÇÃO, ESTADOS E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NA AE (AQUELES ATRAVESSADOS PELO TRAÇADO DA RODOVIA).

FEDERAÇÃO/ESTADOS/MUNICÍPIOS	IDSUS
Brasil	5,47
Espírito Santo	5,79
Iúna	5 a 5,99
Minas Gerais	5,89
Reduto	6 a 6,9
Manhuaçu	5 a 5,9
Matipó	6 a 6,9

FEDERAÇÃO/ESTADOS/MUNICÍPIOS	IDSUS
Martins Soares	6 a 6,9
Abre Campo	5 a 5,9
São Domingos do Prata	5 a 5,9
Rio Piracicaba	5 a 5,9
Bela Vista de Minas	6 a 6,9
João Monlevade	5 a 5,9
Rio Casca	5 a 5,9
Santo Antônio do Grama	7 a 7,9

Fonte: IDSUS, 2010.

5.3.2.3.1.2 Capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde

Para se avaliar o nível de qualidade do atendimento à saúde de uma população também é necessário se considerar a infraestrutura pública de saúde (leitos hospitalares e o números de profissionais da saúde que atuam nos municípios). Um indicador do acesso da população à infraestrutura pública de saúde é o coeficiente de leitos hospitalares por mil habitantes, apresentado na TABELA 5.120. A Portaria Nº 1101/GM, de 12 de junho de 2002, do Ministério da Saúde, estima como um índice de referência geral a existência de 2,5 a 3,0 leitos por mil habitantes.

TABELA 5.120 - POPULAÇÃO, ESTABELECIMENTOS, LEITOS, PROFISSIONAIS E LEITOS/PROFISSIONAIS POR 1000 HABITANTES

MUNICÍPIOS	POP.	EST. DE SAÚDE	LEITOS PARA INTERNAÇÃO	PROFISSIONAIS DA SAÚDE	LEITO S/1000 HAB.	PROF./ 1000 HAB.
Abre Campo	13.311	13	62	39	4,7	2,9
Bela Vista de Minas	10.004	11	0	20	0,0	2,0
João Monlevade	73.610	284	102	345	1,4	4,7
Manhuaçu	79.574	273	198	264	2,5	3,3
Martins Soares	7.173	7	0	12	0,0	1,7
Matipó	17.639	19	36	52	2,0	2,9
Reduto	6.569	3	0	14	0,0	2,1
Rio Casca	14.201	34	40	45	2,8	3,2
Rio Piracicaba	14.149	11	38	19	2,7	1,3
Santo Antônio do Grama	4.085	7	0	9	0,0	2,2
São Domingos da Prata	17.357	13	50	36	2,9	2,1
Total	257.672	675	526	855	2,0	3,3
Minas Gerais	19.597.330	35.074	44.572	72.725	2,3	3,7
Ítana	27.328	46	76	235	2,8	8,6

Fontes: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES / IBGE - Censo Demográfico, 2010. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

Entre os municípios inseridos no corredor de estudo, Abre Campo, Manhuaçu, Rio Casca, Rio Piracicaba e São Domingos da Prata apresentaram coeficientes de quantidade de leitos por mil habitantes entre 2,5 e 3,0 em 2010, ou seja, o considerado satisfatório pelo Ministério da Saúde.

Ao se calcular a média da área de estudo, observa-se que havia 2,4 leitos por mil habitantes dos municípios levantados. Desse modo é possível concluir que a estrutura presente de saúde, de modo geral, não supre a demanda da região.

É importante destacar que os municípios Bela Vista de Minas, Reduto, Martins Soares e Santo Antônio do Gramma apresentaram 0 leitos, indicando a necessidade de apoio da estrutura de saúde dos municípios existentes nas proximidades.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Caparaó, 2006, com referência à rede hospitalar nessa região, os municípios de Alegre, Guaçuí, Ibatiba, Lúna, Muniz Freire e São José do Calçado possuem hospital, a maioria deles filantrópicos, com exceção do hospital de Ibatiba, que é privado, e o de São José do Calçado, que pertence à rede pública estadual.

O Território Caparaó tem 346 leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e 59 leitos particulares leitos particulares, distribuídos entre os hospitais São José, em São José do Calçado, a Casa de Caridade São José (em Alegre), a Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí, servindo de referência para Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço e Ibitirama.

O município de Lúna conta com um hospital geral, o Hospital Santa Casa de Lúna (Figura 5.434) principal entidade responsável pelo atendimento e internação da região, com 76 leitos existentes, dos quais 65 são destinados ao SUS. A grande maioria dos leitos estão ligados, especificamente à clínica geral, seguida pela internação obstétrica e pediátrica.

Observa-se que, segundo informações disponibilizadas pelos meios de comunicação sobre a região, algumas vítimas de acidentes na rodovia, mesmo que esses ocorram na região de Pequiá, são encaminhadas para Manhuaçu, em Minas Gerais, estado vizinho ao Espírito Santo.

Para o atendimento dos moradores do distrito de Pequiá há uma Unidade de Estratégia de Saúde Familiar (ESF), com equipes formadas por profissionais da área da saúde, além de agentes comunitários e auxiliares de consultório.



Figura 5.434 - Hospital geral Santa Casa de Lúna/ES, município de inserção do Distrito de Pequiá.



Figura 5.435 - Unidade ESF de Pequiá, distrito de Lúna/ES.

Considerando o número de leitos vinculados ao SUS e particulares, distribuídos nesses hospitais, tem-se como média, 2,2 leitos por mil habitantes, pouco abaixo da relação indicada pelo Ministério da Saúde, que seria de 2,5 a 3 leitos para cada mil habitantes.

Segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais para a Sociedade – IPES, a maior parte dos leitos do SUS seria destinada para as áreas médicas de clínica médica, obstetrícia e pediatria.

5.3.2.3.1.3 Indicadores de Mortalidade Infantil, Longevidade e Fecundidade

A mortalidade infantil é o número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas (PNUD). Costuma-se classificar o valor da taxa como alto (50 por mil ou mais), médio (20 a 49) e baixo (menos de 20). Reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, bem como acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil (OPAS, 2008).

A esperança de vida ao nascer expressa o número médio de anos que se esperaria que um recém-nascido vivesse. O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população (OPAS, 2008). É um indicador utilizado para compor a dimensão de Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A taxa de fecundidade é o número de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo. Esse indicador expressa a condição reprodutiva média das mulheres de um determinado local e, juntamente com a migração, é o principal determinante da dinâmica demográfica. Taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional (OPAS, 2008).

A Tabela 5.121 mostra a evolução dos índices de mortalidade infantil, longevidade e fecundidade nos municípios localizados na área de estudo do empreendimento comparado com o nível estadual e nacional.

TABELA 5.121 - ÍNDICES DE MORTALIDADE INFANTIL (ATÉ 1 ANO DE IDADE/MIL NASCIDOS VIVOS), LONGEVIDADE E FECUNDIDADE NOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA ÁREA DE ESTUDO DO EMPREENDIMENTO

PAÍS, ESTADO E /MUNICÍPIOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2000)	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2010)	MORTALIDADE INFANTIL (2000)	MORTALIDADE INFANTIL (2010)	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (2000)	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (2010)
Minas Gerais	70,6	75,3	27,8	15,1	2,2	1,8
Abre Campo	69,78	74,36	29,33	16,3	2,68	1,87
Bela Vista de Minas	67,4	72,72	37,12	19,1	2,12	1,68
João Monlevade	74,64	75,93	16,27	13,9	2,01	1,44
Manhuaçu	73,36	75,35	19,38	14,8	2,8	2,22
Martins Soares	69,68	73,53	29,66	17,7	3,09	2,19
Matipó	67,53	71,8	36,66	20,8	2,93	2,62
Reduto	69,68	73,08	29,66	18,5	3,05	2,57
Rio Casca	68,42	73,79	33,65	17,3	2,17	1,96
Rio Piracicaba	67,71	72,63	36,05	19,2	2,3	1,92
Santo Antônio do Grama	68,42	74,36	33,65	16,3	2,15	1,81
São Domingos do Prata	71,74	74,36	23,64	16,3	2,3	1,43
Espírito Santo	71,6	75,1	23,5	14,2	2,2	1,8
Iúna	70,4	74,7	22,7	14,4	2,5	2,1
Brasil	68,61	73,94	30,57	16,7	2,37	1,89

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

A mortalidade infantil apresenta tendência decrescente, caindo de 20,8 óbitos de crianças menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos, no ano 2000, para 15,8 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Contudo, verifica-se que a grande maioria de óbitos infantis em 2010 decorreu de causas evitáveis.

O indicador sobre mortalidade infantil, segundo dados do IPES, 2000, indica que no Território Caparaó esse índice seria de 18,2, enquanto no Estado do Espírito Santo, esse seria de 15,9. Entre os municípios com as maiores taxas de mortalidade infantil seriam, Dolores do Rio Preto, Irupi, Lúna e São José do Calçado. Entretanto, deve-se considerar, nesta análise, os números absolutos, já que alguns municípios têm um total de nascidos vivos muito reduzido, fazendo com que essa taxa se eleve (PTDRS, 2006).

Os dados de esperança de vida revelam que no Território Caparaó houve melhora quando comparados índices referentes a 1991 e 2000, porém, embora esses indicadores tenham melhorado, quando comparado a outras regiões do Estado, ou diferentes grupos sociais, a situação ainda é preocupante.

De acordo com a Tabela 5.121, a maior taxa de mortalidade infantil, em 2010, foi do município de Matipó. Proporcionalmente, o município que mais evoluiu nesse quesito foi Santo Antônio do Gramma, passando de 33,65 para 16,3 por mil nascidos vivos, reduzindo a mortalidade infantil em 51,56%; e o município que apresentou a menor mortalidade em 2010 foi João Monlevade, com 13,9. Analisando as taxas de mortalidade de 2000 e 2010, concluímos que, de acordo com as normas de classificação, esse indicador passou de médio para baixo. Há consistente tendência de redução da mortalidade infantil, o que reflete a melhoria nas condições de vida, o declínio da fecundidade e o efeito de intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento e educação da mãe.

No mesmo período, a esperança de vida ao nascer média para o Estado foi de 75,3 anos e, para o país, de 73,9 anos. Os municípios envolvidos tendem para esses mesmos valores, sendo que os municípios que apresentaram a maior esperança de vida foi João Monlevade, com 75,93, e Manhauçu, com 75,35 anos. Observamos que houve aumento desse índice em todos os municípios, o que sugere melhores condições de vida e de saúde da população.

A taxa de fecundidade nesse período diminuiu em todos os municípios, apresentando a mesma tendência observada no Estado e no país. Esse decréscimo ocorreu com mais evidência no município de Martins Soares, que passou de 3,09 em 2000 para 2,19 em 2010; e o município que apresentou a menor taxa de fecundidade foi São Domingos do Prata, com 1,43. O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores, tais como: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho e instabilidade de emprego (OPAS, 2008). De acordo com o mesmo autor, as taxas próximas a 2,1 estão abaixo do limiar de reposição da população, o que pode ser observado em vários municípios estudados.

5.3.2.3.1.4 Acesso à Saúde

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) surgiu a partir da constituição de promulgada do ano 1988 e veio a consolidar o processo de mudanças em curso no país, estabelecendo um novo marco regulatório na área da saúde. A partir da sua criação, impulsionou o acesso aos serviços públicos de saúde.

Minas Gerais guarda diferenças sociais e econômicas que podem resultar em diferenças no acesso da população aos serviços de saúde. Desta maneira, mesmo com a democratização do acesso, as classes sociais mais pobres podem encontrar barreiras de acesso aos serviços básicos de saúde, atributos individuais e as variações referentes à localizações geográficas com relação a disponibilidade (capacidade instalada) de estrutura de serviços de saúde, que pode estar também desproporcionalmente distribuída territorialmente (Motta; Fahel; Pimentel, 2008). Em alguma proporção, essa situação pode contribuir para que classes sociais pobres tenham pouco ou nenhum acesso aos serviços de saúde.

O Território Caparaó conta com estabelecimentos públicos e particulares, distribuídos entre os hospitais São José, em São José do Calçado, a Casa de Caridade São José (em Alegre), a Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí, servindo de referência para Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço e Ibitirama. A Santa Casa de Lúna, além dos residentes do município, também atende os pacientes de Irupi. Porém essas instituições atendem casos de média complexidade, os casos mais graves são encaminhados para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória e, ainda, para alguns municípios de Minas Gerais.

5.3.2.3.1.5 Regionalização da Saúde

O estado de Minas Gerais adota um sistema de regionalização da saúde desde a década de 1960. Este plano tinha como objetivo criar pontos descentralizados de supervisão dos serviços de atenção primária, que eram naquele momento já oferecidos pelo estado de Minas Gerais (Mendes, s/d). A Secretaria Estadual de Saúde elaborou em 1999, um Plano de regionalização da saúde, com vigência programada para 2000-2002.

Com a publicação da Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS 01-2001, uma nova proposta de regionalização foi produzida para Minas Gerais dando-se ênfase as funções estratégicas para a otimização dos serviços conforme aponta Mendes:

A função é subdividir o espaço de um estado em macro e microrregiões sanitárias para que se distribuam, otimamente, nesses territórios, os equipamentos de atenção secundária e terciária. O PDR/MG objetiva superar os problemas de fragmentação, ineficiência e baixa qualidade. Uma rede deve ofertar a atenção primária à saúde em todos os municípios, mas os equipamentos de atenção secundária devem estar concentrados nos polos microrregionais e os de atenção terciária nos polos macrorregionais (Mendes, 2008).

O novo Plano aumentou para 13 as chamadas Macrorregiões de saúde, as quais seriam dentro de seu território, capazes de oferecer atendimento integral nos três níveis de atendimento solicitados pelo Ministério da Saúde, sejam eles a atenção básica, de média e de alta complexidade.

A, Figura 5.436 mostra, esquematicamente, como funciona a rede de serviços proposta em uma hipotética Macrorregião de saúde no Estado de Minas Gerais.

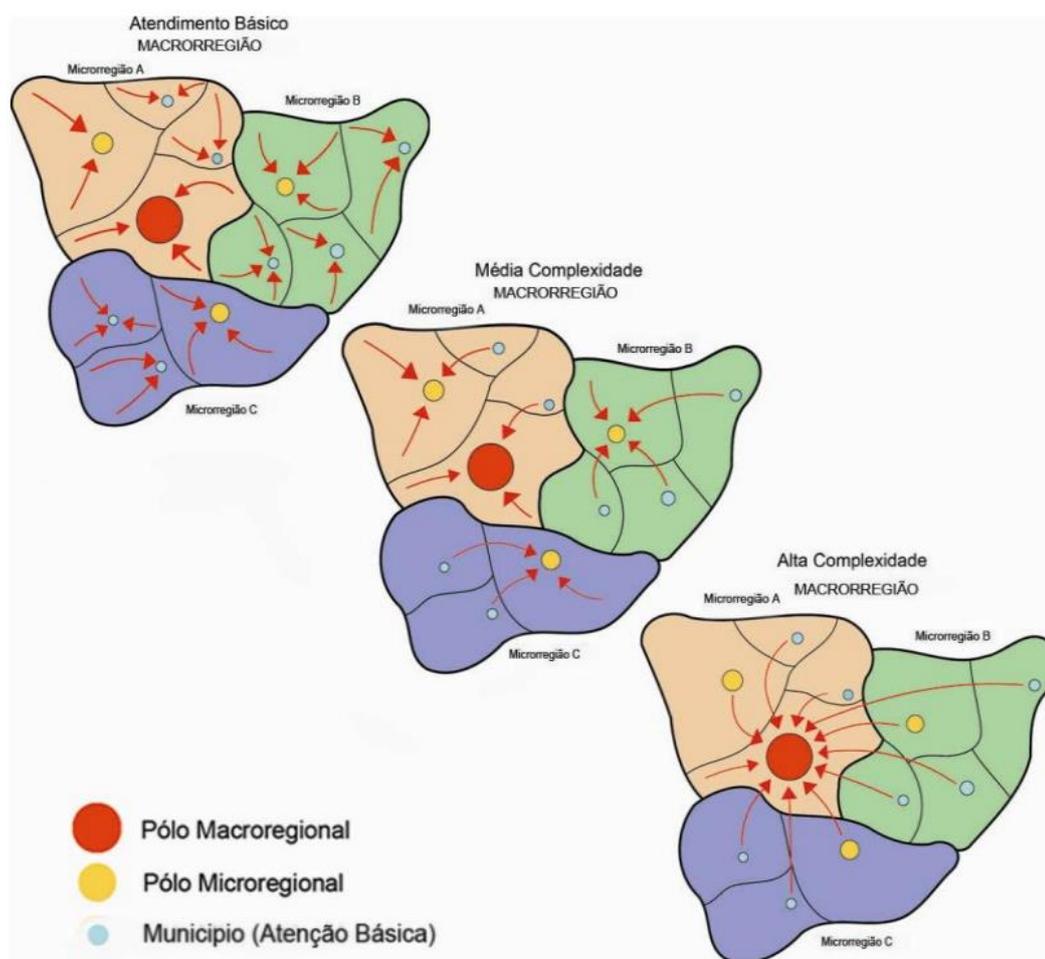


Figura 5.436 - Os Fluxos de atendimento nos três níveis assistenciais de saúde em Minas Gerais.

Conforme observado, a menor base territorial de atendimento responsável pela atenção básica é o Município, cabe a cada um deles desenvolver seus sistemas de atendimento básico e os Programas Saúde da Família (PSF). Este primeiro nível de atenção oferecida pelo SUS é possivelmente o mais importante do ponto de vista operacional, uma vez que representa a melhor alternativa de assistência, com foco direcionado à prevenção e com maior permeabilidade entre os cidadãos.

O segundo nível de atenção são as Microrregiões de Saúde, responsáveis pelo atendimento de nível secundário com oferta de serviços classificados como de média complexidade. A Microrregião deve ter um município que se apresente como polo assistencial das cidades vizinhas e deve dispor de acessibilidade satisfatória e auto suficiência na prestação de serviços de nível secundário para toda a população do município e microrregião.

Considerando o Plano Diretor de Regionalização da Saúde – PDR, do Espírito Santo, ano de 2011, previsto como estratégia importante para promoção do sistema de saúde, e conseqüentemente ao desenvolvimento socioeconômico dos lugares, constituindo sistemas funcionais por meio da integração de pontos de atenção à saúde, foi elaborado desenho delimitando as três Macrorregiões e oito Microrregiões de Saúde (a seguir).



Figura 5.437 - Definição das Macro e Microrregiões de saúde segundo o Plano Diretor de Regionalização. Fonte Plano Diretor de Regionalização - PDR/ES, 2011.

Semelhantemente à microrregional, a cidade polo da macrorregião deve dispor de fácil acessibilidade e infraestrutura urbana capaz de receber os municípios das cidades por ela polarizadas além da autossuficiência nos serviços de atenção terciária. Normalmente o polo macro acumula também a função de polo microrregional além é claro de prestar serviços de atenção básica aos seus municípios.

A regionalização passou assim a ser uma ferramenta importante para a estruturação dos serviços de saúde no Estado, pois através dela foi possível definir com maior precisão as políticas estaduais de saúde estabelecendo bases geográficas e populacionais importantes para o cálculo das necessidades de aplicação de recursos em saúde. A Tabela 5.122 apresenta os conceitos utilizados na formulação destas regiões em Minas Gerais.

TABELA 5.122 - MODELO DE REGIONALIZAÇÃO ADOTADO PELA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE- MG

MUNICÍPIO	BASE TERRITORIAL DE PLANEJAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA E PSF
Microrregião de Saúde	Base territorial de planejamento da atenção básica e da atenção secundária à saúde, com capacidade de oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares de média complexidade e, excepcionalmente, de alguns serviços de AC-Alta Complexidade, caso da TRS, conforme tabela MS. Deve ser constituída por uma população de cerca de 150.000 habitantes e mais de um município (ou módulos) e apresentarem pelo menos um município (município polo) com oferta mais ampla do elenco proposto para o nível micro, ou seja, de nível tecnológico de média complexidade (o elenco mínimo de média complexidade – EPM2 da NOAS) e abrangência intermunicipal.
Polo Microrregional	Município que pelo seu nível de resolubilidade, capacidade de oferta de serviços, acessibilidade e situação geográfica, polariza os municípios da microrregião. Apresenta um nível tecnológico de complexidade do EPM2 (cerca de 70% pelo menos) e cobertura para maioria dos municípios circunvizinhos. A microrregião pode conter municípios que, autônoma ou isoladamente, para a população própria, apresentam igual nível de atendimento mas que não polarizem outros.
Macrorregião de Saúde	Base territorial de planejamento da atenção terciária à saúde que engloba microrregiões de saúde em função da possibilidade de oferta e acesso a serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares de maior tecnologia: a AC - Alta Complexidade nos termos da tabela do Ministério da Saúde - MS – SIA e SIH. Deve ainda ter capacidade de oferta do Elenco de Procedimentos de Média Complexidade 3 da NOAS. Estes procedimentos, embora da MC, requerem maior tecnologia, sua oferta é rarefeita no Estado e a demanda requer agregação, ou seja, formação de escala.. A abrangência deve ser macrorregional, para populações em torno de 1.000.000 de habitantes.
Polo Macrorregional	Município da macrorregião que oferece os serviços de saúde de maior nível de tecnologia e polariza sobretudo microrregiões de saúde circunvizinhas. Apresenta um nível tecnológico de Alta Complexidade e do Nível do EPM3 e abrangência macrorregional.

Fonte: SES-MG, PDRS-2003/2006

Percepção da regionalização da saúde na área de estudo.

É possível observar na figura anterior, o cenário do atual fluxo populacional referente ao deslocamento para tratar de questões de saúde dos municípios inseridos na área de estudo. Atualmente, grande parte da população dos municípios necessitam se deslocar para áreas urbanas com maior suporte de atendimento, mesmo estando essas saturadas pelas demandas locais.

Cabe salientar que o município de Lúna, tem como sede e polo do módulo, a microrregião de Guaçuí. O polo macrorregional mais próximo, localizado no território capixaba estaria situado em Cachoeiro do Itapemirim. Como Lúna está entre os limites territoriais dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, em casos de maiores complexidades, seus moradores acabam sendo encaminhados também aos municípios mineiros de Martins Soares e Manhuaçu.



Figura 5.438 - Hospital – Santa Casa de Lúna, no estado do Espírito Santo



Figura 5.439 - Deslocamento de veículo municipal de atendimento à saúde, saindo da BR-262 em direção ao distrito de Pinheiros, município de Martins Soares.

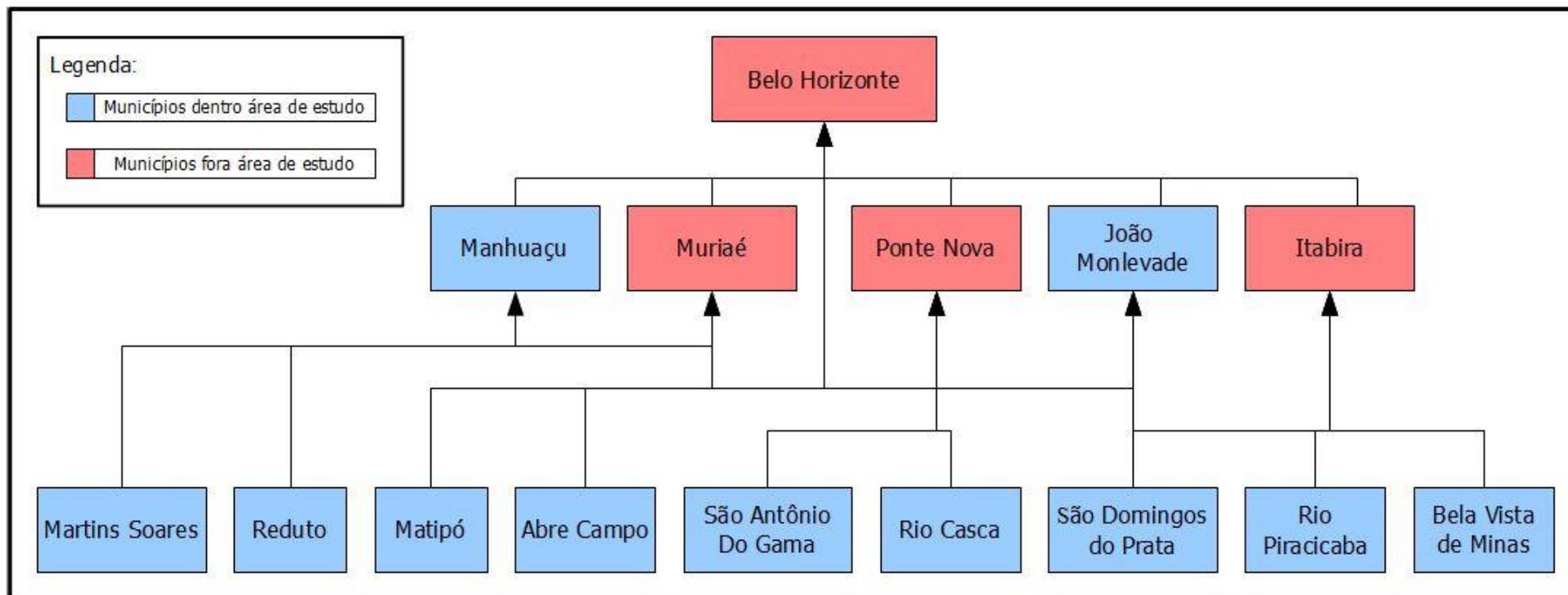


Figura 5.440 - Fluxo da população entre micro e macrorregiões de Saúde (Utilizando a BR-262).

Os municípios atravessados pela rodovia, sentido Vitória-Belo Horizonte, estão localizados no estado mineiro. Embora no distrito de Pequiá (Figura 5.441 e Figura 5.442) não seja realizada obras diretas relacionadas com o empreendimento, a proximidade com a rodovia, e a distância com outros centros urbanos, sugerem que essa localidade seja importante região de suporte durante as fases de obra.



Figura 5.441 - Subprefeitura de Pequiá, distrito de Iúna, no Espírito Santo.



Figura 5.442 - Unidade de atendimento de saúde, Estratégia Saúde da Família (ESF) em Pequiá, no Espírito Santo.

Apesar da existência de hospital no estado capixaba, a proximidade com Martins Soares e Manhauçu - este último polo da microrregião de saúde, composta por 24 municípios, o que totaliza mais de 325.238 habitantes, segundo estatística da Secretaria Estadual de Saúde de 2009 – faz com que a infraestrutura de saúde mineira, em muitos casos, atenda, inclusive, a demanda dessa região. A microrregião de Manhauçu integra a macrorregião Leste do Sul, composta também pelas microrregiões de Ponte Nova e Viçosa. De acordo com a deliberação do CIB-SUS/MG nº 618, de dezembro de 2009, nesta macrorregião existe uma população de 672.465 habitantes.

A infraestrutura do município de Martins Soares (Figura 5.443 a Figura 5.446) é insuficiente para atender sua população, que precisa deslocar-se para as micro ou macrorregiões de saúde, utilizando para isso a BR-262. Os casos que necessitam de especialidades e internações são encaminhados para Manhauçu e, casos mais graves, para macrorregião Centro (Belo Horizonte). Os casos de carcinomas são conduzidos para o Hospital do Câncer de Muriaé - Fundação Cristiano Varela.



Figura 5.443 - Posto de Saúde Vereador Getúlio Maria Dutra, Distrito Pinheiros, Município de Martins Soares



Figura 5.444 - Deslocamento de veículo municipal de atendimento à saúde, saindo da BR-262 em direção ao distrito de Pinheiros, município de Martins Soares.



Figura 5.445 - Centro Municipal de Saúde, Município de Martins Soares.



Figura 5.446 - Unidade Básica de Saúde - PSF Alfa Henrique Emerick, Município de Martins Soares.

No município de Reduto – segundo a percepção da grande maioria dos atores contatados – a infraestrutura de saúde também é deficiente, levando a população a se deslocar também para às micro ou macrorregiões de saúde.

Já em se tratando da infraestrutura existente no município de Manhuaçu (Figura 5.447 a Figura 5.449), em especial o Hospital César Leite, observa-se que se atende ali toda demanda da microrregião em que este se encontra. De acordo com o Observatório da Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), esse município é o de maior IDH nesta microrregião e está na 134ª posição em Minas Gerais.



Figura 5.447 - Hospital César Leite, Município de Manhuaçu



Figura 5.448 - Unidade de Saúde – ESF, Distrito São Pedro do Avai, no município de Manhuaçu



Figura 5.449 - Unidade de Saúde – ESF, Distrito de Vila Nova, no município de Manhuaçu.

Em seguida, encontram-se os municípios de Matipó (Figura 5.450 a Figura 5.452) e Abre Campo (Figura 5.453), que – segundo a interpretação da grande maioria dos atores locais – possuem infraestrutura de saúde satisfatória, atendendo de maneira regular a população. Porém, os casos de maior gravidade são encaminhados para o município de João Monlevade ou diretamente para a macrorregião Centro (Belo Horizonte).



Figura 5.450 - Unidade de Saúde – ESF, Distrito de Padre Fialho, no município de Matipó



Figura 5.451 - Veículo utilizado pela Secretaria de Saúde do município de Matipó, para transporte de pacientes. Distrito de Padre Fialho



Figura 5.452 - Secretaria Municipal de Saúde no município de Matipó



Figura 5.453 - Hospital Nossa Senhora da Conceição. Atende a população de Abre Campo e cidades da região.

Em relação à infraestrutura do município de São Antônio do Gramma (Figura 5.454 e Figura 5.455) observa-se a realização de atendimento básico, sem grandes complexidades. Já em se tratando de casos que necessitam de especialidades – como o glaucoma por exemplo – são conduzidos para macrorregião Centro (Belo Horizonte), ou para o município de Abre Campo, e à microrregião de Ponte Nova – sendo que a prefeitura disponibiliza transporte 3 a 4 vezes por semana para levar os pacientes, de acordo com a necessidade.



Figura 5.454 - Ampliação da Policlínica Helcy Dutra Miranda, no município Santo Antônio do Grama



Figura 5.455 - Ambulâncias pertencentes ao município de Santo Antônio do Grama

Nas observações feitas nos trabalhos de campo, verificou-se que o município de Rio Casca possui um infraestrutura que compreende instituições como o Hospital Nossa Senhora da Conceição (Figura 5.456), policlínicas e unidades de Saúde Figura 5.457 a Figura 5.459). Porém, em casos com maior complexidade, os pacientes são encaminhada para a microrregião de Ponte Nova, ou direto para macrorregião Centro (Belo Horizonte).



Figura 5.456 - Hospital Nossa Senhora da Conceição, no município de Rio Casca.



Figura 5.457 - Policlínica Municipal Dr. Galba Miranda Chaves, município de Rio Casca



Figura 5.458 - Unidade Básica de Saúde Centro, no município Rio Casca.



Figura 5.459 - Unidade Básica de Saúde – Distrito Jurumirim, no município Rio Casca.

São Domingos do Prata é considerado o município da área de estudo com maior número de distritos/comunidades/agrovilas, e possui um infraestrutura que os atores locais consideram como limitada para atender as demandas locais (Figura 5.460 e Figura 5.461). Casos graves são encaminhados para as microrregiões de João Monlevade ou Itabira, e em algumas situações para macrorregião Centro (Belo Horizonte).

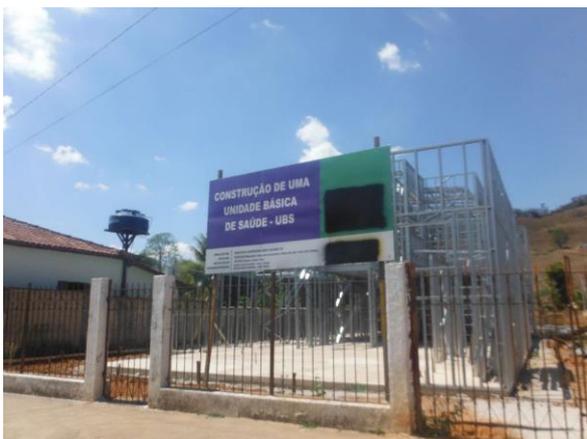


Figura 5.460 - Construção da Unidade Básica de Saúde - Distrito de Vargem Linda, no município São Domingos do Prata.



Figura 5.461 - Hospital Nossa Senhora das Dores, no município São Domingos do Prata.

Os municípios de Rio Piracicaba (Figura 5.462 e Figura 5.463) e Bela Vista de Minas (Figura 5.464 e Figura 5.465) também seguem o mesmo padrão de fluxo de saúde de São Domingos do Prata.



Figura 5.462 - Construção da Unidade da Rede Farmácia de Minas, referente ao programa estadual, no município de Rio Piracicaba.



Figura 5.463 - Centro de Saúde Dr. Gentil Alvez Costa, no município de Rio Piracicaba.



Figura 5.464 - Unidade Saúde em Casa "Edson Gomes de Araújo"



Figura 5.465 - Rede Farmácia de Minas - Unidade Bela Vista de Minas

O sistema de atendimento de saúde é estruturado, portando, com unidades de saúde responsáveis pela atenção básica, principalmente contando com os Programas de Saúde da Família (PSF), visando solucionar os casos mais simples, de responsabilidade do município. Quando são diagnosticadas situações graves, conforme descrito anteriormente, os pacientes necessitam ser deslocados para os municípios das microrregiões e cidades polo da macrorregião, utilizando a BR-262 para tal acesso. Além disso, as pessoas envolvidas em acidentes, na própria Rodovia, também dependem do deslocamento para as cidades que possuem mais recursos para atendimento de urgência.

Os municípios de Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, João Monlevade e Itabira são referências regionais para atendimento de casos de complexidade média, enquanto que a capital Belo Horizonte dispõe de recursos para atendimento de problemas de saúde de alta complexidade. Conclui-se assim que toda a população dos demais municípios da AE

necessitam procurar os municípios referidos para sanar seus problemas de saúde, uma vez que a grande maioria dispõe apenas do atendimento básico à saúde, possuindo portanto, infraestrutura limitada para atender sua população. Ressalta-se que todas as comunidades utilizam a BR-262 para chegar nos distritos e municípios para atendimento médico, tratamentos e realização de exames, que muitas vezes não estão acessíveis em suas localidades. Em geral, as prefeituras dispõem de transporte para o deslocamento de pacientes até esses municípios, utilizando-se de veículos adaptados e munidos de equipamento de comunicação corporativo.

O Distrito de Pequiá, em Iúna, conta com atendimento médico de Clínico Geral, principalmente para aspectos relacionados à pressão arterial, diabete, e auxílio às gestantes, porém quando há necessidade de especialistas, os pacientes são encaminhados para à sede municipal. Durante a coleta de informações, verificou-se que nessa região haveria muitos casos de acidentes causados por animais peçonhentos, entre os quais, escorpiões. Nesses casos, os pacientes seriam atendidos em Manhuaçu, não havendo veículo para deslocamento. Nas situações emergenciais, caso o paciente necessitasse de atendimento em outra região, teria de esperar transporte enviado através de Iúna, ou aproveitar o veículo responsável pelo deslocamento do auxiliar de saúde bucal por aproximadamente 40 minutos.



Figura 5.466 - Hospital Santa Casa de Iúna, município de Iúna/ES.



Figura 5.467 - Equipe de Saúde da Família, Distrito de Pequiá, em Iúna/ES.

Levando em consideração as interações socioeconômicas regionais, a Rodovia desempenha um papel de importância fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região, proporcionando a ligação entre as regiões para acessar recursos sociais de saúde e de educação, principalmente. A região, que é grande produtora de café, realiza entre maio e setembro, a colheita do produto, o que incrementa em escala, o movimento de caminhões na Rodovia, exigindo muito mais atenção de seus usuários, principalmente daqueles que trafegam em veículos pequenos. Contudo, ainda houve quem afirmasse que o período entre outubro e janeiro é o de maior incidência de acidentes, certamente devido a temporada de veraneio, em que há um importante deslocamento de turistas para o litoral.

Tendo em vista a dependência de um acesso seguro, por parte das populações, dentre as questões absolutamente claras, ficam evidentes as percepções favoráveis à viabilização

do empreendimento. Essa narrativa é registrada, principalmente, quanto à oferta de um serviço de infraestrutura rodoviária socialmente adequada, dotada de obras complementares, como acostamentos, passarelas, bem como abrigos para parada de transporte coletivo, isto é, dispositivos de segurança que visem garantir a redução de risco dos seus usuários, bem como das comunidades situadas em seu entorno.

5.3.2.3.2 Educação na Área de Estudo

No item relacionado ao tema da educação, procuramos empreender – para melhor situar o leitor – em um primeiro momento, uma descrição mais abrangente do cenário em que se encerram os dados oficiais sobre a educação no Estado de Minas Gerais, assentados fundamentalmente pelas informações cedidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (IBEB).

Em um segundo momento, procuramos considerar os dados voltados para a situação da educação em plano local, ou seja, nos municípios atravessados pela rodovia, inseridos dentro da AE do diagnóstico socioeconômico. Para a descrição deste segundo momento, nos debruçamos não só sobre dados secundários fornecidos pelo IDEB e outros documentos, mas também sobre as informações obtidas no trabalho de campo.

Segundo dados do Ministério da Educação publicados pelo INEP, divulgados em 5 de setembro de 2014, o Estado de Minas Gerais se destaca na liderança do ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) relativo ao ensino fundamental (do 1º ao 9º ano), considerando todas as redes de ensino – municipal, estadual e particular, no ano de 2013⁴. O Estado superou as metas do índice projetado pelo órgão de pesquisa (INEP) – que era de 6.0 para este ano de 2011 – atingindo o índice de 6.1 na estatística referente ao ano de 2013 – publicada em 2014. Na Tabela 5.123 nota-se a relação do índice e das metas do estado mineiro em comparativo com as outras unidades da federação, em se tratando do ensino fundamental.

⁴ Disponível em: <<http://psdb-mg.org.br/noticias/ideb-2013-confirma-que-mg-tem-a-melhor-educacao/>>. Acessado em

TABELA 5.123 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA RELATIVO AO ENSINO FUNDAMENTAL

ESTADO	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3.5	3.8	4.1	4.2	4.4	3.5	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
Alagoas	2.4	2.7	2.9	2.9	3.1	2.5	2.6	2.9	3.3	3.7	3.9	4.2	4.5
Amapá	3.5	3.5	3.6	3.7	3.6	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
Amazonas	2.7	3.3	3.5	3.8	3.9	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
Bahia	2.8	3.0	3.1	3.3	3.4	2.8	3.0	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5	4.8
Ceará	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4	3.1	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1
Distrito Federal	3.8	4.0	4.4	4.4	4.4	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8
Espírito Santo	3.8	4.0	4.1	4.2	4.2	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
Goiás	3.5	3.8	4.0	4.2	4.7	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5
Maranhão	3.0	3.3	3.6	3.6	3.6	3.0	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.0
Mato Grosso	3.1	3.8	4.3	4.5	4.4	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Mato Grosso do Sul	3.4	3.9	4.1	4.0	4.1	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
Minas Gerais	3.8	4.0	4.3	4.6	4.8	3.8	3.9	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.7
Pará	3.3	3.3	3.4	3.7	3.6	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.3
Paraíba	2.7	3.0	3.2	3.4	3.5	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
Paraná	3.6	4.2	4.3	4.3	4.3	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6
Pernambuco	2.7	2.9	3.4	3.5	3.8	2.8	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.7
Piauí	3.1	3.5	3.8	4.0	4.0	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1
Rio de Janeiro	3.6	3.8	3.8	4.2	4.3	3.6	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6
Rio Grande do Norte	2.8	3.1	3.3	3.4	3.6	2.9	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
Rio Grande do Sul	3.8	3.9	4.1	4.1	4.2	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8
Rondônia	3.4	3.4	3.5	3.7	3.9	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
Roraima	3.4	3.7	3.7	3.7	3.7	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4
Santa Catarina	4.3	4.3	4.5	4.9	4.5	4.3	4.5	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2
São Paulo	4.2	4.3	4.5	4.7	4.7	4.2	4.4	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1
Sergipe	3.0	3.1	3.2	3.3	3.2	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1
Tocantins	3.4	3.7	3.9	4.1	3.9	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4

O IDEB é o mais importante indicador da educação nas redes públicas e privadas. O índice foi criado pelo INEP em 2007, sintetizando – em uma escala de zero a dez – dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, sendo eles, a aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e em matemática. O indicador é calculado a partir dos dois dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep⁵, no Saeb e na Prova Brasil (INEP, 2014).

O bom desempenho do estado em relação ao índice do ensino fundamental superou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para o ano de 2013, as quais deveriam ser alcançadas pelas unidades da federação. Nota-se na quarta coluna da Tabela 5.123, que a meta estabelecida para o estado de Minas Gerais para 2013 era de 4.6. Porém, o índice obtido pela pesquisa foi de 4.8, colocando-se como a taxa mais alta dos estados brasileiros.

Ainda, em relação a situação atual da educação em Minas Gerais, são fornecidos pelo IBGE alguns dados que podem ser oportunos no sentido de obter um panorama mais amplo do cenário atual do ensino no estado. Nota-se na Tabela 5.124 que existem, em toda a rede de ensino (ensino básico, fundamental e médio – exceto o ensino superior) quatro milhões, setenta e quatro mil e quarenta estudantes matriculado.

⁵ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do [Saeb](#) em suas divulgações; A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/saeb>, acesso em 17/11/2014.

TABELA 5.124 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS									
Escolas de ensino fundamental			Escolas de ensino Médio			Escolas de ensino Pré-escolar			Total
Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	
Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		
1.236.869	1.288.932	283.649	8.242	736.509	88.977	327.566	153	103.143	4.074.040

Fonte: IBGE, 2010

TABELA 5.125 - NÚMERO DE DOCENTES DA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

NÚMERO DE DOCENTES NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS									
Escolas de ensino fundamental			Escolas de ensino Médio			Escolas de ensino Pré-escolar			Total
Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	
Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		
69.427	68.963	22.450	703	46.379	10.464	20.219	11	7.818	246.434

Fonte: IBGE, 2010

Verifica-se também na mesma tabela, uma grande disparidade entre estudantes matriculados na rede pública de ensino em relação ao número de estudantes matriculados na rede particular. Referente ao ensino básico, nas escolas públicas, estão matriculados 2.525.801 estudantes. Já nas escolas de ensino privado, estão matriculados 283.649 estudantes. Em relação ao ensino médio, estão matriculados na rede pública de ensino – tanto municipal quanto estadual – 744.751 estudantes, em contraste com 88.977 alunos da rede privada de ensino. Da mesma forma, em relação ao número de estudantes matriculados na rede pública do ensino pré-escolar, nota-se que a disparidade também é notável. Na rede pública encontram-se matriculados 327.719 alunos, enquanto na rede privada, encontram-se 101.143 estudantes.

Já em relação ao número de docentes, a Tabela 5.125 mostra que, em toda a rede de ensino mineira (ensino básico, fundamental e médio – exceto o ensino superior) encontram-se em atividade duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e quatro professores.

Seguindo tendências das matrículas, dentre os docentes, a grande maioria está empregada na rede pública de ensino. No ensino fundamental, nota-se que, enquanto um montante de 138.390 professores estão trabalhando com a rede pública de educação, apenas 22.450 são ativos na rede privada. Em relação ao ensino médio, 47.082 professores estão a serviço da rede pública, enquanto 10.464 estão da rede privada. Da mesma forma, no que se refere ao ensino pré-escolar, nota-se a mesma disparidade: na rede pública estão ativos 20.230 professores, enquanto na rede privada, apenas 7.818.

E finalmente, ainda em respeito a exposição da situação atual do ensino no estado de Minas Gerais, observa-se na Tabela 5.126 que existe um total de 207.711 (duzentos e sete mil, setecentos e onze) escolas de ensino básico, fundamental e superior, pertencentes a ambas redes de ensino (pública e privada).

TABELA 5.126 - NÚMERO DE ESCOLAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

NUMERO DE ESCOLAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS									
Escolas de ensino fundamental			Escolas de ensino Médio			Escolas de ensino Pré-escolar			Total
Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	
Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		
6.798	3.305	1.723	46	703	706	4.865	6	2.559	

Fonte: IBGE, 2010

Da mesma forma que as duas tabelas anteriores, os dados mostram que existe um contingente maior de escolas pertencentes à rede pública de ensino, em detrimento das escolas da rede privada, que existem em menor número. Em relação ao ensino fundamental, de um total de 11.817 escolas, apenas 1.723 são privadas, e 10.094 pertencem a rede pública. No tocante ao ensino médio do estado mineiro, de um total de 1.455, 706 escolas são pertencentes a rede privada, enquanto 749 são públicas. Já em se tratando do ensino pré-escolar, de um total de 7.430 escolas, 2.559 são privadas, ao passo que 4.871 escolas são pertencentes a rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais.

Em relação ao ensino superior, Minas Gerais é o estado com o maior número de universidades federais do País. Ao todo são 22 instituições de ensino superior – desde universidades federais até institutos de tecnologia – que mantêm 71 campos espalhados pelo Estado. Além das instituições federais de ensino superior, Minas Gerais abriga outras três instituições estaduais, bem como instituições privadas e filantrópicas espalhadas em 253 municípios⁶.

Finalizada a descrição da situação atual da educação em um panorama mais amplo (o estado de Minas Gerais) o foco é direcionado à situação desta em plano menor, ou seja, nos municípios que fazem parte da AE. Nesta etapa propomos caracterizar, a priori, a situação educacional dos municípios, de modo geral, focando em dados secundários obtidos através de levantamentos oficiais.

Em um segundo momento, pretendemos empreender uma caracterização e descrição da situação educacional atual dos municípios mais voltada aos dados primários obtidos em trabalho de campo em contato com os atores sociais. Em conformidade a isso, utilizaremos estes dados em comparação aos dados secundários, para compreender, entre outros fatores, as formas de deslocamento e intercâmbio de estudantes entre estes municípios e suas localidades rurais, urbanas e polos de educação técnico e superior, que utilizam a BR-262 como um corredor de suma importância para este deslocamento.

A AE abrange 67 municípios, dos quais atravessa o território de 11 desses, a saber, Martins Soares, Reduto, Manhuaçu, Matipó, Abre Campo, Santo Antônio do Gramma, Rio Casca, São Domingos do Prata, Rio Piracicaba, Bela vista de Minas e João Monlevade, que apresentam características socioeconômicas diversas. Em relação ao tema da educação – básica, fundamental e superior – cada um deles manifestam também realidades bastante distintas em relação, por exemplo, ao número de escolas, de estudantes matriculados, número de docentes, dentre outras características que devem ser retratadas aqui para melhor compreendermos a realidade que se expressa em cada município em relação a este importante tema.

Para tanto, abordamos neste subitem as especificidades daqueles municípios atravessados pela AE, apresentando suas características separadamente (município por município) em relação a estrutura da educação no seu território, focando a comparação dos dados secundários com as informações colhidas com os informantes no trabalho de campo.

⁶ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_superior_em_Minhas_Gerais (Acesso em 18/11/2014)

Sendo assim, a Tabela 5.127 demonstra o número total de instituições de ensino pré-escolar, fundamental e médio em cada um dos municípios.

TABELA 5.127 - NÚMERO DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO, 2012.

NÚMERO DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO									
Municípios	Ensino fundamental			Ensino médio			Ensino Pré-escolar		
	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas
	Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		Municipal	Estadual	
Iúna	22	2	2	0	4	2	13	0	3
Martins Soares	8	1	0	0	1	0	8	0	0
Reduto	6	2	0	0	1	0	2	0	0
Manhuaçu	35	15	6	0	9	4	24	0	8
Matipó	8	5	1	0	3	1	9	0	1
Abre Campo	17	4	0	0	2	0	19	0	3
Santo Antônio do Grama	1	1	0	0	1	0	1	0	0
Rio Casca	7	1	1	0	1	1	5	0	1
São Domingos do Prata	10	6	2	0	2	1	8	0	1
Rio Piracicaba	10	4	0	0	1	0	11	0	0
Bela Vista de Minas	3	2	1	0	1	0	2	0	1
João Monlevade	13	6	7	0	5	4	5	0	11

Fonte: IBGE Cidades, 2012.

Notam-se algumas desproporções em relação ao número de instituições de ensino, de município para município, como, por exemplo, em Martins Soares – município de aproximadamente 7.858 habitantes⁷ – Santo Antônio do Gramma – 4.120 habitantes – e Rio Piracicaba – 14.590 habitantes – não contam com nenhuma instituição de ensino privada. No município de Reduto – 6.973 habitantes – também não existe nenhuma instituição de ensino pré-escolar, fundamental e básico de caráter privado, porém, a localidade conta com uma instituição de ensino superior privada, a Faculdade de Direito e Ciências Sociais (FADILESTE), que fora fundada em 1990, quando ainda pertencia ao município de Manhuaçu, pois Reduto até então não havia se emancipado⁸.



Figura 5.468 - Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas no município de Reduto.

A Tabela 5.128 nos fornece informações a respeito do número de estudantes matriculados nas instituições de ensino pré-escolar, fundamental e médio de caráter público e privado. Nota-se nesta, a tendência natural de uma maior concentração de estudantes matriculados em escolas localizadas em municípios com densidade populacional superior. Isso se deve não só pela relação entre maior população e maior número de estudantes matriculados, mas também ao fato de que existe um fenômeno de migração entre estudantes residentes em localidades rurais que deslocam-se até os municípios maiores para estudar – fenômeno este que será tratado de forma mais aprofundada a posteriori e, da mesma forma, no item que diz respeito a percepção dos atores quanto ao empreendimento. Este movimento feito por estudantes de uma localidade para outra ou de um município para outro pode ser caracterizada como uma forma de migração pendular, ou seja, feita diariamente por um dado contingente de indivíduos.

⁷ Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314053> (Acesso em 18/11/2014)

⁸ Disponível em: <http://www.fadileste.edu.br/web/index.php/2013-05-07-22-02-06/historico> (Acesso em 18/11/2014)

TABELA 5.128 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS, 2012.

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO										
Município	Ensino fundamental			Ensino médio			Ensino pré-escolar			Total de alunos
	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	
	Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		
Iúna	3.497	776	271	0	884	61	562	0	124	6.175
Martins Soares	371	501	0	0	268	0	181	0	0	1.321
Reduto	547	547	0	0	243	0	155	0	0	1.492
Manhuaçu	3.640	8.607	1.012	0	2.814	398	1.829	0	381	18.681
Matipó	918	2.139	103	0	787	23	434	0	26	4.039
Abre Campo	605	1.365	0	0	402	0	249	0	53	2.674
Santo Antônio do Grama	337	254	0	0	176	0	106	0	0	873
Rio Casca	1.564	362	168	0	544	89	365	0	17	3.109
São Domingos do Prata	344	1.891	78	0	757	31	363	25	0	3.489
Rio Piracicaba	1.178	753	0	0	564	0	353	0	0	2.848
Bela Vista de Minas	399	889	107	0	399	0	244	0	30	2.078
João Monlevade	4.632	3.786	1.239	0	2.724	465	937	0	585	14.368

Fonte: IBGE Cidades, 2012.

Da mesma forma, a Tabela 5.129 mostra a relação do número de docentes ativos em todos os municípios tratados no estudo. Nota-se aqui – assim como nas duas últimas tabelas – uma relação de discrepância dos números de município para município. A maior concentração de profissionais da educação está concentrada, naturalmente, nos maiores municípios, como Manhuaçu (1147 docentes) e João Monlevade (842 docentes).

Nota-se também – como mostram as três últimas tabelas – que em todos os municípios estudados não encontram-se escolas municipais de nível médio. Paralelamente, também não existem nos registros, escolas de nível pré-escolar administradas pelo governo do estado em nenhum dos municípios.

TABELA 5.129 - NÚMERO DE DOCENTES POR MUNICÍPIO, 2012.

NÚMERO DE DOCENTES POR MUNICÍPIO										
Município	Ensino fundamental			Ensino médio			Ensino pré-escolar			Total de docentes
	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		Privadas	
	Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		Municipal	Estadual		
Iúna	184	56	31	0	80	23	37	0	11	422
Martins Soares	42	23	0	0	21	0	11	0	0	100
Reduto	31	37	0	0	26	0	8	0	0	102
Manhuaçu	207	422	97	0	206	56	127	0	32	1147
Matipó	70	116	22	0	62	14	28	0	3	315
Abre Campo	69	73	0	0	35	0	10	0	4	191
Santo Antônio do Grama	18	18	0	0	16	0	6	0	0	58
Rio Casca	69	19	23	0	20	17	20	0	3	171
São Domingos do Prata	30	108	16	0	48	12	21	0	3	238
Rio Piracicaba	70	52	0	0	27	0	25	0	0	174
Bela Vista de Minas	24	46	16	0	23	0	15	0	2	126
João Monlevade	223	207	118	0	130	58	57	0	49	842

Fonte, IBGE, 2010

Esses dados servem de subsídio para uma visão mais geral acerca da estrutura relacionada ao funcionamento das escolas de nível pré-escolar, fundamental e médio. Observam-se diferenças grandes em relação ao número de escolas, alunos matriculados e professores que lecionam de um município para o outro. Em geral, essas diferenças são acarretadas, fundamentalmente, em virtude da variação no número de habitantes. Porém, os números por si só não expressam a totalidade das relações sociais ligadas a educação nestes locais, uma vez que existem – como foi dito anteriormente – fluxos de migração de estudantes de um município para o outro ou mesmo de comunidades rurais para os municípios mais próximos ou para polos educacionais.

É importante esclarecer que não existem formas de quantificar estas migrações, porém, no trabalho de campo, estabelecemos contato com informantes que relatavam que seus filhos fazem este movimento de migração diária, seja de comunidades rurais para a cidade mais próxima ou, da mesma forma, para polos educacionais regionais. Como exemplo, temos o caso de uma informante que trabalha como agente de saúde no município de Rio Casca. Ela nos relata que, diariamente, leva seu filho para estudar em uma escola do município de Ponte Nova, local onde se concentra um contingente considerável de instituições de educação, consagrando-se como um dos polos regionais no setor de ensino na região.



Figura 5.469 - Contato com informante no município de Rio Casca.



Figura 5.470 - Escola municipal Monsenhor José Facundo no município de Rio Casca. Ônibus escolares a espera dos estudantes.

A mesma informante ainda nos relata a importância da rodovia neste sentido, bem como a duplicação da mesma, uma vez que, segundo ela, são frequentes e recorrentes os acidentes com ônibus de estudantes devido, em grande medida, as condições precárias em que se encontra a Rodovia. Neste sentido, a BR-262 é consideravelmente importante como um meio de deslocamento entre os municípios e estes polos educacionais.

Vários depoimentos de outros informantes em quase todos os municípios estudados corroboram a tendência de percepção da rodovia BR-262 como a principal – e muitas vezes a única – rota de acesso a outros municípios onde seus filhos, familiares ou conhecidos utilizam a estrutura de ensino de localidades ou municípios próximos. Alguns destes depoimentos serão citados como forma de corroborar a existência dos fluxos de migrações,

bem como quais os sentidos destes fluxos, ou seja, para quais polos ou para quais municípios existem tendência de deslocamento de um dado contingente de estudantes diariamente.

Um dos informantes, residente da comunidade de Pinheiro de Minas, situada no município de Martins Soares afirma que, na localidade onde vive, existe apenas uma escola municipal que atende estudantes de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental. Os estudantes de 5ª ao 9º ano do fundamental, e 1º ao 3º do ensino médio, dirigem-se a sede do município de Martins Soares – em grande medida para a Escola Estadual situada no centro da cidade e que atende cerca de 800 estudantes – ou, em menor número, para o município de Manhuaçu, utilizando como corredor de deslocamento a BR-262. O informante ainda relata que o transporte diário destes estudantes é feito através de ônibus escolares oferecidos pela prefeitura municipal.



Figura 5.471 - Escola Estadual De Martins Soares.



Figura 5.472 - Ônibus escolares usados no deslocamento de estudantes no Município de Martins Soares.



Figura 5.473 - Creche Municipal Diomaria Dias Dutra, situada na comunidade Vila Emericke, município de Martins Soares



Figura 5.474 - Escola Municipal Sebastião Gonzaga, localizada na comunidade de Pinheiro de Minas, Município de Martins Soares.

Embora o município não conte com um grande número de habitantes residentes no local, na sede e nas comunidades pertencentes ao município de Martins Soares, também observa-se o movimento de deslocamento de estudantes – não em grande número – da localidade para faculdades e universidades em municípios próximos como Reduto, Manhuaçu, ou mesmo para municípios mais distantes, que são sedes de universidades federais, como Viçosa, Ouro Preto ou Belo Horizonte.

O mesmo fluxo acontece no município de Reduto. Segundo informantes, existe o descolamento diário de estudantes – principalmente estudantes de ensino fundamental e médio – das comunidades de Guarani, Distrito de Jacareí, entre outras, para escolas na sede do município de Reduto, como, por exemplo, a Escola Estadual Carlos Nogueira da Gama, situada no centro da cidade, que conta com quase 1.000 alunos matriculados, segundo a informação da secretaria da mesma.

Outro fator que coloca o município de Reduto como destaque em se tratando do tema da educação, é o fato da localidade sediar a FADILESTE, abordada anteriormente, que recebe diariamente estudantes oriundos de várias outras localidades próximas do município.

Já Manhuaçu, por ser o maior município, em número de habitantes, tem uma configuração da estrutura educacional mais distinta dos outros municípios. Por abrigar um número maior de escolas públicas e particulares (Tabela 5.127), recebe estudantes de todos os níveis (desde a pré-escola, passando pelo ensino fundamental, até o ensino médio) de várias localidades situadas no interior do município, bem como de municípios vizinhos a Manhuaçu, como é o caso de Martins Soares e Reduto.



Figura 5.475 - Ônibus escolares as margens da BR-262, município de Manhuaçu.



Figura 5.476 - Escola Municipal Rita Clara Sete, na comunidade de comunidade de Santo Amaro de Minas, município de Manhuaçu.

Outro fator que destaca o município de Manhuaçu como um importante polo educacional da região leste do estado mineiro, é a existência de várias instituições de ensino superior, como, por exemplo, a Faculdade de Ciência Jurídicas e Gerenciais de Manhuaçu, a Rede Doctum (Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais) e a Faculdade do Futuro, que oferece cursos de enfermagem, Ciências Biológicas, Educação Física, Engenharia Civil, e Farmácia. Além de outras instituições que oferecem cursos de ensino superior a distância.

Essas faculdades movimentam um contingente de estudantes que se dirigem a Manhuaçu diariamente em busca de formação profissional. O site de uma dessas faculdades faz alusão a este movimento migratório:

Manhuaçu possui cerca de 82.000 habitantes, e está distante 270 Km de Belo Horizonte/MG e 230 Km de Vitória/ES, na interseção de duas importantes rodovias federais – BR-262 e BR-116, que se cruzam no distrito de Realeza. Novos negócios foram implantados no município para atender aos jovens que cessaram de migrar, aos professores contratados de outras regiões do país que se estabeleceram no município e aos estudantes de outras cidades da região de influência de Manhuaçu – há turmas em que apenas 10% dos alunos são residentes de Manhuaçu. (www.facig.edu.br acesso em: 21/11/2014).

Ao passo que as faculdades de Manhuaçu mobilizam a migração essa migração pendular, argumenta-se que a criação destas instituições no município estimularam a permanência de um contingente grande de jovens que, anteriormente, sem opção de cursos superiores na região, viam-se obrigados a emigrarem para municípios com uma determinada tradição como polos educacionais, como é o caso, por exemplo, de Belo Horizonte, Ouro Preto e Viçosa.

Outra localidade que segue a tendência de Manhuaçu é o município de Matipó. Embora com um número reduzido de habitantes, a cidade está se destacando como um polo atrativo de estudantes. Em primeiro lugares, porque na sede do município se localizam as escolas de ensino pré-escolar, fundamental e médio que, assim como Manhuaçu e Reduto, por exemplo – por terem uma estrutura mais preparada, com escolas que podem atender uma demanda maior – atraem estudantes do interior de seus respectivos territórios, como, por exemplo, de comunidades como Vargem Alegre e de distritos como Padre Filho.

Além do ensino regular (pré-escolar, fundamental e médio), Matipó também é sede da Faculdade Vértice (UNIVERTIX), fundada em 2008 com objetivo de suprir a demanda por ensino superior na região. Atualmente a instituição oferece os cursos de Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Engenharia, Farmácia e Medicina Veterinária. Desta forma, Matipó também recebe diariamente um contingente grande de estudantes oriundos de outras localidades e municípios próximos. Um dos informantes que estabeleceu-se contato no município de Matipó relata que, desde a fundação da faculdade, acontece um fluxo diário de estudantes e funcionários para a localidade, principalmente no período da manhã, para o curso de medicina veterinária, vindos de Manhuaçu, Abre Campo, Ponte Nova, Rio Casca, Realeza, Vila Nova, Pedra Bonita, Raul Soares, São João do Manhuaçu, entre outros, utilizando a BR-262 para seu deslocamento, utilizando, além do transporte individual, também ônibus e vans.



Figura 5.477 - Faculdade Vértice (UNIVERTIX), município de Matipó.



Figura 5.478 - Escola Estadual Maria de Almeida. Município de Matipó.

Em relação ao município de Abre Campo, existem na localidade duas escolas estaduais de nível médio e uma escola estadual que dispõe de matrículas até o terceiro ano do ensino médio. Uma das características importantes do município em relação ao tema da educação, é que na zona urbana de Abre Campo só existe uma escola que fornece matrículas apenas para o nível pré-escolar.

Segundo a secretaria de educação do município, todas as outras escolas municipais se encontram na área rural. No total são 20 escolas municipais, sendo 18 escolas de ensino fundamental – do primeiro ao nono ano – uma escola que disponibiliza ensino pré-escolar na região urbana, e um centro de Educação de Jovens e Adultos (EJA), também na área urbana.

Ao todo, segundo a secretaria de educação, são 918 alunos atendidos pela rede municipal de ensino, sendo que, todos eles, são provenientes das áreas rurais, justamente por estas escolas estarem situadas nessas regiões, como o Distrito de Granada e outras comunidades da zona rural.

Com uma realidade educacional bastante próxima dos outros municípios de porte parecido com o Abre Campo em relação ao número de habitantes, alguns informantes relatam – um deles é a própria secretaria municipal de educação – que existe aqui também um movimento de deslocamento diário de estudantes de nível superior para universidades localizadas em municípios próximos, em especial para o município de Matipó, onde se encontra a UNIVERTIX.

Já em se tratando da cidade de Santo Antônio do Grama, o tema da educação aqui guarda algumas especificidades, fundamentalmente por este ser um dos locais com menor número de habitantes residentes. Existem em todo o território do município duas escolas, uma estadual, que oferece vagas para ensino fundamental e médio, e uma escola municipal, que disponibiliza vagas nas séries iniciais e ensino fundamental. É importante notar que não existem escolas nas comunidades rurais no território de Santo Antônio do Grama, e, em virtude disso, segundo a Secretaria Municipal de Educação, são fornecidos ônibus escolares que fazem o deslocamento destes estudantes até as escolas situadas na sede.

Ainda, segundo a Secretaria de Educação, além do deslocamento de estudantes para estas escolas, existe o deslocamento – em número bastante reduzido – de estudantes para escolas de municípios vizinhos, como Ponte Nova e Rio Casca. O maior fluxo gerado pela educação seria, assim como na grande maioria dos municípios estudados, o deslocamento de estudantes para as universidades da região. Novamente segundo a porta voz da Secretaria de Educação de Santo Antônio do Gramma, os estudantes que residem no município – ao contrário dos estudantes que moram nas cidades onde existem universidades – se deslocam até cidades como Ponte Nova e Matipó, também utilizando a BR-262 como via de ligação.

Já a respeito do município de Rio Casca, citou-se anteriormente o relato de uma informante que leva seu filho diariamente para estudar em Ponte Nova. Tem-se o cuidado de não levar o depoimento da informante como demonstração de uma tendência, visto que, nos contatos que estabelecemos com outros informantes não encontramos semelhante fato. Porém, nestes contatos, como por exemplo, com o superintendente da agência do IBGE em Rio Casca, nos foi relatado a existência de outros fluxos migratórios de Rio Casca para outros municípios vizinhos.

Este fluxo acontece, fundamentalmente, em virtude das faculdades e universidades existentes em outros municípios, como, por exemplo, Ponte Nova, Matipó e Caratinga. A diferença da grande maioria dos municípios que caracterizou-se anteriormente é, essencialmente, que Rio Casca não recebe grande fluxo de estudantes na sede do município (a não ser de algumas comunidades que não fazem parte da zona urbana da cidade). Para este deslocamento são usados, além de veículos particulares, também ônibus e vans que utilizam, assim como na maioria dos municípios estudados, a BR-262 como um corredor de acesso aos municípios que sediam essas instituições de ensino superior.



Figura 5.479 - Ônibus escolar no município de Rio Casca.



Figura 5.480 - Escola municipal Monsenhor José Facundo, município de Rio Casca.

Assim como em Rio Casca, o município de São Domingos do Prata vive uma situação parecida. O núcleo urbano da localidade recebe diariamente estudantes vindos de comunidades rurais próximas para estudar nas escolas localizadas na sede do município. Alguns informantes que habitam comunidades pertencentes a São Domingos do Prata (como Macuco, Vargem Linda, Córrego João Pio, João Antônio, entre outras), nos relatam que, como em algumas destas regiões não existem escolas que atendam as demandas, os estudantes dirigem-se para as escolas situadas no centro de São Domingos do Prata.

Alguns informantes também nos relatam a disponibilidade de ônibus escolares que passam por estas comunidades fazendo o trabalho de deslocamento de estudantes até as escolas da região. O uso da BR-262, segundo alguns informantes com os quais estabelecemos contato, fica por conta do deslocamento de estudantes de nível superior, que utilizam a Rodovia para a locomoção até as universidades situadas em municípios próximos.

Em relação ao município de Rio Piracicaba, segundo a secretaria municipal de educação, existem 12 escolas que oferecem matrículas que vão desde o pré-escolar até o terceiro ano do ensino médio. Destas 12 escolas uma é administrada pelo estado, que oferece matrículas para o ensino fundamental e ensino médio. As outras onze escolas são de caráter municipal e dispõem de ensino pré-escolar e ensino fundamental.

Em Rio Piracicaba também existe um fluxo migratório de estudantes de comunidades rurais para o núcleo urbano, bem como de estudantes de nível superior que se dirigem a outros municípios que sediam faculdades e universidades. Segundo a secretaria de educação, a maior procura destes estudantes são por universidades situadas em municípios como João Monlevade, Ouro Preto e Mariana, bem como a capital Belo Horizonte.



Figura 5.481 - Escola Municipal Córrego São Miguel, município de Rio Piracicaba, **Figura 5.482 - Escola Estadual Professor Antônio F. Pinto. Município de Rio Piracicaba**

Em relação as características ligadas ao tema da educação no município de Bela Vista de Minas, encontramos dados – em documentos disponíveis e em trabalho de campo – que não diferem substancialmente das características de municípios já tratados no estudo, como o caso de Rio Piracicaba.

Segundo a Secretaria de Infraestrutura do município, existem na localidade cinco escolas de caráter municipal que oferecem ensino pré-escolas e ensino fundamental, bem como duas escolas administradas pelo estado de Minas gerais, das quais são oferecidos ensino fundamental e médio.

Assim como em Rio Piracicaba, ouvimos relatos de informantes no sentido de que também existem no local movimentos de deslocamento de estudantes para estudar nas universidades e faculdades em outros municípios, como Belo Horizonte, João Monlevade, Ouro Preto e Mariana. É importante frisar que, nos casos de Rio Piracicaba e Bela Vista de Minas, esta migração para as faculdades e universidades não é, em quase sua totalidade – como em muitos outros municípios estudados – uma migração pendular, ou seja, em que estudantes se deslocam todos os dias úteis da semana para os municípios que sediam estas instituições de ensino superior. Isto acontece justamente porque, em função de que universidades em municípios como Belo Horizonte ou Ouro Preto não são próximas a Bela Vista de Minas. Sendo assim, estes estudantes, em grande maioria ficam obrigados a se mudarem permanentemente para estes municípios.



Figura 5.483 - Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá, município de Bela Vista de Minas



Figura 5.484 - Escola Estadual João Alvares Martins da Costa, município de Bela Vista de Minas.

Por fim, o último município de nosso estudo guarda algumas especificidades em relação ao tema da educação, fundamentalmente por se tratar da segunda maior cidade em número de habitantes dos onze municípios pertencentes a área de influência direta. A realidade educacional de João Monlevade está próxima, em certa medida, as características encontradas em Manhuaçu.

Pelo fato de as duas cidades compartilhar características parecidas em relação, por exemplo, ao número de habitantes, faz com que a oferta de escolas e vagas, bem como de universidades sediadas na região também sejam um tanto semelhantes.

Segundo dados do IBGE, a cidade dispõe de 27 escolas de ensino fundamental (de primeiro ao nono ano), 9 escolas de ensino médio e 16 instituições de ensino pré-escolas (envolvendo instituições públicas e privadas). Através do relato de informantes moradores do município e de comunidades pertencentes a este.

Segundo o relato de alguns informantes, nota-se também no município de João Monlevade, a existência de uma migração pendular de estudantes oriundos de comunidades rurais para as escolas na região urbana. Da mesma forma, verifica-se também o movimento migratório de estudantes de nível superior que chegam a João Monlevade diariamente para frequentar as universidades sediadas na cidade, como, por exemplo, a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), que tem um campus sediado no município e que oferece cursos de engenharia ambiental, engenharia de minas, engenharia metalúrgica e engenharia civil, entre outras universidades e faculdades que integram a estrutura de ensino neste município.



Figura 5.485 - Deslocamento de ônibus escolar, com saída do comunidade de macuco, São Domingos do Prata.



Figura 5.486 - Estudante após descer do ônibus escolar esperando condução às margens da rodovia BR-262.

No distrito de Pequiá, em Iúna, no estado do Espírito Santo, limite com Minas Gerais localizam-se duas instituições de ensino, sendo uma creche e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio – EEEFM, Escola Estadual Padre Afonso Bráz. Cabe salientar que o moradores localizados no território municipal de Martins Soares, se utilizam da infraestrutura educacional do distrito capixaba, se utilizando, para deslocamento, acesso improvisado por ponte de madeira, até a outra margem, já em Pequiá.



Figura 5.487 - Creche Raio de Luz, distrito de Pequiá, em Iúna/ES.



Figura 5.488 - Escola Estadual Padre Afonso Bráz, ensino fundamental e médio – distrito de Pequiá, Iúna/ES.

5.3.2.3.3 Saneamento

Os aspectos relacionados à questão de saneamento estão diretamente ligados aos recursos econômicos empregados no sistema de saneamento básico e o retorno efetivo ao acesso desse serviço à população, visto que grande parte dos problemas de saúde enfrentados estão frontalmente relacionados a qualidade do saneamento oferecido em determinada região.

Dentro da questão de saneamento, destacamos os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto e manejo de resíduos sólidos.

Segundo a avaliação do IBGE, no documento Atlas de Saneamento 2011, o saneamento básico melhorou em todas as regiões do Brasil. Entre 2000 e 2008 ocorreu um avanço no número de municípios cobertos pelo saneamento básico em todas as regiões. Nesse período, a cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos, de águas pluviais e de abastecimento de água atingiram mais de 94% dos municípios.

Entretanto, ainda persistem as disparidades regionais. A comparação entre o número de municípios e a rede coletora de esgoto, mostra que apesar dos avanços alcançados, é neste tipo de serviço que o Brasil possui o seu maior desafio. De acordo com o IBGE, o esgotamento sanitário é o serviço que apresenta a menor abrangência municipal, atingindo, em 2008, um percentual de 55,2% para todo o país.

O percentual de municípios brasileiros que faziam a coleta seletiva passou de 8,2% em 2000 para 17,9%, em 2008. No entanto, apesar do avanço, este serviço ainda se concentra, em maior quantidade, nas regiões sul e sudeste, alcançando um percentual acima dos 40%. Já nas demais regiões este percentual não chega a 10%.

Em Minas Gerais, a partir da análise dos dados publicados pelo Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS), em 2011, verificou-se a situação do sistema de saneamento existente no Estado por meio dos Planos Diretores municipais, analisando planos

integrados de saneamento e de instrumentos reguladores de cada serviço, que tenham capacidade para regular o sistema de abastecimento de água. Consta-se que 65 municípios possuem plano municipal integrado de saneamento. Dos municípios que declararam possuir instrumento regulador de água, em 10,7% havia plano diretor de abastecimento de água, e 4,1% contavam com o plano diretor de bacias hidrográficas. No setor de esgotamento sanitário, dos que declararam possuir instrumento legal regulador do serviço de saneamento básico, 11,9% contavam com um plano diretor específico para esse setor. Quanto ao manejo de água pluviais, 11,3% dos municípios regulavam esse serviço de um plano diretor específico. Para o manejo de resíduos sólidos, 19,7% utilizavam um plano diretor específico para essa área.

A partir destes resultados, podemos aferir o quanto o Estado, enquanto principal gestor destes recursos, carece de investimentos em políticas e projetos voltados à infraestrutura básica. No entanto, em estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil, com dados de 2011, baseados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico do Ministério das Cidades, constatou-se que os municípios mineiros obtiveram posição de destaque entre as cidades com as melhores condições de saneamento básico, onde nove municípios mineiros estão entre as cinquenta cidades brasileiras com a melhor prestação de serviços públicos de saneamento. O ranking considerou três grupos de análise: nível de cobertura, melhora da cobertura e nível de eficiência dos serviços. Em relação à água tratada, as cidades mais bem colocadas, o qual incluíram os nove municípios mineiros, atingiram índice de 92,2% de eficiência na prestação destes serviços públicos – taxa superior à média nacional, que é de 82,4%. Quanto à coleta de esgoto, os municípios que lideram o ranking atendem, em média, 61,4% da população – índice também superior à média do país, que é de 48,1%. Já a taxa de tratamento de esgoto ficou em 38,5% nas cidades mais bem colocadas, enquanto, no Brasil, a média foi de 37,5%.

Quanto ao sistema de drenagem, na região Noroeste de Minas 21,05% das sedes municipais não dispõem do serviço. Entretanto, proporcionalmente, é no Triângulo Mineiro, em que se encontra o maior número de distritos sem o serviço de manejo das águas pluviais (59,09%), bem acima do percentual total dos distritos que não possuem rede de drenagem (24,50%). Para as regiões da Zona da Mata, tal qual compreende seis municípios em estudo, e Central, que compreende quatro municípios, a rede de drenagem urbana está presente em grande parte do território.

Por meio da Figura 5.489, podemos visualizar que, segundo dados do SEIS, todos os municípios envolvidos no estudo teriam a rede de drenagem urbana.

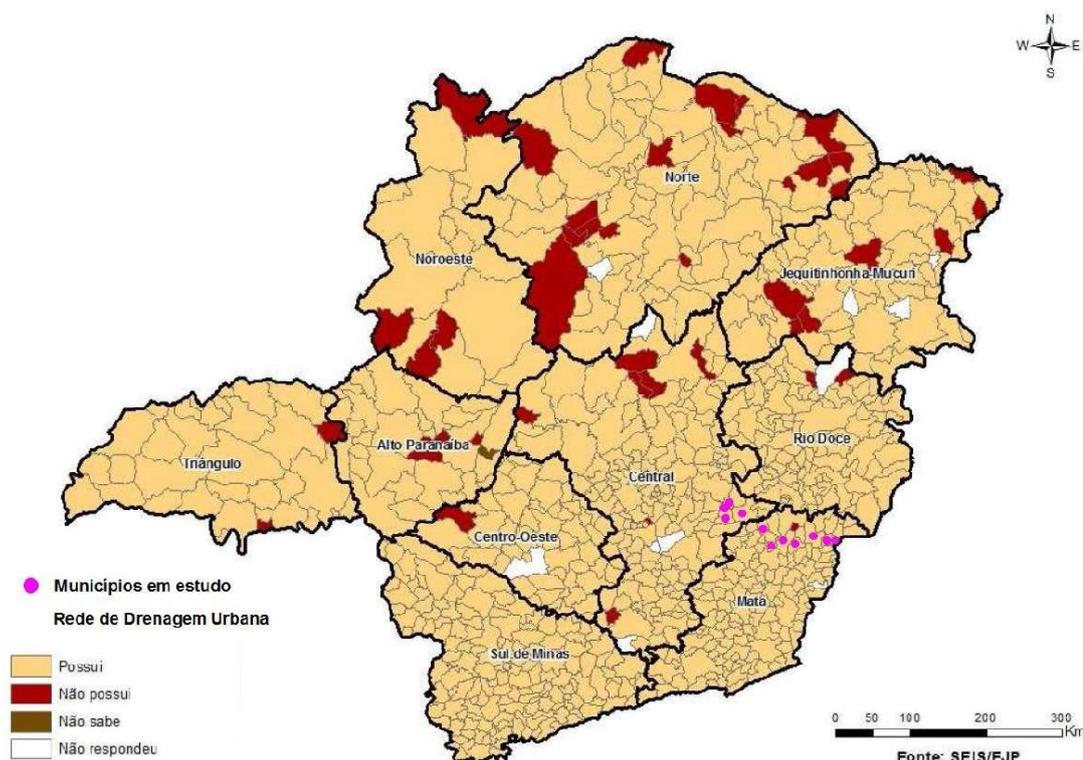


Figura 5.489 - Rede de Drenagem Urbana no Estado de Minas Gerais. Fonte: Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS), 2011

Também podemos aferir algumas informações sobre saneamento, levantadas a partir do Censo do IBGE (2010). As tabelas a seguir demonstram que os índices para o Estado são consideráveis. Sobre o abastecimento de água, 86,28% do total de domicílios particulares permanentes são abastecidos por rede distribuidora de água. E a coleta de lixo domiciliar, em 83,59% dos estabelecimentos é realizada por serviço de limpeza. Sobre a questão de esgotamento sanitário, 76,92% dos domicílios possuem rede geral de esgoto ou pluvial e 16,79% possuem fossa, podendo esta ser, rudimentar ou fossa séptica. Os demais índices estão relacionados ao despejo em rio, lago ou mar, valas, outros, sendo importante notá-los, sabido que, a destinação incorreta pode implicar na poluição de flora e fauna local.

Segundo as informações do IBGE (2010), as cidades do Estado de Minas Gerais estariam com os serviços de saneamento básico comprometidos, visto que 90% delas não estariam recebendo verba federal para rede de água e esgoto, manejo do lixo e drenagem por não possuírem plano de saneamento básico. A necessidade em se adequar aos serviços de saneamento fez com que os municípios começassem a se organizar e iniciar, no início desse ano, a licitação para a elaboração dos estudos dos Planos de Saneamento dos municípios, conforme a Lei 11.445/2007.

Alguns dos municípios que fazem parte do comitê de bacias, aproximadamente 120 cidades mineiras, os quais tem recurso arrecadado pelo uso das águas no Estado de Minas Gerais e Espírito Santo, com aproximadamente R\$ 20 milhões, ainda tem alguma perspectiva para problemas enfrentados a respeito dos aspectos de saneamento, entre os quais os

Comitês das bacias dos rios Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Piracicaba, Santo Antônio, Piranga e do Rio Doce.

Os municípios da área de estudo estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (BHRD), sendo que esta é dividida em 7 unidades, das quais fazem parte, a Região Hidrográfica Doce 1 - DO1, do Rio Piranga, DO2, do Rio Piracicaba e a DO6, do Rio Manhuaçu. Embora vários municípios façam parte dessas regiões hidrográficas, serão citados, nesse aspecto, somente os municípios da área de estudo, sendo esses, Matipó, Abre Campo, Santo Antônio do Grama, São Domingos do Prata, Rio Casca, abrangidos pela DO1, enquanto os municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas e João Monlevade, estão localizados na DO2, e Manhuaçu, Martins Soares e Reduto, fazem parte da DO6.

As unidades dos Comitês de Bacia estão localizados, respectivamente, nos municípios de Ponte Nova, João Monlevade e Manhuaçu, onde entre outros problemas, foram citados por essas unidades, principalmente questões relacionadas à expansão urbana desordenada, desmatamento e erosão (incluindo áreas de APP), falta de política de educação ambiental, poluição por atividades agrícolas, garimpo, tratamento de esgoto inexistente, entre outros. Esses fatores seriam situações latentes de comprometimento à qualidade do abastecimento de água nos municípios, visto que em determinadas regiões, observa-se intenso uso e ocupação dos recursos naturais, situação agravada pela localização geográfica, falta de práticas conservacionistas e de planejamento territorial, conferindo vulnerabilidade à essas regiões. Situação que pode ser observada nas seguintes imagens.



Figura 5.490 - Estação de Tratamento desativada ao longo da BR-262, Rio Casca.



Figura 5.491 - Acesso ao Distrito de Jurumirim, Rio Casca. Presença de solo exposto.



Figura 5.492 - Curso d'água no distrito de Santa Isabel, em São Domingos do Prata. Inexistência de cobertura vegetal em área de preservação permanente.



Figura 5.493 - Acesso ao Distrito de Jurumirim, Rio Casca. Presença de solo exposto.

Desde o início do ano, já teriam sido licitados 47 planos municipais de saneamento, sendo que outros já estariam sendo lançados. Um dos aspectos mais relevantes, e utilizado, como argumento pelos prefeitos, para a efetivação dos planos de saneamento, seria o alto valor da contratação dos estudos sobre caixas municipais, embora, tenha sido observado em campo, que questões sócio culturais – como práticas agrícolas e o manejo inadequado do solo – são fatores que fragilizam as regiões, podendo comprometer a implantação de medidas conservacionistas, que possivelmente estariam ligadas aos planos de saneamento nos municípios.

Em São Domingos do Prata se observou que este processo está começando a se organizar, com realização de reuniões de mobilização social e participação popular, além de envolver os diversos setores da sociedade, técnicos da Prefeitura e empresas prestadoras de serviço da área do saneamento.

Essa organização pode ser observada em uma das localidades inseridas no município de São Domingos do Prata, a seguir.



Figura 5.494 - Posto de Saúde da Família com faixa de divulgação, convidado a participação da comunidade no envolvimento do Plano de Saneamento no Distrito Cônego João Pio, em São Domingos do Prata.

5.3.2.3.3.1 Abastecimento de água

Com relação ao abastecimento de água, dos principais municípios envolvidos pelo empreendimento (Tabela 5.130), a grande maioria é feito por rede distribuidora, como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), o Departamento de Água e Esgoto (DAE) e prefeituras. Os municípios de João Monlevade e Bela Vista de Minas, segundo o IBGE, 2010, se destacariam entre os outros municípios por índices de domicílios que teriam fornecimento de água através da rede de abastecimento, com 97,97 e 88,79%. Os demais, também apresentam valores consideráveis, com exceção de Martins Soares, que teria apenas 47,5% dos domicílios abastecidos por rede de abastecimento de água.

TABELA 5.130 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO DE ESTUDO.

Unidades territoriais	Total de domicílios particulares permanentes	Domicílios com abastecimento de água por rede	Domicílios abastecimento de água por rede (%)
Espírito Santo	1.101.394	923.363	83,09
Iúna	8.699	5.008	54,80
Minas Gerais	6.028.223	5.200.911	86,28
Abre Campo	3.930	2.274	57,86
Bela Vista de Minas	2.889	2.565	88,79
João Monlevade	22.152	21.703	97,97
Manhuaçu	24.186	19.289	79,75
Martins Soares	2.202	1.046	47,5
Matipó	5.018	3.848	76,68
Reduto	1.953	1.217	62,31
Rio Casca	4.283	3.507	81,88
Rio Piracicaba	4.359	3.687	84,58
São Domingos do Prata	5.356	3.412	63,7
Santo Antônio do Grama	1.238	1.019	82,31

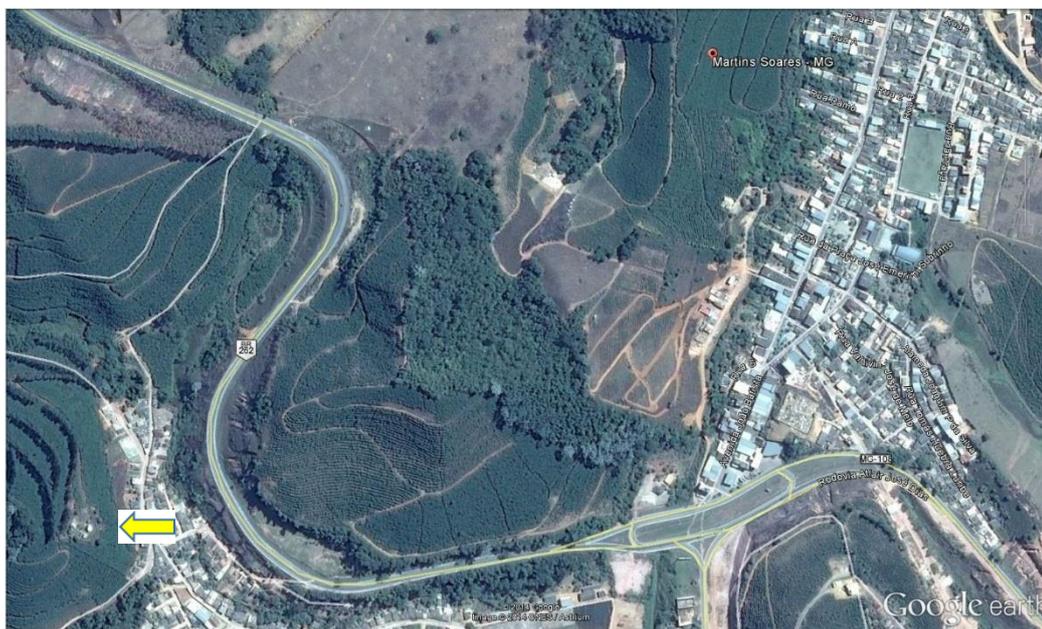
Fonte: SIDRA – IBGE, 2010.

O acesso à rede de abastecimento de água não implica necessariamente em oferta de água tratada, pois embora exista a disponibilidade de água por meio de uma rede de captação e de distribuição, se não forem adotadas algumas medidas, a qualidade da água fornecida aos moradores de uma região torna-se um fator disseminador de agentes patogênicos.

Das comunidades que fizeram parte do diagnóstico, a grande maioria declarou que o abastecido seria por água não tratada, vindas de rios, ribeirões e nascentes, cursos hídricos que serviriam, inclusive como destino final de efluentes domésticos.

Segundo informações obtidas em campo, no município de Martins Soares, a água comumente é captada de nascente, como visto nas comunidades Emerick e Jordão. Na região urbana, o abastecimento ocorre através da captação de água do Ribeirão Acabei de Crer, localizado no Bairro São Vicente, ao lado oposto ao principal acesso do município de Martins Soares (como demonstra a Figura 5.495) cruzado pela BR-262. Já no Distrito de Pinheiros, também em Martins Soares, o abastecimento seria realizado através de poços artesianos, embora moradores tenham comentado que a qualidade da água seria de baixa qualidade.

A seguir, na figura abaixo, pode ser observada a localização da estação de tratamento e abastecimento de água no Bairro São Vicente, serviço realizado pela Copasa, responsável pelo abastecimento de água no município de Martins Soares.



**Figura 5.495 - Estação de abastecimento de água do município de Martins Soares, Localizada no Bairro São Vicente (seta indicativa).
 Fonte: Google Earth, 2014**

Nos municípios da área de estudo, pode ser observada – segundo nossa percepção em trabalhos de campo – a degradação dos recursos naturais, principalmente pelo uso intensivo dessas regiões ocasionada pelo manejo inadequado do solo, seja este relacionado à pecuária, mineração, cultivos agrícolas, despejo de efluentes líquidos, entre outros elementos, que desempenham impactos potenciais sobre a qualidade das águas fornecida aos moradores dessas regiões (figuras abaixo).



Figura 5.496 - Estação de abastecimento de água localizada no bairro São Vicente, em Martins Soares, ao lado da BR-262.



Figura 5.497 - Comunidade localizada no entorno da rodovia, em Manhuaçu.



Figura 5.498 - Captação de água localizada na Vila Emerick, município de Martins Soares.



Figura 5.499 - Propriedade rural localizada às proximidades da BR-262, em Abre Campo.



Figura 5.500 - Propriedade rural localizada às proximidades da BR-262, em Abre Campo.



Figura 5.501 - Curso d'água no bairro Santa Efigênia, em Rio Casca, onde há pouca cobertura vegetal com tubulação de esgoto ao longo desse.



Figura 5.502 - Tubulações de esgotamento sanitário em córrego d'água em uma das entradas da área urbana em Rio Casca.



Figura 5.503 - Tubulações de esgotamento sanitário em córrego d'água em uma das entradas da área urbana em Rio Casca.

Em Martins Soares, segundo o Secretário de Administração, haveria uma área que futuramente seria destinada à construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto, sendo essa localizada na região próxima onde se encontra a comunidade Vila Emerick.



Figura 5.504 - Contato estabelecido com Secretário de Administração, no município de Martins Soares.

Cabe ressaltar que em Matipó, os moradores citaram problemas na qualidade da água fornecida, visto que essa seria contaminada pela empresa mineradora Samarco, existente à montante da região de captação de água fornecida no município.

Em Manhuaçu, o principal ponto de captação de água, localiza-se no Rio Manhuaçu, mesmo curso d'água utilizado para o lançamento de esgoto doméstico. Diferentemente ocorre na comunidade de Vila Nova, onde a água é captada de uma região montanhosa e tratada pela Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Esta mesma empresa também realiza a captação e a distribuição de água em Abre Campo. Em Matipó, Bela Vista de Minas e Santo Antônio do Gramma, a distribuição é realizada, predominantemente, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Da mesma maneira, ainda foi citado mais um usuário, a Companhia Agrícola Pontenovense, que utiliza o curso d'água voltado ao uso industrial.

No município de Rio Casca, tal qual relatado por informante do IBGE, Figura 5.505, a captação de água é realizada através do principal rio da cidade, que atualmente encontra-se contaminado pelo lançamento de efluentes domésticos.



Figura 5.505 - Contato realizado entre a equipe de campo e funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no município de Rio Casca.

No município de Lúna, no distrito de Pequiá a instalação de esgotamento sanitário teria sido realizada recentemente em todas as residências, embora essas ligações não tivessem sido concretizadas com a ligação no sistema de esgoto, sendo a destinação final desconhecida, segundo informações de alguns moradores. A estação de tratamento é do tipo convencional, com as fases de tratamento divididas em captação, coagulação, decantação, filtração, desinfecção, fluoretação, reservação e distribuição.

Já o abastecimento de água seria realizado pela Cesan, através dos córregos do Tanque e Antônio Pedro, pertencentes à bacia hidrográfica do rio Doce, sendo o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) o órgão responsável pelo monitoramento dos mananciais.



Figura 5.506 - Estação de tratamento de água no Distrito de Pequiá, em Lúna/ES.



Figura 5.507 - Estação de tratamento de água no Distrito de Pequiá, em Lúna/ES.

Em São Domingos do Prata, João Monlevade e Rio Piracicaba a água é captada através de nascentes, e a empresa responsável pelo fornecimento de água é a COPASA, já

em Reduto, a prefeitura é responsável pelo abastecimento, onde a captação está localizada na comunidade de Guarani.



Figura 5.508 - Rio Manhuaçu, que atravessa a cidade de mesmo nome e onde é feita a captação de água.



Figura 5.509 - Local de localização do Sistema de Abastecimento de água na Comunidade de Vila Nova, município de Manhuaçu.



Figura 5.510 - Ribeirão Santo Antônio do Grama, que atravessa o município de mesmo nome. O local de captação de água é realizada a jusante da região urbana.



Figura 5.511 - Rio Casca, responsável pelo abastecimento de água no município de mesmo nome.

5.3.2.3.3.2 Esgotamento sanitário

O Governo de Minas Gerais com o objetivo de reduzir a poluição das águas do Estado e melhorar a qualidade de vida da população deliberou, por intermédio do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), a implantação de sistema de tratamento de esgotos sanitários em todos os municípios, de acordo com a convocação realizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 96/2006. Buscando facilitar a gestão dessa política pública, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), vem desenvolvendo, desde 2006, o Programa Minas Trata Esgoto, visando a implantação de sistemas de tratamento de esgoto em 853 municípios, além de proporcionar a regularização ambiental de empreendimentos, fornecendo suporte ao

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico, que tem com subcritério esse aspecto (Feam, 2013).

Segundo informações referentes ao Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH), dos 62 municípios com sede na UPGRH DO1, apenas Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Sem-Peixe, contavam com índice 100% de coleta de esgoto. Juntos, esses municípios tem pouca representatividade, visto que aproximadamente 5 mil habitantes se encontram nessas áreas. Dos municípios da área de estudo presentes na DO1, apenas Abre Campo e Santo Antônio do Gramma possuiriam índice de coleta de esgoto superior a 80%, enquanto Rio Casca seria o município com menor índice de atendimento nesse aspecto. O município de Matipó, segundo dados da Feam, 2013, seria o único dos municípios da área de estudo onde 100% da população seria atendida pelo sistema de tratamento de esgoto, considerando dados de maio de 2013.

Com relação a UPGRH DO2, o rio Piracicaba é o principal curso d'água da região. Suas nascentes localizam-se no município de Ouro Preto, e percorre 241 km até encontrar o rio Doce, na divisa dos municípios de Ipatinga e Timóteo. Ao longo deste percurso, passa por cidades como Rio Piracicaba, Nova Era, Antônio Dias e pela Região Metropolitana do Vale do Aço. Em relação a essa unidade, foi apontado que mais de 60% dos estabelecimentos utilizariam agrotóxicos, desses, estaria Bela Vista de Minas, um dos municípios da área de estudo, localizado, inclusive, na parte mais alta dessa unidade.

Já na região abrangida pela UPGRH DO6, seria coletado, pouco mais de 79% do esgoto produzido, dos quais, aproximadamente, apenas 1% seria de esgoto tratado. Nos municípios de Manhuaçu, Martins Soares e Reduto, os quais fazem parte da área de estudo, os índices referentes à tratamento de esgoto são nulos, sendo a prefeitura dessas localidades, responsáveis por esse aspecto.



Figura 5.512 - Rio Piracicaba que atravessa a cidade de mesmo nome. Ocupação irregular de edificações ao longo desse rio, com presença de assoreamento e local de provável lançamento de efluentes (abaixo, margem esquerda).



Figura 5.513 - Tubulação para lançamento de efluentes domésticos em curso d'água na comunidade Córrego dos Machados, em Martins Soares.



Figura 5.514 - Lançamento de resíduos e efluentes domésticos em curso d'água na área central do município de Bela Vista de Minas.

Segundo o IBGE, 2010, o sistema predominante nos municípios da região de estudo seria realizado por rede geral de esgoto ou pluvial, embora Abre Campo, Martins Soares, São Domingos do Prata, Matipó, Rio Piracicaba e Reduto se destacam pelos altos índices de resíduos jogados em rio, lagos ou outros cursos hídricos, onde o esgotamento sanitário por fossa séptica também demonstra-se pouco utilizado, expressando um percentual abaixo de 10%.

Ainda, sobre o sistema de esgotamento sanitário utilizado na região em estudo, observa-se na Tabela 5.131, que do total de domicílios particulares permanentes em cada município, praticamente todos possuem banheiro de uso exclusivo.

TABELA 5.131 - SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA AE (INCLUINDO ESTADOS MG E ES).

Unidades territoriais	Total de domicílios particulares permanentes	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo	Rede geral de esgoto ou pluvial (%)	Esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial	Rio, lago ou mar (%)	Esgotamento sanitário - rio, lago ou mar	Fossa rudimentar e fossa séptica (%)	Esgotamento sanitário - fossa rudimentar e fossa séptica	Vala (%)	Vala	Outro (%)
Espírito Santo	1.101.394	1.085.419	66,99	737.780	4,33	47.676	23,57	259.569	3,30	36.382	0,36
Iúna	8.699	8.641	52,76	4.590	17,76	1.545	21,84	1.900	4,44	386	2,53
Minas Gerais	6.028.223	5.862.312	76,92	4.509.566	4,65	272.729	16,79	193.350	1,05	61496	0,58
Abre Campo	3.930	3.886	49,56	1.926	38,5	1.496	5,58	217	2,39	93	3,96
Bela Vista de Minas	2.889	2.829	87,52	2.476	10,18	288	1,59	45	0,14	4	0,57
João Monlevade	22.152	21.927	93,07	20.408	4,54	996	1,45	317	0,44	96	0,5
Manhuaçu	24.186	23.940	72,36	17.323	17,75	4.250	7,36	1.763	1,61	386	0,91
Martins Soares	2.202	2.171	48,69	1.057	32,34	702	9,21	200	4,51	98	5,25
Matipó	5.018	4.929	71,33	3.516	22,84	1.126	3,88	191	1,28	63	0,67
Reduto	1.953	1.941	58,17	1.129	19,63	381	7,88	153	11,49	223	2,83
Rio Casca	4.283	4.218	75,51	3.185	13,96	589	5,05	213	4,24	179	1,23
Rio Piracicaba	4.359	4.336	72,37	3.138	22,12	959	3,41	148	0,81	35	1,29
São Domingos do Prata	5.356	5.283	54,15	2.861	32,92	1.739	10,22	540	2,39	126	0,32
Santo Antônio do Grama	1.238	1.229	75,51	928	15,54	191	8,22	101	0,41	5	0,33

Fonte: SIDRA – IBGE, 2010.

Na saída de campo, as observações, e o contato estabelecido com as comunidades inseridas na região de estudo, apontou a necessidade de adequações no aspecto relacionado ao saneamento básico, visto a carência socioeconômica em algumas regiões. Poucos domicílios possuem esgotamento sanitário por fossa, e quando a possui, normalmente é um sistema rudimentar, o qual não garante a disposição adequada. Visivelmente, o tratamento de esgoto na região é inexistente, sendo que em todas as comunidades, os efluentes são lançados diretamente nos rios, ou cursos d'água existentes. Apenas na comunidade Jordão, em Martins Soares, alguns moradores alegaram que os domicílios possuem esgotamento por fossa, pois haveria exigência de órgãos governamentais para uso deste sistema. Além disso, a rede geral de esgoto ou pluvial, referida na Tabela 5.131, não contempla estação de tratamento, e os rios acabam sendo o destino final destes resíduos.

5.3.2.3.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pela Lei nº 12.305/10, é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A lei tem como fundamento a redução e a prevenção nas ações de geração de resíduos, bem como medidas estruturais que objetivam o aumento das práticas de reciclagem e da reutilização de resíduos sólidos, destacando o valor econômico destes para os municípios e os estados, com vistas ao fomento de práticas e hábitos de consumo com fins sustentáveis.

Destinação de resíduos sólidos

Com o objetivo de apoiar os municípios no atendimento às normas de gestão dos resíduos sólidos, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) elaborou um mapa contendo todos os municípios mineiros e a situação desses em relação aos aspectos relacionados ao tratamento e/ou disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Assim, de acordo com esse mapa, Figura 5.515, o município de Abre Campo teria uma usina de triagem e compostagem regularizada (Figura 5.516), enquanto Manhuaçu e Reduto dispõem apenas de lixão.

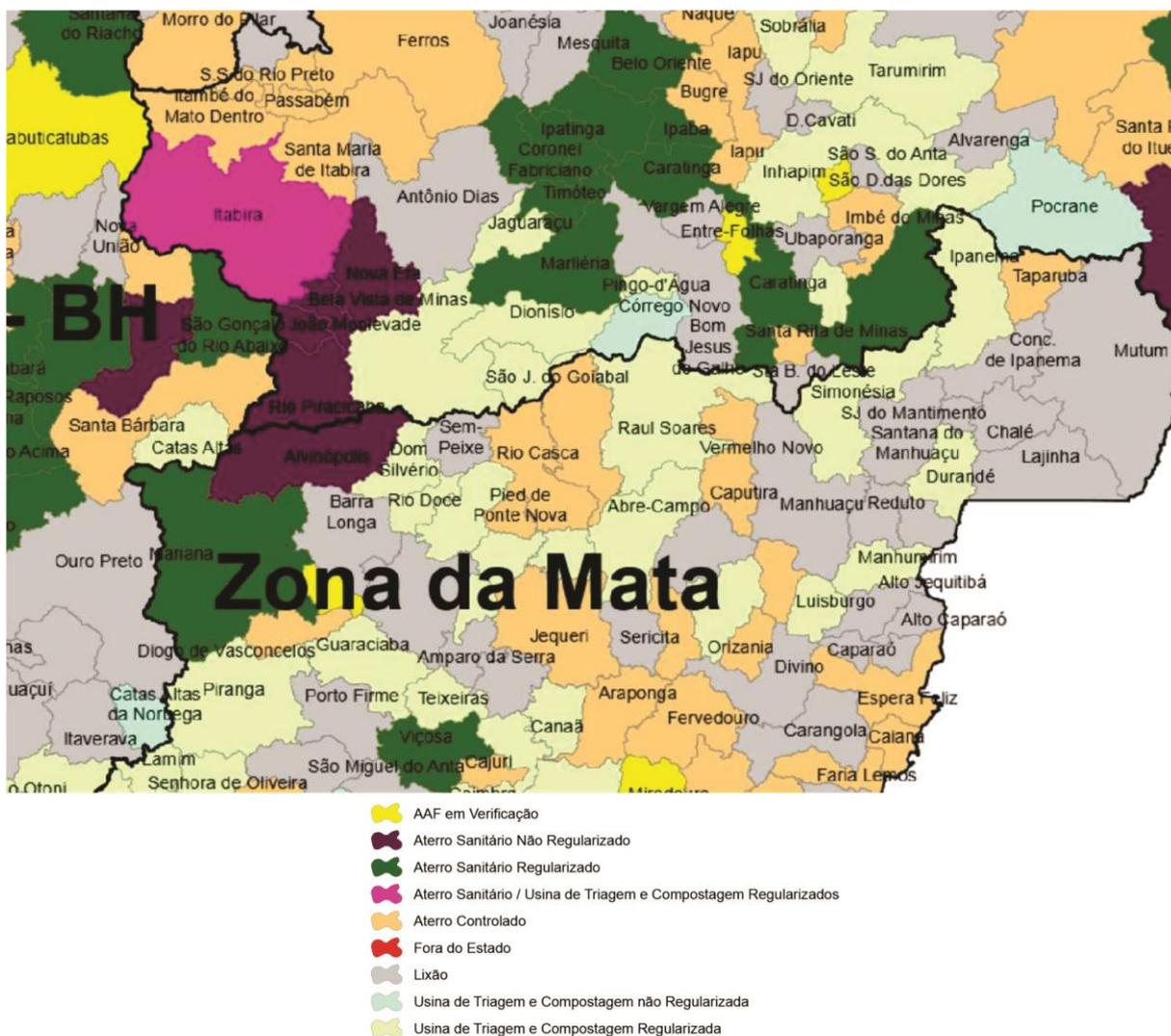


Figura 5.15 - Situação de Tratamento e/ou Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos em Minas Gerais, 2013.



Figura 5.516 - Área em declive, com pouca cobertura vegetal, excessivo pisoteio de gado com presença de lixo ao lado da BR-262, no município de Abre Campo - Usina de Triagem e Compostagem Regularizada.



Figura 5.517 - Coleta de resíduos sólidos na área urbana, no município de Rio Casca.

A Lei de Resíduos Sólidos definiu um prazo de quatro anos, desde 2010, para que ocorra a regularização, em todo o território nacional, das áreas destinadas à disposição de resíduos sólidos. Essa regularização deveria ocorrer até agosto de 2014, com a eliminação completa dos lixões, sendo estes substituídos por aterros sanitários ou outras soluções técnicas para a disposição adequada do lixo, sendo que, o município que descumprisse esse prazo, estaria sujeito a sanções administrativas, que iriam de multas à obrigações de reparação de danos ambientais. O atendimento dessa Lei está relacionado diretamente à necessidade de elaboração do plano municipal de resíduos sólidos, além dos resíduos industriais, gerados pela mineração, atividades agropecuárias, entre outros.

Em relação à destinação do lixo doméstico dada nos municípios em estudo, segundo o IBGE, 2010, Tabela 5.132, do total de onze municípios, sete apresentaram mais que 75% de seus domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza.

TABELA 5.132 - COLETA DE LIXO DOS MUNICÍPIOS ATRAVESSADOS PELA RODOVIA, INSERIDOS NA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Unidades territoriais	Total de domicílios particulares permanentes	Domicílios com lixo doméstico coletado por serviço de limpeza	Domicílios com lixo doméstico coletado por serviço de limpeza (%)
Espírito Santo	971.709	894.330	81,20
Iúna	5.840	4.869	55,97
Minas Gerais	6.028.223	5.039.259	83,59
Abre Campo	3.930	2.091	53,21
Bela Vista de Minas	2.889	2.690	93,11
João Monlevade	22.152	21.803	98,42
Manhuaçu	24.186	18.652	77,12
Martins Soares	2.202	391	17,76
Matipó	5.018	2.513	50,08

Unidades territoriais	Total de domicílios particulares permanentes	Domicílios com lixo doméstico coletado por serviço de limpeza	Domicílios com lixo doméstico coletado por serviço de limpeza (%)
Reduto	1.953	591	30,26
Rio Casca	4.283	3.519	82,16
Rio Piracicaba	4.359	3.688	84,61
São Domingos do Prata	5.356	3.242	60,53
Santo Antônio do Grama	1.238	1.014	81,91

Fonte: SIDRA – IBGE, 2010.

Nas saídas de campo, foi possível verificar que a maioria das comunidades tem seu lixo coletado, embora o seu destino não seja o mais adequado segundo o que é estabelecido pelos padrões da Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Figura 5.518 - Acesso ao lixão onde são destinados os resíduos descartados pelo município de Martins Soares.

Em Manhuaçu (comunidade Vila Nova) e Matipó (comunidade Padre Fialho), moradores relataram que o lixo é coletado três vezes por semana. Em São Domingos do Prata (comunidade de Macuco), o lixo anteriormente era queimado, hoje já é coletado uma vez por semana. Já em Bela Vista de Minas, não foi possível obter esta informação.

Em Martins Soares, há mais ou menos 8 a 10 anos atrás, o município tinha apenas um lixão, na comunidade de Pinheiros. Atualmente, a coleta vindo sendo feita uma vez ao dia, tanto no município, quanto no distrito, sendo que a prefeitura não tem local próprio para descarte, pagando 150 reais por mês ao dono do terreno. Em Abre Campo, constatou-se a existência de uma usina de reciclagem e compostagem, além do aterro sanitário. Destaca-se dos demais, a região de Santo Antônio do Grama, a qual possui uma usina de reciclagem à 1 km de distância da cidade. A coleta é seletiva, os resíduos orgânicos são transformados em

adubo, e nas comunidades, a prefeitura realiza campanhas de conscientização e separação do lixo.

Além disso, a lei prevê, por exemplo, a extinção de lixões, impondo metas a serem seguidas nos próximos anos, englobando fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, cidadãos, ou seja, instituindo a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos, com objetivos bastante pertinentes, como, por exemplo, a tentativa de atingir as metas do Plano Nacional sobre Mudanças no Clima, que é de alcançar o índice de reciclagem de resíduos de 20%, em 2015.

Além do exposto, algumas informações em campo indicaram a falta de uma política de resíduos sólidos adequadas aos parâmetros estabelecidos dentro dos preceitos do conceito de sustentabilidade. Um dos exemplos é que, nenhum dos municípios detém mecanismos 100% corretos de destinação de lixo, sendo, estes resíduos, direcionados para locais a céu aberto, como lixões. Observou-se em campo, que as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) provavelmente não encontram eco significativo nos municípios com menos recursos financeiros, e, fundamentalmente, na grande maioria dos municípios de nossa área de estudo, aspecto que compromete a qualidade de vida dos moradores dessas regiões.

5.3.2.3.4 Energia elétrica

Atualmente o País realiza seu abastecimento de energia através do Sistema Interligado Nacional (SIN) que pelas suas características, pode ser considerado único no mundo. A produção e transmissão de energia elétrica no Brasil é realizada por um sistema hidrotérmico de grande porte, tendo como principal fonte de geração, as usinas hidrelétricas.

O SIN é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. O sistema interligado proporciona aproveitar as diversidades hidrológicas, possibilitando a otimização energética das bacias hidrográficas existentes nestas regiões. Apenas 1,7% da energia produzida não faz parte do SIN, destacando-se os pequenos sistemas isolados localizados principalmente, na região amazônica. Os quatro subsistemas nacionais estão divididos em:

- a) Sul (S) – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
 - b) Sudeste – Centro-Oeste (SE/CO) – Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia;
 - c) Norte (N) – Pará, Tocantins, Maranhão, parte do Amazonas e Amapá e, a partir de 2014, parte de Roraima, passará a fazer parte deste submercado; e
- Nordeste (NE) – Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Devido à grande extensão territorial e as distâncias entre as fontes geradoras e os centros de carga, o SIN é composto por níveis de tensão entre 230 kV e 750 kV, tendo como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga; a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico para garantir estabilidade e confiabilidade da rede; a interligação entre as bacias hidrográficas e regiões com características hidrológicas heterogêneas tem por objetivo a otimização da geração de energia elétrica hidrelétrica, bem como a integração energética com os países vizinhos.

O abastecimento de energia elétrica na região de estudo é realizado por meio do grupo Cemig, uma Companhia de capital aberto, mas controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, considerada a maior empresa integrada do setor de energia no Brasil. O Estado responde por 96% da área de concessão, com mais de 7,5 milhões de consumidores, em 774 municípios. Também é fornecedora de energia para clientes livres do País⁹, com 25% do mercado, e uma das maiores geradoras de energia, responsável pela operação de 70 usinas, com capacidade instalada de 7.295 megawatts¹⁰.

De acordo com o Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2013, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o estado de Minas Gerais teve um aumento do consumo de energia de 0,8%, tendo a maior contribuição, em termos de crescimento, do setor residencial, que aumentou em 6,8%, o seu consumo, entre 2012 e 2013. A classe industrial é responsável por mais da metade da energia consumida, contudo, houve um decréscimo de 4,02%, entre 2011 e 2012, e de 2,5%, entre 2012 e 2013. A outra classe que apresentou variação negativa foi o consumo próprio, que reduziu em 14,8% passando de um consumo de 217 GWh para 185 GWh, entre 2012 e 2013. A classe residencial, que é a segunda em participação no consumo (17,5%), teve um crescimento constante, apresentando variações positivas para todos os anos aqui expostos.

A seguir, podemos visualizar o consumo por classe consumidora dos municípios, para os anos entre 2009 e 2013 (Tabela 5.133).

TABELA 5.133 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE CONSUMIDORA EM GWH – MINAS GERAIS (2009-2013)

Consumo por classe	2009	2010	2011	2012	2013	% (2013/2012)	Part. % (2013)
Total	45.091	51.313	57.619	57.479	57.939	0,8	100
Residencial	8.299	8.686	9.122	9.475	10.118	6,8	17,5
Industrial	26.264	31.515	32.492	31.186	30.404	-2,5	52,5
Comercial	5.044	5.268	5.765	6.168	6.495	5,3	11,2
Rural	2.378	2.631	2.815	3.044	3.232	6,2	5,6
Poder público	754	800	841	873	904	3,5	1,6
Iluminação pública	1.153	1.168	1.294	1.344	1.372	2,1	2,4

⁹ Consumidor livre é aquele que, atendido em qualquer tensão, tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 Decreto n. 5.163, de 30 julho de 2004 (Diário Oficial, de 30 jul. 2004, seção 1, p.1). Fábricas, shoppings, indústrias que estão enquadrados nesta categoria podem hoje escolher de quem comprar energia. Disponível em: www.aneel.gov.br, acesso em 8 de janeiro de 2015.

¹⁰ Cemig, 2014. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/homepage.aspx>. Acesso em: 24/11/2014.

Consumo por classe	2009	2010	2011	2012	2013	% (2013/2012)	Part. % (2013)
Serviço público	1.123	1.170	5.026	5.171	5.229	1,1	9,0
Consumo próprio	76	75	265	217	185	-14,8	0,3

Fonte: Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica (EPE).

Em Minas Gerais, o número de consumidores é de 8.345.069 em 2013, apresentando variação positiva em todos os anos analisados, sendo que entre 2012 e 2013 houve uma variação de 3,2%. A classe residencial tem uma participação de 80% sobre o total do número de consumidores, seguida pela comercial e rural com as mesmas participações, a saber, 0,9%. Destaca-se que o número de consumidores da classe rural apresentou importante salto entre os anos de 2010 e de 2011, aumentando em 20,1%, passando de 608.679 para 731.018 consumidores. O número de consumidores que compõem a classe relativa ao consumo próprio reduziu, de 963 para 930, ou -3,4%. A Tabela 5.134, a seguir, expõe o número de consumidores por classe de consumo para Minas Gerais, entre os anos 2009 e 2013.

TABELA 5.134 - NÚMERO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO – EM MINAS GERAIS (2009-2013)

Classe de consumidores	2009	2010	2011	2012	2013	% (2013/2012)	Part. % (2013)
Total	7.334.882	7.582.199	7.869.876	8.083.070	8.345.069	3,2	100
Residencial	5.979.205	6.163.957	6.263.626	6.446.550	6.675.861	3,6	80,0
Industrial	80.027	80.940	82.299	82.528	82.500	0,0	1,0
Comercial	637.419	651.292	714.209	735.488	754.863	2,6	9,0
Rural	563.610	608.679	731.018	738.422	750.622	1,7	9,0
Poder público	61.007	63.305	64.476	65.400	65.569	0,3	0,8
Iluminação pública	3.426	3.656	3.700	3.754	4.147	10,5	0,0
Serviço público	9.217	9.397	9.582	9.965	10.577	6,1	0,1
Consumo próprio	971	973	966	963	930	-3,4	0,0

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica (EPE).

A Tabela 5.135 corrobora esses dados, onde podemos notar que todos os municípios possuem altos índices no número de domicílios abastecidos por energia elétrica. Com exceção de Abre Campo e de Rio Casca, que possuem 98,83 e 98,55% dos domicílios abastecidos com energia elétrica, o restante possui porcentagens maiores que 99%, conforme veremos a seguir.

TABELA 5.135 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (2010)

Municípios	Total de domicílios	Número de domicílios abastecidos	% de domicílios abastecidos
Matipó	5.018	4.995	99,54

Municípios	Total de domicílios	Número de domicílios abastecidos	% de domicílios abastecidos
Santo Antônio do Grama	1.238	1.237	99,92
Rio Piracicaba	4.359	4.347	99,72
Bela Vista de Minas	2.889	2.878	99,62
João Monlevade	22.152	22.128	99,89
Manhuaçu	24.186	24.131	99,77
Martins Soares	2.202	2.188	99,36
Abre Campo	3.930	3.884	98,83
São Domingos do Prata	5.356	5.319	99,31
Rio Casca	4.283	4.221	98,55
Reduto	1.953	1.946	99,64

Fonte: IBGE, 2014.

Realizando o estudo de campo, identificou-se a presença de uma subestação situada às margens da Rodovia, localizada no município de Realeza e outra subestação situada no município de Matipó, bem como uma linha de transmissão de energia, em Matipó. A Energisa é uma das empresas que realiza a distribuição da energia na região, destacando-se a seguir, imagens que registram a presença da empresa na região, conforme exposto a seguir (Figura 5.519 e Figura 5.520).



Figura 5.519 - Subestação de energia da Energisa, situada no município de Realeza, localizada às margens da BR-262.



Figura 5.520 - Subestação de energia elétrica da Energisa situada no distrito de Padre Fialho, no município de Matipó.

O trabalho de campo possibilitou identificar a disponibilidade e as características da iluminação pública urbana, nos distritos e comunidades do meio rural, em alguns dos municípios visitados, a saber, Santo Antônio do Grama, Rio Casca, Martins Soares, Manhuaçu e São Domingos do Prata.

Alguns trechos são caracterizados por uma iluminação pública bastante precária, ocorrendo a falta de infraestrutura urbana adequada. Passando por áreas urbanizadas,

observa-se que a iluminação pública está bastante deficitária, e por vezes, até inexistente, gerando insegurança. Estes aspectos podem ser visualizados nas imagens expostas a seguir (Figura 5.521 a Figura 5.530).



Figura 5.521 - Características da rede de energia elétrica urbana de Santo Antônio do Grama.



Figura 5.522 - Falta de iluminação pública observada no bairro Santa Ifigênia, situado às margens da BR-262, no município de Rio Casca.



Figura 5.523 - Observação da condição precária da iluminação pública noturna, na cidade de Martins Soares.



Figura 5.524 - Observação da condição precária da iluminação pública noturna, na cidade de Martins Soares.



Figura 5.525 - Na imagem, observa-se a rodovia BR-262, passando pela cidade de Manhuaçu, observando-se uma precária iluminação neste trecho.



Figura 5.526 - Trevo de acesso ao município de Martins Soares, pouco sinalizado.



Figura 5.527 - Calçada utilizada para caminhadas, desprovida de acesso e iluminação, na cidade de Rio Casca.



Figura 5.528 - Observa-se, na imagem, a ausência de iluminação na BR-262, na cidade de Manhuaçu.

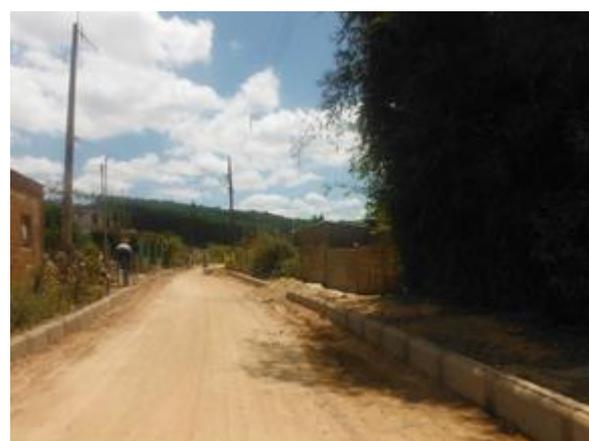


Figura 5.529 - Abastecimento de energia elétrica observada em comunidade rural no município de São Domingos do Prata.



Figura 5.530 - Poste de iluminação mal posicionado em acesso à Jurumirim, comunidade em Martins Soares.

5.3.2.3.5 Segurança Pública

A segurança pública é um dos principais temas de discussão na atualidade, ao lado da saúde e da educação. Contudo, os dados relacionados a este setor social são pouco divulgados nos sites oficiais, havendo a necessidade de disponibilizá-los à população de uma forma mais detalhada e acessível.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, 154 possuíam estrutura específica na área de segurança, isto é 18,1%, em 2009, reduzindo-se para 150, ou 17,60%, em 2012. Neste sentido, torna-se necessário avaliar a evolução deste indicador frente aos índices criminais, com vistas a identificar as lacunas existentes e propor as medidas de melhoria.

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988, trata da atribuição da Polícia Militar, conferido a mesma, o exercício de polícia ostensiva e a garantia da preservação da ordem pública. Este artigo também é dedicado às polícias civis, que são atribuídas de funções judiciárias e apuração de infrações penais, excetuando-se a Polícia Militar.

O serviço de segurança pública desempenhado pela Polícia Militar de Minas Gerais está articulado em quinze Regiões, compostas de Batalhões e de Companhias Independentes. Cada região dispõe de uma Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito que atuam em questões específicas incluídas nestas atividades. Dentre os fatores para a instalação destas unidades estão as demandas identificadas e definidas com base nos índices de criminalidade e de violência das regiões.

Os municípios da área de estudo são atendidos pela 12ª Região de Polícia Militar, sendo que os serviços de segurança estão estruturados por meio dos Batalhões, Pelotões e Companhias Independentes. A articulação operacional das unidades da Polícia Militar de Minas Gerais está exposta no Quadro 5.58 a seguir.

QUADRO 5.58 - ARTICULAÇÃO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Abre Campo	11º Batalhão. Rua Sentinela do Caparaó, São Jorge – Manhuaçu. 3º Pelotão/272ª Companhia independente. Rua Doutor Custodio Paula Rodrigues, 255 - Centro - Abre Campo.
Bela Vista de Minas	17ª Companhia independente. Av. Wilson alvarenga, 30 - Belmonte - João Monlevade. 2ª GP/5º Pelotão/17ª Companhia independente. Rua Jose Modesto de Avila, 199 - Centro - Bela Vista de Minas.
João Monlevade	17ª Companhia independente. Av. Wilson Alvarenga, 30 - Belmonte - João Monlevade.
Manhuaçu	11º Batalhão. Rua Sentinela do Caparaó, São Jorge – Manhuaçu. 72ª Companhia independente. Avenida Salime Nacif, Baixada – Manhuaçu; 272ª Companhia independente – Manhuaçu. 273ª Companhia independente – Manhuaçu. COPOM. Rua Sentinela do Caparaó, São Jorge – Manhuaçu.
Martins Soares	11º Batalhão. Rua Sentinela do Caparaó, São Jorge – Manhuaçu. 5 GP/2º Pelotão. 29ª Companhia independente. Av. Joao Batista, 264 - Centro - Martins Soares.
Matipó	11º Batalhão. Rua Sentinela do Caparaó, São Jorge – Manhuaçu.

	4º Pelotão Polícia Militar; 272ª Companhia independente. Rua João Fernandes, Centro – Matipó.
Reduto	11º Batalhão. Rua Sentinela do Caparaó, São Jorge – Manhuaçu. 2ª GP/1º Pelotão. 272ª Companhia independente. Rua Santa Luzia, Centro – Reduto.
Rio Casca	21ª Companhia independente. Avenida Nossa Senhora das Graças, 651 - Guarapiranga - Ponte Nova. 118ª Companhia independente. 21ª Companhia independente. Rua Dom Silvério, Centro - Rio Casca.
Rio Piracicaba	17ª Companhia independente. Av. Wilson Alvarenga, 30 - Belmonte - João Monlevade. 6º Pelotão. Praça Maria do Rosário Caldeira, Centro - Rio Piracicaba.
Santo Antônio do Grama	21ª Companhia independente. Avenida Nossa Senhora das Graças, 651 - Guarapiranga - Ponte Nova. 2ª GP. 1º Pelotão/118ª Companhia independente. 21ª Companhia independente. Praça Francisco Luiz Pinto Moreira, 17 - Centro - Santo Antônio do Grama.
São Domingos do Prata	17ª Companhia independente. Av. Wilson Alvarenga, 30 - Belmonte - João Monlevade. 7º Pelotão/17ª Companhia independente. Rua Francisco Joaquim Gomes Lima, 479 - Cutum - São Domingos do Prata.

O trabalho de campo possibilitou identificar a presença dos estabelecimentos que prestam serviços de segurança pública nos municípios estudados. Expõem-se a seguir, algumas imagens dos estabelecimentos de Polícia Militar e da Polícia Civil, bem como de viaturas, observados nos municípios estudados (Figura 5.531 a Figura 5.537).



Figura 5.531 - 72ª Companhia de Polícia Militar, posto de Policiamento Comunitário, município de Manhuaçu.



Figura 5.532 - 11º Batalhão da Polícia Militar, município de Manhuaçu



Figura 5.533 - Viatura da Polícia Militar, da 21ª Companhia independente, circulando no município de Santo Antônio do Grama.



Figura 5.534 - Estabelecimento da Polícia Militar, destacamento de Martins Soares.



Figura 5.535 - 118ª Companhia independente da Polícia Militar, município de Rio Casca.



Figura 5.536 - Delegacia de Polícia Civil no município de São Domingos do Prata.



Figura 5.537 - Viatura da Polícia Civil circulando na área central no município de Rio Casca.

Também objetivando a segurança pública, a Polícia Civil, por sua vez, tem por objetivos apurar as circunstâncias dos crimes, apoiando-se na investigação criminal e no exercício da polícia judiciária, tendo como unidade organizacional responsável pelo programa, a Secretaria de Estado de Defesa Social.

A Polícia Civil de Minas Gerais possui delegacias em sete dos 11 municípios estudados, de acordo com o levantamento realizado no site oficial (Tabela 5.136).

TABELA 5.136 - DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	DELEGACIAS
Abre Campo	Delegacia de Polícia Civil. Rua José Lopes Salgado, 1, Ferraria.
João Monlevade	Delegacia de Polícia Civil. Rua Louis Enchs, 266, Alvorada Delegacia de Polícia Civil de Plantão. Rua Duque de Caxias, 238. 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil. Rua Orozimbo Mamede, 155, Casa Nossa Senhora do Rosário.
Manhuaçu	Delegacia de Polícia Civil. Avenida Melo Viana, 222, Bom Pastor Delegacia de Polícia Civil de Plantão. 6ª Delegacia Regional de Polícia Civil. Avenida Melo Viana, 222, Complexo Bom Pastor.
Matipó	Delegacia de Polícia Civil. Avenida João Mendes de Magalhães, Terminal Rodoviário, 2º andar, Centro.
Rio Casca	Delegacia de Polícia Civil. Rua Imaculada Conceição, 14, Centro.
Rio Piracicaba	Delegacia de Polícia Civil. Rua Padre Pinto, 328, Centro.
São Domingos do Prata	Delegacia de Polícia Civil. Rua Joaquim Gomes Lima, 669 – Centro.

Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais, 2014.

Além dos estabelecimentos de Polícia Civil e Militar, identificou-se, por meio de dados levantados junto ao site da secretaria de Estado da Defesa Social, a existência de três unidades prisionais, a saber, nos municípios de João Monlevade, Manhuaçu e Rio Piracicaba. A seguir, expõe-se imagens da unidade prisional identificada em Rio Piracicaba (Figura 5.538 e Figura 5.539).



Figura 5.538: Vista panorâmica do Presídio de Rio Piracicaba (PRRP).



Figura 5.539: Vista panorâmica do Presídio de Rio Piracicaba (PRRP).

Segundo os entrevistados, a região ainda é considerada tranquila, não havendo ocorrências frequentes de homicídios e crimes violentos, destacando-se que, principalmente nos municípios pequenos, os índices de criminalidade são reduzidos. Os crimes que

acontecem mais frequentemente são os passionais, casos de violência doméstica, roubos e furtos, além de problemas decorrentes do uso de drogas. Considerando a narrativa dos atores, a segurança pública nos municípios portanto, não é preocupante, ocorrendo poucas situações de brigas nos finais de semana, relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas durante eventos ou festas.

Contudo, o consumo de drogas, como o crack, é uma reclamação frequente dos moradores, estando bastante disseminado em todos os municípios, inclusive nos menores, uma realidade que vem se tornando um sério problema e que exige orientações de políticas públicas, bem como do acionamento dos mecanismos legais vigentes no País voltados às parcelas da sociedade envolvidas. Pode-se aferir, de acordo com as opiniões, que esta situação tem suas causas relacionadas à falta de perspectiva de trabalho que atendam às necessidades reais das famílias e a própria falta de opções de lazer, repercutindo inclusive em roubos e furtos relacionados ao envolvimento com estas substâncias.

Algumas comunidades sofrem as consequências relacionadas a monocultura do café, que atrai mão de obra temporária para as lavouras da região. Segundo os relatos dos moradores, há muito roubo relacionado a presença de população flutuante nas comunidades do interior. Os trabalhadores, que são contratados para trabalhar durante a colheita, entre março e setembro, nem sempre retornam, em sua totalidade, para suas regiões de origem. Permanecendo nestes municípios, se defrontam com reduzidas oportunidades de trabalho, e acabam envolvidos no crime, principalmente em roubos, furtos e drogas. Houveram colocações recorrentes relacionadas a problemas com drogas, como por exemplo, o aumento das evidências a partir da instalação da mineradora Samarco, em Santo Antônio do Grama.

Além destas questões, ocorre a demora para atendimento de chamados nas comunidades mais distantes, levando até duas horas, segundo moradores. Destaca-se que nestas comunidades presenciavam-se furtos nas roças e lavouras principalmente. Neste sentido, foi possível identificar medidas preventivas de monitoramento, como é o caso de Martins Soares, que conta com 16 câmeras de segurança instaladas no distrito de Pinheiros, controladas pelo quartel, na cidade.

Relacionada a BR-262, a Polícia Militar atua no sentido preventivo realizando operações especiais de fiscalização e de patrulhamentos ostensivos nos trechos mais relevantes, como blitz preventivas e repressivas. Com o objetivo de prevenir os acidentes de trânsito, as operações são geralmente intensificadas durante os feriados e finais de semana prolongados, quando ocorrem o maior número de registros de acidentes. A finalidade é proporcionar fluidez e intensificar a segurança nas estradas por meio de comandos estratégicos visando reduzir o excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas, embriaguez, problemas de habilitação, equipamentos obrigatórios como iluminação e sinalização, dentre outros. Com relação à ocorrências em áreas próximas da BR-262, são presenciados, em geral, assaltos nos postos de combustíveis.

5.3.3 Dinâmica econômica

5.3.3.1 Estrutura produtiva e de serviços

Para apresentar um panorama geral do desempenho econômico dos municípios mineiros inseridos no corredor de estudo, priorizou-se analisar os principais indicadores referentes ao Estado incluindo os que mostram a estrutura da economia como Produto Interno Bruto (PIB), assim como os que auxiliam na compreensão de dinâmicas mais específicas, como aquelas relacionadas a emprego ou ocupações da população economicamente ativa dos municípios - PEA, utilizando-se de informações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

O PIB considera em seu cálculo, a soma de bens e produtos finais, serviços, investimentos e gastos do governo, sendo que não entram no cálculo os bens já existentes, os bens intermediários (utilizados para a produção de outros bens), serviços não remunerados e as atividades informais e ilegais. Há de se considerar que o PIB a preços correntes não desconta as perdas de poder aquisitivo da moeda, provocados pela inflação.

A leitura do PIB sob a ótica do produto considera o cálculo do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da economia, isto é, primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços), o que permite visualizar o peso que as atividades representam à produção municipal.

Com base nos dados do Sistema IBGE de Recuperação nas Tabela 5.137 e que apresentam o VAB dos setores da economia, bem como o PIB, permite-se fazer uma análise da evolução econômica dos municípios inseridos no corredor de estudo na última década.

Em 2000, os municípios que apresentaram maior contribuição para o aumento do PIB nacional foram João Monlevade (501.455 mil reais) seguido de Manhuaçu (387.129 mil reais) e Rio Piracicaba (94.198 mil reais), mantendo o mesmo panorama em 2012, onde novamente os municípios de João Monlevade seguido de Manhuaçu apresentaram maior PIB, com destaque também para o município de Matipó que em 2006 apresentou o terceiro maior PIB entre os municípios mineiros da área de estudo. Santo Antônio do Gramma, manteve-se com o menor PIB, em comparação com os demais municípios nos anos observados. Já o município de Lúna, no Espírito Santo apresentou PIB de R\$ 145.528 mil, mantendo o mesmo patamar nos anos seguintes.

TABELA 5.137 - VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DA ECONOMIA, IMPOSTOS E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DA AREA DE ESTUDO - EM MIL REAIS (2000, 2006 E 2012).

Brasil, Estados, Microrregiões e Municípios	Valor adicionado bruto			Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos			Produto interno bruto a preços correntes (mil reais) -PIB		
	2000	2006	2012	2000	2006	2012	2000	2006	2012
Brasil	1.021648000	2.034.421.000	3.725.069.45	157.834.000	335.062.546	667.024.541	1.179.482.000	2.369.483.546	4.392.093.997
Espírito Santo	19.302.377	42.644.848	87.640.179	3.946.209	10.132.696	19.688.592	23.248.586	52.777.544	107.328.771
Microrregião de Caparaó - ES	615.027	896.985	1.788.278	25.097	47.234	127.173	640.124	944.219	1.915.451
Iúna	140.179	166.378	310.923	5.349	9.613	24.027	145.528	175.991	334.950
Minas Gerais	88.219.024	187.587.762	351.902.531	12.393.269	27.166.215	51.648.786	100.612.293	214.753.970	403.551.317
Microrregião de Manhuaçu - MG	838.649	1.840.598	3.317.830	79.548	184.237	279.100	918.198	2.024.835	3.596.930
Reduto	14.685	42.235	58.612	544	1.580	1.932	15.229	43.815	60.543
Manhuaçu	335.869	732.159	1.292.496	51.260	105.483	161.761	387.129	837.642	1.454.250
Matipó	45.746	157.687	168.379	4.614	21.781	16.342	50.360	179.468	184.721
Martins Soares	18.052	49.665	87.095	1.725	4.882	5.591	19.777	54.547	91.919
Abre Campo	50.902	69.134	125.201	2.730	4.048	7.153	53.632	73.182	132.355
Microrregião de Itabira - MG	2.212.577	4.913.95	10.526.348	159.066	394.039	684.998	2.371.643	5.307.992	11.211.346
São Domingos do Prata	39.818	72.204	142.373	2.569	5.075	13.703	42.387	77.279	156.076
Rio Piracicaba	91.498	138.369	407.018	2.700	4.383	6.643	94.198	142.750	413.661
Bela Vista de Minas	21.434	39.799	168.168	943	2.387	5.864	22.377	42.186	174.032
João Monlevade	441.935	1.061.273	1.411.110	59.520	153.397	236.930	501.455	1.214.669	1.648.041

Microrregião de Ponte Nova - MG	568.053	1.108.854	2.084.859	45.531	98.480	184.676	613.584	1.207.334	2.269.535
Rio Casca	52.287	91.509	132.529	7.088	8.059	8.665	59.375	99.568	141.194
Santo Antônio do Grama	10.435	19.805	37.888	224	853	5.060	10.660	20.658	42.948

TABELA 5.138 - VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES TOTAL E POR ATIVIDADE ECONÔMICA, E RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES DA ÁREA DE ESTUDO - EM MIL REAIS (2000, 2006 E 2012).

Brasil, Estados, Microrregiões e Municípios	VAB da agropecuária			VAB da indústria			VAB dos serviços		
	2000	2006	2012	2000	2006	2012	2000	2006	2012
Brasil	57.241.000	111.566.000	192.653.395	283.321.000	584.952.000	972.156.032	681.086.000	1.337.903.000	2.366.062.057
Espírito Santo	2.881.543	4.052.68	5.216.421	5.440.279	14.508.950	34.345.912	10.980.556	24.083.216	48.077.846
Microrregião de Caparaó - ES	288.282	278.404	419.419	40.415	79.929	139.892	286.331	538.652	1.228.967
Iúna	80.521	56.063	66.966	7.473	12.568	22.983	52.185	97.746	220.974
Minas Gerais	9.285.595	15.699.539	31.092.362	27.797.815	59.712.608	111.348.490	51.135.614	112.175.615	218.334.160
Microrregião de Manhuaçu - MG	197.319	423.688	750.087	110.182	195.249	424.790	531.148	1.221.661	2.142.953
Reduto	4.734	17.829	20.069	1.714	5.366	6.216	8.237	19.040	32.327
Manhuaçu	26.652	53.886	105.140	64.378	108.181	226.252	244.839	570.093	961.104
Matipó	9.788	27.157	40.022	3.953	10.454	25.986	32.004	120.076	102.371
Martins Soares	3.981	15.402	30.491	6.591	2.874	16.161	7.481	31.389	40.444
Abre Campo	22.099	21.545	34.802	2.770	9.195	19.022	26.033	38.394	71.378
Microrregião de Itabira - MG	64.800	94.107	159.558	1.254.844	2.809.835	6.363.148	892.932	2.010.011	4.003.642
São Domingos do Prata	6.413	10.691	17.762	9.002	12.558	27.978	24.403	48.955	96.634
Rio Piracicaba	2.971	3.930	5.317	57.669	78.227	275.127	30857	56.211	126.574
Bela Vista de Minas	1.262	656	942	5.407	10.021	98.347	14.765	29.121	68.879
João Monlevade	1.304	346	833	228.629	578.042	608.349	212.002	482.885	801.928
Microrregião de Ponte Nova - MG	108.191	194.401	351.591	93.502	186.828	333.950	366.360	727.625	1.399.318
Rio Casca	8.183	13.762	19.619	15022	21261	18.426	29.082	56.486	94.484
Santo Antônio do Grama	3.616	6.673	10.552	1.027	1.782	3.661	5.793	11.349	23.675

TABELA 5.139 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO SOBRE A VARIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) POR ATIVIDADE ECONÔMICA (2000, 2006 E 2012)

Brasil, Estados, Microrregiões e Municípios	VAB da agropecuária (%)			VAB da indústria (%)			VAB dos serviços (%)		
	2000	2006	2012	2000	2006	2012	2000	2006	2012
Brasil	5,60	5,48	5,46	27,73	28,75	27,53	66,67	65,76	67,01
Espírito Santo	14,93	9,50	5,95	28,18	34,02	39,19	56,89	56,47	54,86
Microrregião de Caparaó - ES	46,87	31,04	23,45	6,57	8,91	7,82	46,56	60,05	68,72
Iúna	57,44	33,70	21,54	5,33	7,55	7,39	37,23	58,75	71,07
Minas Gerais	10,53	8,37	8,59	31,51	31,83	29,37	57,96	59,80	62,04
Microrregião de Manhuaçu - MG	23,53	23,02	22,61	13,14	10,61	12,80	63,33	66,37	64,59
Reduto	32,24	42,21	34,24	11,67	12,71	10,61	56,09	45,08	55,15
Manhuaçu	7,94	7,36	8,13	19,17	14,78	17,51	72,90	77,86	74,36
Matipó	21,40	17,22	23,77	8,64	6,63	15,43	69,96	76,15	60,80
Martins Soares	22,05	31,01	35,01	36,51	5,79	18,56	41,44	63,20	46,44
Abre Campo	43,41	31,16	27,80	5,44	13,30	15,19	51,14	55,54	57,01
Microrregião de Itabira - MG	2,93	1,92	1,52	56,71	57,18	60,45	40,36	40,9	38,03
São Domingos do Prata	16,11	14,81	12,48	22,61	17,39	19,65	61,29	67,80	67,87
Rio Piracicaba	3,25	2,84	1,31	63,03	56,54	67,60	33,72	40,62	31,10
Bela Vista de Minas	5,89	1,65	0,56	25,23	25,18	58,48	68,88	73,17	40,96
João Monlevade	0,30	0,03	0,06	51,73	54,47	43,11	47,97	45,50	56,83
Microrregião de Ponte Nova - MG	19,05	17,53	16,86	16,46	16,85	16,02	64,49	65,62	67,12
Rio Casca	15,65	15,04	14,80	28,73	23,23	13,90	55,62	61,73	71,29
Santo Antônio do Grama	34,65	33,70	27,85	9,84	9,00	9,66	55,52	57,31	62,49

De acordo com os números apontados nas Tabela 5.137 a Tabela 5.139, observa-se que o setor de serviços tem as atividades econômicas mais representativas tanto à federação quanto nos Estados. Os municípios de Manhuaçu e Matipó, apesar de apresentar o VAB de serviços alto, em comparação aos outros municípios, registraram diminuição de aproximadamente, 4,5% e 20%, quando observados os dados de 2012 e 2006. O município de Bela Vista de Minas foi a região que registrou a maior queda com relação ao percentual de participação desse setor, registrando -44% comparado ao período de 2006.

O setor de serviços, no país, vem, desde o ano de 2000 se mantendo como o responsável pela economia, seguido pelo setor industrial e agropecuário, que nos últimos doze anos foi responsável, em média, por 5,51% sobre a participação do total do percentual sobre a variação do valor adicionado bruto. Os estados da AE seguem a mesma tendência de participação dos setores econômicos, com menor percentual da economia pautado no setor primário. O Espírito Santo, que em 2000 tinha o setor agropecuário responsável por 14,93%, apresentou diminuição de 39,85% para esse setor quando comparado o ano de 2012, situação que repercutiu, praticamente, proporcional no aumento da importância do setor industrial no mesmo período. Minas Gerais apresentou tendência semelhante ao Espírito Santo com diminuição do VAB agropecuário, além do VAB industrial, com incremento, assim como o país, no VAB dos serviços.

Com relação ao percentual de participação das atividades relacionadas ao setor industrial, tem destaque, a Microrregião de Itabira, dos quais fazem parte os municípios de Rio Piracicaba e Bela Vista de Minas. Esse último, apesar de ter registrado queda no setor de serviços e agropecuária, registrou, em 2012, incremento de 132% no VAB da indústria.

Ainda, de acordo com os dados considerados nas Tabela 5.137 a Tabela 5.139, observa-se que a maioria dos municípios apontam, como atividade econômica predominante, o setor terciário, seguido pelo secundário e primário. No caso de Minas Gerais, o setor que mais se destaca também é o de serviços, devido, principalmente, ao comércio e turismo. Com exceção dos municípios de Martins Soares e Reduto que apresentaram, em 2011, valor para agropecuária superior em relação ao setor de serviços e da indústria. Em Abre Campo, Rio Casca e Santo Antônio do Gramma, embora o setor de serviços seja preponderante na composição do PIB, nota-se que o setor da agropecuária se destaca do setor da indústria nesse mesmo período, cuja importância econômica destes municípios baseia-se principalmente nas atividades agrícolas.

Associado ao VAB, está a PEA (População Economicamente Ativa), que por sua vez, revelará a disponibilidade e a ocupação da mão de obra, consistindo num dos principais fatores de produção necessários ao desenvolvimento nos municípios em estudo. O conceito é atribuído para designar a população que está disponível no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

Ressalta-se que o IBGE mudou a faixa de idade da população em idade ativa na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2011, onde a população considerada em idade economicamente ativa passou de 10 anos, ou mais, para 15 anos ou

mais, já que as crianças de 10 a 14 anos não têm representatividade na força de trabalho do País servindo de parâmetro internacional, em termos de comparação.

A população economicamente ativa é a parcela da PIA (População em Idade Ativa) que está ocupada (empregada) ou não ocupada (desempregada). Assim para cálculo da população desempregada faz-se a relação entre a PEA da POC (População Ocupada), estabelecendo a diferença entre esses contingentes e obtendo-se a taxa de desocupação ou índice de desemprego (Tabela 5.140).

TABELA 5.140 - ÍNDICE DE DESEMPREGO (TAXA DE DESOCUPAÇÃO), POPULAÇÃO TOTAL, PIA, PEA E POC E TAXA DE DESOCUPAÇÃO TOTAL DO BRASIL, ESTADO, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DE ESTUDO (2010).

Brasil, Estados, Municípios e Microrregiões	2010				
	População Total	PIA	PEA	POC	Taxa de Desocupação Total
Brasil	190.755.799	161.981.299	93.504.659	86.353.839	4,41
Espírito Santo	3.514.952	3.005.851	1.827.434	1.694.384	4,43
Microrregião de Caparaó - ES	158.303	134.245	81.920	78.430	2,60
Iúna	27.328	22.989	14.242	13.926	1,38
Minas Gerais	19.597.330	16.890.981	9.939.731	9.264.527	3,99
Microrregião de Manhuaçu - MG	273.814	229.487	137.110	131.352	2,51
Reduto	6.569	5.465	3.347	3.103	4,47
Manhuaçu	79.574	66.552	41.268	39.371	2,85
Matipó	17.639	14.530	8.002	7.547	3,13
Martins Soares	7.173	5.986	3.769	3.678	1,51
Abre Campo	13.311	11.391	6.375	6.172	1,78
Microrregião de Itabira - MG	379.237	327.940	183.480	165.190	5,58
São Domingos do Prata	17.357	15.211	8.233	7.793	2,89
Rio Piracicaba	14.149	12.312	6.641	6.008	5,14
Bela Vista de Minas	10.004	8.470	4.474	3.683	9,34
João Monlevade	73.610	64.231	35.320	31.897	5,33
Microrregião de Ponte Nova - MG	187.147	161.949	88.108	81.275	4,22
Rio Casca	14.201	12.148	6.415	5.674	6,10
Santo Antônio do Grama G GrA Grama	4.085	3.568	1.876	1.729	4,14

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em análise à Tabela 5.140, observa-se que dos municípios mineiros, Bela Vista de Minas, João Monlevade, Reduto, Rio Casca e Rio Piracicaba apresentam os maiores índices de desocupação. Manhuaçu e João Monlevade por serem mais populosos, conseqüentemente, apresentam maior quantidade de pessoas em idade ativa, destacando, que Manhuaçu, índices de desocupação de 2,85%, ou seja, abaixo do encontrado para o Estado (3,99%) e país (4,41%). Esses índices estão acima da média da microrregião de Manhuaçu (2,51%), região de inserção do município de Manhuaçu. Ainda, dentre os municípios mineiros, percebe-se que Bela Vista de Minas, apresentou a maior taxa de desemprego, ou seja, 9,34% da população economicamente ativa sem ocupação, o equivalente a 8% da população total deste município. Outro município que apresentou índice de desemprego significativo foi o município de Rio Casca, com 6,10% da população economicamente ativa sem ocupação. Em contrapartida, Martins Soares apresentou o menor índice, 1,51%, além de Lúna, no Espírito Santo, que apresentou índices menores ainda de desocupação, 1,38%. Vale ressaltar que o município de Santo Antônio do Gramma, por compor a menor população dos municípios mineiros, apresentou o índice relativamente significante de desocupação, com 4,14%.

Entre as microrregiões estudadas, Itabira, apresentou em média, alto índice de desocupação entre a população, acima dos níveis nacional e estadual, justificável devido aos municípios que o compõe também apresentarem taxas elevadas de desocupação.

No Brasil, a maior parte da população empregada encontra-se vinculada às atividades do setor terciário, evidenciando cada vez mais o processo de terceirização da economia, tendência que pode ser encontrada entre a população da área de estudo.

De acordo com os dados extraídos da RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais), apresentados na Tabela 5.141, o número total de empregos formais registrados no estado de Minas Gerais, atingiu, em dezembro de 2013, 5,05 milhões de pessoas, representando um crescimento de 2,61% em relação ao estoque de emprego registrado em dezembro de 2012. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 128,9 mil postos de trabalho, em relação ao ano anterior.

Os setores que apresentaram melhor desempenho frente à geração de empregos, foram a Administração pública, com a criação de 51,7 mil postos de trabalho (+6,12%), o Comércio, com 31,6 mil postos (+3,28%) e o setor de Serviços, com o incremento de 29,1 mil novos postos (1,84%). No setor da Administração pública ocorreu a maior variação relativa, com crescimento de 6,12%, e os setores que reduziram o nível de emprego formal foram a Construção civil, com a eliminação de 3,9 mil postos de trabalho (-1,12%) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública, que suprimiram 71 postos de trabalho (-0,17%).

Os dados referentes ao estoque de empregos formais, assim como os setores econômicos aos quais esses estão associados, podem ser observados na Tabela 5.141, a seguir.

TABELA 5.141 - ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS (2012 E 2013)

SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	2012	2013	VARIÇÃO (%)	
			ABSOLUTA	RELATIVA
Extrativa Mineral	65.084	65.708	624	0,96
Indústria de Transformação	841.694	851.867	10.173	1,21
Serviços Industriais de Utilidade Pública	41.118	41.047	-71	-0,17
Construção Civil	345.294	341.421	-3.873	-1,12
Comércio	964.190	995.824	31.634	3,28
Serviços	1.575.925	1.604.980	29.055	1,84
Administração Pública	844.549	896.245	51.696	6,12
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	250.371	259.988	9.617	3,84
Total	4.928.225	5.057.080	128.855	2,61

Fonte: RAIS.

Em análise dos dados levantados, com relação ao estoque de Empregos Formais por setores de atividades econômicas para os mesmos anos, de maneira geral, os setores que mais contribuíram para criação de novos postos de trabalho foram Administração pública, Comércio e Serviços, com exceção do município de Rio Casca no setor da agropecuária. A maior variação relativa relacionada à redução do nível de emprego formal, ocorreu no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública nos municípios de Bela Vista de Minas (-100%), Rio Casca (-6,67%) e Manhuaçu (-10%). Já no setor de Construção, observou-se redução para os municípios de Martins Soares (-7,56%) e Reduto (-32,69%). Para os municípios de São Domingos do Prata (-70%) e Rio Piracicaba (-35,7%), a redução estaria relacionada ao setor Extrativista mineral, enquanto em Santo Antônio do Gramma a redução observada se relacionaria ao setor Industrial. Em João Monlevade, registrou-se na redução de 60%, no setor agropecuário, e Abre Campo, a redução registrada teria sido voltada ao setor de Administração pública, com 24% em Abre Campo. Para o município de Matipó não foram observadas reduções de emprego formal nos setores relacionados (RAIS-2012 e 2013).

Para o estado do Espírito Santo, o número total de empregos formais registrados atingiu 955 mil em dezembro de 2013, representando um crescimento de 3,07% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2012. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de aproximadamente 28 mil postos de trabalho, em relação ao ano anterior.

O número de estabelecimentos e empregos por atividade econômica permite avaliar a importância de cada atividade nesses municípios da faixa do traçado da rodovia, sobre estabelecimentos por divisão da atividade econômica. Esta informação é indicativa do

crescimento econômico local expresso pelo aumento ou diminuição de estabelecimento e do número de empregos formais.

A posição relativa do setor terciário (serviços) aumentou de 66,8% para 71,6% no total dos municípios nos períodos de 2000 para 2010, enquanto a posição do setor secundário (industrial) diminuiu (de 14,6% para 12,8%), assim como a posição do setor primário (agropecuária) de 18,5% para 15,6%.

5.3.3.2 *Características da economia local e vetores de crescimento econômico regional*

O Estado de Minas Gerais possui uma localização física favorável ao seu desenvolvimento, cuja a falta de comunicação com o mar é compensada pela proximidade com outros centros econômicos importantes com quem faz fronteira (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia). O extenso território abriga 853 municípios, com destaque para a capital com mais de 2 milhões de habitantes, a sexta entre as capitais brasileiras.

Distingue-se quanto às características político-administrativas, em 12 mesorregiões, destacando a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e a Mesorregião Zona da Mata, que abrangem os municípios da área do empreendimento.

O centro econômico, político-administrativo do Estado está na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, que agrega 100 municípios e oito microrregiões, dos quais os municípios de Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, João Monlevade e São Domingos do Prata fazem parte. A região destaca-se, sobretudo, pela produção industrial, incluindo indústria de transformação, mineração, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

O parque industrial da região é diversificado: predominam os ramos da metalurgia, têxtil, alimentar, minerais não-metálicos, material de transporte, extração mineral, siderurgia e setor automotivo. Outro segmento importante é o de eletrônica e informática, em que Belo Horizonte concentra 65% das indústrias, principalmente constituído de pequenas e médias empresas. Contudo, o grande destaque nesta região é a atividade mineradora-industrial, com empresas modernas e de grande porte.

O setor terciário também possui relevância na região, tanto pelos fatores associados à dinâmica da indústria como pela demanda dos serviços sociais e pessoais relacionados à densidade populacional de uma metrópole. O setor agropecuário, ao contrário, é praticamente inexistente na região.

Entre os municípios da área de estudo, integrantes à mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, considera-se João Monlevade, como cidade-polo regional devido ao seu comércio diversificado com grandes redes nacionais do varejo, onde a maioria é do setor de vestuário e calçados, mas também há grande movimentação no setor de serviços, eletrônicos, automóveis e supermercados. O comércio concentra-se num bairro distante da Belgo, o bairro

de Carneirinhos, embora haja pequenos núcleos comerciais em outros bairros, como no bairro Loanda. Economicamente sempre viveu da extração de recursos minerais, como o minério de ferro, as pedras preciosas e a produção de aço, destacando na atividade mineradora-industrial como principal fonte de renda para a economia do município a ArcelorMittal Aços Longos (antiga Belgo mineira), que atualmente pertence ao maior grupo siderúrgico do mundo e que foi vital para o surgimento e o desenvolvimento do município e entorno (Figura 5.540).



Figura 5.540 - Mineradora ArcelorMittal, no município de João Monlevade. Fonte: www.google.com.br.

Os municípios de Rio Piracicaba e Bela Vista de Minas têm os principais vetores de expansão econômica voltados para a extração de minério de ferro, agricultura de subsistência, pecuária leiteira e atividades comerciais e de serviços. Destaque para a mineradora Vale, com produção na Mina de Água Limpa na extração de minério de ferro, localizada em Rio Piracicaba, cuja produção de 2009 informada foi de 5,4 milhões de toneladas, volume 17,4 % maior que o registrado em dezembro de 2008, quando a unidade produziu 4,6 milhões de toneladas.

O município de São Domingos do Prata, tem sua economia baseada na agricultura, pecuária e indústria. Possui vários distritos e comunidades em seu entorno, centralizando o comércio, escolas, transporte e saúde. No setor de indústria destaca-se pelas fábricas de alimentos como a Anchieta Alimentos, Mucuri Nutrição Animal, bem como implantação de novas fábricas de alimentos como Polpa & Cia - Allison e Talles no município, entre outras de valor representativo.

A Mesorregião da Zona da Mata Mineira, formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões, abrange os municípios da área de estudo como: Abre Campo, Martins Soares, Manhuaçu, Matipó, Reduto, Rio Casca e Santo Antônio do Grama.

Os municípios que integram esta região têm como base uma economia tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária que alimenta importantes agroindústrias. Tanto as atividades agrícolas quanto as industriais passam, atualmente, por um processo de modernização gradual, porém são favorecidas pela posição geográfica da região e pela malha rodoviária existente que permitem uma fácil comunicação com as principais capitais. Ressalta-

se que a região é servida por importantes rodovias federais, tais como BR-040, BR-116, BR-262, BR-267 e BR-482, e também é cortada pelas antigas ferrovias Central do Brasil e Estação Ferroviária Leopoldina.

Além dessas vocações industriais, agropastoris e comerciais, a região tem grande potencial para o turismo ecológico, com suas montanhas, seu clima, suas cachoeiras e parques, entre as quais o Parque Nacional do Caparaó, próximo à cidade de Manhuaçu, considerada uma das trinta maiores cidades da Zona da Mata Mineira.

O município de Manhuaçu também está próximo às duas maiores regiões metropolitanas do país e apesar de ter forte ligação com as Mesorregiões Leste e o Vale do Rio Doce, pertence oficialmente a Zona da Mata. Sua importância econômica regional se deve à Agricultura desenvolvida, ao comércio expressivo, à indústria crescente e ao diversificado setor de Serviços. É um importante produtor de café e já recebeu o nome de "Capital do Café" com mais de 18 milhões de pés de café plantados, além de possuir a maior bacia leiteira da região. É considerado um dos centros microrregionais da região, cujo Produto Interno Bruto (PIB) o coloca em segundo no ranking entre os 142 municípios que compõem a Zona da Mata com o valor de R\$ 1.480 bilhão. Um dos fatores privilegiados da economia de Manhuaçu é a diversidade de setores que engloba, apesar da agricultura ser o grande impulsionador. No entanto, como a cidade polariza muitos serviços e o comércio, eles também contribuem significativamente para o crescimento econômico regional (IBGE, 2011)¹¹.

O distrito de Realeza, em Manhuaçu foi a área escolhida para sediar o centro de distribuição de hortifrutigranjeiros, devido sua logística, privilegiada pela proximidade das rodovias BR 262 e 116 e o Aeroporto Elias Breder de Santo Amaro de Minas. O projeto de criação do Centro Regional de Distribuição de Alimentos de Manhuaçu prevê a implantação de loteamentos residenciais e de um shopping center. Esse centro funcionará como uma espécie de CEASA, e tem como prioridade o atendimento a produtores locais de Manhuaçu, sendo posteriormente aberto a outras regiões. Segundo informações disponibilizadas, o empreendimento atenderá, futuramente, uma população de 1,6 milhões de pessoas, num raio de 150 km no entorno de Manhuaçu, e irá buscar a diversificação da produção rural na região, baseada, atualmente, na cafeicultura.

¹¹ Disponível em: <<http://www.portalcaparao.com.br/lernoticia/13700/pib-manhuacu-e-o-2-da-zona-da-mata>>. Acessado em: 29/09/2014 e http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_mg.pdf.



Figura 5.541: Delimitação da área destinada às obras relacionadas ao Centro Regional de Distribuição de Alimentos, em Manhuaçu. A área é atravessada pela BR-262, e conta com a proximidade do Aeroporto Elias Breder, em Santo Amaro de Minas (indicado por seta).

Fonte: <http://www.portalvilanova.com/?npw=noticias&secao=Cidade&acao=ler&id=03143>

Mesmo não sendo muito expressivos, os setores industriais existentes na região são: têxtil, vestuário, calçados e produtos alimentícios. As atividades agropecuárias incluem, a criação de gado leiteiro e plantações de cana-de-açúcar, café, milho e feijão.



Figura 5.542 - Indústria Três Corações, às proximidades da BR-262, no município de Manhuaçu.



Figura 5.543 - Fábrika de produtos alimentícios, no município de São Domingos do Prata.

O município de Abre Campo, destaca-se pela grande potencialidade agropecuária, considerando a produtividade de café em grão e a produção de laticínios, com a presença no município, de antiga fábrica de laticínios, a Cotochés, onde, atualmente, serve de ponto de parada para viajantes, visto a presença de posto de combustível e hotel às proximidades (Figura 5.544).



Figura 5.544 - Antiga fábrica de laticínios Cotochés no município de Abre Campo.

No município de Martins Soares, as lavouras cafeeiras ocupam grande parte dos 113 km² de território e a maioria dos habitantes sobrevivem da riqueza gerada pelo café. Centraliza o comércio, escolas, transporte e saúde, os quais, dependem os distritos e comunidades em seu entorno. Possui muitas carvoeiras e indústrias como a Fertipar Sudeste (Figura 5.545), localizada às margens da BR-262.



Figura 5.545 - FERTIPAR SUDESTE – Martins Soares

Em Matipó, este panorama se repete, cuja economia está baseada principalmente na produção de café. Porém o município está voltado também para o setor de serviços, comportando além do Hospital Veterinário da Universidade Univértix, a própria Universidade (privada), localizada no centro da cidade, responsáveis pela movimentação do fluxo, tanto à nível universitário como à nível empregatício, envolvendo toda região do entorno, além de municípios vizinhos da área de estudo como Abre Campo e Rio Casca que se utilizam desses serviços, bem como municípios ou distritos que não fazem parte da área de estudos, como Ponte Nova, Realeza, Vila Nova, Pedra Bonita, Raul Soares, São João de Manhuaçu, entre outros. Sustenta-se também por possuir empresas como Água Mineral Divina Pureza (Hidro mineração D. P. Ltda da Fazenda Santa Maria) e redes de supermercados que abastecem as comunidades e distritos pertencentes ao município.

Reduto é um município tipicamente rural e sua economia também é baseada na produção de café. Possui a Faculdade Fadileste (Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas, privada), porém devido sua proximidade com o município de Manhuaçu, depende dos serviços oferecidos por este na área da saúde – Hospital de Manhuaçu.

A cidade de Rio Casca tem nas atividades comerciais e de serviços suas maiores fontes de renda. Já foi um dos maiores produtores de cana-de-açúcar da Mesorregião da Zona da Mata. Destaca-se pela produção de artesanato em cobre e pela pecuária voltada à criação de suínos, que movimenta diariamente o transporte para abastecer frigoríficos em Caratinga, Ibatinga, Ponte Nova e Urucânia.

Em Santo Antônio do Gramma o setor agropecuário e de indústrias é pouco representativo, o que provoca baixa oferta de emprego no local, porém a atividade de serviços é de extrema importância econômica para o município. Não possui ensino superior, utilizando os serviços de Manhuaçu e Matipó.

5.3.3.3 *Potencial de desenvolvimento turístico*

O turismo é uma atividade de grande importância para a economia de diversos países. Segundo os dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) de 2013, as receitas geradas pelo turismo internacional alcançaram US\$ 1,075 trilhão em exportações, um crescimento de 3,1% em relação a 2011. Entre 2005 e 2013, as viagens internacionais cresceram, em média, 3,8% ao ano, alcançando o total recorde de 1.087 milhões de chegadas de turistas em 2013, o que corresponde a um aumento de 5% comparativamente a 2012.

Ainda de acordo com a OMT, o volume de negócios relacionados com a atividade turística é igual ou superior aos negócios vinculados à exportação de petróleo, alimentos ou automóveis, gerando anualmente US\$ 4 trilhões ao redor do mundo. Ressalta-se que estes dados evidenciam a grande relevância do setor na economia mundial, afinal, o turismo é o responsável por 9% do PIB mundial e emprega 200 milhões de pessoas no mundo.

Em 2011, segundo o World Economic Forum o turismo internacional no Brasil foi responsável por 5,4 milhões de desembarques e U\$ 6,5 bilhões de receita. E em 2012, estima-se que o turismo representou 8,9% do PIB Nacional e 8,1% dos empregos do país.

A tendência do turismo brasileiro é de crescimento e vem ocupando espaço de destaque, junto às demais áreas sociais não protegidas constitucionalmente, como meio ambiente, cultura, esporte e lazer, no debate sobre políticas públicas. Os dados da OMT apontam que turismo brasileiro deve continuar crescendo nos próximos anos acima da média mundial. Cabe ao setor governamental o papel de regular e estimular os investimentos privados, fomentando assim o desenvolvimento econômico social das regiões.

De acordo com informações do MTur, o Estado de Minas Gerais se destaca quando considerado o número de municípios com potencial turístico e municípios indutores, por Unidade da Federação, mostrando que do total de 853 municípios mineiros, 494 possuem potencial turístico, o que lhe concede o título de 2º estado brasileiro com maior número de municípios com potencial turístico, além de possuir 4 municípios indutores estando atrás apenas do estado de São Paulo.

Segundo dados da EMBRATUR, o estado de Minas Gerais recebe 10% do fluxo de turismo doméstico e 6% do turismo internacional, quando comparado a outros estados do Brasil.

A seguir, Gráfico 5.108, os principais emissores de turistas para Minas Gerais, ou seja, as principais UF's emissoras em nº de turistas e em valores dos gastos para o Estado de Minas Gerais. É importante salientar que os dados referem-se a todas as viagens domésticas e não estão inclusos nesses números os valores das viagens rotineiras, que possuem um perfil diferente e são tratadas separadamente (Gráfico 5.108).

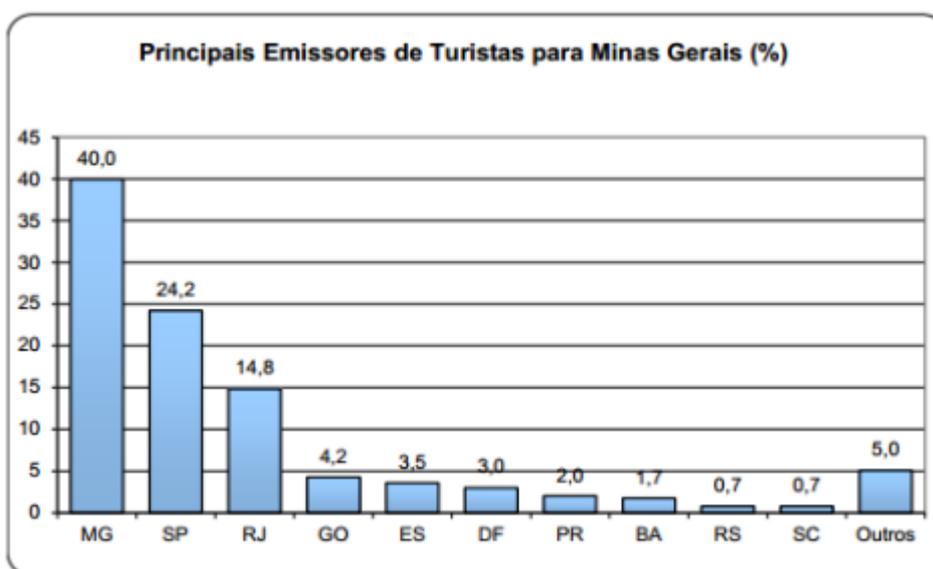


Gráfico 5.108 - Principais emissores de turistas para Minas Gerais.

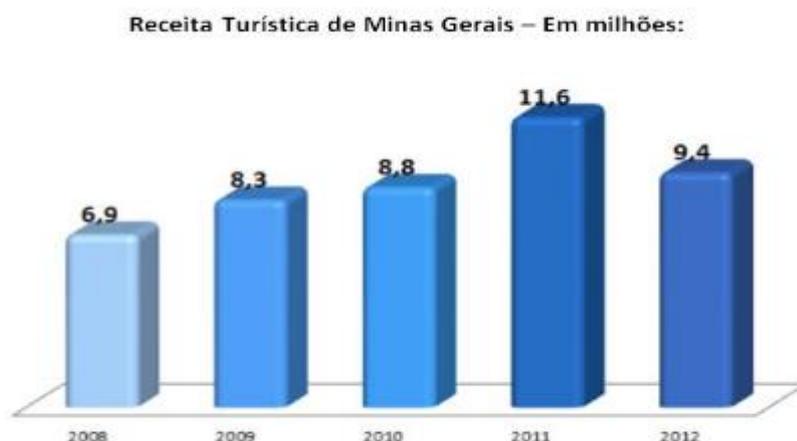
O Estado de Minas Gerais segue o ritmo brasileiro de crescimento da atividade turística. De acordo com os dados do Observatório de Turismo de Minas Gerais houve um crescimento contínuo do fluxo turístico, onde no ano de 2008 era de 16,1 milhões de turistas, passando para 25,5 milhões em 2012. Os dados anuais podem ser visualizados no Gráfico 5.109, a seguir.



Fonte: SETES/MG

Gráfico 5.109 - Fluxo de turistas de Minas Gerais.

Segundo informações da SETES – Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de Minas Gerais, observou-se no ano de 2012, apesar do crescimento do fluxo turístico, uma queda da receita turística em Minas Gerais, ocasionada pelo gasto médio individual menor que no ano de 2011, somada à diminuição da permanência média individual (Gráfico 5.110).



Fonte: SETES/MG

Gráfico 5.110 - Receita Turística de Minas Gerais.

Os resultados da existência de políticas públicas estruturadas no setor de turismo em Minas Gerais podem ser percebidos diretamente no setor econômico do Estado, principalmente no que diz respeito à geração de emprego. Segundo dados da Pesquisa de Impacto do Turismo nas Finanças Públicas Municipais, realizada pela Secretaria de Estado de Turismo em 2011, o setor turístico em Minas Gerais empregou 354.648 trabalhadores em 2009, sendo 62.369 em atividades tipicamente turísticas e 292.279 em atividades parcialmente turísticas.

Estes dados ressaltam o valor econômico do turismo para o Estado de Minas Gerais, reforçando ainda mais a importância do estabelecimento de políticas públicas que garantam a continuidade dos benefícios que o setor pode trazer, contribuindo para sua gestão e organização de maneira responsável, cooperada e sustentável (SEPLAG, 2012).

O Estado de Minas Gerais é considerado o quarto maior estado do Brasil em extensão territorial, com 586.522 Km², onde mais da metade de seu território tem altitudes superiores a 600 metros, a qual reúne uma multiplicidade de atrativos. Nos 853 municípios e mais de cinco mil distritos e povoados, encontram-se riquezas históricas, naturais e culturais, parques naturais, cachoeiras, rios, lagos, fauna, flora, grutas e cavernas, mirantes, arquitetura moderna e barroca, expressas na gastronomia, no artesanato, na música, hospitalidade e nas festas tradicionais, o que o situa como um dos estados com maior potencial turístico do Brasil.

Os municípios mineiros da área de estudo, interceptados pelo empreendimento, reservam suas atividades turísticas baseadas nestas características e acervos peculiares em que cada um se destaca, com maior ou menor ênfase em seu potencial turístico.

O município de Abre Campo não possui muitos atrativos naturais ou movimentação turística. Por estar situado em terras montanhosas, região da zona da mata, onde parte do Parque Estadual Serra do Brigadeiro está localizado, sob proteção do IEF (Instituto Estadual de Florestas) desde 1988 e aberto à visitação em março de 2005, atrai muitos visitantes para o município (Figura 5.546). O parque possui 14.984 hectares de onde predominam a Mata Atlântica, montanhas, vales, chapadas, encostas além de diversos cursos d'água que integram as bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce. Porém o município não apresenta infraestrutura hoteleira para abrigar turistas, como hotéis ou pousadas registradas. Em Abre Campo é possível encontrar marcas da colonização observando as residências antigas, casarios, bem como a capela de Sant'Ana, que representa a Igreja Matriz do município e as praças da cidade (Figura 5.547 e Figura 5.548).



Figura 5.546 - Parque Estadual Serra do Brigadeiro.
 Fonte: Google 2014.



Figura 5.547 - Igreja Matriz de Sant'Ana, em Abre Campo.



Figura 5.548 - Praça da entrada da cidade de Abre Campo.

Bela Vista de Minas oferece pouca infraestrutura hoteleira para receber os visitantes atraídos pelos seus elementos de visitação, que se resumem em cachoeiras e casarões da época da colonização com alguma finalidade receptiva, sendo que a diversidade cultural se reflete na culinária, na religiosidade e na música. Destaque para as festas tradicionais como a Festa de Congado, conhecida por toda região pelas grandes apresentações, cujo Congado de Bela Vista de Minas é tombado pelo Patrimônio Cultural Municipal, e a festa do padroeiro da Matriz de São Sebastião (construída entre 1955 e 1960). Apresenta também eventos como a Cavalgada de Bela Vista de Minas e o Encontro Nacional de Motociclistas de Bela Vista de Minas. Como atrativo natural, possui a Cachoeira do Taquaril, localizada em uma propriedade particular a aproximadamente 15 km da sede do município, e conta com estrutura para acampamento.

O município de João Monlevade tem como principal fator de seu desenvolvimento a instalação da Arcelor Mittal Aços Longos (antiga Belgo-Mineira), em 1921, cuja economia sempre girou em torno da extração de recursos minerais, como o minério de ferro, as pedras preciosas e a produção de aço. Nos últimos tempos, o turismo também tem se tornado mais uma alternativa de investimento na cidade. Apresenta como principais atrativos históricos e

culturais, o Museu Monlevade do Ferro e do Aço, localizado próximo ao Solar da Fazenda Monlevade, um marco histórico na construção da cidade; a Igreja de São José dos Operários, símbolo da cidade por sua arquitetura diferenciada; o Cemitério Histórico, local onde estão sepultados Jean Monlevade e Louis Ensck, além dos escravos que serviram no Solar da Fazenda Monlevade; a Gruta de Nossa Sra. Aparecida e do Centro de Educação Ambiental (CEAM), área de mata atlântica preservada pela Belgo Mineira.

Como principais atrativos naturais apresenta a Serra do Seara, área de proteção, segundo a Lei Orgânica Municipal, localizada a 1.340 m acima do nível do mar. Encontra-se numa área de transição, com remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado, oferecendo uma pista para os pilotos de voo livre. Vale ressaltar que há várias ONGs de proteção ambiental que querem transformar a Serra do Seara em um local de proteção, aproveitando seu potencial turístico em harmonia com a natureza, promovendo, assim, o desenvolvimento da região, como é o caso do GAS - Grupo Ambientalista Seara e AESSE - Associação Ecológica Serra do Seara. Além da Gruta do Seara, há a Gruta dos Escravos e a Trilha do Seara, também localizados na Serra do Seara.

Possui ainda locais com estruturas para promover práticas esportivas como rapel e passeios ecológicos e quatro lagoas em Dionísio (Aguapé, Almecega, Jacaré e Barra), que são mais uma opção de lazer oferecida, como o clube Floresta Clube Henry Meyers. Existe ainda locais como o Parque do Areão, parque de exposições da cidade, cuja área já comportou mais de 25 mil pessoas, e possui uma pequena reserva ambiental.

O município de Manhuaçu é o maior e mais desenvolvido município da região do Caparaó. Além das vocações industriais, agropastoris e comerciais, a região tem grande potencial para o turismo ecológico, com suas montanhas, seu clima, suas cachoeiras e parques, entre os quais o Parque Nacional do Caparaó (Figura 5.549) http://pt.wikipedia.org/wiki/Pico_da_Bandeira, localizado na Serra do Caparaó, divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo considerado um dos ícones do montanhismo no Brasil (Figura 5.550).



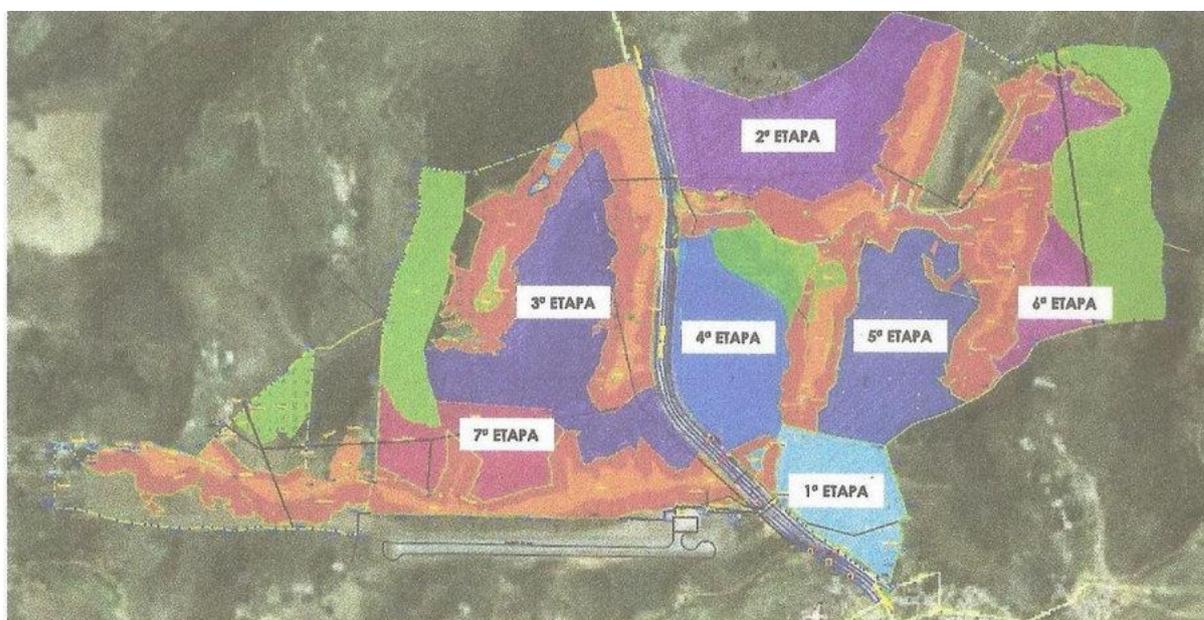
Figura 5.549 - Parque Nacional do Caparaó.



Figura 5.550 - Mapa de guia local do Parque Nacional do Caparaó.

O município possui excelente estrutura, com aeroporto, usinas hidrelétricas, rede hoteleira e uma localização estratégica, sendo cortada por importantes rodovias federais e estaduais. Seus principais atrativos naturais são a Pedra Furada, as reservas Monte Alverne (maior reserva particular de Minas Gerais); Sítio Graciema e Mata do Sossego; e os balneários Recanto no Paraíso e Cachoeira Sette que constituem principais atrativos do Ecoturismo e são protegidas pela Associação dos Amigos do Meio Ambiente (AMA).

Cabe ressaltar que a previsão de construção do Centro de Distribuição Regional em Manhuaçu, contempla, além de entreposto de distribuição de hortifrutigranjeiros, o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de estruturas ao atendimento do segmento de lazer e turismo, com o incremento de espaços de lazer e entretenimento diferenciados na região.



1ª ETAPA: LOTEAMENTO RESIDENCIAL/COMERCIAL	- ÁREA: 168.000,00 M ²
2ª ETAPA: LOTEAMENTO COMERCIAL	- ÁREA: 333.000,00 M ²
3ª ETAPA: SHOPPING	- ÁREA: 357.700,00 M ²
4ª ETAPA: LOTEAMENTO RESIDENCIAL/COMERCIAL	- ÁREA: 207.800,00 M ²
5ª ETAPA: LOTEAMENTO RESIDENCIAL	- ÁREA: 265.000,00 M ²
6ª ETAPA: LOTEAMENTO CONDOMINIO RESIDENCIAL	- ÁREA: 152.000,00 M ²
7ª ETAPA: LOTEAMENTO RESIDENCIAL/COMERCIAL	- ÁREA: 154.000,00 M ²

Figura 5.551: Etapas ilustrativas do projeto que estaria relacionado ao Centro Regional de Distribuição de Alimentos de Manhuaçu.

Fonte: <http://www.portalvilanova.com/?npw=noticias&secao=Cidade&acao=ler&id=03143>

O Patrimônio Histórico também é muito rico. Além de casarões históricos localizados na sede e interior, há a Igreja Matriz de São Lourenço (templo em estilo gótico construído entre 1917 e 1928) (Figura 5.552) e o prédio da Casa de Cultura com museu sobre a história e personalidades de Manhuaçu (antigo Banco Hipotecário e Agrícola de Minas, imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico). O artesanato é encontrado na Casa do Artesão, situada na praça central da cidade, ou em lojas independentes (Figura 5.553).

O calendário festivo é marcado pelo Carnaval, Feira da Paz, Simpósio da Cafeicultura e o Salão de Oportunidades. Há ainda os casarões da Vila Julieta (1935), a praça Cordovil Pinto Coelho e a Ponte Maestro Odorico.



Figura 5.552 - Igreja Matriz São Lourenço.



Figura 5.553 - Praça da cidade de Manhuaçu.

Martins Soares é um município caracteristicamente rural, localizado na Zona da Mata mineira, com pleno potencial para o Agroturismo, cujas propriedades coloniais e lavouras localizam-se entre florestas de Mata Atlântica, vales e montanhas da Serra do Caparaó, onde as fazendas do Córrego do Espraiado, do Catul e do Sr. Alpa são alguns exemplos. Destacam-se as localidades de Vista Alegre e Boa Vista com várias quedas d'água na localidade do Córrego Jordão, onde localiza-se uma rampa de parapente; a gruta da localidade do Espraiado (que constitui uma caverna de mais de 12 m); o Mirante da Torre da Embratel com altitude de aproximadamente 2.000 m, com rampa para voo livre e vista da Cordilheira do Caparaó; e a Árvore de Cicupemba (com 50 m de altura). Como atrativo cultural possui a Igreja Matriz, que é o principal monumento (com mais de cem anos), construída num terreno doado pela família pioneira de Martins Soares.



Figura 5.554 - Igreja e praça da cidade de Martins Soares.

O município de Matipó possui uma boa malha hoteleira e atrativos naturais, sendo a mais utilizada pela população local e pelos turistas a cachoeira conhecida como Cachoeira dos Lourenços. O ponto mais alto da cidade é a Serra do Bom Jesus, chamada de "Serrinha", com uma altitude de 1.230m. O município destaca-se na região por restabelecer a cultura nos grandes eventos os quais são realizados no Pamac (Parque Municipal de Arte e Cultura).

Ressalta-se que a cidade é cortada pela Estrada Imperial, novo empreendimento do Governo do Estado de Minas Gerais que, juntamente com o Estado do Espírito Santo, formaram o Instituto Rota Imperial. Esse instituto tem o objetivo de promover a economia das diversas cadeias produtivas das regiões que fazem parte da Rota Imperial, viabilizando os projetos que envolvam os municípios e desenvolvendo ações como licenciar produtos e aumentar o fluxo turístico, bem como transformar esta história em atrativo cultural nas regiões cortadas por esta estrada. O trajeto é a reprodução do caminho usado por Dom Pedro II para chegar a Santa Leopoldina. Começa no mar, na baía de Vitória, no Espírito Santo, e vai até Ouro Preto, em Minas Gerais, uma das principais cidades históricas do Brasil.

O município de Reduto, tipicamente rural, apresenta elementos de visitação que se resumem em atrativos culturais como a Estação Ferroviária E. F. Leopoldina (1925 -1975), atualmente desativada, que serviu por algum tempo como sede da Prefeitura do município, e agora foi reformada para abrigar uma biblioteca e um museu municipais (Figura 5.555). Sua diversidade cultural se reflete principalmente na culinária e fabricação de cachaça. Destaca-se pela festa Country conhecida por toda região pelas cavalgadas e rodeios, porém oferece pouca infraestrutura hoteleira para receber os visitantes.



Figura 5.555 - Biblioteca Municipal e Casa da Cultura- Vereador Antônio Cesar Hot, município de Reduto

A cidade de Rio Casca destaca-se pela produção de artesanato em cobre, tendo como principal atração turística a Lagoa Grande, com aproximadamente 14 km de extensão, e também pela Cachoeira da Ponte Queimada, além do Museu e a Biblioteca Arca (Figura 5.556). Entre os eventos de destaque está a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição do Rio Casca, bem como as Coroações Festivas realizadas no mês de maio e o carnaval, com blocos de rua, trios elétricos e palcos para shows.



Figura 5.556 - Museu e Biblioteca de Rio Casca.



Figura 5.557 - Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Rio Casca.

O município de Rio Piracicaba possui vários atrativos naturais como a Cachoeira do Carvalho (localizada na área rural denominada Carvalho), a Cachoeira do Ribeirão Caxambu (situada no Distrito de Padre Pinto), Cachoeira do Talho Aberto (localizada no Morro Agudo), além da Gruta São Judas Tadeu. Reúne eventos festivos religiosos como a do Jubileu do Senhor Bom Jesus, no mês de maio na Igreja Matriz de São Miguel. Também é tradicional da cidade a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário, no mês de agosto, com apresentação de várias Guardas de Congado de toda a região, incluindo de Belo Horizonte. Outro grande evento na cidade é a realização do jogo de futebol do Barros Machado Futebol Clube durante a festa do Jubileu.



Figura 5.558 - Igreja Senhor Bom Jesus, em Rio Piracicaba.

Santo Antônio do Grama é cercada por riachos e montanhas, possuindo rica culinária e artesanato. No âmbito cultural conta com o Grupo de Congado Reinado do Rosário de Santo Antônio do Grama, que preserva antigas tradições e rituais africanos e a existência de um folclore rico, com histórias como a lenda da Onça Tané, Afonsinho e os 40 garrafões. Dentre os atrativos culturais estão a Capelinha de Nossa Senhora Aparecida, a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Igreja de Santa Efigênia e o Espaço Cultural Laerson Januário Pereira-Cine Gramense, tombado como Patrimônio Cultural do Município.

Os atrativos naturais presentes em Santo Antônio do Grama compõe a Mata de Dona Zina, localizada na Fazenda Vargem Bonita, local tombado como Patrimônio Cultural de Santo Antônio do Grama por seu valor histórico e natural; a Pedra da Torre, grande pedreira granítica localizada na entrada do Município, propriedade da Fazenda Estrela do Sul; a Pedra do Oratório, ponto mais alto do Município, localizada na divisa de Santo Antônio do Grama com Jequeri, também é tombada como Patrimônio Cultural da cidade vizinha com a denominação de “Conjunto Paisagístico do Mirante do Cerca-Lá”; a Pedra da Vitória, localizada na propriedade da Fazenda da Vitória e a Cachoeira Córrego Grande, localizada na Fazenda Vista Alegre. A cidade compõe o Caminho Montanhas e Fé de Cicloturismo, que inicia em Rio

Casca, passa por Santo Antônio do Gramma e segue para Abre Campo, encontrando-se na Estrada São Pedro de Alcântara, a Rota Imperial.

O município de São Domingos do Prata resume-se em um local que guarda antigas fazendas, igrejas históricas, rico artesanato, muitas cachoeiras, voo livre, dentre outros. A cidade possui clubes de lazer, além de opções para a prática do turismo ecológico. São atrativos naturais da região a Cachoeira do Alfié, com uma queda de mais de 10 m de altura, Cachoeira do Charneca, a Pedra da Baleia e a Pedra do Quessé, conhecida como a Pedra do Vôo Livre. Como atrativos culturais apresenta edificações como a Igreja São Domingos de Gusmão (Figura 5.559), Igreja do Rosário, Casa de Cultura Chiquito Moraes, Biblioteca Pública e praças (Figura 5.560).



Figura 5.559 - Igreja São Domingos de Gusmão, em São Domingos do Prata.

Figura 5.560 - Praça da cidade de São Domingos do Prata.

Apresenta eventos como cavalgadas do distrito de Vargem Linda e na comunidade de Teixeiras (junho); cavalgadas do distrito de Ilhéus e em Santa Isabel (julho); cavalgada do distrito de Santana do Alfié e a cavalgada do Selva. Em agosto ocorre a tradicional Exoprata e o Torneio Leiteiro no Parque de Exposições da cidade, além das festas religiosas que se sucedem durante todo o ano na sede do município e nos seus distritos e comunidades. Destaca-se a festa do padroeiro São Domingos de Gusmão, realizada junto com festa de aniversário da cidade, em agosto.

5.3.3.3.1 Planos e programas turísticos

A Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de Minas Gerais - SETUR, entendendo que o turismo é uma atividade econômica, com implicações políticas, sociais, ambientais e culturais, cumpre o seu papel de fomento ao turismo e articula, em conjunto com os Circuitos Turísticos, prefeituras, entidades e empresas da cadeia turística, projetos e ações que maximizam e fortalecem a atividade em todo o estado (SETUR).

O planejamento e gestão do turismo consiste em amenizar a complexidade das relações entre os diversos atores envolvidos, bem como valorizar as peculiaridades de cada atrativo. Muitos gestores municipais vêm buscando reconhecer mecanismos eficientes para desenvolver o turismo local. Como todo processo de planejamento participativo, apesar de não existir um único meio ou ferramenta, alguns instrumentos são essenciais para que a implementação das ações alcance os objetivos e expectativas almejados.

Assim como outros setores da administração pública, a atividade turística deve ser sustentada e regida por um planejamento técnico responsável, que aponte estratégias para alcançar o futuro desejado pelo conjunto de atores que representa a comunidade.

A atividade se relaciona (direta ou indiretamente) com os diversos setores de uma comunidade: hospedagem, alimentação, transporte, atrativos e atividades turísticas, produção rural, prefeitura, hospital, escola, comércio, cultura, serviços de comunicação, entre outros. Para garantir a atuação alinhada deste conjunto diverso, o planejamento da atividade turística deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo representantes de todos os grupos que compõem uma comunidade.

Como forma de promover a integração a nível nacional, em 2004, o Ministério do Turismo - MTUR adotou a regionalização como diretriz para o desenvolvimento do turismo no país, implementando, em todo o território nacional, o PRT - Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil.

O Programa de Regionalização é o principal instrumento de execução da Política de Turismo em todo o país, serve de modelo de ordenamento político-territorial referência para todas as ações do Ministério do Turismo e das Secretarias de Estado de Turismo. Sendo assim implantou-se pelo Governo de Minas em 2003, por meio de Decreto de Lei nº 43.321, as Associações de Circuitos Turísticos, que abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional. Hoje, de acordo com a Resolução 009/2010, Minas Gerais conta com 46 Associações de Circuitos Turísticos certificados, mais a capital, Belo Horizonte, envolvendo todas as regiões do Estado.

Tais Associações de Circuitos Turísticos são certificadas pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e contempladas com sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e de melhoria do serviço turístico. As ações da Secretaria de Estado de Turismo, dentro da política de fortalecimento destas associações, também incluem sensibilização, mobilização, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento, roteirização, indo até a promoção do destino turístico (ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS, 2014).

Segundo informações do site da Secretaria do Turismo, atualmente o governo do Estado explora o potencial turístico de mais de 50 circuitos em Minas Gerais. Deste total podemos mencionar o Circuito Pico da Bandeira da Região Turística da Zona da Mata que abrange dezenove municípios incluindo os municípios da área de estudos como Reduto,

Manhuaçu e Martins Soares, assim como o Circuito Montanhas e Fé, que no total de quatorze municípios envolve os municípios de Matipó, Abre Campo, Santo Antônio do Gramma e Rio Casca e o Circuito Mata Atlântica de Minas da Região Turística do Rio Doce, com sete municípios, incluindo São Domingos do Prata pertencente à área de estudo (Figura 5.561 a Figura 5.563).

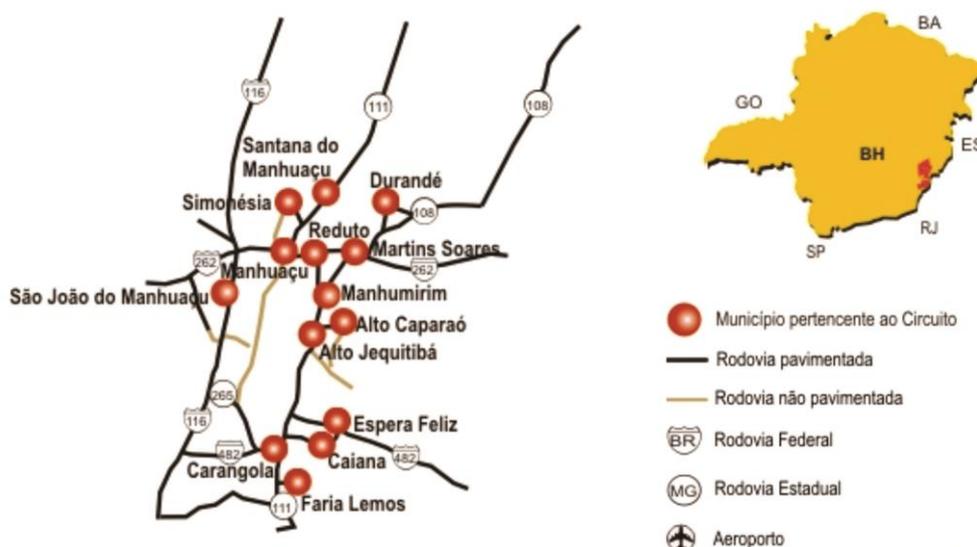


Figura 5.561 - Circuito Pico da Bandeira.

Fonte: www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/983-circuito-turistico-pico-da-bandeira.



Figura 5.562 - Circuito Montanhas da Fé.

Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/981-circuito-turistico-montanhas-e-fe>



Figura 5.563 - Circuito Mata Atlântica de Minas.

Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/1014-circuito-turistico-mata-atlantica-de-minas>

O Circuito Turístico Pico da Bandeira comporta as terras mais altas da porção sudeste do Brasil e se destaca por constituir o Parque Nacional do Caparaó, já que ele corta a maioria das cidades, comportando o Pico da Bandeira, terceiro pico mais alto do País (com até 2.890 metros), e também a principal referência geográfica regional, além dos picos como o Pico do Cristal, Pico do Calçado, Pico do Cruzeiro e Pico de Camilo.

O Circuito Turístico Montanhas e Fé é o primeiro circuito turístico de Minas Gerais com vocação para o turismo religioso, baseado na história de dois padres que atuaram na região, Antônio Ribeiro Pinto e Francisco Ermelindo Ribeiro, e as principais paradas do roteiro devem ser as cidades de Urucânia e São José do Goiabal, onde a fama de milagrosos foi atribuída aos religiosos, na última década. Para criar um roteiro que tivesse como principal atrativo a religiosidade, foi utilizada a cultura católica das cidades, que contam com importantes festas religiosas. O roteiro abrange as trilhas pelos morros de Santo Antônio do Grama, cachoeiras em Matipó e represas em Abre Campo. Em Rio Casca, destaque para a produção de flores tropicais.

O Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas, é constituído pelos municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce, contemplada pela maior reserva contínua de Mata Atlântica e o 3º maior complexo lacustre com 42 lagoas da América Latina. Seu acesso se faz saindo de Belo Horizonte pela BR-262, seguindo no sentido de Vitória entrando no entroncamento para São José do Goiabal, entre João Monlevade e Rio Casca.

Cita-se também a Rota Imperial da Estrada Real, considerado um novo empreendimento do Governo do Estado de Minas Gerais que juntamente com o Estado do Espírito Santo, formaram o Instituto Rota Imperial, com o objetivo de promover a economia das diversas cadeias produtivas das regiões que fazem parte da Rota Imperial, viabilizando os projetos que envolvam os municípios e desenvolvendo ações como licenciar produtos e aumentar o fluxo turístico, bem como transformar toda esta história em atrativo cultural nas regiões cortadas por esta estrada. O trajeto é a reprodução do caminho usado por Dom Pedro

II para chegar a Santa Leopoldina. Começa no mar, na baía de Vitória, no Espírito Santo, e vai até Ouro Preto, em Minas Gerais, uma das principais cidades históricas do Brasil. Os municípios da área de estudo como Martins Soares, Matipó e Abre Campo figuram na lista mineira deste roteiro e se beneficiam do turismo da marca Estrada Real do total de 31 municípios do empreendimento (PORTAL CAPARAÓ, 2014).

Cabe mencionar entre os programas e ações da Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de Minas Gerais, os programas estruturadores como Programa Destino Minas, cujo objetivo é promover o desenvolvimento econômico e a geração de negócios por meio do turismo, aumentando a competitividade turística dos destinos indutores de minas gerais e demais destinos turísticos, gerando aumento do fluxo de turistas, melhoria na satisfação dos visitantes e, conseqüente aumento de geração de empregos e renda, contribuindo para consolidação de minas gerais como destino turístico de excelência, fortalecendo a identidade mineira e garantindo a sustentabilidade econômica dos empreendimentos turísticos após a copa de 2014. A seguir serão listadas as ações do Programa Destino Minas, bem como seus objetivos dentro do programa (Tabela 5.142).

TABELA 5.142 - AÇÕES DO PROGRAMA DESTINO MINAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E ESPORTES DE MINAS GERAIS (SETUR).

AÇÕES	OBJETIVOS NO PROGRAMA DESTINO MINAS
Estruturação dos Atrativos e Destinos Turísticos	Contribuir para a geração de oportunidades de desenvolvimento no estado por meio do turismo, aumentando a competitividade turística dos destinos indutores de minas gerais, com aumento do fluxo de turistas, melhoria na satisfação dos visitantes e, conseqüente aumento de geração de empregos e renda.
Minas Criativa	Fomentar a economia criativa no estado; organizar a produção de diferentes segmentos da indústria criativa mineira; fortalecer a identidade de minas gerais; contribuir para a geração de oportunidades de desenvolvimento no estado por meio do turismo; contribuir para o aumento do fluxo de turistas e geração de emprego e renda; melhorar a satisfação dos visitantes.
Festivais Culturais	Fomentar, realizar e apoiar festivais culturais temáticos e singulares, reveladores da identidade mineira, gerando fluxo turístico nacional, competitividade dos destinos, protagonismo criativo e desenvolvimento econômico social para as regiões envolvidas.
Rota das Grutas de Lund	Promover o desenvolvimento regional por meio do turismo, com a estruturação de um roteiro turístico nacional e internacional, único e singular, pautado em elementos naturais e culturais da região cárstica nos municípios que englobam a rota das grutas de lund (belo horizonte, lagoa santa, pedro leopoldo, sete lagoas e cordisburgo)
Expansão do Expominas	Incrementar o turismo de negócios e eventos em belo horizonte e garantir a sustentabilidade econômica dos empreendimentos hoteleiros após a copa de 2014.

Fonte: SETUR.

As ações para estruturar, desenvolver e promover os produtos turísticos mineiros inovadores, envolvendo a qualificação e a profissionalização da governança do turismo e da rede de serviços turísticos, bem como a diversificação da oferta turística e a formatação de roteiros, além de promover o destino Minas Gerais nos âmbitos nacional e internacional, contribuindo para consolidação do estado no mercado turístico e colaborando com a melhoria de sua competitividade turística, são: Promoção do Turismo, Desenvolvimento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos; Regionalização do Turismo e Fortalecimento das Instâncias de Governança; Pesquisa e Estatísticas do Turismo Mineiro; Estruturação e Promoção de Destinos Turísticos para Eventos de Visibilidade Internacional; Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais; Estruturação do Turismo Religioso em Minas Gerais; Desenvolvimento do Turismo-Prodetur Nacional Minas Gerais; Apoio ao Turismo nos Municípios (SETUR, 2014).

Com relação a microrregião do Caparaó, no Espírito Santo, as propostas relacionadas ao meio ambiente e agricultura seriam os temas mais importantes para a população, resultado de audiências públicas que fariam parte da elaboração do Plano Plurianual (PPA), 2016-2019, e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016. Essa situação estaria relacionada à preocupação das microrregiões pela disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos e agregação de valor às atividades agrícolas, principalmente àquelas que busquem promover a sustentabilidade das propriedades rurais.

5.3.4 Dinâmica territorial

5.3.4.1 Zoneamento territorial

O Zoneamento Territorial é um instrumento de gestão, que busca embasar planos de desenvolvimento socioeconômico das regiões, proporcionando a utilização adequada dos recursos ambientais disponíveis, além de garantir a qualidade ambiental e proteção de áreas de interesse das regiões.

5.3.4.1.1 Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) de Minas Gerais

Para conhecer as especificidades das multidimensões presentes nos territórios, destaca-se o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) como instrumento auxiliador, visto que esse aborda e agrupa informações presentes, de determinadas áreas, sendo essa ferramenta importante para monitorar, acompanhar, planejar e avaliar a gestão de políticas de desenvolvimento territorial em regiões específicas.

De acordo com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), o ZEE é executado de forma participativa entre a União, os estados e os municípios, cabendo aos estados elaborar o ZEE de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional, e aos municípios a elaboração do plano diretor, observando os ZEEs existentes (MMA, 2014).

A elaboração do ZEE de Minas Gerais (ZEE - MG) consiste na execução de um diagnóstico dos meios geo-biofísico e socioeconômico-jurídico-institucional, gerando dois documentos: a Carta de Vulnerabilidade Ambiental e a Carta de Potencialidade Social, que juntas irão configurar áreas com características próprias, determinando o ZEE do Estado (SEMAD, 2014). Quando o ZEE se baseia em um índice que reflete a combinação da vulnerabilidade natural com o potencial social, ele é capaz de direcionar a ocupação do território para áreas que sejam aptas para suportar determinado uso, ou ainda, para áreas aptas que necessitam ser recuperadas antes de serem plenamente utilizadas. Da mesma forma, áreas inaptas por algum motivo são preservadas, evitando prejuízos socioeconômicos e ambientais (SEMAD, 2008).

Vulnerabilidade Natural:

Compreende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial de resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente.

A carta de vulnerabilidade natural, apresentada na Figura 5.564, foi elaborada considerando-se aspectos bióticos extraídos de levantamentos e estudos realizados sobre a flora e a fauna de Minas Gerais, bem como aspectos físicos obtidos a partir da compilação de uma série de publicações sobre solos, relevo, geologia, água e clima.

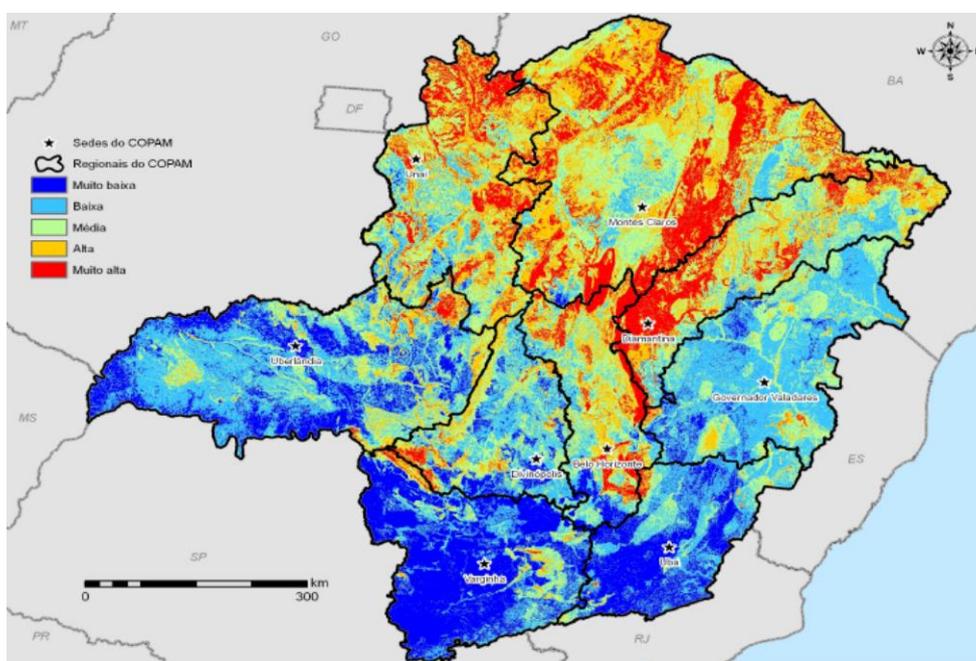


Figura 5.564 - Vulnerabilidade natural do estado de Minas Gerais.

De acordo com o mapa apresentado, percebemos que a região onde os municípios estudados estão inseridos é diagnosticada como sendo da classe baixa a média vulnerabilidade natural (Figura 5.564). Essas classes são organizadas na seguinte maneira:

- **Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Média:** as áreas apresentam restrições moderadas quanto à utilização dos recursos naturais. Algum fator condicionante determina esse nível de vulnerabilidade, porém, os demais apresentam pouca vulnerabilidade. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas devem apontar para ações que não ofereçam danos potenciais ao fator limitante.
- **Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Baixa:** as áreas apresentam baixas restrições quanto à utilização dos recursos naturais. Alguns fatores condicionantes determinam um nível médio de vulnerabilidade, porém, a maioria dos fatores apresenta baixa vulnerabilidade natural. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas devem apontar para ações que ofereçam baixo impacto potencial aos fatores limitantes.

Potencial Social:

Compreende-se como potencialidade social o conjunto de condições atuais, medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional, que determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável, como mostra a na Figura 5.565. Os fatores condicionantes da potencialidade social utilizados neste Zoneamento foram:

- Infraestrutura de Transporte;
- Atividades Econômicas;
- Utilização das Terras;
- Estrutura Fundiária;
- Recursos minerais;
- Ocupação econômica;
- Demografia;
- Condições sociais;
- Capacidade institucional;
- Organizações jurídicas;
- Organizações financeiras;
- Organizações de Fiscalização e de controle;
- Organizações de ensino e de pesquisa;
- Organizações de segurança pública.

Os municípios estudados foram categorizados conforme as seguintes classes (Tabela 5.143):

- **Muito Favorável:** possuem condições muito favoráveis para o desenvolvimento sustentável. Essa situação se traduz na capacidade que possuem de oferecer resposta superior aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos.
- **Favorável:** possuem condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável. Essa situação se traduz na capacidade que possuem de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos.
- **Pouco Favorável:** possuem condições pouco favoráveis para o desenvolvimento sustentável. Essa situação se traduz na capacidade limitada que possuem de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos.
- **Precário:** possuem condições precárias para o desenvolvimento sustentável. Essa situação se traduz na capacidade muito limitada que possuem de oferecer resposta aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos.

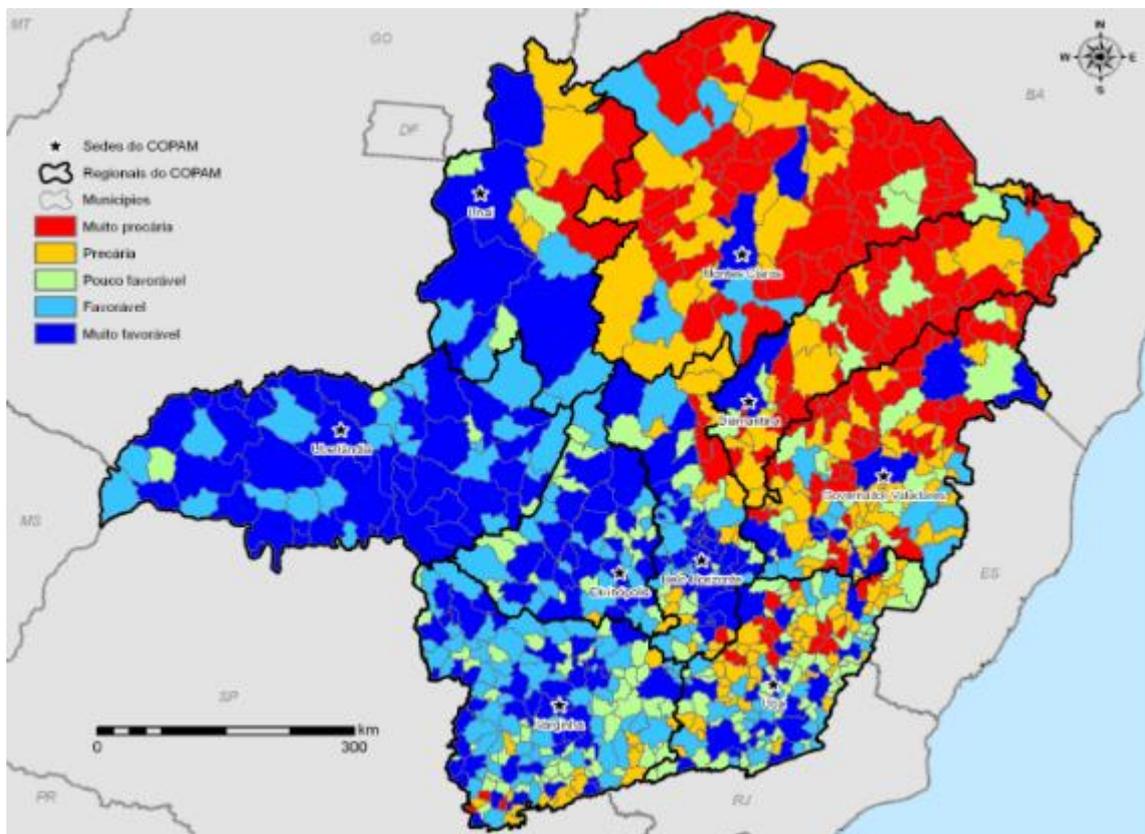


Figura 5.565 - Potencial social dos municípios de Minas Gerais.

TABELA 5.143 - VULNERABILIDADE NATURAL E POTENCIAL SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO

MUNICÍPIOS	VULNERABILIDADE NATURAL	POTENCIAL SOCIAL
Abre Campo	Baixa	Pouco favorável
Bela Vista de Minas	Baixa	Pouco favorável
João Monlevade	Baixa	Muito favorável
Manhuaçu	Média	Muito favorável
Martins Soares	Média	Pouco favorável
Matipó	Baixa	Precário
Reduto	Baixa	Precário
Rio Casca	Baixa	Favorável
Rio Piracicaba	Média	Favorável
Santo Antônio do Grama	Baixa	Pouco favorável
São Domingos do Prata	Baixa	Favorável

Zoneamento e o Índice Ecológico-Econômico:

O resultado da combinação dos níveis de potencialidade social com os de vulnerabilidade natural origina o Índice Ecológico-Econômico (IEE), que fornece subsídios sociais e ambientais para a proposta de zoneamento com uma perspectiva holística, utilizando duas categorias conceituais: a ecológica e a econômica.

A classificação das zonas nos municípios de Minas Geais pode ser visualizada na Figura 5.566 e foi elaborada com base no IEE e em informações sobre programas e iniciativas governamentais de delimitação de áreas institucionais.

impactos socioambientais. São caracterizadas por serem facilmente estimuladas para alavancar o desenvolvimento sustentável local. Nessa zona, os locais são menos vulneráveis ambientalmente, os empreendedores têm melhores condições para implantar ações preventivas e mitigadoras de impactos.

- **Zona de desenvolvimento 2:** São áreas de elevado potencial social que pressupõem condições de gerenciar empreendimentos de maior porte e causadores de maiores impactos socioambientais. São caracterizadas por serem facilmente estimuladas para alavancar o desenvolvimento sustentável local. Nessa zona, os locais são mais vulneráveis ambientalmente, e os empreendedores devem procurar estabelecer maior gama de ações preventivas e mitigadoras de impactos.
- **Zona de desenvolvimento 3:** Esta zona é formada por áreas de potencial social intermediário e baixa vulnerabilidade natural que demandam ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem maior poder de resiliência, aumentando a efetividade das ações mitigadoras.
- **Zona de desenvolvimento 5:** São áreas de potencial social intermediário e alta vulnerabilidade natural que demandam ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem baixo poder de resiliência, diminuindo a efetividade ou inviabilizando ações mitigadoras.

Zonas ecológico-econômicas temáticas:

Complementando o IEE, foram consideradas cinco zonas temáticas formadas por regiões que têm restrições legais, pontos urbanos e as áreas registradas como tendo potencial para mineração. Essas zonas devem respeitar a lei e devem ser superpostas às Zonas de Desenvolvimento consideradas anteriormente.

A Figura 5.567 a seguir nos mostra as zonas temáticas encontradas no Estado de Minas Gérias e suas devidas localizações.

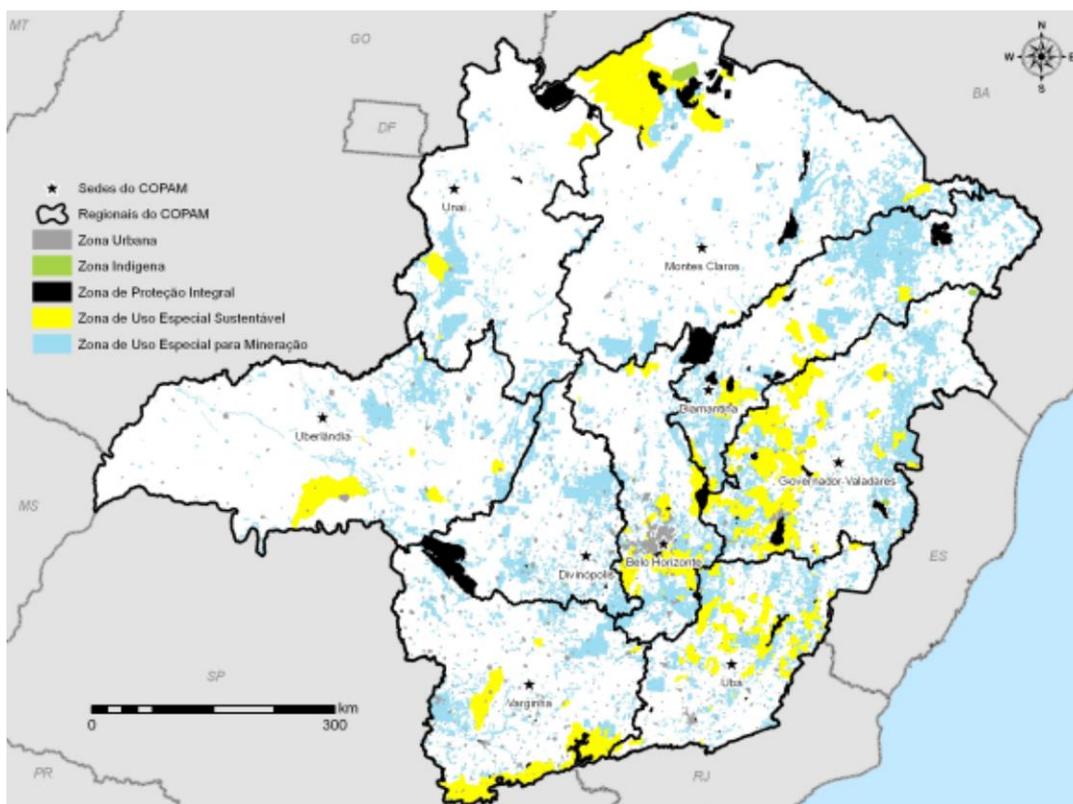


Figura 5.567 - Zonas ecológico-econômicas temáticas do estado de Minas Gerais.

Como podemos observar, a região do empreendimento é caracterizada por regiões pontuais com aptidão de Uso Especial para Mineração, consideradas áreas de potencial exploração mineral pelo DNPM. Essas zonas de uso especial mantêm sua classificação quanto à Vulnerabilidade Natural, mas ao mesmo tempo são marcadas como áreas eventualmente passíveis de serem exploradas para mineração.

5.3.4.1.2 Conflitos entre o zoneamento existente e uso e ocupação do solo atual

De acordo com as análises referentes ao zoneamento dos municípios, apresentado na Tabela 5.144, e a partir do confrontamento com os mapas de Cobertura Vegetal e Uso do Solo (Volume III – Mapeamento Temático, Tomo II) e de Dinâmica Populacional (Expansão Urbana) (Volume III – Mapeamento Temático, Tomo IV), com as informações observadas em trabalho de campo, observou-se que João Monlevade, Manhuaçu, Rio Casca e São Domingos do Prata, apesar de serem municípios com elevado potencial estimulador socioeconômico, no que se refere ao desenvolvimento de empreendimentos de maior porte, a localização geográfica, aliada à falta de planos de saneamento, e práticas inadequadas de uso e ocupação territorial, estimulam processos de degradação ambiental.

Dos municípios da área de estudo, apenas Matipó e Reduto, segundo o ZEE-MG, estariam em área de potencial social intermediário e alta vulnerabilidade natural, situação que demandaria ações de incentivo ao desenvolvimento, considerando que as condições ambientais tem baixo poder de resiliência, diminuindo a efetividade ou inviabilizando ações

mitigadoras. Porém, o que se observa é a alta vulnerabilidade ambiental, inclusive pelos aspectos geográficos de localização da região de interesse, em praticamente todos os municípios da área de estudo, principalmente em Manhuaçu e Rio Casca, haja vista a ocupação irregular de encostas em alguns trechos da rodovia, com presença de relevo acidentado.

As práticas inadequadas de manejo e ocupação do solo, principalmente onde o fogo é empregado, sobretudo, para fins agropecuários, aliadas à necessidade de implantação de planos municipais de saneamento básico efetivos, conferem aspectos que aumentam a vulnerabilidade das regiões, situação evidenciada pela disposição inadequada de resíduos, como lixo existente às margens da BR-262, no município de Abre Campo, que segundo o ZEE estaria inserido em zona com potencial social intermediário e baixa vulnerabilidade natural que demandam ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem maior poder de resiliência, aumentando a efetividade das ações mitigadoras.

Os municípios da área de estudo, pela localização, são contemplados pelo Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sendo que apenas os municípios de Rio Piracicaba, Manhuaçu e João Monlevade teriam Plano Diretor, dos quais, em Manhuaçu e João Monlevade estariam sendo elaborados novos Planos Diretores Municipais. No tocante aos outros municípios localizados na área do estudo, não encontram-se menções, nem por parte dos seus representantes administrativos nem por fontes secundárias, da existência de Planos Diretores nestes locais.

Em contato estabelecido em agência do IBGE, em Rio Casca, verificou-se a inexistência de Plano Diretor, com apenas localização e identificação dos bairros existentes.

5.3.4.1.3 Planos diretores dos municípios da área de estudo

O Quadro 5.59 apresenta as informações obtidas a respeito dos Planos Diretores Municipais. Pode-se perceber que apenas em Manhuaçu, João Monlevade e Rio Piracicaba foram elaborados planos diretores, dos quais, nos dois primeiros municípios, encontram-se em processo de reformulação, pois, segundo informações das respectivas Secretarias de Planejamento destes Municípios, os planos não encontra-se completos, devido ao fato de terem sido elaborados em virtude da adequação à Lei Nº 10.257 de 10 Julho de 2001, da qual dispõe a obrigação de sua implementação em municípios que possuem população superior a vinte mil habitantes.

QUADRO 5.59 - PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS ATRAVESSADOS PELA RODOVIA.

Municípios	Informações sobre o plano diretor
Iúna	O plano diretor ainda está em discussão.
Abre Campo	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Bela Vista de Minas	Não há informações sobre plano diretor para o município. Possui Lei Orgânica.
João Monlevade	Possui plano diretor, mas está em processo de reformulação.
Manhuaçu	Possui plano diretor, mas está em processo de reformulação.
Martins Soares	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Matipó	Não há informações sobre plano diretor para o município. Possui Lei Orgânica.
Reduto	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Rio Casca	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Rio Piracicaba	Possui plano diretor.
Santo Antônio do Grama	Não há informações sobre plano diretor para o município. Possui Lei Orgânica.
São Domingos do Prata	Não há informações sobre plano diretor para o município. Possui Lei Orgânica.

5.3.4.1.4 Uso e ocupação do solo

A caracterização do uso e ocupação do solo da região estudada, tem como objetivo, apresentar a conformação da ocupação, bem como, as atividades desenvolvidas, contribuindo no diagnóstico local e possibilitando a identificação dos impactos decorrentes do empreendimento.

A obra em questão inicia-se na divisa entre os Estados do Espírito Santo, no distrito de Pequiá (Figura 5.568e Figura 5.569) e o município de Martins Soares, em Minas Gerais seguindo em direção oeste, passando por 11 municípios do Estado mineiro, terminando no município de João Monlevade. A área de estudo da rodovia BR-262/MG foi delimitada a partir de 5 km do eixo da estrada, ou seja, uma faixa de 10 km, com uma área de 188.803,68 ha.



Figura 5.568 - Ponte de ligação entre o distrito de Pequiá, em Iúna/ES e Martins Soares/MG.



Figura 5.569 - Distrito de Pequiá, no Espírito Santo, município de Iúna, divisa com Minas Gerais.

De acordo com o diagnóstico levantado em campo, na região de estudo há o predomínio de solo exposto, o qual resulta em sérios problemas relacionados à erosão e assoreamento dos rios. Em diversos locais, é possível notar este processo avançado de degradação, como ilustram as Figura 5.570 e Figura 5.571. A técnica ultrapassada e inadequada do uso do fogo foi um dos fatores determinantes para a grande ocorrência dessa classe de ocupação. É uma prática tradicional e de difícil substituição, pois se trata de um método barato e acessível utilizado na agricultura para o preparo e limpeza do solo (Figura 5.572 e Figura 5.573). Esta situação agrava-se pela produção intensiva do café, que expandiu-se por vales e montanhas, por todo o interior, levando ao processo de desmatamento, já que as áreas necessitavam ser descampadas para que o mesmo fosse estabelecido. Ao passar pela região, nota-se grandes áreas com pouca presença e diversidade de vegetação, sendo visível o monocultivo, como mostram as Figura 5.574 e Figura 5.575.



Figura 5.570 - Assoreamento e erosão às margens de rio, localizado no município de Matipó



Figura 5.571 - Processo de degradação do solo gerado pela implantação e acesso e retirada de vegetação. Ao fundo, caminhão trafegando na BR-262, em Rio Casca.



Figura 5.572 - Queimadas para o preparo do solo em áreas destinadas ao cultivo do café, no município de Matipó.



Figura 5.573 - Áreas já queimadas e plantação de café em segundo plano, localizados no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.



Figura 5.574 - Propriedade rural situada em área limdeira à BR-262, cultivo de café em segundo plano, localizados em Martins Soares.



Figura 5.575 - Produção de café em propriedade rural de Córrego dos Machados, município de Martins Soares.

Outra classe de ocupação expressiva que ocorre na área de estudo se dá por pastagens/campos destinados à pecuária bovina, principalmente de aptidão leiteira (Figura 5.576). Também é possível observar a presença de açudes e lagoas junto às propriedades rurais (Figura 5.577). São evidentes também outras atividades voltadas ao meio rural, como por exemplo a produção de cana de açúcar, a criação de equinos e de suínos, além de pequenos animais - estes destinados, geralmente, ao consumo de subsistência.



Figura 5.576 - Propriedade rural com pastagens. Em segundo plano, observa-se cultivo de café entremeado por pastagem e fragmentos vegetacionais. Localidade de Córrego dos Machados, município de Martins Soares.



Figura 5.577 - Propriedade rural, localizada às margens da rodovia, próximo ao município de Abre Campo. Observa-se grande área de pastagem em relevo montanhoso.

A região da Zona da Mata se caracteriza por importante produção de café do Estado, sendo observada a presença de grandes fazendas e de vilas de trabalhadores. O processo produtivo necessita de elevado número de trabalhadores para a colheita, por isto as fazendas dispõem de residências para abrigá-los temporariamente. A secagem em terreiro, é realizada em áreas, em geral, situadas próximas das benfeitorias, chamadas de “eira”, para posterior armazenamento em tulhas, ensacamento e comercialização junto à indústria. Destaca-se a presença de empresas do setor cafeeiro na região, como a 3 Corações, situada no município de Manhuaçu (Figura 5.578 a Figura 5.581).



Figura 5.578 - Terreiro para a secagem de café presenciada em propriedade rural de Córrego dos Machados, município de Martins Soares.



Figura 5.579 - Galpão utilizado para secagem do grão do café localizado às margens da BR-262.



Figura 5.580 - Aspecto de edificação na vila de operários da empresa Heringer, localizada na comunidade Córrego dos Machados, em Martins Soares.



Figura 5.581 - Café em grãos dispostos para comercialização em estabelecimento próximo à BR-262, município de Abre Campo.

Já o reflorestamento de espécies exóticas madeireiras, tem reduzida participação nas propriedades. As espécies madeireiras são praticamente representadas pelo eucalipto, entremeados por fragmentos de vegetação nativa, em variados estágios sucessionais. Esta espécie também é bastante destinada ao uso interno, empregada na construção de benfeitorias nas propriedades como cercas, paióis, galpões, mangueirões, estábulos e currais.

A exemplo dessas atividades, a pesquisa de campo obteve algumas imagens, as quais demonstram-se a seguir no sentido de melhor elucidar o leitor em relação ao que foi observado nos trabalhos de campo realizados no Estado de Minas Gerais.



Figura 5.582 - Propriedade rural com produção leiteira, próximo ao município de Rio Casca.



Figura 5.583 - Pastagens com criação de gado bovino, localizada no município de Rio Casca.



Figura 5.584 - Fazenda caracterizada pela silvicultura de eucalipto e cultivo de café, em área próxima da BR-262, em Martins Soares.



Figura 5.585 - Produção de eucalipto, localizada na comunidade de Padre Fialho, município de Matipó.

Na região do empreendimento a vegetação nativa é a menos representativa dentre as características observadas, tendo reduzida parcela sobre a cobertura do solo. As fitofissionomias presentes, variam entre Floresta Estacional Semidecidual em estágio avançado, inserida no Domínio da Mata Atlântica e fragmentos de vegetação nativa distribuídos em mosaico na paisagem, formando concentrações maiores em regiões mais altas e declivosas, criando aspecto de corredores de topos de morro ao longo da área de estudo. Essas características indicam que a área de estudo encontra-se pouco conservada. Tal fato, relaciona-se diretamente com a alta incidência de fogo, que ao longo do tempo vem descaracterizando muitos fragmentos em estágio médio e inicial de regeneração. Entretanto, em algumas regiões é possível verificar fragmentos em estágio avançado, onde o fogo não conseguiu avançar ou manteve o dossel intacto, levando a análise através de imagens de satélite a considerarem o fragmento como bem conservado.

Constata-se ao longo da rodovia, elevado grau de ocupação, que se deu inicialmente pela chegada de famílias que ali estabeleciam-se, exercendo o desmatamento intenso para viabilizar o uso agropecuário. Ao longo do tempo formaram-se várias comunidades e distritos, preexistentes à implantação da Rodovia, e com sua construção, passou-se a observar a ocupação avançando para mais próximo da via, valorizando as áreas contíguas. A urbanização nestas áreas ocorrem justamente pela proximidade da Rodovia, a qual permite maiores facilidades, condições de vida e oportunidades de trabalho. Ao mesmo tempo, a Rodovia acabou atraindo ocupações, sobretudo de baixa renda, junto a sua faixa de domínio, contribuindo para gerar importante nível de risco e de vulnerabilidade (Figura 5.586 a Figura 5.589).



Figura 5.586 - Ocupações em áreas de risco, na faixa de domínio da BR-262, cidade de Manhuaçu.



Figura 5.587 - Ocupações em áreas de risco, junto à faixa de domínio da BR-262. Trevo de acesso à cidade de Manhuaçu



Figura 5.588 - Ocupação em áreas lindeiras à BR-262, cidade de Manhuaçu.



Figura 5.589 - Ocupações em áreas lindeiras à BR-262, município de Rio Casca.

Presenciam-se a instalação de empresas nessas áreas, pois como utilizam a Rodovia para acesso e estabelecem por meio dela suas relações produtivas, torna-se mais produtivo, além de permitir também uma melhor visualização dos estabelecimentos. Em alguns pontos da rodovia observam-se empresas relacionadas ao comércio e serviços como concessionárias de automóveis, fábrica de fertilizantes, restaurantes, hotéis e postos de combustíveis.

A Rodovia acaba servindo de atrativo econômico, pois as atividades existentes ao longo do seu traçado oferecem vários serviços a turistas, caminhoneiros e demais usuários, que necessitam de alimentação e de hospedagem, estimulando a instalação destes estabelecimentos. As imagens a seguir evidenciam bastante esta dinâmica (Figura 5.590 a Figura 5.592).



**Figura 5.590 - Concessionárias situadas em áreas
lindeiras à Rodovia, município de Manhuaçu.**



**Figura 5.591 - Posto de combustível próximo à
Rodovia, distrito de Realeza, município de
Manhuaçu.**



**Figura 5.592 - Hotel e restaurante – Memorial
Cotochês, às margens da BR-262, município de
Abre Campo.**

Nas figuras a seguir evidenciam-se as características das áreas urbanas dos municípios da área de estudo, ilustrando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como moradias, com variadas características (Figura 5.593 a Figura 5.596).



Figura 5.593 - Área urbana do município de Rio Piracicaba



Figura 5.594 - Trem de transporte de minério, passando pelo município de Rio Piracicaba.



Figura 5.595 - Área central do município de São Domingos do Prata.



Figura 5.596 - Área central do município de Matipó.

O mapeamento realizado para a identificação da cobertura vegetal e uso do solo da AE, para uma área de cinco quilômetros para cada lado da Rodovia, partindo de seu eixo, totalizou 188.804 hectares. As tipologias identificadas pelo mapeamento compreendem, a saber, corpos d'água, cultivos agrícolas, pastagens e campos, reflorestamento, solo exposto, áreas urbanas e vegetação nativa, as quais tem sua participação descrita a seguir.

Identificou-se que, a vegetação nativa que compõe a AE representa 42,53%, ou 80.298 hectares, seguida pelos cultivos agrícolas, com predominância para a cana-de-açúcar e o café, com uma participação de 29,68%. As pastagens são observadas ao longo do traçado, conforme colocado anteriormente, principalmente destinadas a criação de gado leiteiro, distribuídas entre áreas de café e de cana-de-açúcar, abrangendo uma área de 15,27%, ou 28.826 hectares.

Em se tratando da parcela de cobertura vegetal nativa, a Floresta Estacional Decidual Montana, em estágio sucessional avançado, apresenta uma participação de 74,16%, ou 59.548,9 hectares, seguida pela Submontana, com 17,45%, ou 14.009,06 hectares.

5.3.4.1.5 Assentamentos rurais do INCRA

Tendo em vista o presente estudo, levantou-se a existência de assentamentos ou Projetos de Assentamento (PA), com o objetivo de avaliar devidamente, as possíveis interferências da implantação da rodovia sobre as famílias assentadas.

O levantamento foi realizado por meio de consultas ao endereço eletrônico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela titulação dos PAs da reforma agrária. Entretanto, nos municípios em estudo, não encontrou-se registros de PAs, estando toda a região de estudo do empreendimento fora de áreas de assentamentos.

5.3.4.2 Mobilidade urbana

A mobilidade urbana se caracteriza como um aspecto relevante para o desenvolvimento das regiões, principalmente quando os processos de deslocamento e circulação estão tão vinculados ao sistema modal rodoviário, como é o caso do Brasil.

O diagnóstico da região buscou captar pontos críticos de vias e acessos interceptados e a ocupação e uso estabelecido no entorno do empreendimento em estudo.

Neste sentido, primeiramente, é preciso verificar quais os movimentos sociais podem ser identificados na região de abrangência da Rodovia, buscando entender a sua importância para o desenvolvimento econômico regional. Em geral, as rodovias federais proporcionam interligar regiões produtoras, viabilizando o acesso das pessoas aos serviços especializados na área de saúde e educação, além do acesso ao próprio trabalho em localidades diferentes de sua residência, podendo-se observar os chamados movimentos pendulares, que ocorrem devido a influência de uma área sobre outra. Este comportamento também é observado na rodovia BR-262, que perpassa municípios de variadas características socioeconômicas, destacando-se aqueles que, em geral, apresentam as maiores populações e conseqüentemente, maior infraestrutura, acabando por caracterizar-se por polos regionais atrativos em diversos segmentos sociais e econômicos.

O movimento pendular na rodovia é ocasionado pela população residente nos municípios menores, que apresentam reduzida infraestrutura e oportunidades de trabalho, e que necessitam se deslocar para acessar bens e serviços regionais, incluindo-se a dinâmica decorrente do escoamento da produção regional. Este movimento associa-se ao aumento do volume de veículos trafegando pela Rodovia, que aliado aos fatores de risco ligados às suas próprias condições de trafegabilidade, implica na necessidade de melhorias constantes, mantendo condições satisfatórias que resguardem a segurança de seus usuários. Neste sentido, a população aponta como principal benefício do empreendimento, a redução da ocorrência de acidentes ao longo de toda a extensão da Rodovia, já que são registrados muitos acidentes com veículos que transportam estudantes, decorrentes sobretudo, às condições precárias nas quais se encontra.

Com base nas pesquisas realizadas em sites oficiais, nos depoimentos obtidos, através de levantamento de campo e contato direto com informantes, obteve-se a informação de que há municípios que se destacam na área da saúde, devido a estruturação do próprio sistema de atendimento que é regionalizado, o que define a saúde como um dos aspectos indutores da dinâmica pendular observada. Nesta área, os municípios que se destacam como polos regionais em serviços de saúde, para atendimento de média complexidade, são Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, João Monlevade e Itabira, sendo que Belo Horizonte é referência na alta complexidade. A partir desta questão, afere-se que os demais municípios da AE necessitam buscar atendimento nos referidos municípios, já que possuem infraestrutura limitada, corroborando para o fenômeno do movimento pendular.

Os deslocamentos pendulares na área da educação, diagnosticados na AE, destacam a importância dos municípios de João Monlevade, Ouro Preto, Mariana e a capital Belo Horizonte, como polos atrativos principais, seguidos de Manhuaçu, Matipó, Ponte Nova e Reduto. Estes últimos possuem várias instituições de ensino superior privadas, o que gera um fluxo diário de trabalhadores e de estudantes para estes municípios, estimulando o tráfego na Rodovia. Destaca-se que Matipó é sede da UNIVERTIX, que estimula um fluxo diário de estudantes e funcionários oriundos de Manhuaçu, Abre Campo, Ponte Nova, Rio Casca, Realeza, Vila Nova, Pedra Bonita, Raul Soares, São João do Manhuaçu, sempre utilizando-se da BR-262 para seu deslocamento.

Por fim, destaca-se também, que a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, é a principal região indutora do desenvolvimento, associando-se ao centro político-administrativo do Estado, assim como na forte presença que exerce, tanto na área econômica, quanto nas áreas de saúde e de educação. Isto posto, pode-se afirmar, com clareza, que há influência de determinados municípios sobre os serviços regionais, caracterizando-se pela presença de uma estrutura socioeconômica que exerce influência sobre os deslocamentos humanos pendulares.

5.3.4.2.1 Mapeamento das vias Interceptadas

A existência de malha rodoviária atua como fator de expansão urbana, visto que rodovias são aspectos indutores nos processos de ocupação, mesmo estando essas regiões, localizadas em ambientes com aspectos mais rurais ou urbanizados.

A abertura de novos traçados, aliada à pavimentação e melhoria das vias já existentes, cria eixos rodoviários, responsáveis pelos fluxos comerciais de produção, sejam esses, agrícolas e industriais, além de incrementar processos migratórios, promovendo o desenvolvimento socioeconômico das regiões. Cabe ressaltar que os aspectos de ocupação territorial devem ser acompanhadas por projetos de integração social, através de medidas de planejamento, como Leis de Zoneamento ou Planos Diretores.

A partir de um contexto mais geral, procuramos caracterizar brevemente, em um primeiro momento, alguns aspectos da malha viária do estado de Minas Gerais, com a intenção de formar um panorama mais amplo da estrutura rodoviária deste, destacada como o maior e mais importante modal de transporte do Estado. Em seguida, destacamos a importância regional da rodovia de nosso estudo, a BR-262, pontuando características que envolvem sua estrutura inserida no contexto regional. Desta forma, em um terceiro e mais importante momento, procuramos evidenciar algumas das vias que interceptam a rodovia, muitas delas consideradas de acesso perigoso através dos apontamentos dos atores com os quais efetuamos contato nos trabalhos de campo, apontando algumas vias e acessos que interceptam a rodovia em cada um dos municípios pertencentes a área de estudo.

As informações referentes ao mapeamento as vias interceptadas, presentes no item de interesse, podem ser visualizadas no Mapa Vias e Acessos Interceptados (Volume III – Tomo IV do mapeamento temático).

5.3.4.2.2 Estrutura viária no Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do Brasil, equivalente a 16% de toda a malha viária existente no país. No Estado, são 269.546 km de rodovias. Deste total, 7.689 km são de rodovias federais, 23.663 km de rodovias estaduais, e 238.191 km, de rodovias municipais.

Quanto às características das estradas, a malha federal é toda pavimentada. A estadual se divide em 13.995 km pavimentados e 9.724 km não pavimentados. A maioria das rodovias municipais não é pavimentada.

Belo Horizonte, a capital do estado, situa-se no entroncamento de grandes rodovias, o que permite a integração de Minas Gerais com os maiores centros urbanos do País e com os principais mercados. As distâncias entre Belo Horizonte e algumas capitais são as seguintes: Brasília (716 km) São Paulo (586 km), Rio de Janeiro (434 km), Vitória (524 km), Salvador (1.372 km), Fortaleza (2.528 km) e Porto Alegre (1.712 km).

5.3.4.2.3 Estrutura viária da BR-262

A Rodovia BR-262 é um importante corredor de ligação transversal entre quatro unidades da federação, a saber, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Seu traçado tem início na capital do Espírito Santo, Vitória, percorrendo cidades importantes como Belo Horizonte e Campo Grande, encontrando seu fim na fronteira com a Bolívia, na cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

A BR-262 serve de ligação entre Vitória, no Espírito Santo – onde se localiza importante porto de exportação – até o Triângulo Mineiro, passando pela Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além da localização estratégica aos principais acessos à

região Centro-Oeste, ela proporciona ligação ao município de Uberaba, região com elevado potencial no setor de agronegócios e tecnologia.

A extensão percorrida da rodovia em quilômetros, em cada estado é de: 195,5 Km no Estado do Espírito Santo; 999,8 Km no Estado de Minas Gerais; 316,7 Km no Estado de São Paulo; e 783 Km no Estado do Mato Grosso do Sul. É importante frisar que, no trecho entre o município de Betim, na região metropolitana da capital mineira (Belo Horizonte), e a cidade de João Monlevade – também no estado de Minas Gerais – a BR-262 e a BR-381 se unem, compondo uma única rodovia, conhecida apenas – neste trecho – por BR-381.

De acordo com estudo elaborado pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, a região onde se insere a Rodovia BR-262 classifica-se por baixa concentração de acidentes de trânsito, principalmente se comparada a outras regiões do estado Mineiro, o que pode ser observado na figura exposta a seguir (Figura 5.597).

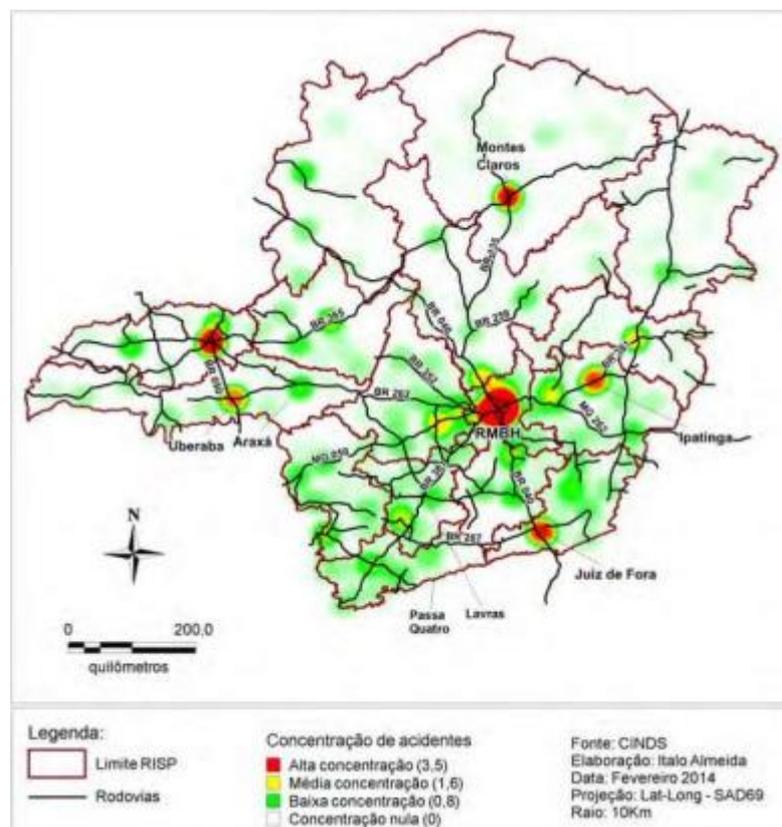


Figura 5.597 - Concentração espacial dos acidentes de trânsito no Estado de Minas Gerais (2012-2013).

O discurso dos informantes quanto à percepção em relação à rodovia BR-262, revela receio quanto a estrutura existente, a qual não tem proporcionado segurança entre os usuários. É notável, na narrativa dos informantes contatados, que não há sentimento de segurança em trafegar pela Rodovia, sendo que foram constantes os relatos de atores que

afirmavam já ter presenciado acidentes, terem conhecimento da ocorrência frequente de acidentes e de envolvimento de conhecidos, neste trecho da rodovia.

Estes relatos foram provenientes de usuários que se deslocam por meio de todos os tipos de veículos, como caminhoneiros, veículos de passeio e de transporte de escolares, que já foram protagonistas de acidentes. As próprias equipes, em campo, presenciaram o acontecimento de acidentes, assim como de manobras que poderiam ser consideradas de alto risco e causadoras de acidentes. Nas imagens a seguir, podemos visualizar duas situações testemunhadas pelas equipes (Figura 5.598 e Figura 5.599).



Figura 5.598 - Acidente registrado pela equipe de campo, ocorrido no dia 08/10/2014 no km 139 da Rodovia BR-262, no município de Rio Casca, sentido Belo Horizonte, com uma vítima fatal.



Figura 5.599 - Motorista parada em local inadequado, realizando a troca de pneu na BR-262.

5.3.4.2.4 Vias e acessos interceptados

O presente estudo considerou como área de interesse os municípios atravessados pela rodovia, assim como comunidades e distritos próximos dessa via. Desta forma, foi constatado nos trabalhos de campo, que existem inúmeras vias que interceptam a rodovia BR-262 em todo o percurso concernente a área do estudo.

Dentre essas vias, podemos destacar algumas das quais, a partir de nossa percepção, bem como a partir do discurso dos atores com os quais estabelecemos contato ao longo do trabalho, foram ou podem ser caracterizadas como perigosas em relação ao risco ou aos altos índices de acidentes, e que são usadas como exemplos da estrutura dos acessos que se verifica, em vários momentos, ao longo da rodovia.

Um dos primeiros exemplos observados no trabalho de campo é o início do trecho em estudo, a partir do limite entre o distrito de Pequiá e o município de Martins Soares, que também serve de acesso à rodovia MG-108, que faz ligação com os municípios de Manhumirim e Alto Caparaó.



Figura 5.600 - Trevo de acesso ao município de Martins Soares, bem como à MG-111, que faz ligação com os municípios de Manhumirim e Alto Caparaó.

Sobre este trevo, alguns atores dos quais estabelecemos contato em campo nos relataram a percepção de um número elevado de acidentes ocorridos no local. Além de acidentes somente envolvendo veículos, verificamos também o relato de acidentes envolvendo atropelamentos.

No mesmo município também encontramos relatos de moradores em relação a outro ponto que consideram perigoso em relação ao risco iminente de acidentes. Segundo os informantes, um dos acessos ao bairro São Vicente é bastante problemático em relação à segurança, haja vista que se encontra em um trecho de curva sinuosa, em declive, onde os veículos trafegam em alta velocidade, com pouca visibilidade, já que a região está localizada em área montanhosa.



Figura 5.601 - Acesso ao Bairro São Vicente no município de Martins Soares

Ainda, no município de Martins Soares, foi apontado pelos atores sociais, outros trechos com alta incidência de acidentes, um dos quais, segundo a secretaria de administração municipal, pode ser classificado como o mais problemático em relação aos acidentes em toda a extensão da rodovia que passa no núcleo urbano da cidade.



Figura 5.602 - Trechos indicados pelos informantes como aqueles que apresentam altos índices de acidentes.

A partir de nossa observação em campo, bem como em contato estabelecido com informantes, nos foi relatado que, em um dos acessos ao Distrito de Pinheiros, no município de Martins Soares, representado pelas figuras abaixo (Figura 5.603 e Figura 5.604), existe um contingente considerável de pessoas que aguardam às margens da rodovia – junto ao acostamento – pelo transporte coletivo, sem a existência de abrigo ou qualquer estrutura que proporcione segurança.



Figura 5.603 - Acesso ao distrito de Pinheiros, município de Martins Soares. Ao fundo, à direita, pessoa sentada às margens da rodovia aguardando transporte coletivo.

Já em Reduto, o segundo município pertencente a área do estudo, existe um movimentado travo de acesso ao seu núcleo urbano que também serve de acesso à Rodovia MG 111, outra via de ligação com os municípios de Manhumirim e Alto Caparaó.

Esta rodovia, juntamente com a MG-108 – com início em Martins Soares – são importantes vias que servem como corredores de turismo, visto que existe na região o Circuito Pico da Bandeira, que interliga os municípios da região e suas respectivas redes hoteleiras para abrigar os turistas que visitam o Parque Nacional do Caparaó, localizado na Serra do Caparaó, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 5.604 - Trevo de acesso ao município de Reduto. Acesso também à rodovia MG-111, que liga os municípios de Reduto a Manhumirim e Alto Caparaó.

Na área urbana do Município de Manhuaçu, encontramos somente uma rodovia que faz intersecção com a BR-262. Está é a Rodovia MG-111, que se liga a BR-262 no município de Reduto, formando uma só rodovia, até o município de Manhuaçu.



Figura 5.605 - Um dos trevos de acesso ao município de Manhuaçu.

Além deste, no município também encontram-se alguns acessos que, segundo informantes, são perigosos em se tratando de risco de acidentes ou atropelamentos, visto que, nestes, existe um grande fluxo de pessoas e veículos, principalmente em horários de maior movimento.

Ainda no município de Manhuaçu, mais precisamente no distrito de Realeza, encontramos uma das mais importantes intersecções com a Rodovia BR-262. Trata-se do cruzamento com a BR-116, rodovia esta que corta o país de norte a sul pelo interior. Percebe-se que a intersecção é bastante complicada, tendo em vista a sinalização precária e o fluxo intenso de veículos no local.



Figura 5.606 - Local de intersecção das rodovias BR-262 e BR-116, no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.



Figura 5.607 - Local de intersecção das rodovias BR-262 e BR-116, no distrito de Realeza, município de Manhuaçu.

Em relação ao município de Matipó, verifica-se apenas um acesso para seu núcleo urbano, a Rodovia Ozíares Linhares Fraga, que está ligado a BR-262. Nos trabalhos de campo não encontramos relatos no discurso dos informantes no sentido de apresentar queixas ou dados em relação às ocorrências, ou riscos de acidentes, naquele local.



Figura 5.608 - Trevo de acesso ao município de Matipó e intersecção com a Rodovia Ozíares Linhares Fraga.

Na área urbana do município de Abre Campo não encontram-se outras rodovias federais ou estaduais que fazem intersecção com a Rodovia BR-262. Porém, no trabalho de campo, foram observados alguns acessos que são, desde a nossa percepção, perigosos em relação ao risco de acidentes. Além dos trevos de acesso ao município, destacamos alguns acessos às propriedades rurais, ou estradas, que levam à algumas comunidades mais afastadas, que implicam em perigo de acidentes. Como exemplo, a Figura 5.609, acesso considerado perigoso para uma das propriedades rurais existentes nas dependências do município de Abre Campo ao longo da Rodovia BR-262.



Figura 5.609 - Acesso à propriedade rural nas dependências do município de Abre Campo.

Estes acessos que considerados perigosos em relação à probabilidade de acidentes, é um exemplo do que encontra-se por toda a extensão da rodovia em virtude da grande

concentração de propriedades rurais e, da mesma forma, pela existência de comunidades que tem acesso direto à rodovia. Em geral estes acessos estão posicionados em locais de tráfego sinuosos, com dispositivos de segurança deficientes, o que reduz drasticamente a visibilidade de quem deseja acessar a rodovia.

Para exemplificar este fato, usamos como referência alguns outros pontos que envolvem a existência de acessos considerados perigosos para comunidades e propriedades ao longo da rodovia. Um deles é o acesso ao distrito de Jurumirim, pertencente ao município de Rio Casca, que se destaca por estar localizado em uma área de declive e com grande fluxo de veículos que trafegam na rodovia em alta velocidade.



Figura 5.610 - Acesso ao Distrito de Jurumirim, pertencente ao município de Rio Casca.

Outros exemplos que podemos destacar é um dos acessos ligados ao trevo da comunidade de Santa Efigênia, no município de Rio Casca. Este trevo é considerado pelos atores com os quais estabelecemos contato no local como bastante perigoso, tendo em vista, além do grande número de acessos no trevo, a ligação com a Rodovia MG-329, com fluxo intenso de veículos. Além do problema de acidentes com automóveis, ônibus, motos ou caminhões, os atores destacam atropelamentos no local.



Figura 5.611 - Trevo de acesso à comunidade Santa Efigênia, no município de Rio Casca - ligação com a Rodovia MG-329.



Figura 5.612 - Um dos acessos à comunidade Santa Efigênia. Município de Rio Casca.



Figura 5.613 - Acesso perigoso à BR-262 localizado no município de Rio Casca.

Já o município de Santo Antônio do Grama apresenta apenas um acesso ao seu núcleo urbano ligado à BR-262. Porém este acesso pode ser considerado como perigoso em relação ao risco de acidentes. Por se tratar de um acesso feito por estrada sem pavimento, em um local de fluxo de veículos em alta velocidade, e sem visibilidade perfeita aos motoristas que desejam acessar a BR-262, faz com que este também seja um acesso perigoso.



Figura 5.614 - Acesso ao município de Santo Antônio do Grama.

Em relação ao município de São Domingos do Prata percebemos uma particularidade. Um dos dois acessos ao seu núcleo urbano é feito por estrada de chão, do qual podemos considerar perigoso, fundamentalmente em virtude da existência de curvas acentuadas no local e da falta de visibilidade, tanto para quem está entrando no trecho da rodovia, quanto para quem está acessando a BR-262. Outro ponto importante é o fato de que, no local, encontramos estudantes esperando pelo ônibus escolar em um ponto que não proporcionava condições apropriadas de segurança.



Figura 5.615 - Acesso à comunidade de Santa Isabel e, ao fundo, acesso ao município de São Domingos do Prata, pela comunidade Macuco.

Já em relação aos municípios de Bela Vista de Minas e João Monlevade encontram-se a intersecção de algumas importantes rodovias que ligam grandes polos do Estado de Minas Gerais. Uma delas é a Rodovia BR-381, que se encontra com a BR-262 no Município de Bela Vista de Minas e segue como uma única rodovia até a cidade de Betim, na região metropolitana da capital mineira.

Outra importante via de ligação para municípios próximos como Rio Piracicaba (outro município pertencente a nossa área de estudo) é a MG-123. Esta rodovia faz conexão com polos regionais, localizados mais ao sul do Estado mineiro, como, por exemplo, Ponte Nova e Viçosa.

É importante salientar que, em virtude do grande número de intersecções e acessos ligados à rodovia BR-262, optamos aqui, por trazer alguns dos exemplo do que encontramos de mais notável nos trabalhos de percepção e de contato com os atores sociais em campo.

5.3.4.2.5 Tipos de ocupação e aglomerados populacionais às margens da rodovia

Neste subitem procuramos abordar alguns exemplos de formas de ocupação humana ao longo da rodovia, que são caracterizadas fundamentalmente por empreendimentos ligados a comércios e serviços, pontos de aglomerados populacionais, extensão das cidades e comunidades, áreas de expansão urbana, edificações tombadas pelo patrimônio histórico, postos de combustíveis, lojas de conveniências, dentre outras características da ocupação humana às margens da Rodovia BR-262.

Neste mesmo tópico procuraremos abordar também, assim como no subitem anterior alguns aspectos ligados a observação de pontos críticos ao longo da rodovia segundo a nossa percepção e, da mesma forma, segundo a percepção dos atores sociais com os quais estabelecemos contatos nos trabalhos de campo.

Ao longo da rodovia, no percurso que faz parte de nossa área de estudo, percebe-se uma variedade extensa de empreendimentos, como postos de combustível e áreas com pontos que servem de descanso aos motoristas, com lojas de conveniência, passando por borracharias, casas de comércios, venda de artesanato ou produtos coloniais, lojas de serviços, até empresas de médio e grande porte.



Figura 5.616 - Posto combustível, às margens da BR-262, localizado no distrito de Realeza, município de Manhuaçu



Figura 5.617 - Ponto de comércio intenso, às margens da BR-262, no município de Rio Casca.



Figura 5.618 - Comércio de produtos coloniais, localizado às margens da BR-262.



Figura 5.619 - Empresa de fertilizantes localizada no município de Martins Soares, às margens da BR-262.



Figura 5.620 - Empresa têxtil, localizada às margens da BR-262, no município de Reduto

Em alguns municípios atravessados pela BR-262, percebe-se movimentação intensa de veículos e passantes, em virtude, principalmente, do comércio, serviços e aglomerados habitacionais dispostos às suas margens. Em municípios como, Manhuaçu existe um grande contingente populacional que cruza a rodovia diariamente, devido à aglomeração de residências, de comércio e serviços próximas a essa via. Existe, inclusive, o anseio, por parte de alguns dos informantes contatados, da necessidade de um desvio da rodovia, principalmente, em função da falta de espaço e do trânsito intenso, principalmente em período de férias, quando haveria congestionamentos nesse município, provocado pelo aumento intenso no número de veículos e pessoas que se dirigem aos circuitos turísticos mineiros e à porção litorânea, no Espírito Santo.



Figura 5.621 - Trecho da BR-262 que atravessa o núcleo urbano do município de Manhuaçu.



Figura 5.622 - Trecho da Rodovia BR-262 que atravessa o município de Manhuaçu. Ao fundo, à esquerda, presença da Empresa Três Corações, corroborando à importância da cafeicultura na região.



Figura 5.623 - Trecho da BR-262 que atravessa o núcleo urbano do município de Manhuaçu. Ocupação intensa às margens da rodovia. À direita, local para passagem de pedestres.



Figura 5.624 - Trecho da BR-262 que corta o núcleo urbano do município de Manhuaçu. À direita, aglomerado de edificações em cota inferior ao nível da rodovia.

O município de Abre Campo é um outro exemplo de local onde o traçado da rodovia no núcleo urbano é acompanhado pela existência de algum comércio e aglomerados habitacionais. Outro fator importante, assim como em Manhuaçu, é o intenso fluxo de pedestres que atravessa a rodovia durante todas as horas do dia. Para isso, existe uma passarela ligando os dois lados da rodovia, mas observa-se que esta não é usada por todos, observando-se que, alguns pedestres não usam a passarela para atravessar a via.



Figura 5.625 - Passarela de ligação entre as margens da rodovia, no município de Abre Campo.

Seguindo esta tendência, o município de Rio Casca também apresenta características parecidas. Além do trecho da rodovia em que observa-se uma estrutura comercial e de serviços considerável, no trecho da rodovia que corta o núcleo urbano municipal observa-se também um grande fluxo de passantes que atravessam a rodovia diariamente, de pontos de ônibus que abrigam um grande número de estudantes, bem como aglomerações habitacionais.



Figura 5.626 - Trecho da rodovia que corta o núcleo urbano do município de Rio Casca. À esquerda, observa-se estabelecimentos de comércio e serviços, entre os quais, agência dos Correios.



Figura 5.627 - Trecho da rodovia que corta a Comunidade de Santa Efigênia, no município de Rio Casca. À esquerda, ponto de ônibus e intenso fluxo de veículos.

Segundo o relato de alguns informantes contatados em campo, no município de Rio Casca, existem alguns pontos do trecho que cruza o núcleo urbano da cidade que merecem especial atenção. No trecho em que a BR-262 e a Avenida Anita Mendes são paralelas, existe um espaço para a prática de exercícios físicos, caminhada e passeio, e o acesso dos pedestres até o local é considerado perigoso devido ao fato que estes precisam percorrer o acostamento da rodovia até esse ponto, causando assim, risco de acidentes.



Figura 5.628 - Início da área utilizada para a prática de exercícios e lazer, às margens da BR-262, no município de Rio Casca.

Alguns outros municípios apresentam características próximas, ou seja, em que observam-se algum comércio e serviços, habitações instaladas às margens da rodovia, bem como algum fluxo constante de passantes que cruzam a rodovia são Martins Soares, Reduto e Bela Vista de Minas.

Já em relação a João Monlevade, o município apresenta aspectos bastantes parecidos com Manhuaçu, onde, ao longo do trecho que corta o núcleo urbano do município, se encontram um contingente maior de área comercial e de serviços, de pedestres e de conglomerados populacionais. Existem também neste trecho pontos de referência importantes para o município, como, por exemplo, o terminal rodoviário e alguns pontos utilizados para parada de viajantes bem tradicionais.

Ao longo do percurso do qual transcorre a BR-262, no trecho correspondente à área de estudo, observou-se também alguns pontos a serem destacados, devida à importância para este tópico. É o caso, por exemplo, de algumas áreas de expansão urbana localizadas próxima à rodovia. A primeira delas, que observada, e registrada pela equipe de campo, seria de área de expansão localizada próxima às margens da BR-262 no município de Martins Soares. Segundo a Secretaria de Administração, essas áreas estão recebendo projetos de loteamento provenientes da iniciativa privada.



Figura 5.629 - Possíveis áreas de expansão urbana no município de Martins Soares, indicadas pelas setas vermelhas.



Figura 5.630 - Região localizada às proximidades da BR-262, onde, futuramente, haverá implantação de loteamento particular, no município de Martins Soares.

Outra área de expansão urbana observada em campo, encontra-se no município de Rio Casca, mais precisamente, próxima ao centro da cidade e às proximidades da BR-262, com a implantação de condomínio residencial, financiado pela iniciativa privada, com a construção de residências destinadas ao público de poder aquisitivo.



Figura 5.631 - Área de expansão urbana localizada no município de Rio Casca. Observa-se também a degradação das encostas, com presença de processos erosivos e voçorocas.

5.3.4.2.6 Modais de transporte intermunicipal de passageiros

No tocante a estrutura relacionada ao transporte coletivo intermunicipal de passageiros, encontram-se dois diferentes modais que fazem a ligação entre os municípios na área de estudos, bem como destes com os principais polos regionais e com as capitais mais próximas – como Belo Horizonte e Vitória.

O primeiro destes modais diz respeito ao transporte de passageiros por trens situado na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), administrada pela empresa Vale, em operação desde o ano de 1907. São oferecidos pela empresa viagens diárias com saídas de Belo Horizonte em direção a Vitória, bem como no sentido inverso, saindo de Vitória com destino à capital mineira. Segundo a Vale, o trem de passageiros da EFVM transporta cerca de um milhão de passageiros por ano, percorrendo 664 quilômetros de distância entre os dois destinos, com um tempo de viagem de aproximadamente 13 horas¹².

Neste percurso, o trem passa em algumas cidade situadas na região estudada, fazendo, desta forma, a ligação entre Belo Horizonte e os municípios de Rio Piracicaba e João Monlevade, e destes com a capital do estado do Espírito Santo.

O segundo meio de transporte utilizado na região são as linhas de ônibus intermunicipais que fazem, diariamente, a ligação entre os municípios estudados e os principais polos regionais, utilizando a BR-262 como um importante corredor de acesso.

Este serviço é prestado por algumas empresas de transporte coletivo intermunicipal, dos quais destacamos as principais a seguir, apontando em princípio as empresas que oferecem horários de ônibus saindo da Capital Belo Horizonte em direção a cada um dos municípios estudados. Posteriormente, procuramos destacar os itinerários de ônibus que

¹² Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/Passenger-Train-Vitoria-Minas/Paginas/default.aspx>

fazem a ligação entre os municípios estudados, bem como entre alguns dos principais polos regionais.

Saindo da capital do Estado de Minas Gerais, em direção a BR-262, a empresa Contijo São Geraldo oferece 6 horários diários de ônibus com destino ao Município de João Monlevade, 2 horários de ônibus com destino a Bela Vista de Minas e 2 horários de ônibus com destino ao município de São Domingos do Prata. Neste último encontra-se também a empresa Transprata, que oferece ônibus diário que faz ligação entre São Domingos do Prata e o município de João Monlevade.

Já em relação a Rio Piracicaba, o serviço de transporte diário que liga a capital mineira até sua sede é oferecido pela empresa Lopes e Filhos, dispondo de um horário por dia. A mesma empresa ainda oferece linhas de ônibus que fazem a ligação entre o referido município e a cidade de João Monlevade.

Para a ligação da capital Belo Horizonte com todos os outros municípios da área de estudos, a empresa Pássaro Verde oferece horários diários. Saindo de Belo Horizonte, com destino ao município de Rio Casca, são oferecidos pela empresa 13 horários; com destino ao município de Abre Campo, são disponibilizados 9 horários diários; para o município de Matipó, são fornecidos 3 horários; com destino ao município de Manhuaçu, são 6 horários; e por fim, para os municípios de Reduto e Martins Soares, são disponibilizados 3 horários diários.

A única exceção fica por conta do município de Santo Antônio do Grama, onde não existem linhas de ônibus que o ligam diretamente com a capital mineira. Para o trajeto entre Belo Horizonte e Santo Antônio do Grama é necessário utilizar a linha Belo Horizonte-Ponte Nova, oferecida pela empresa Pássaro Verde, e posteriormente a linha Ponte Nova-Santo Antônio do Grama, oferecida pela empresa Transcotta, que disponibiliza dois horários diários para este destino.

Outra empresa que fornece linhas de ônibus que fazem importantes ligações diárias entre os municípios de Martins Soares, Reduto, Matipó e Abre Campo, bem como com o município de Manhuaçu – principal polo regional – é a Viação Rio Doce, disponibilizando um horário diário para o destino Manhuaçu-Martins Soares, 18 horários diários para o destino Manhuaçu-Reduto, 4 horários para o destino Manhuaçu-Matipó, e um horário diário para o destino Manhuaçu-Abre Campo. Já para o destino Martins Soares-Reduto, é disponibilizado um horário por dia. Da mesma forma, para a ligação entre os municípios de Matipó e Abre Campo, está disponível, também, um horário diário.

5.3.4.3 Desapropriação

Após a análise dos dados relativos aos passivos ambientais ao longo do trecho em estudo, e considerando as prováveis ocupações irregulares ao longo da faixa de domínio, busca-se, através deste, estimar aspectos relacionados à desapropriação para a implantação do empreendimento.

As informações referentes à desapropriação, assim como as características das

benfeitorias, áreas e o número de famílias atingidas, assim como outros aspectos relacionados, deverão seguir critérios de avaliação referentes à procedimentos indenizatórios, haja vista o uso e a ocupação atual em determinados trechos da rodovia. De acordo com dados apresentados em estudo de viabilidade, realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em setembro, de 2012, sobre possíveis passivos e ocupações irregulares na faixa de domínio, haveria 125 registros de ocupação irregular nessa área, dos quais, 36% seriam destinados à residências, independente do padrão de construção, 32% estaria voltado ao comércio, e o restante por outras ocupações.

Segundo análise realizada para o presente estudo, baseada através de elementos cartográficos, foram levantados os possíveis números de edificações e propriedades que estariam localizadas na área limítrofe da rodovia, ao longo da faixa de domínio. A metodologia adotada para este levantamento foi a realização do inventário de passivos ambientais e de ocupações irregulares estabelecidas sobre a faixa de domínio da rodovia, através de estudo de campo desenvolvido por equipe multidisciplinar.

Cabe ressaltar que o presente diagnóstico é anterior ao projeto executivo de engenharia da referida via, com isso, a quantidade de propriedades atingidas, mesmo sendo maior que a apresentada no estudo de viabilidade, realizado pela ANTT, em 2012, é apenas uma estimativa, haja vista a necessidade de duplicação e melhorias ao longo da rodovia e a intensa ocupação urbana, principalmente nos trechos localizados nos municípios de Manhuaçu, Rio Casca e Domingos do Prata, como observado na tabela a seguir.

TABELA 5.145 - NÚMERO DE PROPRIEDADES PASSÍVEIS DE SEREM ATINGIDAS PELAS OBRAS DE MELHORAMENTO E DUPLICAÇÃO DA RODOVIA.

MUNICÍPIOS INTERCEPTADOS	QUANTIDADE DE PROPRIEDADES ATINGIDAS (FAIXA DE DOMÍNIO)
Martins Soares	88
Reduto	59
Manhuaçu	240
Matipó	57
Abre Campo	104
Santo Antônio do Grama	15
Rio Casca	105
São Domingos do Prata	69
Bela Vista de Minas	3
Rio Piracicaba	3
João Monlevade	4
Total	747

As regiões incluídas na área do presente estudo, poderão ser melhor visualizadas através dos Mapas Dinâmica Populacional (Expansão Urbana), Cobertura Vegetal e Uso do Solo e Vias e Acessos Interceptados (Volume III – Mapeamento Temático, Tomo IV).

Segundo o trabalho realizado em campo, as áreas interceptadas, pelo traçado proposto, pertencem tanto à zona rural como urbana, e atravessam alguns núcleos urbanos, como Martins Soares, Reduto, Abre Campo, Rio Casca, e principalmente Manhuaçu, sendo este um dos pontos mais críticos, com a presença de edificações voltadas à prestação de serviço, comércio, entre outros estabelecimentos, além de várias residências e usos, que encontram-se presentes na faixa de domínio da rodovia. As áreas com maior densidade demográfica observadas em campo, assim como maior fluxo de veículos e pedestres, estão relacionados, principalmente, aos municípios de Rio Casca e Manhuaçu, situação conferida pelas imagens apresentadas ao longo do estudo.

Percebe-se também a participação de algumas comunidades no entorno da rodovia, e grandes áreas destinadas, principalmente, à cafeicultura e pastagem, esta, voltada, principalmente, para o desenvolvimento de atividade pecuária com aptidão leiteira. Ao longo do traçado há a presença de grandes fazendas, com edificações e benfeitorias que remetem ao período colonial, além de grandes áreas com solo exposto ou manejado por práticas agrícolas inadequadas.

A estrutura relacionada aos aspectos de saneamento são deficitárias, visto a precariedade observada nos serviços de infraestrutura, tanto em algumas comunidades, como nos núcleos urbanos, principalmente àqueles relacionados ao saneamento básico. Apesar da distância observada entre os maiores centros urbanos e as localidades existentes, as moradias, na sua maioria, possuem energia elétrica, mas por outro lado, não há facilidades de acesso ao serviço de telefonia, o que deixa a comunicação prejudicada nessa região.

Relacionada às condições socioeconômicas, observou-se a falta de oportunidades de emprego e de geração de renda para as famílias mais carentes, destacando-se que as vagas de trabalho, disponíveis, estão ainda muito relacionadas às atividades realizadas nas propriedades rurais, e em atividades temporárias, principalmente nos municípios que tem sua economia voltada ao setor primário. Essa situação que, aliada à necessidade de deslocamento, qualidade das vias de acesso e afastamento das áreas de concentração urbana e de serviços, entre os quais, educação, corrobora como aspecto limitante ao acesso de novas oportunidades de trabalho e inclusão social.

5.3.4.4 *Histórico da ocupação*

Caracterização das dinâmicas sociais nos municípios e nos núcleos populacionais relacionados a rodovia BR-262 no estado de Minas Gerais, faz-se necessário também uma descrição historiográfica da ocupação dos municípios que fazem parte da AE – mesmo que por menor – partindo da premissa de que, para nos aproximarmos da realidade da forma que toma as relações sociais entre os atores hoje, é vital compreender as raízes de seus costumes no passado.

Em outras palavras, a caracterização histórica dos processos de ocupação humana, seus usos e costumes de outrora, das principais instituições do passado, da forma com que surgiram e de onde se desmembraram os primeiros núcleos populacionais que vão gerar os municípios da Zona da Mata Mineira, bem como os conflitos e as disputas políticas que demarcaram os territórios, são perspectivas que devemos atentar para poder melhor compreender as tradições, as práticas, as inclinações econômicas e as dinâmicas sociais que se configuram na atualidade.

O território em que se inserem os municípios dentro da área de estudos, é a parcela leste do Estado de Minas Gerais, mais conhecida como a Zona da Mata Mineira. Esta região carrega em si características que são, em partes, distintas de outras localidades do estado no que concerne à sua formação ao longo da história. Por isso é necessário aqui uma primeira descrição de seus principais aspectos historiográficos.

A região da Zona da Mata Mineira, durante parte do século XVIII, teve sua ocupação restringida pela coroa portuguesa, com a finalidade de evitar o extravio dos impostos sobre o ouro e sobre a circulação de mercadorias (SOARES, 2009, p. 01) nas regiões do estado onde a atividade extrativista era basilar (como a Região da antiga capital Ouro Preto). Porém, estas restrições, com a contínua regressão da exploração aurífera ao longo deste mesmo século, acompanhada pelo começo do crescimento da atividade agrícola em uma região de mata fechada (antes da sua quase completa devastação), foi fazendo com que as políticas oficiais passassem a incentivar o aproveitamento das riquezas advindas da exploração econômica destas terras.

A partir de então, alguns exploradores, acompanhados de expedições, foram adentrando a região leste do estado mineiro – em princípio – com a finalidade de encontrar novas áreas de exploração de ouro. No entanto, como assinala Soares (2009, p. 02) “tais expedições desencadearam um processo de reconhecimento e incorporação deste espaço ao sistema social, econômico e político então vigente”, principiando uma ocupação voltada, fundamentalmente, para a exploração e o desenvolvimento da agricultura, sendo parte relevante da produção de alimentos neste período no Brasil, principalmente em se tratando da cultura do café. A Zona da Mata se manteve como a região mais rica do estado até o início do século XX em virtude da alta produção deste insumo¹³.

Este movimento histórico é presente em boa parte dos municípios estudados no presente trabalho. A chegada dos primeiros desbravadores em busca de ouro, a instalação de sesmeiros vindos para explorar os recursos que acabam demarcando territórios e estabelecendo novos núcleos populacionais, bem como a construção das primeiras capelas que servem como instituições ativas no processo de centralização de poder da Coroa Portuguesa, são aspectos presentes na formação de cada um dos primeiros municípios – apesar das particularidades resguardadas a cada um deles – que se destacam nas fontes historiográficas.

¹³ Disponível em: <http://www.cccmg.com.br/materias.asp?codigo=674> Acesso: 02/10/2014

Dois aspectos merecem especial atenção: um deles é a construção das primeiras capelas como um marco territorial na gênese da formação dos primeiros núcleos populacionais que vão dar origem, mais tarde, aos municípios estudados no trabalho. A maioria das fontes relata que, com a chegada dos primeiros desbravadores – em geral, as primeiras famílias de sesmeiros que se instalam na região em busca da exploração dos recursos naturais e da mão de obra escrava dos índios – são quem doam parte de seus territórios para a construção das primeiras capelas nas quais o povoado vai se formar a sua volta. Esta seria, segundo a maioria das fontes, a característica principal da fundação dos primeiros povoados na região da Zona da Mata Mineira, a saber, a construção da primeira capela em terras doadas pelos primeiros desbravadores. Este fato percebemos nas fontes que contam a história de como transcorre a formação de quase todos municípios estudados, como veremos mais adiante na caracterização histórica destes.

Porém, alguns historiadores (ANDRADE, 2007, 2011, et al) defendem a ideia de que estes povoados não surgiram – como conta a história oficial – após ou a partir e entorno da construção da primeira capela. São as próprias capelas que foram construídas em locais onde o primeiro núcleo populacional já estava se formando. Nas palavras de Andrade (2007, p. 151), as capelas surgiam em

(...) cruzamento de rotas, confluência de rios, passagens obrigatórias, fertilidades e salubridades locais, condições de acesso, onde pousos e ranchos, esporadicamente, permitiam trocas e algum nível de sociabilidade.

Em outras palavras, o lugar onde estavam surgindo os primeiros núcleos de povoação, ou seja, “o lugar da capela” – como conta as principais fontes bibliográficas – surgira antes da instituição da própria capela (ANDRADE, 2007, p. 153).

Este fato é importante no sentido de entendermos como a formação dos povoados – que vão se tornar os municípios com os quais nos interessamos aqui – passa integralmente pela influência que detinha a ligação entre os primeiros desbravadores e senhores das terras e a existência das capelas como um instrumento de centralização do poder do Estado. Lembrando que, na época, ainda não havia separação entre o Estado e a Igreja, e esta última desempenhava um papel importante como mecanismo de configuração (ou dispositivos) de poder (ANDRADE, 2007, p. 155).

As capelas construídas e custeadas pelos senhores das terras (seus patronos) eram um instrumento de apropriação instável de terras (agrícolas ou minerais), bem como de capital e de trabalho (ANDRADE, 2011, p. 273). Esta aliança entre os senhores de terras e a igreja é significativa para a gênese dos povoados, para seu desenvolvimento e para a demarcação não conflituosa dos limites da maioria dos municípios dos quais empreendemos este trabalho de investigação.

O segundo fator de que merece destaque no estudo diz respeito às mudanças nos modais de transporte com o passar do tempo e as formas de ligação entre os municípios que hoje são conectados pela BR-262. Na caracterização histórica de alguns dos municípios

encontramos menções a caminhos de tropas e estradas de ferro, sendo essas as principais formas de transporte antes da abertura das primeiras estradas. Nestes relatos históricos encontramos, inclusive, formações de grupos populacionais – que mais tarde irão se tornar municípios – em virtude de serem ponto de paradas de caminhos de tropas. Outras fontes relatam mudanças nas dinâmicas e no desenvolvimento de locais que passam a ser cortados pela estrada de ferro.

Neste aspecto nota-se a evolução dos sistemas de transporte que nascem e se desenvolvem não apenas como alternativas para o deslocamento de pessoas, mas, fundamentalmente, em virtude da necessidade de formas mais baratas e eficientes de transportar a produção local. O ciclo do ouro nas regiões de exploração de minério, bem como o posterior ciclo do café na região da Zona da Mata são marcos fundamentais para entender o desenvolvimento nos modais de transporte. Na medida que transformam-se as formas de traslado, transformam-se também as ligações entre os municípios, alterando dinâmicas e contatos entre populações.

Esta breve introdução sobre alguns aspectos do princípio de nossos municípios serve para situar o leitor no contexto em que se insere uma região que traz consigo um papel de suma importância no desenvolvimento de uma parcela significativa do País. A Zona da Mata Mineira é, por si só, uma região rica em história – apesar de algumas fontes não aparentarem isso – que precisa ser caracterizada para a compreensão atual destes núcleos populacionais, suas práticas, características e peculiaridades.

Desta forma optamos por descrever alguns pontos e marcos importantes na história de cada um dos municípios presentes na área de estudos de forma separada. Propormos neste parte do relatório, uma descrição resumida dos fatos que são significantes na formação destas localidades, tentando caracterizar a sua gênese, os desenvolvimentos e desmembramentos de seus territórios (Figura 5.632), as práticas comerciais e econômicas de cada época, bem como os seus principais atores – dentro do que está disponível nas fontes de nosso alcance.

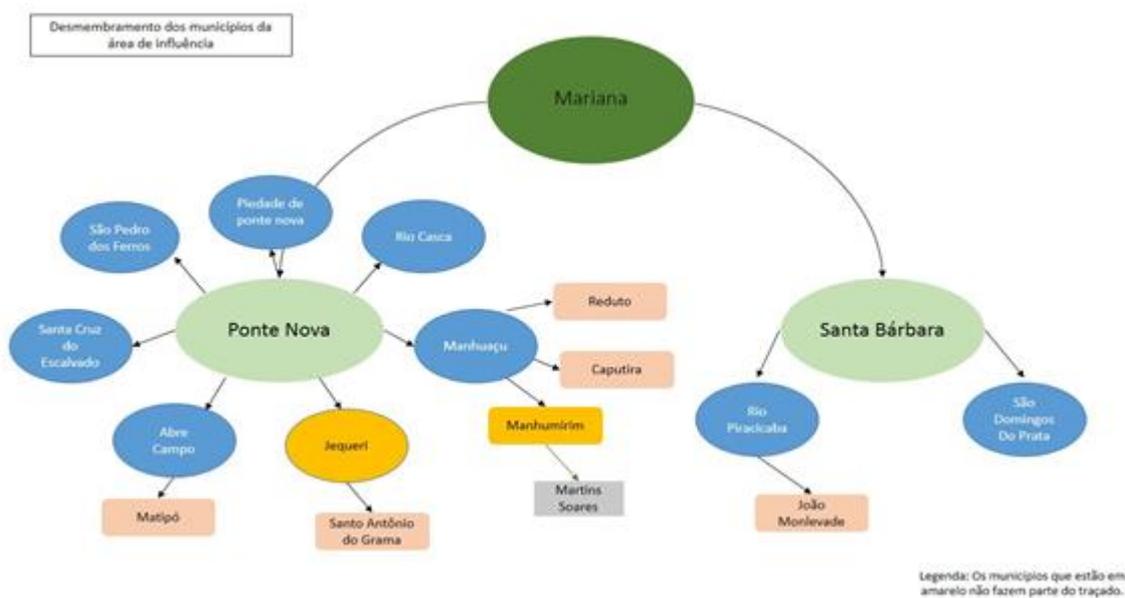


Figura 5.632 - Desmembramento dos municípios ao longo da história

5.3.4.4.1 Martins Soares

Em princípio, o local onde hoje se encontra o município de Martins Soares era conhecido como Pouso Alegre. Apesar do número escasso de fontes que dissertam sobre as passagens históricas de formação do local, conta-se que é a partir de 1895, quando o primeiro desbravador de nome José Batista Reis adquire terras na região e se instala com sua família, cedendo um espaço de terras para a construção da primeira capela (em homenagem a Nossa Senhora dos Homens), que tem-se início ao processo de povoamento do futuro município.

Já em fins do século XIX, com a abertura das matas e o prelúdio da produção de café, começam a chegar ao povoado de Pouso Alegre um contingente de imigrantes vindo para trabalhar nesta atividade que foi a principal referência econômica da localidade neste período¹⁴.

Em 1948, o povoado foi elevado a condição de distrito, sendo agora denominado Luiz Martins Soares, em homenagem ao então tio do governador de Minas Gerais da Época Milton Soares Campos. No ano de 1994 foi instituída uma comissão com o princípio de organizar um plesbício questionando a população em relação a emancipação do então distrito. Conseqüentemente, em 1995 o resultado do pleito confirma a vontade popular, e no dia 21 de dezembro do mesmo ano o município de Martins Soares foi emancipado¹⁵.

Um marco importante na fundação, no crescimento populacional, bem como no desenvolvimento econômico de Martins Soares é, sem dúvida a produção do café. Ele foi o motor da história do município que fez parte de um dos ciclos econômicos (ciclo do café) mais importantes da região da Zona da Mata Mineira e do Estado de Minas Gerais. Atualmente, o

¹⁴ Disponível em: <http://www.martinssoares.mg.gov.br/index.php/a-cidade/historia> Acesso: 02/10/2014

¹⁵ Disponível em: <http://www.martinssoares.mg.gov.br/index.php/a-cidade/historia> Acesso em: 02/10/2014

principal setor econômico do município é o agropecuário, com base produtiva primária assentada ainda hoje na produção de café.

5.3.4.4.2 Reduto

A gênese dos primeiros núcleos de povoamento do território onde hoje se encontra o município de Reduto foi a inauguração da primeira capela em 1749, denominada Lage. Este nome tem origem na posição da capela, que se encontra em cima de uma grande pedra. O povoado foi elevado a condição de distrito em 1840, recebendo o nome de Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Lage. Em 1911 é elevado a condição de município, já com a denominação “Reduto”.

O nome da cidade faz menção a construção de duas estradas de ferro: uma que ligava Goiás ao Estado do Rio de Janeiro, e outra que vinha ao sul da província e aí em direção ao norte. Contam algumas fontes¹⁶ que, por volta de 1917 fora construído um almoxarifado no povoado que era conhecido até então como “Rancho Sabino”, para estocar materiais para seguir as viagens na estrada de ferro. Desta forma, fora implantado – a pedido da população – uma chave de desvio da desta estrada até o almoxarifado. Esta chave ficou conhecida como “Chave do Reducto”.

5.3.4.4.3 Manhauçu

O município de Manhauçu foi emancipado no dia 5 de novembro de 1877, passando a condição de cidade alguns anos mais tarde. No período da emancipação até os dias atuais, o território que pertencia a cidade foi gradualmente fragmentado, dando origem a outros 70 municípios da região leste do estado mineiro¹⁷.

A gênese do povoamento do então município tem uma relação estreita com os povos indígenas que primeiro ocupavam a região, em especial com os índios Puris – grupo indígena brasileiro que habitou uma região que compreende os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro até os séculos XVIII e XIX¹⁸. O nome do município é originário da palavra “Mayguaçu”, que na língua dos Puris designa “Rio Grade”, em alusão ao rio que cortava a região.

16 Disponível em: <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/reduto> Acesso em: 02/10/2014

17 Disponível em: <http://www.programamaoamiga.com.br/2013/11/conheca-a-historia-de-manhuacu-mg/> Acesso em: 04/10/2014

18 Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Puris> Acesso em: 04/10/2014



Figura 5.633 - Estação ferroviária de Manhuaçu em 1927.

Fonte: <http://www.programamaoamiga.com.br/2013/1/conheca-a-historia-de-manhuacu-mg/>

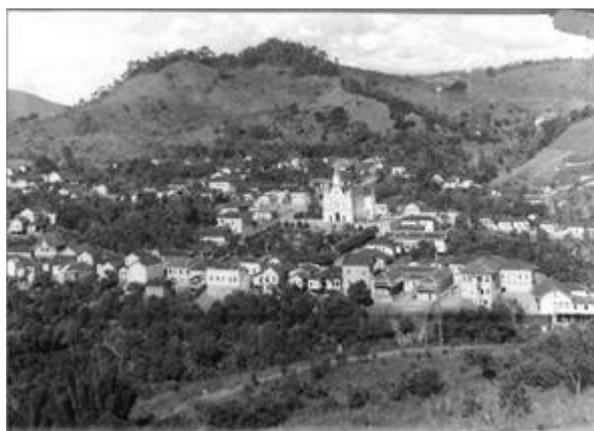


Figura 5.634 - Vista aérea de Manhuaçu (Data não disponível)

Fonte: <http://www.guiamanhuacu.com.br/informacoes-sobre-a-cidade/fotos-antigas-2#jp-carousel-2025>

Os primeiros sertanistas a desbravarem a região tinham como objetivo a captura de índios para trabalharem como escravos nas fazendas da capitania do Rio de Janeiro, bem como a busca por minerais medicinais. Porém, foi no período que ficou conhecido como “Ciclo do Ouro”, que a expansão do seu principal insumo econômico foi salutar. O café, desde então, torna-se a principal atividade da região – ainda sob a mão de obra indígena – em conformidade com a necessidade de suprir demanda oriunda da intensa atividade de mineração nas regiões de Ouro Preto, Mariana, São João Del-Rei e Congonhas¹⁹.

No período que compreende o declínio do ciclo do ouro, a ocupação da região da Zona da Mata e, em especial, a região onde hoje se encontra o Município de Manhuaçu, foi intensificada. O café já é, nesta época, o principal produto de exportação do estado de Minas Gerais, e o crescimento populacional nas regiões de sua cultura é significativo. Em menos de 60 anos – num período que compreende os anos de 1822 até 1888 – a região de Manhuaçu viu sua população aumentar de 20 mil para 430 mil pessoas²⁰.

Outro fator que impulsiona o crescimento econômico e populacional é a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, impulsionada fundamentalmente pela dificuldade encontrada pelos produtores de café em transportar o produto de forma eficiente e barata. A linha que ligava a estação de Recreio a Santa Luzia (Carangola), começou a ser construída em 1880, chegando ao seu ponto final (Manhuaçu) em 1915. O trecho entre Manhuaçu e Carangola foi desativado já em 1975²¹.

Atualmente, o Manhuaçu representa um polo econômico bastante importante, sendo o maior município da microrregião que compreende uma parcela significativa da Zona da Mata Mineira. Atualmente, além da sede, seus distritos são: Dom Correa, São Sebastião do

¹⁹Disponível em: <http://www.programamaoamiga.com.br/2013/11/conheca-a-historia-de-manhuacu-mg/> Acesso em: 04/10/2014

²⁰Disponível em: <http://www.programamaoamiga.com.br/2013/11/conheca-a-historia-de-manhuacu-mg/> Acesso em: 04/10/2014

²¹Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1924-Estrada-Ferro-Leopoldina-5-Ponte-Nova-Caratinga.shtml> Acesso em: 04/10/2014

Sacramento, Vila Nova, Realeza, Ponte do Silva, São Pedro do Avaí, Palmeiras do Manhuaçu e Santo Amaro de Minas, com as vilas de Palmeirinhas, Bom Jesus de Santo Amaro²².

5.3.4.4.4 Matipó

Na década de 1840, segundo se sabe, foi o período onde começaram a surgir os primeiros núcleos de povoamento do que vai se chamar mais adiante de Município de Matipó. Assim como em várias outras localidades no Estado de Minas Gerais, um dos grandes proprietários de terras da região, o Senhor João Fernandes dos Santos, doou em 1860 ao bispo de Mariana três alqueires de terra para que fosse construída uma capela em homenagem a São João Batista. Nota-se que este fato é significativo na história do começo do povoamento de várias localidades neste período no Estado.

Desde esta data o povoado cresce em número de habitantes, elevando-se a condição de distrito do Município de Ponte Nova, chamando agora de São João do Matipó em 1884. Três anos mais tarde torna-se freguesia e, em 1889, é elevada a paróquia, sendo incorporada ao município de Abre Campo (www.cidades.ibge.gov.br, acessado em 16/09/2014). Somente em 1938 é emancipado, passando a ser conhecido como Município de Matipó.

5.3.4.4.5 Abre Campo

Em 24 de maio de 1892 é criado distrito com denominação Abre Campo, inicialmente subordinado ao município de Ponte Nova.

Segundo fontes da prefeitura do município de Abre Campo, em 1775, José do Vale Vieira foi o primeiro conquistador a recebe sesmarias naquela região dando início ao processo de povoamento do Sertões de Abre-Campo. A partir daí outros começam a habitar a região, como o Bispo Dom Frei João da Cruz que funda ali a Freguesia de Santa Ana e Senhora do Rosário da Casa da Casca²³.

Não existe consenso entre as fontes historiográficas a respeito da adoção do nome Abre Campo. Basicamente são duas versões que narram o fato: a primeira relata sobre uma expedição de Bandeirantes na região que “brandiam contra os troncos das árvores exclamando em altas vozes. “Abre-Campo! Abre-Campo!” (Abracampo.mg.gov.br, acesso: 17/09/2014). Já a segunda versão conta que o nome da tribo indígena Cataxós ou Catachés, que primeiro habitou o local, se traduziria para o Português como “Abre-Campo.

O município de Abre Campo tem atualmente as suas bases econômicas concentradas fundamentalmente na agropecuária, sendo grande produtora de café, milho, feijão, arroz, além de rebanho de gado e granja.

22 Disponível em: <http://www.programamaoamiga.com.br/2013/11/conheca-a-historia-de-manhuacu-mg/> Acesso em: 07/10/2014

23 Disponível em: <http://www.abrecampo.mg.gov.br/historia> Acesso em: 07/10/2014

5.3.4.4.6 Santo Antônio do Grama

No século XIX a região onde hoje se encontra o município de Santo Antônio do Grama era um local de passagens de tropeiros, mulambeiros, boiadeiros e mascates, entre outros, servindo como um caminho de ligação entre os municípios da região.

Inicialmente, os viajantes que ali passavam começaram a denominar como “Parada da Grama”, em virtude da grama verde as margens do córrego que hoje é chamado de Ribeirão Santo Antônio, servindo – essas margens – como um local de descanso e poso destes viajantes.

O viajante Manoel Felipe da Silva foi o primeiro viajante a fixar residência nas terras onde hoje se encontra o município de Santo Antônio do Grama. Segundo fontes²⁴, este construiu uma choupana em uma clareira que se destacava na região que era característica de mata fechada. Tempo depois, se expandiu seus domínios mata a dentro, cultivando os arredores de sua moradia. Este fato atraiu outros moradores para o local formando um núcleo populacional, que fora denominado mais tarde como “Fazenda da Grama”.

Esta denominação se estendeu, a posteriori, para toda a região da fazenda e das terras próximas que foram anexadas ao município. Em 1858, o povoado foi incorporado a paróquia e freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Casca, ambos pertencentes ao município de Mariana. No século XIX o povoado se desenvolve rapidamente e em 1868 é elevado à categoria de Distrito de Paz, sendo desmembrado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Casca e novamente reincorporado ao Município de Ponte Nova.

Com o fim do regime monárquico em 1889, o Município de Santo Antônio do Grama deixou de pertencer a Ponte Nova, passando a ser subjugado ao então recém criado Município de Abre Campo, que também fora desmembrado de Ponte Nova. A partir de 1913, região onde hoje é o município sofre um declínio em suas atividades econômicas – como o setor agrícola – em decorrência de alguns fatores como o início da primeira guerra mundial, a desativação de uma parada de trem da Estrada de Ferro Leopoldina em Ponte Nova, dentre outros. Isso fez com que parte da população transparecesse o desejo de deixar de pertencer ao município de Abre Campo para passar a estar sob o julgo do município de Rio Casca. Isso se deve ao fato de Rio Casca ser mais próximo, ter estradas de ligação mais fáceis e uma estação ferroviária ativa. Sendo assim, em 1923, Santo Antônio do Grama passa a pertencer ao Município de Rio Casca.

No ano de 1953, finalmente, a localidade de Santo Antônio do Grama é elevado à categoria de Município – três anos depois da data que comemora os cem anos do povoado.

24 Disponível em: <http://www.santoantoniogramamg.gov.br/sobre-santa-cruz/historio-da-cidade> Acesso em: 07/10/2014

5.3.4.4.7 Rio Casca

Algumas fontes históricas relatam que, em princípio, Francisco Ferreira Maciel laia, em busca de terras, fixara-se as margens do Rio Casca por volta de 1826, onde apossou-se de parte das terras ali localizadas situando a primeira fazenda da região. Logo, este vendeu sua propriedade adquirida por concessão ao furriel Ângelo Vieira de Souza em 1842.

Com a posse das terras, Ângelo doou 40 alqueires para a edificação do povoado que, a posteriori, viria a ser o município de Rio Casca. Ali, com o auxílio dos primeiros moradores do local, construiu uma capela, cercada de tapera e coberta de palha dos arraiais²⁵ e um cemitério. Em torno desta capela se ergue o povoado que mais tarde é elevado à categoria de Curato, filiado a freguesia de Barra Longa.

Por algum tempo o povoado foi conhecido como “Bicudo”, devido – segundo fontes do IBGE – ao avantajado órgão nasal de Ângelo Vieira de Souza, o furriel. Seu nome atual faz alusão ao rio de mesmo nome que corta o município.

A extração da madeira proveniente das matas situadas na área do município foi, por muito tempo, a principal atividade econômica do local, que perdura até a quase total extinção da fauna originária. A Estrada de Ferro Leopoldina foi a única forma de ligação dos grandes centros ao município até a construção das primeiras rodovias próximas, em 1950.

Atualmente, os principais setores da economia região são a suinocultura, a indústria de produção de leite e a agricultura com produção de feijão, milho e cana-de-açúcar.

5.3.4.4.8 São Domingos do Prata

A região onde se encontra hoje o Município de São Domingos do Prata tem seus primeiros relatos de ocupação por volta do ano de 1713, quando o paulista João dos Reis Cabral descobre terrenos auríferos na região do município de Rio Piracicaba. Data desta época a tentativa dos irmãos João e Alexandre dos Santos Leite tentarem a atividade de mineração na região do atual Distrito de Alfíe²⁶.

Algumas fontes também relatam a história do desbravador Domingos Marques Afonso, que obteve sesmaria de terras na região do município para a produção agrícola. Conta-se que, devido ao fato de a região ser de mata fechada, Domingos se perdera passando algum tempo sob os riscos de ser atacado por índios Botocudos, ou ser picado por algum animal venenoso, alimentando-se vários dias apenas de frutas e raízes. Imbuído do espírito religioso, este gravou em uma raiz de sapoquema um pensamento pela interseção de São Domingos de Gusmão, com os seguintes dizeres: “Aqui passei uma noite as claras, esperando o momento de ser atacado pelos Bugres e pelas onças ou ser picado por uma cobra venenosa. 23 de março de 1758.” Se fosse salvo, doaria uma parte de seu patrimônio onde se encontrava

25 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=315490> Acesso em: 07/10/2014

26 Disponível em: <http://duprata.com/historia-de-sao-domingos-prata/> Acesso em: 07/10/2014.

sua plantação de milho para a construção de uma capela dedicada a São Domingos Gusmão, onde hoje está a igreja matriz de São Domingos do Prata²⁷.



Figura 5.635 - Praça Principal em São Domingos do Prata em 1912.

Fonte: <http://duprata.com/fotos-antigas-de-sao-domingos-do-prata/fotos-antigas-prata-parte-3/#sg21>



Figura 5.636 - Procissão de São Cristóvão em 1956 em São Domingos do Prata.

Fonte: <http://duprata.com/fotos-antigas-de-sao-domingos-do-prata/fotos-antigas-prata-parte-1/#sg6>

O município foi criado no ano de 1890, ainda sob a condição de Vila, sendo elevado à categoria de Cidade em 1891, desmembrando-se de Santa Bárbara. Outros distritos foram desmembrados passando a pertencer a São Domingos do Prata, a saber, Piracicaba – também desmembrado de Santa Bárbara – Vargem Alegre – desmembrado de Mariana – e os distritos de Dionísio e Alfié – desmembrados de Itabira. São Miguel do Piracicaba permaneceu por pouco tempo como distrito de São Domingos do Prata, voltando a pertencer a Santa Bárbara em setembro do mesmo ano (1891).

5.3.4.4.9 Bela Vista de Minas

Bela Vista de Minas passa a ser município do dia 29 de abril de 1964, sendo resultado do desmembramento do município de Nova Era.

O local onde é hoje o município se encontravam as terras de três fazendeiros, a saber, Modesto de Antônio de Ávila, José Modesto de Ávila e Antônio Modesto de Ávila. Estes passaram suas terras para seus descendentes que, por sua vez, comercializaram estas com a população em forma de loteamentos. A proximidade com o município de João Monlevade e, por consequência, com a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (hoje ArcelorMittal) e a crescente atividade de exploração de minérios, fez com que um contingente populacional comesse a habitar estes loteamentos, dando origem ao pequeno povoado que se dividia em duas partes, chamadas respectivamente, “Onça de Cima” e “Onça de Baixo”. Este nome se dá pela proximidade com um córrego de nome “onça”. Ainda sobre pertencimento do

²⁷ Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316100&search=minas-gerais|sao-domingos-do-prata|infograficos:-historico> Acesso em: 07/10/2014

município de Nova Era, foi construída uma capela em honra a São Sebastião, onde, neste período, a localidade passa a ser denominada de São Sebastião da Bela Vista²⁸.

Com o passar do tempo e com a rápida escassez e exaustão das minas, as atividades econômicas do local foram migrando para a agropecuária. Em 1962 o agora município de Bela Vista de Minas foi emancipado, considerando as origens iniciais do nome do antigo povoado.

5.3.4.4.10 Rio Piracicaba

Assim como tantas outras localidades de Minas Gerais, o município de Rio Piracicaba, situado na zona central do Estado, na Bacia do Rio Doce, teve suas origens no período de intensa exploração do ouro. Apesar de não fazer parte da lista dos municípios que estão inseridos na AE sua caracterização histórica é importante por ser o município de onde se desmembra a cidade de João Monlevade, uma das principais localidades abordadas no relatório.

João dos Reis Cabral foi o primeiro desbravador a chegar a região em busca de ouro, fundando o então Arraial de São Miguel do Rio Piracicaba. Conta a história que, este homem juntamente com outros forasteiros, se assentaram às margens de um córrego afluente do Rio Piracicaba, ao qual denominou de Córrego São Miguel, em homenagem ao santo do dia. O povoado foi crescendo, chegando a ser habitado por aproximadamente 500 pessoas no ano de 1760²⁹.

Em 1846 o Arraial foi elevado à categoria de Paróquia e seu primeiro Vigário foi o Padre Antônio Pinto Ribeiro. Quando este faleceu, a Paróquia foi elevada à categoria de Freguesia, delimitando também, em seu território, as localidades de Santo Antônio dos Tiros, Santo Antônio dos Patos e Pouso Alegre. Por fim, foi elevado a condição de Município no ano de 1912, desmembrando-se da localidade de Santa Bárbara, recebendo o nome de Rio Piracicaba.

5.3.4.4.11 João Monlevade

O engenheiro de minas francês Jean-Antonie Félix Dissandes de Monlevade foi o primeiro desbravador a comandar uma expedição para o estudo do solo da região onde se encontra hoje o município de João Monlevade. Sendo enviado para a missão de estudar os recursos minerais da região das Minas Gerais, este aportou em terras brasileiras no ano de 1817 após ter recebido do Rei Don João VI a permissão para explorar as jazidas mineralógicas³⁰ desta região, onde, mais tarde, descobriu várias forjas³¹ propícias para a produção de ferro. Logo montou, na então região de São Miguel do Piracicaba uma forja catalã para a produção deste minério. No mesmo local, com mão de obra escrava, construiu o Solar

28 Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=310600&search=minas-gerais|bela-vista-de-minas|infograficos:-historico> Acesso em: 07/10/2014

29 Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/riopiracicaba.pdf> Acesso em: 07/10/2014

30 Disponível em: <http://www.morrododgeo.com.br/capitulo/2/Biografia-de-Jean-Felix-Dissandes-Monlevade.html> Acesso em: 07/10/2014

31 Forja Catalã é um estabelecimento siderúrgico destinado a produção de ferro a partir de algum tipo de mineral. Acesso em: 07/10/2014

de Monlevade (a sede de sua fazenda) erguida à duas léguas abaixo de São Miguel do Piracicaba.

Sua fábrica de ferro se sustentou até meados de 1935, quando implanta-se na localidade a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Próximo a esta se formou um povoado, primeiramente denominado “Carneirinhos”. A partir daí, começa a tomar corpo o município, com a migração de um contingente de operários e a progressiva estruturação de uma cidade. Um dos pontos turísticos mais conhecidos do local é a Igreja Matriz São José Operário, construída pela Antiga Belgo-Mineira (ou somente “Belgo”, como ainda é conhecida pelos moradores).



Figura 5.637 - Avenida Getúlio Vargas em João Monlevade. Provavelmente década de 70 e 80.

Fonte: <http://www.anoticiaregional.com.br/noticia/3170/Variiedades/Monlevadenses%C2%A0ausentes-se-encontram-na-Internet.html>



Figura 5.638 - Estação Ferroviária de João Monlevade. Passagem do Ramal de Nova Era pela Cidade. Provavelmente em 1950.

Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_ramais/monlevade.htm

Em 1948 é criado o distrito de João Monlevade, que fica subordinado ao município do Rio Piracicaba. Em 1964, a localidade consegue a sua autonomia como município do Estado de Minas Gerais³².

O município de João Monlevade é cortado pela estrada de ferro Vitória Minas, com 905 Km de extensão. É uma das mais modernas e produtivas do país, administrada pela Vale do Rio Doce. Usada para o transporte de minério de ferro, calcário, carvão, aço e granito, containers, ferro-gusa, produtos agrícolas, madeira, celulose, combustíveis, entre outros, tendo suas operações paralisadas com as decorrentes cheias do Rio Doce. Em 2010, ela transportava 40% da carga ferroviária brasileira.

A estrada foi construída no século XIX e ajudou na conquista dos índios que habitavam a região. Hoje ela ainda pratica o transporte de passageiros ligando os dois sentidos entre Vitória e Belo Horizonte fazendo paradas em vários municípios que se encontram em seu traçado.

³² Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=313620>. Acesso em: 07/10/2014.

5.3.4.4.12 Considerações finais sobre os aspectos históricos

A formação dos povoados no passado, as questões ligadas à forte religiosidade entre os primeiros habitantes, as disputas políticas que formaram e delimitaram os territórios onde se encontram hoje os municípios da área de estudo, são, sem dúvida, dimensões que, em certa medida, delinearam e estruturaram e as dinâmicas sociais que encontramos hoje na região de interesse.

Sendo assim, ter ciência desses aspectos nos auxilia no processo de análise e interpretação das dinâmicas atuais, de forma mais aprofundada e consciente, justamente porque, com o subsídio de informações de como transcorriam certos fatos sociais no passado, podemos interpretar as raízes das relações sociais e das categorias de pensamento e ação dos atores e das dinâmicas socioeconômicas atuais.

5.3.5 Dinâmica sociocultural

5.3.5.1 Comunidades Quilombolas

O estudo demonstrou que não há comunidades Quilombolas que se encaixem na definição da portaria interministerial nº 060/2015, mas em atenção ao Memo. nº 523/2013/DPA/FCP/MinC foi elaborado um mapa de localização da comunidade com informação específica da distância desta em relação ao empreendimento (Ver Mapa Comunidade Quilombola Cachambu, Volume III – Mapeamento Temático, Tomo IV) e que a comunidade foi estudada no âmbito das comunidades tradicionais, conforme termo de referência do IBAMA.

5.3.5.2 Comunidades indígenas

De acordo com o inciso X do artigo 2º da Portaria Interministerial nº 419 de 26 de outubro de 2011, a existência de Terras Indígenas (TI) situadas dentro dos limites estabelecidos no Anexo II dessa Portaria, com relação ao empreendimento, exigiria a manifestação da Funai, com base no Termo de Referência do Anexo III-B. Buscando atender a esta questão, realizaram-se levantamentos junto aos bancos de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais confirmaram a não presença de TIs dentro dos limites estabelecidos pela referida Portaria.

5.3.5.3 Patrimônio histórico, cultural e arqueológico

Compreende os bens patrimoniais, os móveis e imóveis (sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos, sítios de valor etnográfico, edificações e conjuntos edificados de valor histórico-arquitetônico, edificações e conjuntos), e expressões culturais coletivas presentes

na faixa de domínio do empreendimento.

Para caracterização do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico da área de estudos, considerando que grande parte dos municípios de interesse localizam-se em região historicamente relevante aos processos de ocupação territorial, como a Zona da Mata, buscou-se primeiramente obter informações sobre a existência de sítios arqueológicos, localizados nos municípios em estudo.

O levantamento arqueológico baseou-se nos dados disponibilizados pelo órgão de referência, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), revelando a existência de apenas três sítios arqueológicos, localizados nos municípios de Manhuaçu e São Domingos do Prata.

A seguir, lista com os registros no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – IPHAN.

TABELA 5.146 - REGISTROS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NO CNSA – IPHAN.

LOCALIDADE	IDENTIFICAÇÃO
Manhuaçu	MG00916 - Sítio Arqueológico da Pedra Furada.
São Domingos do Prata	MG 01039 - São Domingos do Prata - 1
	MG 01040 - Sítio São Domingos do Prata - 2

Fonte: IPHAN, 2014.

Diante do exposto, a fim de obter informações mais detalhadas sobre a possível localização de sítios arqueológicos e patrimônios históricos culturais na área de estudos, foi realizado o projeto de prospecção ao longo de todo o trecho de duplicação da BR 262, que resultou no Diagnóstico Arqueológico, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural da Duplicação da Rodovia BR-262/MG- Subtrecho km 0 ao km 196,4/MG (Produto 5), autorizado pela Portaria IPHAN nº 45 de 06 de Agosto de 2015, processo 01450.008026/2013-93, em conformidade com a Portaria 230/2002 do referido Instituto e Termo de Referência do IBAMA, sendo encaminhado para manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e aprovado sob número de protocolo 266/2016 – CNA/DEPAM/IPHAN.

Os estudos foram organizados e apresentados em dois volumes (volume I e II), sendo o primeiro referente à pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial, e o segundo, referindo-se à caracterização do Patrimônio Cultural e sua avaliação em relação ao empreendimento, os quais seguem anexo.

Destaca-se que as informações de sítios levantados e selecionados, para a análise arqueológica, fornecem dados sobre os grupos humanos que ocuparam a região de interesse, assim como, a análise do patrimônio histórico e cultural, materializado principalmente pelo Patrimônio Edificado, os quais constituirão procedimentos de suma importância para o conhecimento histórico dos bens que podem ser potencialmente impactados pelo Empreendimento.

Neste estudo, como metodologia de aplicação para obtenção do Diagnóstico Arqueológico, foram realizados 1967 pontos de controle ao longo da rodovia, lançados com equidistância de 100 metros (totalizando 196,7 km), tendo sido abertos 28 poços-teste.

Desta forma, de acordo com o Diagnóstico Arqueológico, foram identificados (07) sete sítios arqueológicos, com localização associada aos limites da faixa de domínio, sendo que apenas (1) um sítio arqueológico destes, Sítio Arqueológico Cachoeirinha, está relacionado ao período pré-histórico, cujos remanescentes do tipo lito-cerâmico estão associados à presença de lascas de quartzo e fragmentos cerâmicos. Os outros (06) seis sítios arqueológicos identificados, referem-se ao período histórico, cujos remanescentes são alicerces de casas, fazendas e outros tipos de estruturas não definidas, caminhos, entre outros tipos, associados à presença de fragmentos de telhas, de faiança, de vidro, de metal e de tijolos, refletindo a vocação e a ocupação da região em estudo, apenas no fim do século XVIII e início do século XIX (TABELA 5.147).

TABELA 5.147 - SÍNTESE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA FASE DE DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DA DUPLICAÇÃO DA BR 262.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	LOCALIZAÇÃO	TIPOLOGIA	REMANESCENTES
Sítio Arqueológico Ruína de Abre Campo	Abre Campo/MG	Histórico	Alicerce de edificação
Sítio Arqueológico Cachoeirinha		Pré-Histórico	Lito-cerâmico
Sítio Arqueológico Fazenda Espada de São Jorge	São Domingos do Prata/MG	Histórico	Alicerce de edificação/ Fragmento de telhas
Sítio Arqueológico Estrada Antiga		Histórico	Remanescente do leito da estrada
Sítio Arqueológico Ruína da Igreja São José e Vala de Divisa		Histórico	Alicerce da igreja e vala
Sítio Arqueológico Santa Rita		Histórico	Fragmentos de telha, faiança e vidro
Sítio Arqueológico Caminho do Meio		Histórico	Fragmentos de faiança, vidro, metal, tijolos

Fonte: Paralelo 20, 2016

Neste contexto, o estudo revela no campo da arqueologia, que o potencial pré-histórico da região do empreendimento é pequeno, confirmando a hipótese inicial de trabalho da equipe de pesquisa arqueológica, que aponta o leste de Minas, por onde passa a BR 262, um dos

locais com maior “vazio” de sítios arqueológicos identificados e registrados no CNSA-IPHAN, visto apresentar apenas 1 sítio arqueológico pré-histórico identificado.

Ainda neste estudo, na categoria Patrimônio Histórico Cultural Edificado ao longo do empreendimento, de forma linear, foram identificadas 29 edificações históricas, sendo que destas, 08 estão localizadas na faixa de domínio do empreendimento, mostradas na Tabela 5.148 a seguir.

TABELA 5.148 - PATRIMÔNIO CULTURAL IDENTIFICADO NA FASE DE DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DA DUPLICAÇÃO DA BR 262 NA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	LOCALIZAÇÃO	REMANESCENTES
Sítio Santo Apolinário	Reduto/MG	Edificação
Casa em Ruínas I	Manhuaçu/MG	Edificação em ruínas
Casa Abandonada I	Matipó/MG	Edificação
Fazenda Vista Alegre	Matipó/MG	Edificação
Fazenda Bom Destino	Matipó/MG	Edificação
Fazenda Boa Esperança	Matipó/MG	Edificação
Chácara Olhos D'água	São Domingos do Prata/MG	Edificação
Antiga Merceria	São Domingos do Prata/MG	Edificação

Fonte: Paralelo 20, 2016.

Estes exemplares do patrimônio histórico edificado compõem uma paisagem cultural típica da Zona da Mata Mineira, cujas características arquitetônicas das edificações guardam forte vinculação com os processos históricos decorridos, tanto do ponto de vista sociocultural como econômico. Destacando as sedes de fazenda, datadas do final do século XIX e da primeira metade do século XX, associadas à produção cafeeira, leiteira e de gado de corte, bem como as pequenas propriedades rurais vinculadas a um campesinato rural detentor de poucos recursos e associadas a um contexto de produção de subsistência ou agregado das grandes fazendas.

Relativo ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial, identificados no Volume II do referido estudo, verificou-se que há uma certa miscelânea de tipos de patrimônio identificados e tombados. Destacando que o levantamento destes bens, foi realizado através de consultas aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural do estado e dos municípios em estudo, visitas aos municípios atravessados pelo empreendimento, consulta aos livros de tomo municipais, estaduais e federais.

Ressalta-se que o Patrimônio Cultural é consequência da vivência dos homens através de seus feitos relacionados com o meio-ambiente. É qualificado enquanto saberes, formas de expressão, lugares, celebrações, entre outros. É dividido em duas vertentes de levantamento e estudo: a primeira trata-se do patrimônio cultural imaterial, composto daquilo que não é tocável (danças, músicas, bandas musicais, cultos e mitos) e a segunda do patrimônio cultural material, composto daquilo que é palpável e representativo (objetos, construções, pinturas, vasos...). Esse tipo de levantamento permite não somente mapear os bens culturais, como também permite evidenciar o potencial do patrimônio local e regional.

Desta forma, o levantamento resultou na identificação, como inventariados ou com interesse no inventariamento, a quantidade de 865 patrimônios culturais cadastrados, entre eles de natureza imaterial e material. O município com maior quantidade de bens inventariados é São Domingos do Prata, com 341 bens, e o que possui menos bens inventariados é Martins Soares, com apenas 9. Porém o estudo revela que a totalidade do patrimônio cultural identificado não sofre influência direta com a presença da rodovia e sua duplicação, concluindo que, do ponto de vista do Patrimônio Cultural e Imaterial, a duplicação da rodovia é totalmente viável.

5.3.5.4 *Comunidades tradicionais*

Nos trabalhos de campo, bem como no levantamento cartográfico de dados secundários, percebeu-se a existência de uma tendência no sentido de um crescente processo de modernização em algumas das cidades pertencentes à área de estudo, em especial, nos municípios com densidade populacional mais elevada. Porém, este processo ainda é permeado de práticas que podemos classificar como tradicionais, de origem essencialmente agrícola, sendo essas apreendidas através da herança das gerações, e que são incorporadas e preservadas pelas gerações presentes.

Como um exemplo destas práticas tradicionais, seria pertinente citar as queimadas

periódicas ocorridas em algumas regiões da área de estudo, onde o fogo é empregado para fins agropecuários, sendo esse, um aspecto de manejo inadequado do solo – segundo os paradigmas hegemônicos da ciência atual – utilizado como antiga prática agropastoril ou florestal, o que, na percepção destes atores, viabilizaria determinados cultivos agrícolas ou como renovação das pastagens, já que o mesmo seria uma alternativa eficiente, rápida e de custo relativamente baixo, quando comparado à outras técnicas.

Apesar de esta atividade ser considerada um crime ambiental, o Estado mineiro figura entre as primeiras posições em se tratando de estatísticas ligadas aos registrados de focos de incêndio no Brasil³³. A prática de queimadas é apreendida, em sua grande maioria, por relações com familiares ou conhecidos, e perpassadas por gerações, como uma das formas mais eficazes de limpeza de campos. Afirma-se isso com base, também, no discurso de atores locais³⁴.

Essa descrição – de algumas práticas tradicionais – é pertinente no sentido de que, apesar de não encontrarmos relatos ou documentos de comunidades que se reconhecem legalmente como tradicionais³⁵, percebe-se facilmente que, apesar de todo o processo de modernização e constante desmantelamento dos costumes locais, ainda são resguardadas características fortemente enraizadas nos hábitos passados de gerações e perpetuados no presente.

5.3.5.4.1 Comunidade tradicional Quilombola de Caxambu

As atividades de extração mineral no estado de Minas Gerais, a partir do século XII trazem ao Estado um histórico vasto no que concerne à questão econômica, arquitetônica, religiosa e cultural, inclusive, ao se considerar esse território, no seu processo de desenvolvimento, apresenta um cenário entrecortado e composto por grandes bacias hidrográficas, diferentes biomas e paisagens. A partir destas características, como as de capacidade auríferas, pode-se perceber que a atividade extrativista impulsionou a chegada de uma grande população à região “das minas”, de forma geral, nos anos de 1700.

A busca pelo ouro e pedras preciosas no território indígena dos Caiapós na antiga “Cataguás, como era chamada as Minas Gerais, compreendia o que hoje corresponde a Cachoeira do Campo, Ouro Preto e Mariana. Pode-se dizer que Minas Gerais nasce, de fato, no século XVII, pela ação dos bandeirantes paulistas à caça de índios e minérios” (BURMEISTER, 2001, p.16).

A região tendo sua população substancialmente acrescida segundo o Censo Oficial da Corte em 1775, de “3.300.000 habitantes na região, sendo 319.739 em Minas” (2001),

33 Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/10/minas-gerais-e-o-estado-com-mais-incendios-registrados-no-pais-diz-inpe.html>

34 Porém, percebeu-se também no relato de alguns informantes que, em algumas ocasiões, as queimadas acontecem, também, por motivos acidentais.

35 Definição de povos e comunidades tradicionais, segundo o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007: “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

possuindo uma composição étnica oriunda de diferentes localidades. Essas diferentes regiões geográficas e suas populações também foram de africanos trazidos em regime de escravidão, diante de seus saberes e fazeres voltados às técnicas minerárias para o território aqui recortado.

A região do atual Circuito Turístico do Ouro, composto pelas cidades integrantes desta vasta região, tinham seus territórios com extensas áreas englobando “muitas terras” e poucos municípios. Na atualidade, várias dessas localidades, consideradas e categorizadas como freguesias, povoados e outros, encontram-se oficializados como municípios. Essas localidades, ainda conservam suas histórias de extração, giro econômico, importância sócio político ambiental e cultural, mantendo suas heranças e descendência junto a personagens historiográficos e grupos sociais nessas regiões.

O município em questão denomina-se Rio Piracicaba, cujo território está localizado a Comunidade Quilombola de Caxambu – Canangue, reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares, em 2011. A Comunidade Quilombola de Caxambu tem sua denominação alterada a partir da década de 1930, em consonância a uma lei municipal, para Comunidade Padre Pinto, sendo reconhecida e certificada em 2011. Conta ela com um histórico em conjunto à localidade de Canangue (“Território Sagrado” do ensaio da manifestação cultural religiosa do Congado) e com uma importância histórica referente a essa celebração realizada desde 1803.

Esse diagnóstico, com foco nos estudos das comunidades tradicionais, tem como um dos objetivos, cumprir as determinações legais previstas em lei federal, no que concerne a diretrizes para Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Ambientais (Rima), voltado aos trâmites de licenciamento ambiental no Brasil. Neste caso o empreendimento para a duplicação da BR-262, no trecho localizado entre o estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, conforme a Figura 5.639 apresentada a seguir.

Localização da Comunidade Quilombola do Caxambu em Minas Gerais

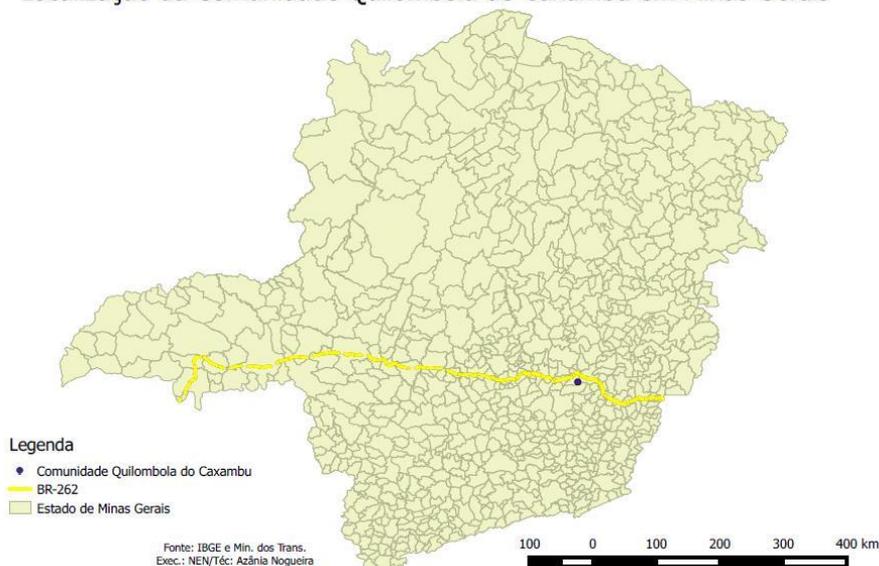


Figura 5.639 - Localização da Comunidade Quilombola Caxambu.
Fonte: IBGE e Ministério dos Transportes. Exec.: NEN/Téc.: Azânia Nogueira.

5.3.5.4.1.1 Roteiro metodológico

As atividades de levantamentos de dados em fontes secundárias e a posterior pesquisa de campo basearam-se no roteiro metodológico a seguir descrito.

- a) Levantamentos bibliográficos sobre a região e consultas a banco de dados em órgãos responsáveis pela questão quilombola no Brasil como a Fundação Cultural Palmares (FCP/Brasília-DF) e em Minas Gerais pelas informações contidas no Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), como também sua publicação intitulada Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: direitos e conflitos (2013).
- b) Levantamentos de campo com visitas *in loco*, realizado em duas etapas distribuídas nos períodos compreendidos entre 6 e 7, e, 21 e 23 de outubro do ano de 2014. Sendo o primeiro campo realizado com a presença dos profissionais Dr. João Carlos Nogueira³⁶ e Msc. Gabriela Barros Rodrigues³⁷ e profissional técnico de apoio. No primeiro período contou com a participação da colaboradora e pesquisadora Agda Consolação Vieira e também da direção e supervisão da Escola Municipal Bernardo Ferreira Guimarães, onde localiza-se a Comunidade Quilombola de Caxambu –

³⁶ Doutorando em Quaternário, Cultura e Materiais/ Gestão do Território (UTAD/Portugal).

³⁷ Mestre em Biodiversidade e Conservação pela UFMA. Especialista em Estudos Africanos e afro-brasileiros PUCMINAS. Especialista em Educação Ambiental para recursos hídricos USP- São Carlos. Possui graduação em Turismo Unicentro Newton Paiva.

Canangue. Nesta fase foi realizada coleta de dados e visitas ao órgão municipal Secretaria de Assistência Social, para coleta de dados gerais. No segundo período de campo a atividade foi realizada com as informações advindas da Casa de Cultura na pessoa da historiadora Adriana Muniz (responsável pelo Projeto de Educação Patrimonial local), em São Domingos do Prata, e pelos profissionais da escola local. A participação de três quilombolas foi muito importante e necessária para a atividade de reconhecimento territorial e geoprocessamento sendo elas, Sara Simião, Jessica Bruna e Marcionilia Maria dos Santos.

As perguntas relacionadas às localidades na realização do primeiro campo foram sobre reconhecimento territorial de forma geral como: população, estrutura local, sobre o processo de certificação, reconhecimento e identificação, benefícios associados a comunidade, dentre outros. Já no segundo campo, houve a atividade de reconhecimento territorial, coleta de informações gerais e complementares, geo-referenciamento de pontos importantes para a construção da narrativa sócio espacial, geográfica e histórica, incluindo visita ao posto de saúde, entrevista de alguns personagens e, intercâmbio cultural a partir da condução e acompanhamento dos quilombolas.

c) Compilação de dados e complementos de informações através de consultas em outras bibliografias, *sites* gerais e outros na fase de gabinete, compreendida entre o período de 23 a 30 de outubro de 2014. Além disso, foi elaborado o relatório descritivo de atividades e a construção de mapas, a partir das coordenadas geográficas levantadas com inserção de resultados.

5.3.5.4.1.2 Descrição e caracterização da Comunidade Quilombola de Caxambu-Canangue

- a) Comunidade Quilombola de Caxambu-Canangue.
- b) Certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2011.
- c) Não tem publicação no Relatório Técnico de identificação e Delimitação (RTDI/2014).
- d) Coordenada geográfica (20° 00' 2.71"S 43° 05' 8.59" N) distância em relação a BR-262 (± 13 km), em atendimento ao Memorando nº 523/2013/DPA/FCP/MinC, foi elaborado o Mapa Comunidade Quilombola Caxambú, com a localização da comunidade contendo a informação específica da distância desta em relação ao empreendimento, ver Volume III – Mapeamento Temático, Tomo IV

- e) População residente no município: 14.187 habitantes / População quilombola: 1.500.

Na sequência, descreve-se e caracteriza-se a Comunidade Quilombola de Caxambu – Canangue.

O município de Rio Piracicaba está localizado na região metropolitana, a aproximadamente 125 km da capital mineira. Os seus limites estão entre as cidades de Bela Vista de Minas, João Monlevade, São Gonçalo do Rio Abaixo, Santa Bárbara, Alvinópolis e São Domingos do Prata. Sua população, segundo o Censo do IBGE, em 2010, é de 14.187 habitantes contendo uma área territorial de 370.355 Km (2014).

O histórico de ocupação local advém da fixação extrativista mineraria no Córrego de São Miguel contribuinte da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, bacia essa que corta a cidade, sendo pertencente a grande bacia do Rio Doce. Sua denominação vem de origem Tupi-guarani e se refere “ao lugar onde o peixe pára” (2014), ou, segundo o Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais (BARBOSA, 1971), “monte em que pára o peixe”.

O município era formado por três distritos sendo esses: Conceição do Piracicaba, João Monlevade e Padre Pinto (antiga Caxambu). Na atualidade, faz parte da porção territorial Conceição do Piracicaba conhecida como “Jorge” e Padre Pinto, localidade reconhecida como Comunidade Quilombola. A economia local é baseada ainda em atividades minerárias, agricultura de base e pecuária leiteira (2014).

A Comunidade Quilombola de Caxambu foi reconhecida pela FCP, em 2011, tendo o início de seu processo de certificação em 2008, a partir do pedido do Juiz Dr. Afrânio de Rio Piracicaba envolvendo não somente a localidade de Padre Pinto, mas, também da porção territorial do Canangue como consta em Ata da Guarda de Congado de Padre Pinto (2011).

A localidade tem um histórico de formação relacionado, sobretudo a “fazenda-origem dos Borges”, no qual o abastecimento comercial da região era realizado por esse entreposto que detinha mercadorias gerais - como peças de tecidos -, e a sua produção contava com a mão de obra negra e escravizada. Segundo o histórico de formação de Rio Piracicaba a ocupação e extração de metais, como o ouro, no Córrego de São Miguel também contava com a mão de obra negra. Do mesmo modo em São Domingos do Prata na região de “Alfié”, como em toda porção territorial central aurífera no entorno das já citadas: “Antiga Vila Rica, Mariana, Sabará e Cachoeira do Campo”, a partir do século XVII. A mesma está localizada a 15 Km do centro da sede municipal.

As justificativas de origem da razão quilombola do lugar, além de contar com uma população negra, cotidiano lavrador (milho, feijão e cana), e minerário, com descendência oriunda de três famílias em média há dois séculos na região e uma oralidade referente a outras fazendas no entorno da localidade como a de Santo Antônio (que inclusive contava com um Engenho de cana); a Fazenda de Bernardo Ferreira Guimarães nos últimos anos conhecida como “Fazenda Velha”; Fazenda das Peneiras e Canangue, sendo, todas essas relacionadas a fixação da população na localidade (Figura 5.652)

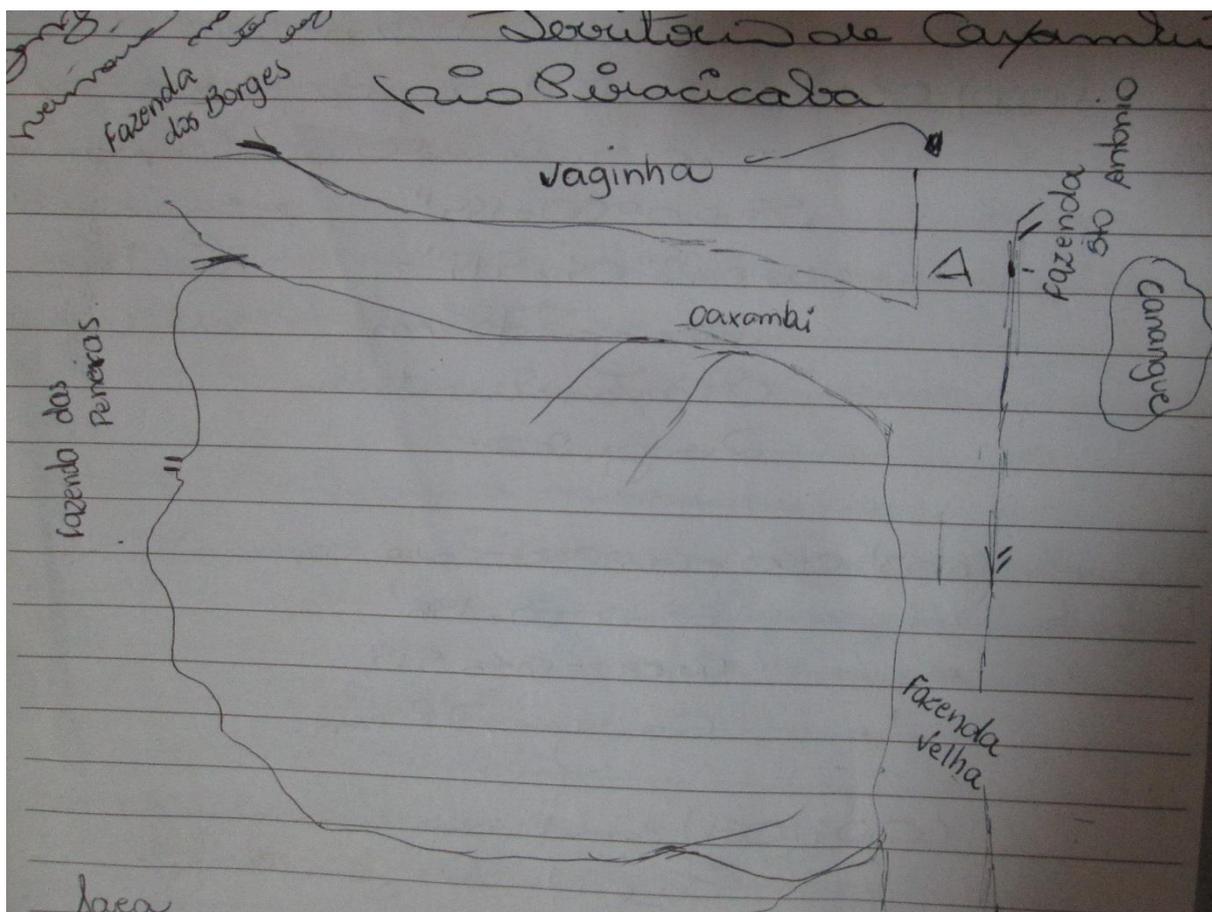


Figura 5.640- Projeto duplicação da BR 262 – Etnomapa do Território de Caxambu, Padre Pinto, Sara Simião. Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.

Segundo a Sra. Rosa Magna Vice-Rainha Conga, na localidade “existia um buraco onde os negros se escondiam e se concentravam e que a população é negra porque ali tinha sido um quilombo que os negros fugiam da Fazenda dos Borges e se refugiavam na região” (2011). Segundo o livro Educação Étnico Racial e o Projeto Caxambu, nossa história, nossa vida, organizada por Vieira, em 2007, afirma que Caxambu é uma espécie de tambor que os escravos usavam em suas danças; danças de negros ao som de um tambor de mesmo nome.

Ainda segundo Vieiras, a localidade situa-se na região sudeste do Município, tendo o nome oficial de Padre Pinto, com uma população de aproximadamente 1.300 habitantes, composta por 37,5% de negros, 50% pardos e 12,5% de brancos (2007:99).

O nome da localidade foi mudado para Padre Pinto em 1927, através de um encaminhamento jurídico da Câmara municipal de Rio Piracicaba, em 08 de agosto do ano citado, diante das benfeitorias realizadas pelo mesmo na região. Porém, em termos de atualização de dados, em 2010 essa população foi estimada em 2.500 habitantes. Mas esses dados populacionais oscilam: segundo dados da escola, a partir das famílias matriculadas, são contabilizados 1.300 habitantes. No posto de saúde que atende toda a região o número total informado foi de 1.578 moradores em 441 famílias, dividindo Padre Pinto em quatro áreas de atendimento. Porém, não foi destacado o número exato de famílias quilombolas.

Como pode ser bem descrito pela documentação do Inventário da Guarda de Congado local, a fim de seu tombamento em 2011, a origem pode ter sido nos tempos do século XVII, e tais terras estariam ligadas a um fazendeiro chamado Felício Ferreira Guimarães. O mesmo era residente da região, e que, por sua bondade, gostava de “ajudar crianças carentes” e, que ao crescerem recebiam do proprietário pedaços de terra que eram destinadas à construção de casas, iniciando assim o processo de povoamento do território em questão. Já Vieira (2011), afirma que a formação da comunidade é resultado do desmembramento de quatro fazendas que existiam na região e que entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, foram doadas ao patrimônio da Paróquia de São Miguel, após a abolição. Mais tarde, as terras teriam sido “distribuídas aos moradores que vieram de várias áreas do município de Rio Piracicaba, sobretudo a área reconhecida como Canangue” (Figura 5.641



**Figura 5.641- Projeto duplicação da BR 262 – Território do Canangue, Padre Pinto.
 Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014**

As relações de trabalho com as fazendas do entorno se davam por pouco dinheiro e sobretudo, por “escambo” na troca de trabalho por alimentos.

O Canangue é uma importante porção territorial de tal histórico, pois mantinha famílias ali residentes até meados do século XX. Com o advento da economia carvoeira, na região metalúrgica, as mesmas foram se ausentando do local até todos irem embora, sendo a última moradora local, Senhora Quinha (Maria da Anunciação) e Sr. Chico Canangue (Francisco Taciano Roberto), ainda residentes em Padre Pinto. A história da travessia da Trilha de Caxambu-Canangue para os ensaios da Guarda de Congado local debaixo do “Pé de Jatobá” aos domingos, antes da celebração anual e a devoção a Nossa Senhora do Rosário, é uma importante referência de memória e território a população descendente. O mesmo ainda se encontra na área, Figura 5.642.



**Figura 5.642- Projeto duplicação da BR 262 – Pé de Jatobá, Território do Canangue, Padre Pinto.
Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.**

Os resultados dessa investigação colocam que em termos de distância medidas em “unidade quilômetro”, a Comunidade encontra-se a 26 Km da BR 262, e 19 km de Alvinópolis. As formas de acesso ao povoado ocorrem pela estrada de asfalto, partindo do centro de Rio Piracicaba, Figura 5.643.



Figura 5.643- Projeto duplicação da BR 262 – Identificação de distâncias, Padre Pinto.

A paisagem do entorno, diante da atividade da pecuária leiteira (Figura 5.644) encontra-se bastante impactada no que concerne a espécies de vegetação local. E como a partir da década de 1950, a atividade de carvoaria se instalou na região, é percebida uma grande área de cultivo de eucalipto no território (Figura 5.645).



Figura 5.644- Projeto duplicação da BR 262 – Etnomapa de atividades econômicas locais, Padre Pinto. Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.



Figura 5.645- Projeto duplicação da BR 262 – Forno caieira, Padre Pinto.

As atividades de carvoaria e a decadência da lavoura levaram ao esvaziamento populacional do Canangue. Há alguns anos atrás Sra. Quinha (Figura 5.646), ainda era moradora do local e sofreu ameaças relacionadas a perda do território por um posseiro da sede. Esse episódio levou a iniciação da atividade de pesquisa da região e justificativa da posse fundiária da população dali descendente, pela pesquisadora doutora em Antropologia Social Ana Flávia Moreira, em âmbito da Ação Possessória de N.0557 06 000601-0. Em visita a senhora nesse campo, foi dito que esse processo de reconhecimento de posse fundiária foi ganho pela última descendente da 'gleba" Sra. Quinha, mas, que a mesma não tinha nenhuma documentação entregue por parte de seu advogado de defesa, até o presente momento, que comprove essa sentença.



Figura 5.646- Projeto duplicação da BR 262 – Dona Quinha, Padre Pinto.

O aspecto dessa Comunidade Quilombola se assemelha a um “povoado de área rural”, porém, nesse caso um “quilombo urbano”, sendo que a parte de chegada da ‘Vila’ era e ainda é ocupada pelos brancos. Os negros encontram-se da metade da avenida central para cima, inclusive em direção a Fazenda das Peneiras (limite do território e da propriedade).

O Canangue se encontra do outro lado da rodovia de acesso, podendo ser acessado pelos caminhos que levam a Fazenda Santo Antônio. Na atualidade a mesma região é denominada de Santo Antônio, mas há somente as ruínas do antigo Engenho. A Igreja é de Nossa Senhora Auxiliadora, existe um cemitério local, uma creche e uma escola municipal (que ainda não é beneficiada com o Programa da Escola Quilombola), praça central com uma pequena porção de aparelhos de academia, campo de futebol, calçamento na parte central, água encanada, luz elétrica, agência de correios, um conjunto pequeno de mercearias, um “trailer de lanche”. Quanto a assistência na saúde, conta com o funcionamento do Programa Saúde da Família (PSF), que dispõe diariamente, de profissionais como médico, enfermeiro, dentista, psicólogo e nutricionista. Há nesta Comunidade, uma pessoa portadora de anemia falciforme. Conta com uma Associação de produtores rurais e 124 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (Figura 5.647).



**Figura 5.647- Projeto duplicação da BR 262 – Povoado de Caxambu, Padre Pinto.
Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.**

Os moradores realizam uma celebração a Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito comemorada em Julho, como a maior festa local (Figura 5.648). Boi Fogueira banda de música, capoeira e o Coral Alcântara (Figura 5.649). Como destaque a “ofício, saberes e fazeres”, tem na localidade a tradição dos ‘biscoito de Caxambu’ e o uso cotidiano do fogão de lenha.



Figura 5.648- Projeto duplicação da BR 262 - Congado do Povoado de Caxambu, Padre Pinto.



Figura 5.649- Projeto duplicação da BR 262 – Boi Fogueira, Povoado de Caxambu, Padre Pinto.
Fonte: Gabriela Barros Rodrigues, Rio Piracicaba/MG, 2014.

A escola municipal Bernardo Guimarães atende a 189 famílias totalizando em 259 estudantes organizados em 02 turnos: Educação Infantil e Educação Fundamental. A mesma conta com os 30% obrigatórios por lei, relacionados a produção e abastecimento da agricultura familiar municipal e já contaram com produtos como: mandioca, beterraba,

cenoura, banana, laranja, verduras de folha, feijão e rapadura. Já receberam queijo, mas na atualidade não vem recebendo o citado e rapadura. Os produtos produzidos pela população ali residente são o feijão e o carvão, assim como a criação de galinhas. A creche funciona em horário integral, conta com 54 crianças de 0 a 6 anos, sendo que dessas, 24 estão no berçário.

O Canangue, situado há sete quilômetros dali, tem somente uma pequena “choupana”, alguns “mandacarus” que foram reconhecidos e identificados como marco físico dos moradores e das casas dos antigos residentes, um brejo, duas minas de água e o pé de jatobá. A trilha que os mesmos usavam como “caminho” de trânsito entre a localidade e Caxambu está coberta de vegetação, mas foi bem localizada pela informante. Segundo a mesma, ela saiu de lá a 50 anos e lembra de lá ter tido “umas 15 casas” (Figura 5.650).



Figura 5.650- Projeto duplicação da BR 262 – Marcionilia em reconhecimento do Canangue, Povoado de Caxambu, Padre Pinto.

Sobre a memória coletiva das celebrações dali, o Sr. Raimundo Samuel no documento Laudo Antropológico cita (2011:31):

No Canangue também tinha muito baile, igual aqui. Não era só dia Santo, não, às vezes resolvia de fazer sábado para domingo. Ia muita gente, o pessoal gostava de dançar, não tinha briga...bebia mas sabia como bebia, ne? Dançava, de dia trabalhava, bebia bastante, mas também não perdia dia de trabalho por causa de bebida.

Sobre a religiosidade local como já citado, além da Igreja Católica há três igrejas neo pentecostais em Padre Pinto. Sendo essas: Deus é amor, Assembleia de Deus e Tenda Missionária. Segundo Sara Simião o cotidiano relacionado às religiões de Matriz Africana como Umbanda e Candomblé, “não existem mais”. Já existiram parteiras e benzedeadas, mas de fato a maior expressão de herança africana, mineraria é a Guarda de Congado com idade de mais de 200 anos. Como pode ser visto na citação abaixo, de D. Lucinda Bicalho Guedes, no Inventário de Tombamento do Congado de Rio Piracicaba em 2011.

porque lá é um quilombo(...). Então, lá os negros
 (...) adquiriram uma imagensinha do Rosário que um português trouxe para eles(...)
 E lá eles cantavam e adoravam essa imagem.
 Daí surgiu a Festa de Nossa senhora do Rosário
 no quilombo. Não era bem uma festa, era uma adoração particular
 deles. E os anos foram passando e eles foram vindo,
 filhos, netos, bisnetos, trisnetos e continuaram
 com aquela adoração. Já se acabou o quilombo. Já se acabou (...) a escravidão (...).
 Mas
 (...) na vila de Padre Pinto continuou o pessoal cultuando, principalmente
 os negros, lá no cantinho deles, a Festa de Nossa senhora do Rosário.
 Eles faziam uma festinha para aquela imagem que eles tinham e, com a morte dos
 antigos,
 A imagem desapareceu
 (apud, Moreira, s/p, 2011).

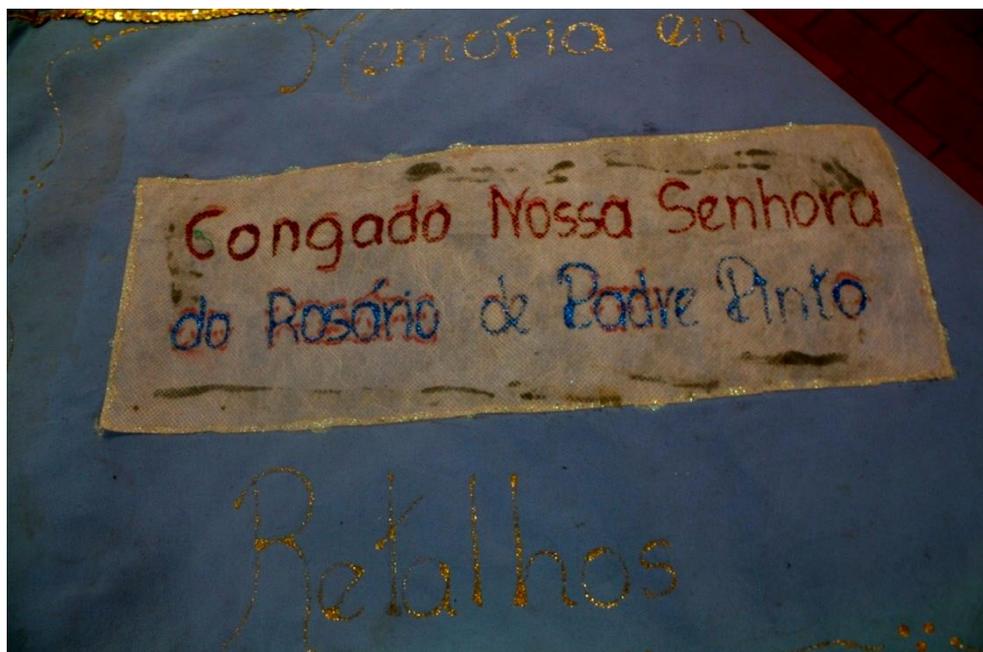


Figura 5.651- Projeto duplicação da BR 262 – Material produzido na escola para o museu local. Povoado de Caxambu, Padre Pinto.

5.3.5.4.1.3 Considerações finais

As considerações a serem feitas a partir da identificação do Território, onde a Comunidade Quilombola do Caxambu está localizada, no município do Rio Piracicaba, nos remete a uma primeira conclusão, ela é oriunda do período aurífero da época do extrativismo de ouro em Minas Gerais. E na atualidade essas regiões continuam estando em uma área de exploração mineral. Ainda desenvolvem atividades agrícolas para a sobrevivência de seus grupos sociais como também para proprietários de fazendas, sendo essas com gestão e existência antigas ou não.

Segundo a historiadora gestora do Programa de Educação Patrimonial do município de São Domingos do Prata, em “Goiabal”, município vizinho dos dois em questão nesse estudo, havia uma “rota de dispersão escrava”, ainda citada, na memória dos antigos, até os dias atuais. O que pode se concluir, é que a região pode apresentar outras comunidades ainda não identificadas. No geral, percebe-se que a Comunidade ainda não é beneficiada, na sua totalidade, com as políticas públicas relacionadas ao Programa Brasil Quilombola, fazendo-se necessário e indispensável um alcance maior. Nessa questão, é visível que as discussões junto aos grupos sociais quilombolas não são feitas pelas prefeituras, secretarias e ou departamentos de assistência social e que os mesmos também não sabem lidar com a questão, não potencializando o papel de ferramenta de gestão descentralizada, projetada pelo Governo Federal junto as políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

Sendo assim, as atividades de ONGs e ou instituições mobilizadoras para a temática precisam “chegar” ao chamado Brasil “profundo” muitas vezes a alguns quilômetros dos municípios sede nas regiões, para realizar e manter “Projetos de Bases Comunitárias e reconhecimento étnico-racial”. Sem o instrumental metodológico que dialogue com este público, a probabilidade de êxito diminui consideravelmente, levando-se em conta as reclamações recorrentes feitas pelos moradores da Comunidade Quilombola, sobre o tratamento do poder municipal com suas demandas previstas legalmente e já institucionalizadas.

5.3.6 Discussões e conclusões sobre a socioeconomia

5.3.6.1 *Percepções sobre o empreendimento*

Neste tópico procuramos apresentar uma sistematização dos aspectos obtidos em campo inerentes à assimilação dos atores sociais em relação as suas expectativas, seu conhecimento, receios, aceitação, resistências e apontamentos em relação as obras de duplicação da rodovia BR-262, nas cidades e comunidades que compreendem a AE.

Este levantamento se fundamenta na análise do discurso dos atores, captados através de contatos estabelecidos com base em entrevistas semiestruturadas. Desde esta perspectiva, procuramos apontar, de maneira clara, as tendências discursivas em relação ao que os entrevistados esperam e apontam das obras. Essas tendências estão ligadas a uma

metodologia estritamente qualitativa, ou seja, não leva em conta aspectos estatísticos. Porém, o apontamento dessas tendências também não exclui o registro dos discursos que fogem à regra, ou que não se enquadram na predisposição do que a maioria dos entrevistados aponta.

Uma das tendências assinaladas pelos entrevistados, diz respeito a expectativa destes em face da possibilidade de início das obras. Nenhum dos entrevistados se posicionou contrariamente a realização do empreendimento. Tendo em vista a dificuldade de locomoção – principalmente nos períodos de fluxo intenso de veículos e caminhões, como nas férias de verão e nas épocas de colheita de café – bem como do alto índice de acidentes, os entrevistados mostram-se favoráveis e – em algumas ocasiões – ansiosos pelo início e conclusão das obras. Da mesma forma, os funcionários da administração pública também manifestam uma posição bastante positiva em relação ao empreendimento. Por estes fomos recebidos com bastante entusiasmo e disponibilidade de diálogo para a facilitação e disponibilidade de informação e motivação para trabalhar questões imperativas ao bom andamento das obras.

Em relação ao nível de informação e conhecimento dos atores em relação ao empreendimento, podemos destacar dois grupos mais ou menos distintos de entrevistados. O primeiro grupo diz respeito a uma parcela dos informantes que demonstra conhecimento sobre a possibilidade de duplicação da rodovia, trazendo, inclusive, algumas informações a respeito do andamento dos processos de licitação, bem como do progresso que compreende os passos seguidos até o momento para o início das obras de duplicação.

Identifica-se também um outro grupo de informantes que, assim como o primeiro, tem alguma informação a respeito do empreendimento, porém, essa informação é bastante vaga e advinda de fontes que o próprio informante considera inconclusivas. Assim como o primeiro grupo, estes atores nos questionam constantemente a respeito do início, desenvolvimento e efetividade do projeto de duplicação da rodovia BR-262, bem como do início e da conclusão das obras.

Ademais, identificamos também a existência de um certo receio ou desconfiança dos informantes em relação ao andamento e a conclusão das obras. Partindo da premissa – expressa no discurso dos atores – de que, no Brasil, a maioria dos empreendimentos demoram para iniciar ou, em alguns casos, não terminam por irresponsabilidade ou indiferença das autoridades competentes, faz com que persista um processo de desconfiança em relação as obras justificada por estes argumentos.



Figura 5.652 - Contato com morador, no município de Martins Soares.



Figura 5.653 - Contato com agente de saúde, na área central do município de Rio Casca.

No entanto, uma questão que foi levantada constantemente pelos informantes. Ela diz respeito a dúvida e o receio em relação à implementação e cobrança de pedágios ao longo da rodovia após a conclusão do empreendimento. Alguns atores foram incisivos em questionar a equipe de campo a respeito da cobrança de possíveis taxas para os condutores transitarem na rodovia. Porém, sem ser indagados sobre suas posições a respeito da cobrança de pedágios, alguns informantes relataram não serem contrários a tal iniciativa, contanto que fossem respeitados, na construção e manutenção da empreendimento, os padrões qualidade voltados a segurança e conforto do condutor que nela irá transitar.

Por se tratar de uma área de estudos que compreende alguns municípios com baixa densidade populacional, os informantes que residem nestes destacam a importância da duplicação da rodovia BR-262 para a facilitação do deslocamento para os centros de saúde que se encontram em cidades vizinhas maiores. No contato estabelecido com os moradores das localidades que fazem parte do estudo, percebe-se que se enfatiza – no discurso dos informantes – a importância de uma possível duplicação para esta finalidade, fundamentalmente devido aos relatos dos moradores em relação aos altos índices de câncer que são registrados na região que compreende os municípios estudados. Destarte, segundo os informantes, rodovia é intensamente usada para o deslocamento de pacientes para os municípios próximos, bem como para municípios como Muriaé, onde se encontra um hospital de referência em tratamento de câncer.

Um outro tópico recorrentemente expresso pelos informantes tem ligação direta com os problemas da saúde pública. Praticamente todos os atores com os quais conversamos nos relataram altos índices de acidentes em alguns trechos da rodovia BR-262. Alguns deles, inclusive, relatavam detalhes de acidentes que haviam presenciado ou que ouviram falar. Alguns trechos da rodovia merecem destaque, como exemplo, a existência, em Martins Soares, de pontos onde a rodovia corta o município, com algumas curvas sinuosas, que seriam consideradas de alto risco, tanto pela situação da rodovia, imprudência de alguns motoristas e pela localização, em cota inferior à rodovia, de núcleos urbanos no entorno nesses pontos.



Figura 5.654 - Curva relatada pelos moradores como local de alto risco de acidentes. Município de Martins Soares.



Figura 5.655 - Bairro São Vicente em Martins Soares, logo abaixo a curva relatada como perigosa.

Um outro ponto que pode servir de exemplo do que a população relata como os locais que o empreendimento deve deter especial atenção, podemos destacar trechos da rodovia em que os informantes destacam por haver grande fluxo de pessoas caminhando às margens da estrada, onde existem pontos de ônibus, onde as pessoas atravessam constantemente a rodovia, onde existem acessos perigosos as comunidades lindeiras, entre outros. Nestes locais, nota-se que os informantes apontam medidas que deveriam ser tomadas com o início do empreendimento, como a construção de passarelas em locais de grande fluxo de pedestres, a instalação de lombadas eletrônicas em locais de alto risco de acidentes, entre outros. Um dos informantes com qual estabelecemos contato – sendo ele um administrador público e uma liderança influente no município – destaca a importância da construção de um anel viário que desvie a rodovia do perímetro urbano do município de Manhuaçu.



Figura 5.656 - Local de grande fluxo de pedestres nas margens da BR-262, município de Rio Casca.



Figura 5.657 - Acesso considerado como um dos pontos de grande risco de acidentes, sendo essa uma das entradas para o bairro São Vicente, em Martins Soares.

Ainda, no tocante à percepção dos atores em relação aos acidentes ocorridos na estrada, identificamos uma tendência dos informantes associarem a rodovia duplicada à redução do número de acidentes. Tendo em vista a premissa de que a estrutura defasada da BR-262 é a principal causa de acidentes, a duplicação passa a ser, para a maioria dos atores, uma alternativa apropriada para diminuir as ocorrências desta natureza. Apenas um informante nos relatou a preocupação com acidentes que podem ocorrer em função do aumento da velocidade média dos veículos com a rodovia duplicada.

No que se refere a percepção dos atores em relação às disposições econômicas, podemos notar uma forte tendência em ligar a duplicação da rodovia a um importante estímulo ao crescimento econômico local.

Nos municípios onde encontra-se grande produção de café, bem como naqueles em que a produção se concentra na agropecuária, na cana de açúcar ou na extração de minérios, a duplicação da rodovia é vista como uma importante ferramenta de auxílio mais rápido, eficiente e barato para o escoamento da produção. O crescimento econômico é uma variante que se assinala, no discurso dos atores, como derivada, em grande medida, do processo de melhorias nas condições do escoamento de mercadorias produzidas nas regiões onde o estudo se concentra.

Em relação ao turismo, notou-se nos contatos com os informantes, que a rodovia é bastante usada em virtude do deslocamento de turistas do Estado de Minas Gerais em direção ao Litoral do estado do Espírito Santo no período de verão e férias escolares. Tendo em vista o intenso fluxo de veículos nesta época e a conseqüente formação de engarrafamentos, os informantes apontam que a duplicação seria uma importante opção para a situação atual de defasagem da infraestrutura local, visto o comprometimento da mobilidade urbana nesse período.

Nota-se também, que não houveram, nos contatos que estabelecemos com os atores locais, outras associações destes com usos da rodovia para finalidades de turismo. Ou seja, nenhum informante relatou que a duplicação da rodovia BR-262 seria importante para a interligação com outros pontos turísticos dentro ou fora do estado de Minas Gerais, como, por exemplo, o Circuito Pico da Bandeira em Alto Caparaó.

Outro fator que se destaca nos relatos dos informantes é a importância da rodovia como um corredor de acesso para faculdades da região. Nos contatos estabelecidos em todos os municípios da área do estudo, ouvimos relatos de pessoas que tem filhos ou conhecidos que usam diariamente a rodovia para este fim. Sendo assim, para estes, a duplicação seria importante para diminuir o tempo e aumentar o conforto do deslocamento deste contingente grande de estudantes até as instituições de ensino superior localizadas nos municípios de Manhuaçu, Matipó, Reduto e João Monlevade.

Da mesma forma, os informantes também relatam a importância da duplicação da rodovia para diminuir o tempo de deslocamento de estudantes de nível fundamental e médio advindos das comunidades rurais para os centros urbanos. Para eles, a rodovia não duplicada é também um imperativo de risco aos estudantes, uma vez que estes nos relatam que, não

muito esporadicamente, ocorrem acidentes com ônibus escolares em virtude, principalmente, da falta de estrutura encontrada no trecho.

Em suma, podemos notar que, em via de regra, não houveram casos de atores que se posicionaram contrariamente a implementação do empreendimento na região advindos dos atores com os quais efetuamos contato. Da mesma forma, contrariamente ao que é comum acontecer em obras deste porte, não registramos relatos de moradores ou comerciantes que possuem residências ou comércios as margens da rodovia que declararam oposição ao empreendimento por este modificar ou dificultar seus modos de vida os seus interesses econômicos, mesmo em caso de eventuais desvios do traçado atual da BR-262.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o empreendimento é percebido pelos moradores como uma obra de infraestrutura de importância capital para o desenvolvimento socioeconômico da região como um todo.

5.3.6.2 *Considerações finais*

Com base nas informações apresentadas nos tópicos das dinâmicas socioambientais, conduziu-se uma análise crítica quanto aos aspectos mais relevantes identificados no diagnóstico para subsidiar a avaliação de impactos da instalação e operação do empreendimento sobre o meio socioeconômico. Apresenta-se uma avaliação que visa subsidiar a identificação e o dimensionamento dos impactos, bem como a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, as quais são melhor detalhadas no item avaliação de impactos ambientais do estudo. Esta discussão considera todas as dinâmicas socioambientais tratadas no diagnóstico, o que permitiu uma adequada identificação dos impactos sociais previstos.

A proposição deste neste tópico, é apresentar um compilado dos principais elementos através de uma análise crítica destes, com a intenção de avaliar se os levantamentos realizados são suficientes para transparecer, o mais nitidamente possível, a realidade das dinâmicas sociais locais, bem como, se foram devidamente observados, caracterizados e registrados os impactos sociais que concernem à instalação e operação do empreendimento na área de estudo. Para tanto, caracterizam-se as conclusões sobre cada um dos aspectos mais relevantes das dinâmicas sociais registradas, descrevendo, de maneira clara e objetiva o que foi registrado tanto em relação aos dados secundários, quanto em relação ao que foi observado nos trabalhos de campo, de forma separada – não por subitem, mas por parágrafos sucintos relacionados a cada tema.

Para dar início às discussões, observa-se que existe a tendência – assim como em quase todo o País – de uma maior concentração populacional nos núcleos urbanos dos municípios estudados. Em relação aos maiores municípios, esta disparidade aumenta consideravelmente. Se compararmos os municípios de Martins Soares – que, segundo o censo de 2010, registrou uma população urbana residente (2.927 habitantes), menor do que a população que vive em áreas rurais (4.246 habitantes) – e Manhuaçu – em que a grande maioria da população reside na área urbana (64.839 habitantes contra 14.735 habitantes

residentes nas áreas rurais), percebemos nitidamente que, apesar das tendências e da proximidade, os municípios estudados guardam características que lhes distinguem uns dos outros, estatística, econômica e culturalmente.

A partir desta perspectiva, seria evidente que a maior parte das organizações da sociedade civil, como sindicatos, ONGs, associações de moradores de bairros, cooperativas, entre outras, estejam localizadas, também, nas dependências dos núcleos urbanos dos respectivos municípios. Mesmo as associações de produtores rurais, como as associações de produtores de café, ou mesmo associações de produtores em geral, em que seus associados, em grande parte, residem em áreas rurais, também tem suas sedes nos núcleos urbanos. De modo geral, conclui-se que as organizações da sociedade civil que podem ser caracterizadas como mais ativas em relação à região estudada são, fundamentalmente, as associações ligadas à produção agropecuária.

Assim, o diagnóstico não identificou a presença de controvérsias ambientais ou mesmo a presença de associações de cunho ambiental-preservacionista, assim como problemas e conflitos socioambientais decorrentes da duplicação da rodovia BR-262, que estivessem sendo alvo de discussões por parte de grupos sociais.

Um aspecto absolutamente claro, que pode ser percebido no discurso dos atores entrevistados, são as expectativas positivas com relação ao empreendimento, já que deverá melhorar as condições de trafegabilidade da Rodovia, voltando-se totalmente à segurança dos seus usuários. Salvo as questões de desapropriações, as expectativas são muito positivas com relação a geração de renda, sendo que a possibilidade de oferta de novos postos de trabalho, amenizará a situação de desemprego encontrada em muitos municípios. Com vistas a manter a população informada sobre as ações do empreendimento, deverá ser estabelecido um canal de comunicação com as comunidades, por meio da adoção de um Programa de Comunicação Social, o que possibilitará esclarecer e minimizar as expectativas em torno do projeto.

O aspecto das comunidades, relativo à desapropriação e reassentamento, na fase de implantação do empreendimento, apresenta-se de natureza indeterminada devido a alguns fatores. Se por um lado, o empreendimento implicará mudanças e adaptações que a população residente terá que assimilar, assim como perdas de áreas produtivas ligadas a atividades comerciais e agrícolas (com destaque para o café), as indenizações podem representar um fator de compensação e reverterem-se de forma benéfica.

Por meio de indenizações, as famílias terão a oportunidade de adquirir propriedades com maior disponibilidade de infraestrutura, refletindo positivamente em suas condições de conforto e bem estar. Para a economia dos municípios, o empreendimento também significará uma maior valorização dos terrenos situados no entorno da Rodovia, aspecto muito positivo, visto como oportunidade de ampliação das possibilidades de negócios para os proprietários. Contudo, para fazer frente as implicações sobre as comunidades atingidas por desapropriações, indica-se a realização de um Programa de Assistência à População Atingida e um Programa de Comunicação Social, que proporcionem conduzir soluções para possíveis sentimentos de insatisfação que possam surgir durante este processo de intervenção.

No tocante à questão da disponibilidade de mão de obra, notou-se no discurso dos informantes que, na medida que, na grande maioria dos municípios, as atividades agropecuárias são as que detém o maior percentual de participação no PIB, e, sendo algumas destas atividades de caráter sazonal, uma parcela da população economicamente ativa fica, nos períodos de entressafra, sem uma ocupação regularmente estabelecida. Este sistema é percebido, de maneira mais significativa, nos municípios em que a produção de café é predominante.

Desta forma, acredita-se que, o uso desta mão de obra poderia ser uma alternativa viável e sem grandes impactos sociais que poderiam acarretar grandes processos migratórios para municípios que não disponibilizam estrutura suficiente para tal contingente de novos moradores. Em outras palavras, acredita-se que as obras de regularização e duplicação da rodovia BR-262 seriam uma alternativa de incremento à econômica para esse contingente populacional, principalmente durante a fase de implantação do empreendimento. Pelo exposto, avalia-se que a necessidade de mão de obra para a viabilização do empreendimento trará resultados benéficos para a população em geral, à medida que contribui para injetar renda na economia, tanto em sua fase de implantação quanto de operação.

Por esta ser uma fase anterior à definição do projeto, não há definição do quantitativo de mão de obra necessário à execução das obras. No entanto, levando-se em consideração equipes que prestaram serviço em obras rodoviárias com características semelhantes, seria estimado, aproximadamente, a necessidade de 270 colaboradores para manutenção do local da obra. Considera-se importante que a mão de obra tenha experiência em empreendimentos da construção civil, a fim de que o desempenho da equipe não seja prejudicado, comprometendo assim o andamento dos serviços e sua qualidade. Cabe salientar que esse quantitativo não considera a mão de obra necessária à operação dos equipamentos, bem como para o funcionamento das usinas misturadoras de solos e das usinas de asfalto a quente.

A questão dos movimentos migratórios depende, fundamentalmente, da condução das obras, dos prazos para conclusão, do número de pessoas necessárias para a implementação do empreendimento, dentre outros fatores que podem alterar estes movimentos. Devido a atração da mão de obra para a região na fase de implantação, o projeto poderá ocasionar um aumento da demanda por serviços públicos, com destaque para o setor de saúde, exigindo um maior esforço em torno das políticas públicas, sob pena de aumentar a vulnerabilidade existente.

Frente a essa questão, é fundamental que se assegurem práticas de convivência e de ordenamento social pacíficas, que se levem essas questões a fundo, e de maneira estritamente coerentes, reproduzidas em ações, medidas mitigadoras e programas ambientais pertinentes, com destaque para o Programa de Comunicação Social.

Em relação ao item que disserta sobre a questão da saúde focalizada nos municípios estudados, observa-se, no trabalho de campo, bem como nos contatos estabelecidos com atores chave, a quase inexistência de campanhas de prevenção às doenças endêmicas mais efetivas, aspecto que poderia surtir efeitos mais significativos em plano local. Em função dos

fatores ligados à falta de políticas efetivas de prevenção mais intensa, a infraestrutura de saúde dos municípios encontra-se, nitidamente, sobrecarregada. Em especial, às sedes dos municípios, que são consideradas microrregiões de saúde, como, por exemplo, o município de Manhuaçu, que recebe um número significativo de usuários para atendimento de saúde.

Em respeito à saturação na estrutura das microrregiões de saúde, observou-se, com regularidade, relatos de informantes no sentido de que é necessário o deslocamento de um grande contingente de pessoas em direção a municípios vizinhos, para conseguir atendimento médico em relação às especialidades. Verificou-se em campo, diferentes fluxos migratórios para municípios próximos, bem como, para grandes centros que fornecem uma estrutura médica maior, como a macrorregião centro Belo Horizonte. Em contatos estabelecidos com atores sociais locais, observa-se que, de modo geral, existe a tendência de uma insatisfação parcial por parte destes em relação ao que é disponível nas estruturas locais no que concerne, por exemplo, às questões de morosidade no atendimento às especialidades e outros serviços, entre os quais, a marcação de exames.

Pelo exposto acima no que tange ao quesito infraestrutura, indica-se o planejamento voltado as questões da mobilização da mão de obra na fase de implantação, assim como do empreendimento como fator indutor populacional, na fase de operação, com vistas a preservar a estabilidade e a integridade dos atores locais, bem como, dos que chegam de fora. Neste sentido, indicam-se como medidas mitigadoras a adoção dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

Já em se tratando do tema relacionado à estrutura educacional dos municípios pertencentes à área do estudo, fica evidente que as disparidades entre eles também estão relacionadas ao tamanho populacional e a demanda de alunos que dispõem. A exceção fica por conta de alguns municípios menores – como Matipó e Reduto, por exemplo – que recebem um contingente maior de estudantes em função, principalmente, das faculdades sediadas nestas localidades, como a Univértix, em Matipó, e a Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas, localizada no município de Reduto. Cabe ressaltar ainda a relevância do distrito de Pequiá para Martins Soares, já que os moradores desse município se utilizam da infraestrutura de educação presente no distrito capixaba, situação facilitada pela proximidade entre os municípios de Lúna e Martins Soares.

Segundo a grande maioria dos informantes, a rodovia BR-262 é de fundamental importância para o deslocamento de estudantes de todos os níveis de ensino, aspecto que interage com o fenômeno migração pendular. Isto acontece em função da existência de um grande contingente de alunos que usufruem da estrutura educacional de municípios vizinhos ou, até mesmo, que residem nas áreas rurais e, por consequência, necessitam se deslocar até o núcleo urbano de seu município, bem como de municípios vizinhos, para estudar.

A rodovia BR-262 seria a principal via de ligação entre o interior e os núcleos urbanos, bem como entre os municípios que recebem estudantes oriundos de outras localidades. Para estes informantes, a via atualmente não oferece uma estrutura que proporcione segurança para este deslocamento, uma vez que a grande maioria deles cita relatos de acidentes com ônibus de estudantes ou, até mesmo, acidentes com carros particulares de estudantes,

durante deslocamento diário para municípios vizinhos. Em função disso, para os atores sociais locais, este fator é mais um argumento favorável que expressa o anseio pela duplicação da rodovia, uma vez que estes associam diretamente a duplicação com a consequente diminuição no número de acidentes e com o sensação de segurança em relação ao tráfego de veículos nestes locais.

Uma questão que também disserta claramente sobre a interferência das obras na ordem local, diz respeito às alterações da circulação viária para a implementação do empreendimento. Em municípios como Manhuaçu, em que a rodovia corta o núcleo urbano da cidade, onde há grande ocupação por edificações destinadas à moradia, além de outras, destinadas à prestação de serviço, comércio e empresas, sendo algumas destas, importantes para a economia local, existe certo anseio, por parte dos atores contatados, de que se faça um desvio do percurso da rodovia neste local. Este é um ponto que, em um primeiro momento, pode vir a gerar certo atrito entre os atores que são favoráveis ao desvio, e atores que podem vir a se posicionar contrariamente, em especial, comerciantes que acreditam depender do movimento gerado pelo fluxo de veículos no rodovia.

Porém, acredita-se que, em se tratando de empreendimentos de grande porte, estas questões sempre estarão na pauta de discussões que cercam a sua implementação, merecendo atenção especial no que tange a possibilidade de proposição de medidas mitigadoras pertinentes, com destaque para um canal de comunicação que pode ser proporcionado pela execução de um Programa de Comunicação Social.

De maneira semelhante à questão das alterações nos fluxos cotidianos das cidades, o tema que envolve os riscos de acidentes em função do empreendimento deve elencar especial atenção. Acredita-se que, com um processo que proporcione um direcionamento do empreendimento em relação às práticas voltadas à sinalização intensa, e coerente, e a projetos de comunicação e esclarecimento do andamento e da dimensão das obras, seria possível minimizar, a níveis consideráveis, os fatores de risco nos municípios da área do estudo. Este processo de comunicação – através da sinalização e de programas voltados ao esclarecimento da população em relação às obras – não só influenciam na diminuição dos fatores de risco, mas também são práticas que auxiliam na não interferência demasiada na ordem da mobilidade urbana nos aglomerados populacionais, bem como, nas vias de circulação de veículos que sofrem diretamente a ação das obras.

Necessário observar que, em alguns locais e em determinadas épocas do ano, existem dificuldades de escoamento de tráfego, como, por exemplo, na temporada de verão e férias escolares, quando um contingente maior de turistas se dirigem, ao litoral do estado do Espírito Santo através da rodovia BR-262. As medidas mitigadoras destinadas a reduzir as implicações sobre a segurança devem ser adotadas através do Programa de Comunicação Social, que assumirá um papel fundamental de comunicação e informação durante as obras, refletindo na redução do risco de acidentes às comunidades e usuários da Rodovia.

Há de se destacar que os riscos de acidentes são previstos na fase de execução do empreendimento, e devem alterar significativamente as condições de conforto e bem estar, exigindo a adoção de medidas preventivas. Já na fase de operação, as obras propostas pelo

projeto contribuirão para a melhoria dessas condições, que serão permanentes e refletirão conforto aos usuários, sendo que a duplicação e demais obras somarão para a melhoria da mobilidade entre as regiões.

Como medida que vem a contribuir de forma informativa, o Programa de Comunicação Social, deverá exercer a função de comunicação entre o empreendedor e as comunidades atingidas e usuários da Rodovia, minimizando as implicações do projeto na questão relacionada ao conforto e bem estar. Com vistas a instruir os colaboradores nos aspectos inerentes aos riscos da obra indica-se a realização de um Programa de Educação Ambiental.

Já em se tratando de planos e programas turísticos, notou-se que em alguns municípios dispõem de certa estrutura hoteleira para atender visitantes oriundos de outros Estados e, até mesmo, de outros países. Um dos exemplos é a estrutura hoteleira localizada no município de Manhuaçu, em função da proximidade deste com o Parque Nacional do Caparaó, localizado no Município de Alto Caparaó, a cerca de pouco mais de 40 km de distância, importante local de visitação, como ponto integrante do Circuito Pico da Bandeira. O parque recebe um contingente considerável de turistas a cada ano, e a cidade de Manhuaçu se configura como uma das principais opções em relação aos serviços de hospedagem, principalmente pela presença de estruturas e serviços mais complexos no atendimento aos visitantes.

Algumas outras atrações turísticas são conhecidas nos municípios que fazem parte de nossa área de estudo, como cachoeiras e lojas especializadas em artigos produzidos de forma artesanal. Porém, a região não se configura como um polo turístico de destaque frente ao potencial do Estado de Minas Gerais neste setor da economia.

Desta maneira, avalia-se que, a instalação e operação da rodovia no local, seria de importância capital para o setor turístico, não só da região, mas, fundamentalmente, para todo o Estado mineiro e, da mesma forma, para outros Estados, pois, a rodovia BR-262 é um dos principais corredores turísticos de ligação entre o Estado de Minas Gerais e o litoral do Estado do Espírito Santo.

Outro tema de importância capital para o presente relatório está ligado a estrutura de saneamento encontrada na região, nota-se que, na esteira do que acontece em grande parte do país, a destinação de recursos ligados a este fim é maior em municípios que dispõem de maiores financeiras, ou seja, com uma arrecadação de tributos mais elevada. Na grande maioria dos municípios estudados, esta arrecadação não é necessariamente elevada.

Em função disso, sem significativos subsídios estaduais ou federais, estes não encontram forma de financiar a implementação de uma estrutura que atenda às exigências e padrões como, por exemplo, àquelas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que define prazos para os municípios se adequarem às normas para a criação e administração de áreas destinadas à disposição e manejo adequado de resíduos sólidos.

Destarte, a própria administração de alguns municípios reconhece este fato, mas, ao mesmo tempo, demonstram os esforços locais para a adequação desses em favor de práticas

que estejam voltadas a preceitos do que se referem a valores ambientalmente sustentáveis. Em relação aos apontamentos dos atores registrados nos trabalhos de campo, nota-se que a insatisfação destes fica por conta, principalmente, da percepção sobre a qualidade da água tratada disponível para o consumo nos municípios. Os informantes aferem à administração das companhias de tratamento de água, a baixa qualidade desta última, correlacionando, inclusive, ao local onde a água é captada – em alguns municípios a água é captada dos rios que recebem diretamente a demanda de efluentes da cidade – bem como também, correlacionam a água tratada, à existência de doenças.

Em relação a outros pontos relevantes no que concerne à questão do saneamento – como, por exemplo, a questão da coleta de lixo – não encontramos significativa insatisfação no discurso dos atores com os quais estabelecemos contato nos trabalhos de campo, embora a destinação de resíduos seja um aspecto que merece atenção, visto a inadequada disposição desses ao longo do trajeto em estudo, como o observado em Abre Campo, por exemplo.

Ao lado das questões que envolvem aspectos sobre saúde e educação, a questão que concerne à segurança pública está entre os principais temas na pauta dos debates que se travam na atualidade. Embora na região onde se encontram os municípios da área de estudo, de modo geral, não encontram-se estatísticas que apontam locais com grande concentração de crimes, em relação à média nacional, foram citadas, como, algumas das principais ocorrências, questões referentes ao consumo de álcool, eventuais roubos e o aumento no consumo de drogas. No discurso dos informantes locais, é interessante notar, principalmente nos menores municípios, que existe um sentimento de tranquilidade em relação a violência, se comparado a interpretação dos atores do que é a violência nas grandes cidades.

Em outras palavras, os atores locais, em especial, os que residem nos pequenos municípios, comparam a tranquilidade de suas cidades frente ao que se noticia diariamente na mídia em relação à violência nos grandes centros urbanos, criando, em função disso, um sentimento de pertença e gosto pelo local onde residem.

Já em relação aos municípios com maior densidade populacional situados na área de estudo – a saber, Manhuaçu e João Monlevade – é notório no discurso dos informantes a existência de uma tendência que diz respeito ao relativo crescimento da sensação de insegurança em função das informações cada vez mais recorrentes de casos que envolvem atos de violência urbana. Em especial, segundo os informantes, esta violência está intimamente ligada a questão da disseminação do uso de drogas pesadas como, por exemplo, o crack. Essa informação é, muitas vezes corroborada pelas estatísticas de crescimento do uso e do tráfico destes entorpecentes na grande maioria dos municípios brasileiros, inclusive em um grande número de municípios de médio porte e, em menor número, nos de pequeno porte.

Adentrando agora no tema que concerne às questões sobre a dinâmica econômica, nota-se a tendência de diferentes estruturas produtivas nos municípios da área de estudos. Na região mais a leste do Estado, em especial, nos municípios que se situam próximos a fronteira com o Estado do Espírito Santo (Martins Soares, Reduto, Manhuaçu e Matipó), encontra-se produção intensiva de café. Esta é a atividade econômica mais importante destes

locais, sendo o comércio – principalmente no município de Manhuaçu – considerado a atividade que sucede em nível de importância a primeira.

Já na região que concerne os municípios de Abre Campo, Santo Antônio do Grama, Rio Casca e São Domingos do Prata, as atividades de cunho econômico estão ligadas fundamentalmente ao setor agropecuário, especialmente ofícios que dizem respeito à produção de café (em menor número do que nos primeiros municípios), cana de açúcar, milho, arroz, feijão e, principalmente, o rebanho de gado bovino, principalmente leiteiro e suinocultura.

Quando observada a estrutura produtiva dos últimos municípios atravessados pelo empreendimento, inseridos na nossa área de estudo, como Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas e João Monlevade, destacam-se, como principais atividades desenvolvidas aquelas ligadas ao setor secundário. Estes municípios guardam características bastante distintas dos anteriores, justamente pelo fato de que, nestes, a principal fonte de renda é proveniente da extração de minério de ferro e das indústrias que encabeçam esta atividade.

Em João Monlevade, por exemplo, a existência da empresa ArcelorMittal – que pertence ao maior grupo siderúrgico do mundo – foi, e ainda é, um dos principais motivadores do desenvolvimento e da estruturação do município. Por si só, este fator também gera a criação de inúmeras outras empresas produtoras e prestadoras de serviços na região onde encontram-se estes últimos três municípios, fazendo com que este setor, juntamente com os setores agrícolas e pecuários nos outros municípios da área de estudos, sejam os principais vetores de crescimento econômico registrados no presente relatório.

É importante também ressaltar a relevância da rodovia BR-262 no tocante a ser uma das principais vias de ligação e escoamento da produção do Estado mineiro – bem como de outras unidades da federação – em direção ao Porto de Vitória. Sendo que o escoamento da produção estadual é realizada, na sua grande maioria – por rodovias, no caso de nossa área de estudo, este efeito não se apresenta de forma diferente. O café produzido no local é um dos exemplos de mercadorias que são transportadas, em quase sua totalidade, por meio de rodovias. E sendo a região estudada uma grande produtora de café, a BR-262, naturalmente, registra um grande fluxo intenso de caminhões que se dirigem, com mercadorias desta natureza, além de madeira, minério, entre outras, em direção ao Porto de Vitória, e vice versa, já que o Porto tem grande importância no abastecimento da região de estudo, bem como, para outras regiões do país.

A proximidade e a importância da rodovia, assim como a presença do aeroporto Elias Breder, já instalado na região, atuam como incremento e alavanca para o desenvolvimento regional, situação observada em Santo Amaro de Minas, em Manhuaçu, com o projeto de um centro de distribuição de alimentos da agricultura familiar, que permitirá a parceria com produtores rurais da região, viabilizando a comercialização de produtos antes adquiridos em outras cidades.

Pelo exposto, infere-se que o impacto em relação a economia regional e local com a finalização e operação da Rodovia, ocorrerá de forma muito importante, tanto em função da

redução do tempo de deslocamento, quanto em relação a qualidade do escoamento de produtos e matérias-primas para a indústria, serviços ou comércio regionais, o que torna o projeto de elevada relevância econômica.

Para finalizar as discussões e conclusões sobre a socioeconomia, acredita-se ser pertinente dissertar a respeito da percepção que resguardam os atores em relação à instalação e operação da rodovia BR-262. Nos trabalhos de campo realizados no mês de outubro do ano de 2014, não encontramos, no discurso dos vários atores sociais com os quais estabelecemos contato, quaisquer assertivas de oposição à realização das obras.

Acredita-se que isso se deve, fundamentalmente, a fatores que envolvem um certo sentimento de insegurança dos usuários frente a estrutura precária com a qual a rodovia dispõe atualmente. Em face disso, a duplicação seria – para os informantes – uma forma de resolver o problema dos frequentes acidentes, bem como, de estabelecer um sentimento de segurança em relação ao tráfego na Rodovia.

Um dos poucos pontos negativos que podemos destacar, em relação à percepção dos atores, seria uma certa resistência em relação a dar credibilidade a real implementação do empreendimento. Em outras palavras, percebe-se no discurso desses, em função da demora e da inoperância na instalação e operação de algumas obras no país, o processo de execução das obras da BR-262 poderia demorar ou, em discursos mais radicais, nem ser efetivamente iniciado.

Embora tenha sido observada pela equipe de trabalho, a necessidade de obras na rodovia, corroborando o mesmo discurso percebido em campo, um aspecto desfavorável, citado por alguns atores, seria relacionada à cobrança de pedágios. Nota-se que, na grande maioria dos discursos, os atores não se sentem confortáveis em relação a cobrança de taxas para a circulação na rodovia. Já outro grupo de atores – em menor número – argumenta que, se a rodovia apresentar uma infraestrutura considerável e segura, não encontram motivos para se oporem a tal cobrança.

Em linhas gerais, avaliada como um projeto essencial, tanto para melhorar as condições de acesso da população a bens e serviços, assim como das próprias das condições de escoamento da produção regional, o empreendimento é percebido pelos atores locais como uma obra de infraestrutura de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico, bem como para a segurança e tranquilidade dos municípios e comunidades da área do estudo como um todo.